



A economia do poder e o poder da economia
Neoliberalismo e governamentalidade em Foucault

Eduardo Altheman Camargo Santos

Série: Produção Acadêmica Premiada

Eduardo Altheman Camargo Santos

A economia do poder e
o poder da economia
Neoliberalismo e governamentalidade em Foucault



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

São Paulo 2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

Vice-Diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO FFLCH USP

Helena Rodrigues MTb/SP 28840

Diagramação: Rebecca Yoshimi Kamehama Tácito

Copyright © Eduardo Altheman Camargo Santos

Indicação Premiada do Programa de Sociologia de 2013.

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237 Santos, Eduardo Altheman Camargo .
A economia do poder e o poder da economia [recurso eletrônico] :
neoliberalismo e governamentalidade em Foucault / Eduardo Altheman
Camargo Santos . -- São Paulo : FFLCH/USP, 2015.
1.344.037 kB ; PDF. -- (Produção Acadêmica Premiada)

Originalmente apresentada como Dissertação (Mestrado) –
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, 2013.

ISBN 978-85-7506-251-7

1. Neoliberalismo . 2. Estado (Política) . 3. Filosofia contemporânea
(França) . I. Foucault, Michel, 1926 -1984. II. Título. III. Série.

CDD 320.51

À Bru, por ser minha eterna e
sempre renovada *promesse de bonheur*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente participaram da escrita desta dissertação. Eventuais esquecimentos devem ser relevados e não indicam de maneira alguma qualquer tipo de ausência no processo deste trabalho.

Ao meu orientador, Marcos César Alvarez, pelo diálogo que, em virtude de seus eventuais desencontros e divergências, sempre foi profícuo, maduro e extremamente instigante. Ao terminar esta dissertação percebo quanto de suas aulas e ensinamentos estão presentes e são essenciais.

Ao professor Ricardo Musse, cuja contribuição, desde os tempos de Iniciação Científica até a leitura atenciosa e crítica do texto de qualificação, foi e continua sendo decisiva para minha formação – no sentido forte do termo.

Agradeço ao professor Marcos Nalli, pela leitura minuciosa e acima de tudo provocativa (que, a meu ver, é a melhor maneira de se ler qualquer coisa) de meu texto de qualificação e por seus valiosos comentários e sugestões.

Aos colegas do grupo de estudos e discussão sobre Foucault, em especial Marcelo Campos.

Agradeço a leitura e os comentários muito pertinentes e de suma importância dos colegas Daniel Garroux, Maria Carlotto, Ugo Rivetti, Anouch Kurkdjian, Vladimir Puzone, Fábio Dias, Fábio Pimentel, Ilan Lapyda, Felipe Corrêa e Bruna Della Torre (esta pelas incontáveis leituras e releituras).

Agradeço também aos meus colegas do NELE.

Agradeço a amizade e o companheirismo da árdua rotina de biblioteca: Alê, Vivian, Edu, Maíra e Laís.

Aos companheiros Stefan, Ilan, Caio, Carlos, Gabi e Daniel pela defesa das causas perdidas.

Aos amigos do basquetebol da FFLCH, desde os seniores Thiagão, Everaldo, Goto, Soró, Dú, Kinder, Stefan, Zé, Tarábola e Kadú, até os novatos Lurdinha, Breno, Henrique, Ian e Valentino, passando pelos eternos Vitão, Cesco, Dani, Milan, Kei, Mathias, Alê, Roger, Yan, Renatão, Matan, Panno e Orlando.

Aos queridos amigos de jornada incansável de exercício da crítica roedora dos ratos e com os quais tenho o enorme prazer e privilégio de partilhar as frustrações e eventuais alegrias: Ana Flávia, Danilo, Anouch, Bruno, Ugo, Vladimir, Fábio e Bruna.

Ao Soró, que mesmo distante está sempre tão presente.

Camila e Everaldo, obrigado por mostrarem que espontaneidade e autenticidade ainda existem nesse mundo. Levo nossa amizade sempre no lado esquerdo do peito.

Ao Ciro por ter se tornado um segundo irmão.

Agradeço também de modo especial ao Victor, à Solange e ao Carlos Alberto, por acolherem-me sempre tão carinhosa e afetuosamente.

Gostaria de agradecer calorosamente à minha família por ter me possibilitado realizar essa incrível viagem cuja última parada foi a Academia. Em especial ao meu pai, à minha mãe e à minha irmã, sem os quais eu definitivamente não estaria aqui hoje e que sempre me ensinaram a olhar para frente, a perseverar e a nunca abandonar minhas convicções. Aos três, pelo amor e pelo carinho, muito obrigado.

À Bruna. Sou eternamente grato pelos inúmeros momentos em que, sem medo, escolhemos criticar implacavelmente tudo o que existe, justamente por saber que nosso amor é nosso porto seguro e nossa amizade é nossa fortaleza. Obrigado por ser meu sopro de vida no deserto do real.

SUMÁRIO

Introdução	8
Não há alternativa.....	11
Capítulo 1 – Questões preliminares	29
Os cursos no Collège de France e o “outro” Foucault	29
Locus metodológico-teórico dos cursos	34
Capítulo 2 – A genealogia do Liberalismo	43
Poder soberano, Disciplinas e Biopoder	43
Poder pastoral e Razão de Estado	47
Em busca do instrumento analítico: governamentalidade.....	63
Capítulo 3 – O Liberalismo clássico	70
Foucault leitor da Economia Política	72
Uma nova razão governamental	83
Qual liberdade?	96
Capítulo 4 – O Neoliberalismo	102
O Ordoliberalismo, ou como fundar um Estado a partir de ruínas	108
O anarcocapitalismo, ou “Você S/A”	128
Considerações finais.....	144
Uma flecha no coração do presente	144
Referências bibliográficas	157

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é uma tentativa de, por meio do pensamento do filósofo francês Michel Foucault, indagar acerca de importantes linhas e relações de força que dão forma a nosso presente. Tomo como objeto central, para tal, o curso *Nascimento da Biopolítica*, oferecido pelo filósofo em 1978 e 1979 em Paris, no qual ele propõe uma análise do Neoliberalismo, sua proveniência enquanto racionalidade de governo política, social e econômica, sua constituição enquanto discurso hegemônico, seu acoplamento estratégico entre saber científico e relação de poder, suas consequências, de um lado, para a conduta individual e para a constituição da subjetividade e, de outro, para a gestão e organização da população, de modo geral.

A ideia principal que nos guia é compreender como a análise que Foucault constrói acerca do neoliberalismo se entrelaça e se acopla com outras temáticas de sua obra (a saber, a ideia de “governamentalidade”, de “biopolítica”, de “poder disciplinar”, entre outros) para perscrutar como os tempos contemporâneos a Foucault se mostravam imbuídos de uma lógica, de um cálculo, de uma arte específica de governar. Não por outro motivo, este texto é um esforço de compreensão da maneira pela qual Foucault analisa os mecanismos de funcionamento neoliberais, característicos de um panorama maior no qual se imbricam economia, política, sociedade e indivíduo, e o que se tem como objetivo é gerir, de modo específico, a conduta da população em geral, por um lado, e de cada indivíduo específico, por outro.

As questões centrais que guiam nossas indagações, nesse sentido, são: como a análise de Foucault auxilia a compreender a formação de uma subjetividade especificamente neoliberal? Como se relacionam Estado, economia e esse novo sujeito? Como se acoplam estrategicamente o saber econômico e social neoliberal e suas práticas correlatas? Em quais pontos a arte neoliberal de governo se diferencia e em quais se assemelha à “sociedade disciplinar”, descrita pelo filósofo anos antes? Como a conduta de cada indivíduo é conduzida¹ nesse quadro? Como a população se torna alvo de uma série de

¹ Foucault utiliza a expressão “conduzir as condutas” (“L’exercice du pouvoir consiste à «conduire les conduites» et à aménager la probabilité”) em *Le sujet et le pouvoir* para se referir às múltiplas maneiras com que as ações de cada indivíduo são levadas a tomar determinada forma ou perseguir determinado objetivo - sejam essas maneiras impostas por forças exteriores ou autoexercidas. Isto é, a expressão faz alusão a um campo definido de ações possíveis, estimuladas ou limitadas dentro de certo quadro de relações de poder. Cf. FOUCAULT, Michel. (1982) *Le sujet et le pouvoir*. Em: *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 1056.

cálculos e medidas de organização, política e gerência? E finalmente, como a questão da liberdade individual pode ser compreendida nesses termos?

Os capítulos que seguem buscam entender o porquê do filósofo ter se interessado por tal tema a ponto de torná-lo objeto minucioso de pesquisa e de seminário, as inflexões e consequências que tal objeto ocasiona no interior de sua obra e as relações possíveis entre tal analítica e as demais produções de Foucault em termos de relações políticas e de jogos de poder e saber.

Uma vez que o recorte que proponho na obra de Foucault se concentra ao redor de um tema específico, como não poderia deixar de ser, a atenção voltada a esse objeto implica imediatamente na inclusão de outras obras e cursos do filósofo de Poitiers, em especial os cursos *Em defesa da sociedade* (proferido entre 1975 e 1976), *Segurança, Território, População* (1977-1978), as obras *Vigiar e Punir* (1975) e *História da sexualidade I – a vontade de saber* (1976), mas também de outros momentos da produção intelectual de Foucault, como o livro *As palavras e as coisas* (1966) e a série de conferências publicadas sob o nome de *A verdade e as formas jurídicas* (1973).

Esta Introdução realiza uma retomada das análises através das quais a crítica sociológica, econômica e histórica estudou o período do Neoliberalismo. Nesse sentido, expõe a seguir o contexto histórico no qual Foucault estava imerso e com o qual dialogava, não em termos estritamente franceses ou sequer europeus, mas sim mundiais, tendo como objetivo ressaltar as principais mudanças advindas da nova configuração política, econômica e social neoliberal, que ganha fôlego após a Segunda Grande Guerra e se impõe como forma hegemônica de governo no final da década de 70 do século XX. Para compreender de fato a que se refere e qual o alcance analítico da produção foucaultiana acerca desse tema, tal revisão mostra-se imprescindível.

O capítulo seguinte busca explicitar algumas características formais dos cursos de Foucault que nos ajudam a entender o estatuto de sua análise sobre o Neoliberalismo, assim como o contexto no qual ela se insere em termos mais imediatos e que podem auxiliar na compreensão dessa inflexão no pensamento do filósofo em direção a temas sensivelmente distintos daqueles trabalhados nos livros escritos e publicados nos anos imediatamente anteriores.

O segundo capítulo aventura-se a realizar um recuo no pensamento do filósofo. Em um primeiro momento, volta-se aos dois cursos anteriores já citados (isto é, *Em defesa da sociedade e Segurança, Território, População*), tentando descrever o percurso das reflexões de Foucault a respeito do “poder pastoral”, da “Razão de Estado”, do “Estado de polícia” e da “governamentalidade” e como ele desemboca no Liberalismo clássico do século XVIII. Reporta-se também a momentos mais longínquos da experiência filosófica foucaultiana, principalmente àquela do início dos anos de 1970, a saber, a série de conferências realizadas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1973, publicadas sob o título de *A verdade e as formas jurídicas*. Tentamos mostrar como diversos temas analisados no final da década de 1970 já eram presentes, de

maneira decisivamente distinta, em outras obras de Foucault e como se dá esse longo trilhar – deveras tortuoso, diga-se de passagem.

Em seguida, dedicamos um capítulo, o terceiro, à análise de Foucault a respeito do Liberalismo do século XVIII, investigando como se descobre e se instaura tal “razão governamental”, intimamente entrelaçada com o surgimento da Economia Política. Outra incursão, desta vez até a segunda metade dos anos de 1960, em *As palavras e as coisas*, mostra-se profícua para analisar a inserção desse tema na agenda de pesquisas de Foucault.

Após esse percurso preliminar, podemos, no capítulo quarto, adentrar na análise de Foucault a respeito do Neoliberalismo propriamente dita, que se inicia ainda nas primeiras décadas do século XX com a experiência alemã e austríaca do *ordoliberalismo*, passa pelo marco estadunidense sediado em Chicago dos anos de 1950 em diante e se estende, de maneira desigual e com diferentes marchas, por todo o globo, ao menos até a “contemporaneidade”, isto é, o final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX.

Resta para nós a incumbência de analisar esta contribuição intelectual do filósofo francês, confeccionada há mais de três décadas, e decidir o quanto ela nos auxilia a compreender a complexidade de nossos tempos. Buscamos apontar, ainda que de maneira provisória e incipiente, nas Considerações Finais, algumas hipóteses e reflexões para esta relação entre nossa contemporaneidade e a de Foucault. Não dispomos de meios para comprovar tais hipóteses com dados satisfatórios ou com provas empíricas irrefutáveis; a ideia é apenas propor algumas questões que, a partir das indagações de Foucault, possam inquietar o pensamento sobre nossa atualidade e abrir veredas possíveis para compreendê-la.

Não buscamos, com esse percurso descrito, exaurir as possibilidades de interpretação da obra de Foucault e tampouco dos diagnósticos de nosso presente histórico. No entanto, nas páginas a seguir, o leitor encontra uma empreitada, esperamos, convincente, que permita uma maneira profícua de entender uma parte da obra de Foucault e que permita, igualmente, ferir nossa atualidade. Kleber Prado Filho parece ter, assim, feito uma colocação precisa quando afirma que muitos aspectos da obra de Foucault tem como objetivo uma “história do presente, portanto, permitindo um diagnóstico do nosso tempo, deixando de ser mera temática posta para estudo teórico”². Pretendemos, assim, iniciar uma batalha em dois *fronts*, isto é, oferecer uma contribuição tanto para os estudiosos da obra do filósofo francês – ao analisar uma parcela relativamente nova e ainda incipientemente estudada de seus cursos – quanto

² PRADO FILHO, Kleber. *Uma História da Governamentalidade* Rio de Janeiro: Insular e Achiamé, 2006, p. 17

para os estudiosos do neoliberalismo – ao propor, por meio da análise de Foucault, novas veredas e problemáticas na análise desse fenômeno.

NÃO HÁ ALTERNATIVA

Conforme afirmamos acima, para entender de fato como as proposições de Foucault podem ajudar a compreender o Neoliberalismo, convém realizar uma retomada de como a literatura especializada interpreta tal período. A partir do quadro fornecido por alguns especialistas no tema, podemos ter uma ideia aproximada de como essas teorias compreendem e descrevem esse período. Não “contrastaremos” explicitamente, no entanto, tal literatura com a análise foucaultiana para entender como e em que pontos elas divergem, convergem ou se complementam. Tal tarefa exigiria um aprofundado e detalhado estudo, o que se afastaria sensivelmente de nosso objetivo principal.

Além disso, mostra-se necessário compreender o momento histórico que começava a dar sinais de hegemonia política, econômica, social e científica no exato momento em que Foucault proferia as aulas de seu curso em Paris, uma vez que é essa nova configuração do capitalismo em escala global que leva o filósofo a realizar inflexões na trajetória de seu pensamento até então, afastando-se de um diagnóstico estritamente disciplinar e se aproximando da ideia do neoliberalismo enquanto arte de governar a liberdade individual e populacional. Analisaremos essa inflexão em detalhe a seguir, mas convém pontuar a questão que parecia guiar e intrigar Foucault nesse período: será que é possível compreender as relações políticas contemporâneas sem uma análise dos espaços de liberdade criados pelo Neoliberalismo? Isto é, apenas o diagnóstico do “arquipélago carcerário” seria em si suficiente para abarcar e explicar tais relações políticas?

Embora o panorama traçado a seguir possa parecer demasiadamente introdutório e incipiente e, ao mesmo tempo, excessivamente longo, ele tem a vantagem de permitir localizar e compreender essas questões de maneira satisfatória. Aos que não são iniciados nesse tema, podem encontrar neste item uma curta introdução. Àqueles que possuem maior familiaridade com o assunto, recomendamos ler o item como mera retomada panorâmica do período.

Segundo muitos estudiosos do tema que ficou conhecido por “Neoliberalismo”³, desde o final da década de 70 do século XX, muitos países ocidentais sofreram uma guinada radical em seus governos e, para utilizarmos um termo foucaultiano, na sua “arte

³ Cf. BELLAMY, Richard. (1992) *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994; BOBBIO, Norberto. (1985) *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988; CAMPBELL, John L.; PEDERSEN, Ove (eds.). *The rise of Neoliberalism and institutional analysis*. New Jersey: Princeton University Press, 2001; DAHRENDORF, Ralf. *O Liberalismo e a Europa: entrevista a Vincenzo Ferrari*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981; GIDDENS, Anthony. (1994) *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996; HARVEY, David. (2005) *A brief history of neoliberalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009; KLEIN, Naomi. (2007) *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro:

de governar”. Se, desde os anos 30 do mesmo século, tais países tiveram como princípios e guias para suas ações governamentais e estatais uma série de ações conhecidas como medidas keynesianas⁴, tal quadro, gestado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e conduzido a seu ápice a partir da segunda metade dos anos 70, sofreu uma mutação profunda, de modo que essas medidas tornaram-se justamente o inimigo a ser combatido. Medidas como a desregulamentação monetária e dos mercados, ondas de privatizações e “retirada” do Estado de diversas áreas de atuação social passaram a ditar o tom das políticas estatais. O historiador Perry Anderson afirma que

O Neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944.⁵

Veremos mais à frente como o economista vienense Friedrich von Hayek, um dos maiores expositores da Escola Austríaca de Economia⁶, é, de acordo com Foucault, um autor e figura central na história do desenvolvimento neoliberal pelo globo. Ao tomar parte em uma controvérsia conhecida como “debate sobre o cálculo socialista”, Hayek (ao lado de outros notórios economistas e pensadores neoliberais, como o filósofo e economista Ludwig von Mises, contrapõe-se às teses de que seria possível atingir um estado de ótimo social por meio de uma economia não organizada pelo mercado, sejam estas teses socialistas (como as de Oskar Lange, por exemplo) ou capitalistas, porém planificadoras (como as de Keynes)⁷. Por ora, basta afirmarmos, em conjunto com a citação de

Nova Fronteira, 2008; SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995; TOURAINE, Alain. *Como sair do Liberalismo?* Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999; FIORI, José Luis. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

⁴ John Maynard Keynes (1883-1946) foi um economista britânico cuja maior obra, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, foi publicada em 1936. Keynes contrapunha-se aos economistas clássicos e sua concepção de que o sistema econômico regular-se-ia por si próprio, naturalmente. Logo, as medidas keynesianas eram medidas econômicas adotadas pelo Estado para prevenir, atenuar ou tentar remediar as crises do capitalismo. Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões (1837-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, conseqüências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 188 e seguintes.

⁵ ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. Em: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9.

⁶ A Escola de Viena ou Escola Austríaca de Economia, formada na década de 70 do século XIX, teve, entre seus fundadores, Carl Menger (1840-1921), Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914) e Ludwig von Mises (1881-1973). Seu expositor mais proeminente foi Friedrich Von Hayek (1889-1992). Entre as proposições defendidas pela Escola estão: a defesa do livre mercado; o individualismo metodológico; a incognoscibilidade de todas as relações econômicas e seus efeitos; a recusa da teoria do valor-trabalho em nome da teoria do valor subjetivo; entre outras. Cf. BOETTKE, Peter J. Austrian School of Economics. Em: *The Concise Encyclopedia of Economics: Library of Economics and Liberty*, 2008. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/AustrianSchoolofEconomics.html>>. Acesso em 6 de agosto de 2012 às 23h.

⁷ Cf. PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira. Em: *Brasil Deliver ervid o inanceira e stado de merg ncia con mico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, pp. 105-139.

Anderson, que seus livros, artigos e atuação como articulador acadêmico e político pavimentam o longo caminho neoliberal a ser seguido nas próximas décadas.

Para compreender como o Neoliberalismo tornou-se o protagonista no palco central das políticas estatais e não-estatais, devemos, no entanto, analisar o que ocorreu algumas décadas antes. Com o *crash* da Bolsa de Nova Iorque de 1929, que rapidamente espalhou a crise econômica e social dos anos de 1920 para o resto do mundo⁸, muitos governantes de países centrais do capitalismo passaram a se voltar para a teoria econômica e social de John Maynard Keynes como guia para suas ações de governo. Segundo o geógrafo David Harvey,

O que estas diversas formas de Estado [EUA, Japão, Europa] tinham em comum era uma aceitação de que o Estado deveria se focar em pleno emprego, crescimento econômico e o bem-estar de seus cidadãos, e que o poder estatal deveria ser livremente utilizado ao lado de ou, se necessário, intervindo ou até substituindo processos de mercado para alcançar esses fins. Políticas fiscais e monetárias geralmente chamadas de “keynesianas” foram largamente utilizadas para inibir ciclos de negócios e para garantir racionalmente pleno emprego. Um “compromisso de classe” entre capital e trabalho foi geralmente advogado como a garantia chave da paz e da tranquilidade doméstica. Os Estados interviam ativamente na política industrial e se mobilizavam para definir padrões para o salário social [*social wage*] através da implementação de uma variedade de sistemas de bem-estar (saúde, educação, e similares).⁹

Estava aí a origem daquilo que ficou posteriormente conhecido como o Estado de Bem-Estar Social, e que teve seu florescimento especialmente após 1945¹⁰. Observando-se, obviamente, cada situação nacional específica, tal configuração envolvia, entre diversos outros, os seguintes fatores: a intervenção constante do Estado na regulamentação monetária; enormes investimentos em infraestrutura e grandes obras públicas; o emprego massivo de mão de obra pelo Estado; a instalação de diversos tipos de sistemas para o bem-estar da população (entre eles: sistema de saúde, de segurança, de previdência, de assistência desemprego, etc.); a permanente descrença no mercado como ótimo alocador

⁸ Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões (1837-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009.

⁹ HARVEY, David. (2005) *A brief history of neoliberalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009, pp. 10-11. Tradução minha.

¹⁰ É necessário enfatizar que as economias nacionais ainda sofriam grande influência das políticas econômicas adotadas durante a Guerra e que alguns autores enxergam aí uma clivagem entre economia de guerra e *Welfare State*. Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões (1837-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009.

de recursos, e cujas falhas deveriam ser alvos de uma vigilância e fiscalização constantes; entre outros.

É interessante notar como boa parte da crítica dedicada ao assunto situa justamente aí um momento inaugural na história do capitalismo, uma vez que, pela primeira vez, é possível identificar um ponto no qual as crises internas da economia são incapazes de serem resolvidas sem o auxílio do Estado¹¹. Vale destacar como a saída oferecida pelo Tesouro americano às empresas Fannie Mae, Freddie Mac, The Goldman Sachs Group Inc., Morgan Stanley, entre outras, enquanto suposta única alternativa à crise financeira de 2008, mostra o quanto isto ainda é prática recorrente no capitalismo contemporâneo.

Contudo, a saída oferecida pelo Estado aos impasses do capitalismo não parecem ser o único legado que o florescimento neoliberal do pós-guerra nos deixou. Internacionalmente, em 1944, foram firmados, entre delegados de todos os 44 países do bloco dos Aliados, os Acordos de *Bretton Woods*¹². Grosso modo, tratou-se de uma tentativa, no fim da 2ª Guerra Mundial, de estabilizar as transações econômicas e políticas internacionais, tendo como parâmetro e base certa correlação entre as moedas nacionais e o dólar, que, por sua vez, teria uma taxa de conversibilidade fixa em relação ao ouro. Entre outros rebentos, é justamente daí que diversos órgãos e instituições internacionais vão nascer: o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização das Nações Unidas, entre outros.

Conforme mostra Nikolas Rose, embora algumas das obras daqueles que entraram nos livros de História como influentes neoliberais já tivessem sido escritas na década de 1930, é justamente após a Segunda Guerra, “[...] ao mesmo tempo em que alguns estavam aprendendo a lição de que era possível governar o todo de uma organização produtiva e social, de uma maneira ou de outra, por um Estado central, que alguns intelectuais europeus chegaram à conclusão exatamente oposta”¹³. Estamos falando, é claro, dos neoliberais, notadamente os alemães e austríacos. Em 1947, por exemplo, Hayek convocou um grupo constituído, entre outros membros, por Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, além do próprio Hayek, que fez um chamado a todos aqueles que partilhavam de sua orientação ideológica e política para uma primeira reunião em Mont-Pèlerin, na Suíça, em 1947, para desenvolver um programa comum de teoria e ação de viés neoliberal. O grupo ficou conhecido como “Sociedade de Mont-Pèlerin” e encontra-se ativo até hoje, continuando a “[...] enxergar o perigo na expansão do governo, principalmente no Bem-estar estatal, no poder dos sindicatos e dos

¹¹ Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões (1837-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009.

¹² Cf. MELLO, Luiz Gonzaga Belluzzo de. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. Em: *Economia e Sociedade*. Campinas, n. 4, 1995, pp. 11-20.

¹³ ROSE, Nikolas. *Governing “advanced” liberal democracies*. Em: *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 50. Tradução minha.

monopólios dos negócios e na contínua ameaça e realidade da inflação”, como atesta o manifesto contido em seu sítio na internet¹⁴.

Entretanto, estes ainda teriam de proferir suas críticas por décadas a fio antes de finalmente se tornarem o *mainstream* das teorias políticas e econômicas a nível mundial. José Luis Fiori¹⁵ analisa este como um primeiro momento do Neoliberalismo mundial, em que Hayek e outros desbravadores deste caminho se mantiveram servos do Estado de Bem-estar. Em outras palavras, com um quadro de abastado ciclo de crescimento econômico vivenciado entre a década de 50 e 60 do século passado, incluída na chamada “Idade de Ouro” do capitalismo, quando a taxa de desemprego esteve abaixo de 2% na Europa e de 8% nos EUA, e a inflação estável e controlada abaixo de 4% na Europa e 2% nos EUA¹⁶, as críticas de Hayek e dos outros participantes da Sociedade Mont-Pèlerin ao capitalismo intervencionista, que se mostravam presentes já desde a metade da década de 40, acabaram, assim, sem solo histórico para florescer. Na metáfora de Hobsbawm, os incipientes pensadores neoliberais eram, nesse período, “profetas no deserto”¹⁷: quem iria dar ouvidos às críticas ao Estado de bem-estar quando era justamente este Estado que garantia um dos períodos de maior crescimento econômico já vivenciados pela sociedade capitalista?

No final dos anos 60 do século XX, no entanto, assistimos a uma série de mudanças drásticas. Assistimos a um crescimento exponencial do desemprego e da inflação em diversos países da Europa e América e até da Ásia, o que levou a uma fase global de “estagflação”¹⁸ que durou ao longo de grande parte dos anos de 1970.

Crises fiscais e de arrecadação não eram raras em diversos países, sendo que o Fundo Monetário Internacional entrou em ação mais de uma vez para sanar tais dívidas contraídas pelos cofres estatais (como na Inglaterra, por exemplo, em 1975-6). Mesmo antes da chamada crise do petróleo de 1973, com o embargo imposto pelos países membros da OPEP¹⁹ à comercialização do produto, o sistema de Bretton Woods começava a dar sinais de falência e, em 1971, foi abandonado o sistema de taxas fixas de conversão

¹⁴ Cf. <<http://www.montpelerin.org/montpelerin/home.html>>.

¹⁵ FIORI, José Luis. Neoliberalismo e políticas públicas. Em: Os moedeiros falsos. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 201-213.

¹⁶ Sigo aqui os dados e o argumento de Harvey. Cf. HARVEY, David. (2005) *A brief history of neoliberalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009, p. 14.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric. (1994) *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 176.

¹⁸ O neologismo “estagflação” foi cunhado pelo político conservador inglês Iain Macleod a partir da junção dos termos “estagnação” e “inflação” em um discurso no Parlamento do Reino Unido de 1965. O termo tornou-se paradigmático entre os economistas e estudiosos do tema para designar a combinação de baixo índice de crescimento, altos níveis de desemprego e de inflação. Cf. NELSON, Edward; NIKOLOV, Kalin. Monetary policy and stagflation in the UK. Disponível em: <<http://www.bankofengland.co.uk/publications/Documents/workingpapers/wp155.pdf>>.

¹⁹ Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Entre os países, na época, estavam Líbia, Venezuela, Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait, entre outros.

do dólar, ao mesmo tempo em que as reservas de ouro disponíveis eram simplesmente insuficientes para funcionar como base metálica e moeda internacional.

Simbolicamente, as crises do petróleo marcaram o início de uma nova era: o dinheiro retirado dos países industriais pelos países produtores de petróleo foi investido nos bancos americanos, que procuraram tomadores de empréstimos em todo o mundo, especialmente na América Latina. A economia globalizava-se.²⁰

Em tal quadro de exaustão do modelo de crescimento econômico fornecido ao menos desde o final da 2ª Guerra Mundial, pareciam restar a esses países duas alternativas possíveis: ou, por um lado, aprofundar os controles estatais e a regulação da economia (via busca por muitos partidos comunistas e socialistas na Europa) ou, por outro lado, estabelecer a liberdade dos mercados e o poder real das corporações e dos negócios. Em um dos flancos do combate, ainda que assumindo distintas e frequentemente antagônicas posições, Keynes, Marx, Estado de Bem-estar, socialismo²¹; no flanco oposto, Neoliberalismo. De um lado, sindicatos, partidos políticos, agremiações de trabalhadores e associações civis; do outro, grandes corporações, intelectuais contrários à servidão econômica, estadistas neoliberais.

Vale enfatizar que, no quadro geral do Neoliberalismo apresentado aqui de maneira breve – que nos permite compreender o resultado final, mas não nos possibilita observar os meandros e momentos incertos dessa luta e embate reais que se deram entre diversos gabinetes governamentais, departamentos de Faculdades e movimentos sociais – a segunda alternativa saiu vencedora em meados dos anos 70. Não é possível discorrer justamente sobre estes momentos de possibilidade na esfera da necessidade, isto é, sobre as possibilidades abertas no presente histórico em que tal embate se deu, mas, assim como nos mostrou Foucault em *Vigiar e Punir* (1975) a respeito da emergência da prisão e sua coroação como única e incontestável forma punitiva concebível em menos de um século, basta afirmar que, embora hoje a resposta possa parecer óbvia, única, e sem alternativa, tal não era o caso no momento em que a discussão era travada.

Não é fato menor na história do Neoliberalismo o modo pelo qual ele se constitui paradigmaticamente como aquilo que Foucault denomina de um par de saber-poder, isto é, como um campo de práticas concretas acaba por formar um campo correlato de saber, que, por sua vez, reflui em novas práticas. Segundo Leda Paulani²², a chamada “revolução marginalista” – que substitui a teoria do valor-trabalho pela teoria do valor-utilidade,

²⁰ TOURAINE, Alain. *Como sair do Liberalismo?* Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, p. 20.

²¹ Não quero afirmar, de maneira alguma, com isso, que Marx e Keynes teorizavam no mesmo sentido ou que tinham os mesmos projetos teóricos, filosóficos, econômicos ou políticos, mas sim que, no quesito de regulação e planificação da economia, embora passando por vias completamente apartadas e com objetivos radicalmente diferentes, ambos partilhavam sua oposição ao neoliberalismo.

²² Cf. PAULANI, Leda Maria. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 120 e seguintes.

com representantes como William Jevons, Léon Walras e Carl Menger, responsáveis por substituir a Economia Política pela Neoclássica – foi desbravadora, ainda no final do século XIX, na constituição desse saber acadêmico e especializado da economia. Fato é que, principalmente a partir da década de 1970, as teorias neoliberais passaram, nos Departamentos de Economia do mundo todo, a “desbancar” as teorias clássicas e marxistas e passaram a reinar, praticamente hegemônicas, na Econometria, nos modelos econômicos matemáticos, na Micro e na Macro Economia. Fiori²³ comenta como esta é uma diferença crucial entre o Neoliberalismo e o Liberalismo do século XVIII e XIX, representado por Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill: o Neoliberalismo, principalmente a partir das décadas de 60 e 70 do século passado, penetra nas Universidades (em especial às estadunidenses, embora não exclusivamente, diga-se de passagem) e atinge um grau de formalização científica e de matematização inaudito no século XVIII²⁴. Nas palavras de Lagasnerie, [o neoliberalismo] seria cientificamente fundamentado, não havendo alternativa senão inclinar-se diante da lógica implacável do raciocínio matemático.

Sob muitos aspectos, portanto, essa forma de geminar o discurso neoliberal a uma retórica e a uma argumentação científicas assemelha-se, por parte dos teóricos dessa corrente, a uma operação estratégica. Trata-se de exercer efeitos de intimidação: tal doutrina teria a ciência ao seu lado, e as teorias alternativas deveriam curvar-se à evidência dos números.²⁵

Está vivo, então, aquilo que os críticos, posteriormente, passaram a chamar de “fundamentalismo dos mercados”²⁶, e que atinge seu auge nos governos de Margaret Thatcher no Reino Unido, entre 1979 e 1990, e de Ronald Reagan nos EUA entre 1981 e 1989. “A ideia de que esta tendência do crescimento do papel do Estado deveria ser contida, e na verdade revertida, ocupa os economistas liberais ao ponto de se tornar uma obsessão”²⁷, afirma, sem exagero algum, sobre esse período, Jacques Donzelot, um dos mais proeminentes alunos de Foucault.

Nos Estados Unidos, com o comando do Banco Central dos Estados Unidos (o FED) nas mãos de Paul Volcker desde 1979, as diretrizes econômicas e monetárias marcaram uma ruptura com a longa política do *New Deal* e passaram a atacar abertamente

²³ FIORI, José Luis. Neoliberalismo e políticas públicas. Em: *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 201-213.

²⁴ Caso desejemos praticar um pouco de auto-crítica, este é o momento em que tais teorias, incluindo aí seus rebentos como a “teoria dos jogos”, da “escolha racional” ou da “escolha pública” atingem penetração massiva nas Ciências Sociais em geral, embora sejam particularmente férteis no campo da Ciência Política. Cf. FIORI, José Luis. Neoliberalismo e políticas públicas. Em: *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 203-4.

²⁵ LAGASNERIE, Geoffroy de. (2012) A última lição de Michel Foucault. São Paulo: Três estrelas, 2013, pp. 54-5.

²⁶ Quem cunhou o termo foi o polêmico e bilionário investidor húngaro-americano George Soros. Cf. SOROS, George. *The Crisis of Global Capitalism: open society endangered*. New York: Public Affairs, 1998.

²⁷ DONZELOT, Jacques. Michel Foucault and liberal intelligence. *Economy and Society*, Volume 37, Number 1, February 2008, p. 122. Tradução minha.

a inflação e a buscar uma estrutura altamente regressiva de impostos, independente das consequências disso, principalmente quanto aos níveis de desemprego e ao valor do salário mínimo. A ruptura e a importância dessas medidas foram tão significativas que até hoje se utiliza o termo “o choque Volcker” para designá-las.

“Consenso de Washington” é o termo utilizado para fazer referência às dez medidas iniciais propostas pelo economista John Williamson²⁸ e adotadas desde 1989, na capital estadunidense, como diretrizes econômicas centrais a serem utilizadas pelos governos nacionais e pelos diversos órgãos internacionais (FMI, Banco Mundial, entre outros) em suas relações com outros países, sejam da América Latina, da Ásia ou da ex-União Soviética.

Existe certo consenso na literatura especializada de que, embora o Reino Unido, a Alemanha e os Estados Unidos sejam pioneiros nas teorias e na implementação das práticas neoliberais, o primeiro “laboratório prático” de fato de estudos neoliberais foi realizado fora dos EUA ou da Europa, em território latino-americano. Trata-se da experiência ditatorial de Augusto Pinochet no Chile entre 1973 e 1990. Com apoio do governo estadunidense e sob orientação do grupo de 25 economistas que se convencionou chamar de “*Chicago boys*”, em uma referência clara a uma das mecãs do pensamento neoliberal, a Escola de Economia de Chicago, a ditadura de Pinochet adotou pioneiramente certas medidas neoliberais que seriam acatadas apenas anos mais tarde em outros países²⁹. O termo “Escola de Chicago” ficou conhecido desde a década de 50 do século passado para designar as teorias dos professores do departamento de Economia da Universidade de Chicago, entre eles George J. Stigler (1911-1991) e Milton Friedman (1912-2006). Tratava-se de um departamento de ampla divulgação das ideias neoliberais, sendo que muitos de seus docentes foram premiados com prêmios Nobel e outros destacados prêmios da área de Economia.

Segundo Harvey,

Os Estados Unidos tinham financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina. Os economistas treinados em Chicago vieram a obter o predomínio na Universidade Católica, entidade privada, de Santiago. No começo dos anos 1970, as elites dos negócios organizaram sua oposição a Allende através de um grupo chamado “Clube de Segunda-feira” e desenvolveram uma

²⁸ John Williamson, nascido em 1937, é um influente economista e professor de Economia inglês. Entre outros cargos, deteve importantes postos no FMI, na ONU e no tesouro britânico. Já lecionou em Universidades como Princeton, Massachusetts Institute of Technology (MIT) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Cf. <http://www.petersoninstitute.org/staff/author_bio.cfm?author_id=15>.

²⁹ Cf. KLEIN, Naomi. (2007) *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008; e ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. Em: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.

relação de trabalho com esses economistas, financiando seu trabalho através de institutos de pesquisa.³⁰

Não devemos, portanto, confundir-nos a esse respeito: embora o termo Neoliberalismo inclua em seu cerne a palavra liberdade, não é de qualquer liberdade que estamos falando. O próprio Foucault é enfático ao mostrar como “[...] a democracia e o Estado de direito não foram necessariamente liberais, nem o Liberalismo foi necessariamente democrático ou apegado às formas do direito”³¹. Temos aí um polimorfismo estratégico neoliberal, capaz de se acoplar às mais distintas e aparentemente antagônicas formas governamentais e regimes políticos – desde que seus princípios básicos e o quadro geral de funcionamento estejam assegurados, é importante frisar. Nessa chave, o Neoliberalismo parece propor um *modus operandi* que funcionaria além ou aquém da política, embora, em seu próprio bojo, contenha medidas políticas bem delimitadas e estritas.

Depois do *coup de force* neoliberal, no campo oposto e inimigo às teses de Hayek e de seus parceiros, se misturaram, quase irreconhecíveis, outrora inimigos mortais: keynesianismo, nazismo, marxismo, fascismo e dirigismo soviético³².

Como vimos, Keynes foi paulatinamente substituído nas estantes dos chefes de Estado e dos economistas e cientistas sociais por pensadores como o já citado Hayek e o economista nova-iorquino Milton Friedman. Nessa chave, as conquistas do Prêmio Nobel de Economia por Hayek em 1974 e Friedman em 1976 não são acontecimentos menores. Como narra Anderson,

Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl [sic] derrotou o regime social liberal de Helmut Schimidt [sic], na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram

³⁰ HARVEY, David. (2005) *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 18.

³¹ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 436.

³² Veremos à frente como Foucault analisa o golpe teórico infligido pelos neoliberais após a Segunda Grande Guerra, que amalgamaram em um bloco único todos aqueles que se opunham a seus fundamentos básicos. Muitas foram e são as críticas que, até hoje, se endereçam aos pressupostos teórico-metodológicos sobre os quais se assentam as teorias neoliberais e enfatizam seu caráter de fragilidade enquanto corpus científico. Leda Paulani chega a afirmar como os preceitos neoliberais não devem ser entendidos como ciência, mas sim como doutrina, como, nas palavras da autora, “profissão de fé”. Cf. PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira. Em: *rasil eliver ervid o inanceira e stado de merg ncia con mico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, pp. 105-159; PRADO, Eleutério Fernando da Silva. Microeconomia Reducionista e Microeconomia Sistemica. Em: *Nova Economia* (UFMG), v. 16, pp. 303-322, 2006.

à direita. [...] Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontrastado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado.³³

Não podemos nos esquecer dos seguidores neoliberais dos países do Leste Europeu e da ex-URSS: as terapias de choque³⁴ aplicadas por Leszek Balcerowicz na Polônia, por Yegor Gaidar, na Rússia, e Vaclav Klaus, na República Tcheca, foram exemplos patentes do espraiamento neoliberal pelo globo, muitas vezes mais extremos e ferozes do que o Neoliberalismo originado anteriormente na Inglaterra ou nos Estados Unidos.

Sem ficarmos para trás, como exemplos latino-americanos, podemos citar os governos de Carlos Salinas, no México, Carlos Menem, na Argentina, Carlos André Perez, na Venezuela, Alberto Fujimori, no Peru e Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, embora a presença de diversas especificidades nacionais não possa ser ignorada.

Nos países periféricos, com desigualdades econômicas, concentração de riqueza e problemas sociais estruturais muito mais profundos do que aqueles da Europa central, o Neoliberalismo foi sinônimo imediato de achatamento de salários, aumento exorbitante das dívidas externas de cada país com o Banco Mundial, o FMI ou outros órgão internacionais e uma situação de quase ausência de amparos sociais à população por parte do Estado. A crise chamada de “efeito tequila”, que assolou o México em 1995 (com consequências na América Latina como um todo) e as crises financeiras que se iniciaram na Tailândia em 1997 (mas que também se espalharam rapidamente para a Indonésia, a Malásia, as Filipinas, os Tigres Asiáticos como um todo, a Estônia, a Rússia, Argentina e Turquia) são exemplos claros dos efeitos do choque neoliberal praticado nesses países, reduzindo drasticamente seu PIB e aumentando consideravelmente o desemprego e a pobreza³⁵.

Na China, com a morte de Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping assume o poder no final de 1978 e inicia um grande programa de reformas econômicas e sociais que, aliado a um Partido Comunista fortemente hierarquizado e burocrático, trilhou o caminho iniciado no Chile, mostrando como medidas neoliberais estão longe de ser incompatíveis com Estado autoritários, estejam eles supostamente à direita ou à esquerda no espectro político – o que apenas reforça a aparência de que não haveria alternativas ao Neoliberalismo, afinal, entre Chile e China, existem mais semelhanças neoliberais do que podem fazer crer suas enormes diferenças quanto a seus sistemas representativos,

³³ ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. Em: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 11-12.

³⁴ Cf. KLEIN, Naomi. (2007) A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008; ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. Em: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Segundo Klein e Anderson, houve um verdadeiro choque social e econômico aplicado nos países do antigo bloco soviético, na transição direta entre um modelo de economia socialista dirigido pelo Estado e um modelo neoliberal.

³⁵ Cf. dados citados por Harvey: HARVEY, David. (2005) *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, pp. 105-6.

políticos ou partidários. A superfície do globo terrestre parece se cobrir inteira com o manto neoliberal.

Outro processo relacionado às diferentes experiências de neoliberalização é a privatização de grande parte dos serviços anteriormente oferecidos pelo Estado à população. Desde os serviços de utilidade pública imediata (como os transportes, a habitação, eletricidade, comunicações ou o sistema de saúde, por exemplo), até os direitos de propriedade intelectual, a partir da segunda metade da década de 1970, assistiu-se a uma grande onda de privatizações e ao conseqüente nascimento de enormes conglomerados privados nos mais diversos setores da economia³⁶. Um dos mais notórios casos foi o do empresário mexicano Carlos Slim Helú, terceiro homem mais rico do mundo em 2009 segundo ranking da revista *Forbes*, que colecionou sua fortuna por meio da completa privatização do setor de telecomunicações de seu país durante a década de 1990³⁷.

Seguindo essa trilha de privatização, mostra-se impossível discorrer sobre o Neoliberalismo, conforme atesta a fortuna crítica do tema, sem discorrer, ao mesmo tempo, sobre a financeirização e globalização da economia³⁸. A desregulamentação dos mercados e dos fluxos internacionais de capitais parece andar lado a lado com o avanço e espraio do Neoliberalismo pelo globo e ser elemento indissociável de sua história “A neoliberalização”, afirma Harvey, “significou a ‘financeirização’ de tudo. Isso aprofundou o domínio das finanças sobre todas as outras áreas da economia, assim como sobre o aparato de Estado e, como assinala Randy Martin, a vida cotidiana”³⁹. Na mesma direção, em *A mundialização financeira*, François Chesnais mostra como

o crescimento espetacular das transações financeiras foi um dos fatos mais significativos da década de 80 e já marcou os primeiros anos da década de 90. Efetivamente, a esfera financeira representa a ponta-de-lança do movimento de mundialização da economia; é nessa esfera que as operações do capital envolvem os montantes mais elevados; é aí que sua mobilidade é maior; é aí

³⁶ Cf. PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira. Em: *Brasil eliver ervid o inancaira e stado de merg ncia con mico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, pp. 105-139.

³⁷ Cf. HARVEY, David. (2010) O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, pp. 32 e seguintes.

³⁸ Estou ciente das inúmeras ciladas e desvios que o termo globalização pode oferecer. Minha intenção não é, de maneira alguma, tomar parte nesse debate; embora seja válido e profícuo, ele não é tema central para nós. Logo, tomarei o termo como sinônimo do processo econômico, guiado por decisões políticas, que integrou boa parte do globo – e excluiu outra boa parte – através das bolsas de valores, das empresas transnacionais, dos órgãos multilaterais internacionais e, principalmente, dos mercados financeiros. Para uma discussão profunda das distintas teorias acerca do papel desempenhado pelos mercados financeiros na economia capitalista neoliberal, conferir: LOPYDA, Ilan. A “financeirização” no capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2011.

³⁹ HARVEY, David. (2005) *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 41.

que, aparentemente, os interesses privados recuperam mais completamente a iniciativa, em relação ao Estado.⁴⁰

Os números, de fato, impressionam pela sua magnitude: segundo Chesnais, “de 1980 a 1992, a taxa média de crescimento anual do estoque de ativos financeiros foi 2,6 vezes maior do que da formação bruta de capital fixo do setor privado dos países da OCDE”⁴¹. De acordo com Paulani, entre 1980 e 2006, “[...] o PIB mundial cresceu 314%, ou 4,1 vezes, enquanto a riqueza financeira mundial cresceu, no mesmo período, 1.292%, ou 13,9 vezes. [...] De qualquer forma, as estimativas existentes sobre a riqueza financeira mundial indicam, para o total estimado em 2007 de cerca de US\$ 200 trilhões em ativos financeiros não derivados (McKinseys Institute), um total estimado, em valores nocionais, de cerca de US\$ 674 trilhões em derivativos [...]”⁴².

Segundo o diagnóstico de Harvey⁴³, houve uma transição do regime de acumulação “fordista-keynesiano”, que vigorou entre 1945 e 1973, para um regime de acumulação “flexível”, que entra em cena após 1973. Em termos de “regime de acumulação” (para utilizar os termos de Harvey, que, por sua vez, os toma de Marx), pode-se afirmar que o fordismo foi marcado por uma acumulação intensiva (centrada na extração de mais valia relativa e, portanto, no incremento da produtividade) e por basear-se no consumo de grandes massas. No regime flexível, por sua vez, constatamos o predomínio da lógica financeira e especulativa. Registra-se, em virtude disso, a coexistência de formas de exploração da mais valia absoluta, com padrões de consumo cada vez mais excludentes e com altos níveis de concentração de renda. Não fortuitamente, Harvey utiliza o termo “acumulação por espoliação”⁴⁴ para designar o papel exploratório desempenhado pela predominância dos mercados financeiros sobre a economia. Parece haver, assim, uma íntima relação de apoio mútuo e reciprocidade entre a financeirização econômica global e o progresso do Neoliberalismo como um projeto político e econômico.

O que nos leva a outro ponto decisivo apontado pela maioria dos estudiosos do período como um dos mais importantes pilares do Bem-estar se altera: a política de classes. O período que engloba o Estado de Bem-estar foi marcado por uma política de conciliação e concerto entre as classes, (ao menos em teoria) unidas em torno de ideais e objetivos comuns (como o crescimento nacional, por exemplo) e por um declínio sensível das

⁴⁰ CHESNAIS, François (org.). (1996) *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã. 1998, p. 11.

⁴¹ CHESNAIS, François (org.). (1996) *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã. 1998, p. 14.

⁴² PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. Em: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 66, 2009, pp. 29-30. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200003&lng=en&nrm=i>. Acesso em 02 abril de 2013.

⁴³ HARVEY, David. (1989) *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola. 2005.

⁴⁴ Cf. HARVEY, David. (2003) *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola. 2005.

taxas de desigualdade social, de diminuição da pobreza absoluta e relativa⁴⁵. Conforme afirma Ruy Braga,

Ao longo dos “trinta anos gloriosos” do capitalismo (1945-1973), o crescimento do “salarizado”, isto é, da classe de trabalhadores assalariados cuja reprodução é regulada pelos direitos da cidadania, ao menos apontava para o horizonte da superação da condição proletária por meio do planejamento estatal.⁴⁶

O Neoliberalismo, por sua vez, altera e ataca frontalmente essa política, adotando a tática de aumentar a taxa de produtividade do trabalho através de maior taxa de exploração da mão de obra e de enfrentamento político aos sindicatos e outras organizações trabalhistas – o que, aliada a uma nova estrutura de impostos altamente regressiva, não fortuitamente, aumentou consideravelmente a desigualdade econômica entre as classes⁴⁷. As derrotas impostas por Reagan ao tradicional sindicato dos controladores de voo em 1981 e por Thatcher à greve de mineiros em 1984 são emblemáticas dessa nova relação entre o Estado, a economia e as classes sociais. Segundo Prado,

Com a queda da taxa de lucro gerada pelo aumento da composição orgânica do capital e a conseqüente ameaça de estagflação nas principais potências imperialistas, tornou-se necessário deixar as políticas de conciliação de classe para trás. Para que fosse possível aumentar a taxa de exploração, tornou-se necessário enfrentar a grande presença política dos trabalhadores nas democracias de massa.⁴⁸

A chamada “reestruturação produtiva”⁴⁹, em curso desde a década de 1970, foi responsável por tentar contornar, na esfera produtiva, as perdas de produtividade que o capital sofria com o grande período de estagflação, de recessão e de diminuição dos lucros. Não por outro motivo, inovações quanto à gestão, ao controle da força de trabalho, à produção flexibilizada e à organização do trabalho entram em curso, causando, não

⁴⁵ Cf. HARVEY, David. (2005) *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, especialmente pp. 25 e seguintes. Segundo Harvey, nos EUA, a posse da riqueza pelo 1% mais rico da população sofre uma abrupta queda na década de 1970. Com o choque neoliberal, a quantia de riqueza detida por esse mesmo 1% volta a patamares análogos ao período anterior à Segunda Guerra Mundial. Ainda de acordo com Harvey, no Reino Unido, na Rússia, na China, no México e diversos outros países, algo muito similar ocorre.

⁴⁶ BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 15.

⁴⁷ Cf. HARVEY, David. (2005) *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, pp. 26-29; PALMA, José Gabriel. The revenge of the market on the rentiers. Why neo-liberal reports on the end of history turned out to be premature. Em: *Cambridge Journal of Economics*, no. 33, 2009, em especial p. 841 e seguintes.

⁴⁸ PRADO, Eleutério Fernando da Silva. *Uma apresentação dialética da genealogia do Neoliberalismo de Foucault*. Disponível em: <<http://eleuterioprado.wordpress.com/economia-politica/>>, p. 2.

⁴⁹ Cf. ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. (1994) *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

raro, o que se convencionou chamar de precarização e degradação real das condições de trabalho, que passam a exibir padrões de exploração da força de trabalho muito distintos daqueles alcançados pelos direitos trabalhistas do *Welfare State*. Nesse sentido, muito embora o nível de produtividade dos trabalhadores nos EUA cresça consideravelmente no período que engloba os anos de 1960 a 2000, vemos uma diminuição sensível do salário real dos anos de 1980 a meados dos anos de 1990, com um leve crescimento de 1995 a 2000 (que, no entanto, apenas repões o salário real do final dos anos de 1970)⁵⁰. Ao contrário de uma sociedade unida em torno dos mesmos ideais, notamos como, no Neoliberalismo crescem as evidências de conflitos sociais. Como afirma Fiori,

Não sendo de se estranhar, portanto, que nestes países venha aumentando de forma continuada e geométrica aquilo que a imprensa costuma chamar de “polarização social”, o que na prática vai fazendo com que o capitalismo contemporâneo fique cada vez mais parecido, do ponto de vista social, com o retrato que dele fez o velho Marx, já faz algum tempo⁵¹.

O mercado, as grandes corporações e empresas transnacionais, os CEOs⁵², os detentores dos fundos de *hedge*, ONGs e especialistas encaixados em *think tanks* e órgãos globais (como o FMI ou o Banco Mundial, por exemplo) passam a ser os agentes centrais do capitalismo neoliberal. Não fortuitamente, boa parte da literatura crítica sobre o assunto assinala, nesse sentido, uma mutação nas formas de governo tradicionais, centradas no Estado-Nação, especialmente o Estado de Bem-Estar, para uma ideia mais difusa e flexível que possa dar conta da multiplicidade de novos atores e dos processos envolvidos, agrupados sobre o termo geral de “governança”⁵³. “A passagem do governo (poder do Estado por si mesmo) à governança (uma configuração mais ampla que contém

⁵⁰ Cf. HARVEY, David. (2005) *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 34.

⁵¹ FIORI, José Luis. Neoliberalismo e políticas públicas. Em: *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 210. É importante frisar que o próprio Fiori reconhece como, a despeito dessa polarização social, o estado neoliberal tem uma política social que busca alcançar as classes pauperizadas desse mesmo processo – o que, por si, não descaracteriza o elemento neoliberal de suas ações.

⁵² Chief Executive Officer(s), na famigerada sigla em inglês.

⁵³ Como veremos à frente, Foucault também parece buscar um instrumento analítico para dar conta de uma problemática muito parecida com essa – embora não seja de modo algum idêntica –, e não deixa de ser curiosa a extrema similitude no nome que a crítica, à qual aqui me refiro, deu a esse fenômeno (“governança”) e o nome atribuído por Foucault (“governamentalidade”). Sobre o tema da governança global, cf. ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Chaos and Governance in the modern World System*. Minneapolis: Minnesota University Press, 1999; DIXIT, Avinash. *Lawlessness and Economics: alternative modes of governance*. Princeton: Princeton University Press, 2004; MCCARNEY, Patricia; STREN, Richard. *Governance on the ground: innovation and discontinuities in the cities of the developing world*. Princeton: Woodrow Wilson Center Press, 2003.

os Estados elementos-chave da sociedade civil) tem sido, portanto, pronunciada sobre o Neoliberalismo”⁵⁴, afirma Harvey.

No entanto, não é possível afirmar, embora assim o queiram muitos, que o Estado, no regime de governança, com seus supostamente velhos, rígidos e engessados métodos e mecanismos, deixou de ter qualquer papel nesse processo. Ao contrário, o Estado tem enormes tarefas a cumprir, como, por exemplo, a manutenção dos quadros legais e institucionais apropriados para a fluidez e confiabilidade do dinheiro; as funções militares e policiais, muito importantes para o funcionamento dos mercados; a renovada criação de mercados, nos âmbitos em que eles ainda são incipientes ou sequer existem; a manutenção dos contratos; a estabilidade do quadro de livre concorrência e o impedimento da formação de oligopólios ou monopólios artificiais na economia; a proteção aos direitos individuais de liberdade de escolha e de expressão; a responsabilização individual por todos os sistemas que antigamente eram fiados pelo Estado (como a educação, a saúde, a aposentadoria ou o desemprego); entre outros.

Conforme mostra Damien Cahill,

muitos estudos sugerem que não houve um declínio geral no tamanho do estado na era neoliberal. Tanzi e Schucknecht [...] descobriram que, entre 1980 e 1966, o total de gastos do governo proporcional ao PIB nas 17 maiores economias capitalistas industriais cresceu de 43,1 por cento para 45,6 por cento. O estudo de Rodrik dos países membros e não membros da OCDE postula uma “correlação positiva entre a exposição de uma economia à troca internacional e o tamanho do governo” nos anos de 1960 a 1990 [...]. [...] tal evidência ainda aponta para uma expansão no tamanho absoluta e relativa do governo durante a era neoliberal.⁵⁵

O que se nota, nesse sentido, não é uma anulação do Estado enquanto agente político, econômico e social, mas sim uma radical reconfiguração de suas instituições, aparelhos e práticas, que conferem a eles novas tarefas.

“Mas”, como nota Harvey, o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado [...].⁵⁶

Em outras palavras, o Estado, a despeito de sua intenção original, acabaria por desvirtuar o funcionamento ótimo da economia e a fluidez natural dos mercados, o que, por sua vez, em um verdadeiro paradoxo das consequências, causaria distorções econômicas, sociais e políticas indesejadas e maléficas para o todo da sociedade. Este é um dos

⁵⁴ HARVEY, David. (2005) *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 87.

⁵⁵ CAHILL, Damien. *Neoliberalism, crisis and the socially embedded economy*. Political Economy Department, University of Sydney, 2011, p. 4.

⁵⁶ HARVEY, David. (2005) *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 12.

inúmeros exemplos de como há uma relação íntima, quase simbiótica entre as proposições políticas e científicas neoliberais: o Estado de Bem-estar, analisado a partir de uma concepção que nega a possibilidade do sujeito do conhecimento atingir a totalidade dos processos e fenômenos que existem na economia e na sociedade, é, concomitantemente, política e intelectualmente alvejado pelas críticas neoliberais.

Desde seu surgimento, nesse sentido, o Neoliberalismo se colocou sempre na posição antagônica do intervencionismo e do planejamento estatal. Liberdade individual, independência e fluidez dos mercados, desregulamentação monetária, liberdade empresarial, a ideia dos mercados como alocadores ótimos dos recursos e bens (inclusive pessoais e subjetivos), boom dos mercados financeiros, retirada de direitos sociais dos trabalhadores e duro enfrentamento em relação aos sindicatos – tais passam a ser os mantras e motes mundiais. Nesse sentido, como afirma Anthony Giddens,

Para os neoliberais, o empreendimento capitalista não é mais considerado como a origem dos problemas da civilização moderna. Muito pelo contrário: ele é o centro de tudo bom que nela existe. Um sistema de mercado competitivo não só maximiza a eficiência econômica; ele é o principal fiador da liberdade individual e da solidariedade social. Em contraposição ao Velho Conservadorismo, os neoliberais admiram o individualismo econômico e o encaram como a chave para o sucesso da democracia dentro do contexto de um Estado mínimo.⁵⁷

Há de se explicar como tamanhas mudanças, drásticas e profundas tanto do ponto de vista macro-estrutural, econômico, social e político, quanto do ponto de vista micro, individual e capilarizado da vida cotidiana puderam se realizar. Aliado aos momentos em que a força policial teve de impô-las por meio da coerção direta (vide o Chile de Pinochet, entre incontáveis outros exemplos), o papel legitimador e científico fornecido pelas Universidades, a propagação de alto alcance de toda a estrutura da indústria cultural e o apelo cultural às ideias de liberdade individual, de renovação dos arcaicos parâmetros da relação entre indivíduo e Estado e de flexibilidade nos modos de vida em um contexto imediatamente posterior aos levantes de maio de 1968 são fatores geralmente apontados pela crítica como responsáveis por criar um grande consenso neoliberal.

Fato é que, de início tateando em seus métodos e procedimentos, chegamos aos anos de 1990 com um quadro de Neoliberalismo já estabelecido e aceito, quase que naturalmente, como a forma de governo, de teoria e de condução econômica por excelência⁵⁸. Prova disso é sua fantástica capacidade de se manter estável e incontestado, mesmo

⁵⁷ GIDDENS, Anthony. (1994) *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 44.

⁵⁸ Cf. ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. Em: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 15-17.

que seus efeitos não tenham sido os desejados em termos de crescimento econômico e de dinamização da economia, durante boa parte da década de 80⁵⁹.

Para termos noção da magnitude dessa hegemonia planetária neoliberal, basta lembrar da frase insistentemente martelada por Margaret Thatcher em diversos discursos políticos: “*there is no alternative*”. O filósofo e economista político Francis Fukuyama parece ter explicitado essa incômoda tese, quando, no início dos anos de 1990, publica a controversa obra *O fim da história e o último homem*⁶⁰, anunciando que a democracia neoliberal ocidental seria o ponto alto e cume da história da humanidade. Eis como Leda Paulani descreve tal situação:

“repetido hoje de A a Z, ou seja, por economistas das mais variadas filiações ideológicas, o argumento reza que não há política econômica de direita, de esquerda ou de centro. Existe a política certa, tecnicamente (sic) fundamentada, neutra; e existe a política errada, irresponsável, utópica, ingênua, populista”⁶¹.

Para a esquerda em nível mundial, de partidos políticos a intelectuais, passando por sindicatos e movimentos sociais, essa alteração, do *Welfare State* para o Neoliberalismo, obrigou a um reposicionamento e ao estabelecimento de novas táticas de enfrentamento, de análise e de crítica. Com o espraiamento do neoliberalismo por grande parte do globo, com a emergência de uma doutrina e de práticas com status e legitimação científica, com a derrocada do socialismo real e com o aparente desaparecimento sequer da polarização entre direita e esquerda que norteou o século XX como um todo, diversos impasses se colocaram para as esquerdas. Afinal, como afirmam O’Malley, Rose e Valverde,

embora muitos na esquerda tivessem sido críticos das práticas do Estado de Bem-estar, argumentando que elas eram paternalistas, que continham um poder profissional discricionário, extenso controle social e que, na verdade, sustentavam a desigualdade, poucos enxergaram qualquer coisa positiva na ascensão daquilo que era frequentemente chamado Neoliberalismo.⁶²

Estes são, grosso modo, os termos gerais que formam e constituem aquilo que conhecemos por Neoliberalismo. Embora tenhamos traçado o quadro geral acima

⁵⁹ “Pelo contrário”, narra, nesse sentido, Fiori, “estes mesmos quinze anos de relativo sucesso no controle da inflação, do déficit público da atividade sindical e do aumento da lucratividade privada vieram implacavelmente acompanhados de uma prolongada estagnação econômica entremeada de breves ciclos de crescimento”. FIORI, J. L. *Neoliberalismo e políticas públicas*. Em: *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 209.

⁶⁰ FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

⁶¹ PAULANI, Leda Maria. *Brasil eliver: evido inanceira e stado de merg ncia con mico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, p. 16.

⁶² O’MALLEY, Pat; ROSE, Nikolas; VALVERDE, Mariana. *Governmentality. Annual Review of Law and Social Science*, Volume 2, 2006, p. 91. Tradução minha. Não desejamos, com esta oposição entre Estado de Bem-estar social e Neoliberalismo, romantizar aquele; estamos conscientes de seus limites sociais e econômicos.

ignorando importantes nuances e diferenças entre os distintos autores, suas respectivas formações acadêmicas e linhas de pensamento às quais se filiam, e também passando ao largo das diferenças e desigualdades existentes entre cada situação nacional específica, nosso objetivo era apenas introduzir a discussão, de modo holístico e abrangente, acerca do que exatamente seria o Neoliberalismo. Tal quadro, como todo panorama, apresenta o defeito de não ser detalhado e específico o suficiente, mas pode auxiliar-nos na compreensão da importância e das novidades introduzidas por Foucault no debate. Como ficará claro no decorrer da dissertação, Foucault muitas vezes se distancia dessa concepção de Neoliberalismo; outras vezes, se aproxima intensamente; e, noutras ainda, desloca as questões, trazendo novos tipos de interpretação.

É de vital importância realizar esse panorama uma vez que ele nos permite localizar historicamente o período e as transformações que Foucault analisa em *Nascimento da Biopolítica*. São justamente essas transformações em nível mundial que instigaram as indagações do filósofo e levaram-no a realizar uma incursão teórica em inúmeros aspectos constituintes do Neoliberalismo como um todo. Com o quadro acima em mente, podemos localizar e compreender muito melhor e claramente as reflexões de Foucault, ainda que os diagnósticos, por vezes, pareçam colidir frontalmente.

As indagações do filósofo, principalmente em seu curso de 1978 e 1979, permitem-nos interpelar de uma distinta maneira este contexto. Nesse sentido, tentamos a seguir mostrar qual é essa maneira. Não queremos afirmar de maneira alguma com isso que, necessariamente, todas as análises empreendidas a respeito do Neoliberalismo estejam “erradas” ou sejam “falsas”. Porém, caso sejamos capazes de pensar em outras chaves analíticas, outras entradas interpretativas, outras portas de investigação, poderíamos nos beneficiar pela compreensão de novos e essenciais aspectos desse fenômeno histórico.

CAPÍTULO 1 – QUESTÕES PRELIMINARES

OS CURSOS NO COLLÈGE DE FRANCE E O “OUTRO” FOUCAULT

De 1971 até 1984, ano de sua morte, Michel Foucault lecionou uma série de cursos no Collège de France⁶³. Neste cargo, substituiu seu antigo mestre, Jean Hyppolite, filósofo que orientou sua tese complementar de doutoramento em Clermont-Ferrand, a saber, uma tradução da Antropologia de Kant, que foi antecedida de uma introdução escrita pelo próprio Foucault⁶⁴ (a tese principal foi *História da Loucura na Idade Clássica*⁶⁵, orientada por Georges Canguilhem). Enquanto a cadeira de Hyppolite tinha o título de *Histoire de la pensée philosophique*, a Assembléia dos Professores do Collège decide, em novembro de 1969, alterar tal título, criando uma cadeira específica para Foucault: *Histoire des systèmes de pensée* – como demonstrarei à frente, tal mudança não é fortuita.

O formato desses cursos era, segundo François Ewald e Alessandro Fontana, o seguinte:

O ensino no Collège de France obedece a regras específicas. Os professores têm a obrigação de dar 26 horas de aula por ano (metade das quais, no máximo, pode ser dada na forma de seminários). Devem expor cada ano

⁶³ Na realidade, o primeiro curso de Foucault, *La volonté de savoir*, se inicia em dezembro de 1970. No ano de 1977, Foucault não leciona nenhum curso, em virtude de gozar de um ano sabático. Os cursos, em ordem cronológica: *La volonté de savoir* (1970-1971); *Théories et institutions pénales* (1971-1972); *La société punitive* (1972-1973); *Le pouvoir psychiatrique* (1973-1974); *Les anormaux* (1974-1975); *Il faut défendre la société* (1975-1976); *Sécurité, territoire, population* (1977-1978); *Naissance de la biopolitique* (1978-1979); *Du gouvernement des vivants* (1979-1980); *Subjectivité et vérité* (1980-1981); *L'herméneutique du sujet* (1981-1982); *Le gouvernement de soi et des autres* (1982-1983); *Le courage de la vérité* (1983-1984). Cf. FOUCAULT, Michel. *Résumé des Cours (1970-1982)*. Paris: Julliard, 1989.

⁶⁴ KANT, Immanuel. (1798) *Anthropologie du point de vue pragmatique*. Vrin: Bibliothèque des Textes Philosophiques, 2008. ; FOUCAULT, Michel. *L'Anthropologie de Kant. Thèse complémentaire*, 2 Vol. Dactylographiés. Paris: Sorbonne, 1961.

⁶⁵ No original, *olie et déraison. Histoire de la folie à l'âge classique*. Cf. FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos I. Problematização do Sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 15.

uma pesquisa original, o que os obriga sempre a renovar o conteúdo do seu ensino.⁶⁶

Embora o conjunto desses cursos não constitua, hoje, grande novidade para o estudioso da obra de Foucault, dada a explosão dos estudos que se debruçam sobre os “cuidados de si”, a “ética”, as “relações do si consigo”, entre outros temas afins, uma parte deles continua apenas parcial, superficial e muito recentemente estudada.

Há muitos estudos que analisam temas semelhantes aos propostos aqui. Da Criminologia à Sociologia da punição, passando pela Sociologia do controle, pelos estudos do risco nas sociedades contemporâneas, além dos estudos de gênero, das críticas pós-coloniais, da teoria da sexualidade, da Sociologia do trabalho, da Sociologia econômica, e por tantos outros campos, a noção de “governamentalidade” e toda a discussão de Foucault em torno da arte liberal de governar e da biopolítica se tornaram ponto de partida e decisiva influência para uma série de importantes estudos em termos de teoria social – os assim chamados “*governmentality studies*”, em inglês, como a grande maioria de sua produção⁶⁷.

No entanto, quando olharmos para as principais publicações que analisam tal período da produção intelectual foucaultiana⁶⁸, notamos quão escassas e recentes são elas quando comparadas a outras “fases” de sua experiência filosófica.

É claro que, em parte, a “culpa” disso é do próprio filósofo francês, uma vez que, já no início da década de 80, realizou outro de seus característicos deslocamentos e inflexões analíticos e apontou suas pesquisas e livros para os próximos volumes da *História da Sexualidade* e para os cursos da fase de seus estudos que se convencionou chamar de “Ética”, deixando para trás, ao menos à primeira vista, as contribuições da segunda metade dos anos de 1970 a respeito do Neoliberalismo. Como destaca Donzelot, “de certa

⁶⁶ EWALD, François; FONTANA, Alessandro. Nota. Em: FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. XIV.

⁶⁷ Para um levantamento extenso dos estudos sobre governamentalidade, conferir: O’MALLEY, Pat; WEIR, Lorna; SHEARING, Clifford 1997: *Governmentality, criticism, politics*. Em: *Economy and Society*, Vol. 26, No. 4, pp. 501-517. E: O’MALLEY, Pat; ROSE, Nikolas; VALVERDE, Mariana. *Governmentality. Annual Review of Law and Social Science*, Volume 2, 2006, pp. 83-104.

⁶⁸ Cito aqui algumas das principais: BARRY, Andrew.; OSBORNE, Thomas.; ROSE, Nikolas. *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
BURCHELL, Graham. Liberal government and techniques of the self. Em: *Economy and Society*, Volume 22, N. 3, August 1993, pp. 267-282.
DONZELOT, Jacques. Michel Foucault and liberal intelligence. Em: *Economy and Society*, Volume 37 N. 1, February 2008, pp. 115-134.
LEMKE, Thomas. ‘The birth of bio-politics’: Michel Foucault’s lecture at the *Collège de France* on neo-liberal governmentality. Em: *Economy and Society*, Volume 30, N. 2, January 2001, pp. 190-207.

maneira, a posteridade rejeitou o abandono prematuro [de Foucault] da questão do governo dos homens em favor do estudo da conduta de si”⁶⁹.

Como já afirmei, se atentarmos bem, a não ser muito recentemente (de maneira geral, desde o fim da década de 90 do século passado), não muito numerosos são os artigos e livros que analisam detidamente a produção intelectual de Foucault a respeito do Liberalismo e do Neoliberalismo, produção esta proferida, basicamente, no curso *Nascimento da biopolítica* (1978-79). Como também nota Márcio Alves da Fonseca,

O estreito vínculo de seu pensamento [de Foucault] com a atualidade permitiu inúmeras análises que ainda hoje parecem nos dizer respeito de perto: e por certo, dentre elas, o estudo da racionalidade política que corresponde às artes de governar liberal e neoliberal é um dos menos explorado⁷⁰

Essa relativa falta de estudos nessa parcela da produção de Foucault se dá, em primeiro e principal lugar, em virtude da deveras recente publicação dos cursos do filósofo. Foi apenas em 2004 que *O Nascimento da biopolítica* foi publicado no formato de livro na França (no Brasil, isso se deu ainda quatro anos mais tarde, em 2008 – mesmo ano da tradução do curso para o inglês, que difundiu esta temática por todo o globo). Antes disso, o pesquisador que se interessasse pelos cursos de Foucault não tinha alternativa senão consultar os áudios e transcrições disponíveis na Biblioteca de Saulchoir, em Paris, que dispôs do arquivo entre 1986 e 1998, quando o arquivo foi movido para o Instituto Memórias da Edição Contemporânea, também em Paris⁷¹. Não é fato menor, nesse sentido, que nem todos os cursos de Foucault estejam publicados em língua portuguesa, o que torna grande parte dessas aulas e escritos matéria a ser ainda estudada e analisada.

No entanto, é possível também que, em parte, no afã de buscar afastar Foucault de qualquer proximidade com tudo aquilo que foi assemelhado à velha esquerda, ao marxismo “economicista e teleológico”, ao intelectual público e universal, aos antigos partidos comunistas, aos “velhos esquemas rígidos” das teorias clássicas, muitos comentadores da obra de Foucault esqueceram (ou desconheciam) uma importante parcela de sua pesquisa, que durou ao menos dois anos e buscou analisar de perto como funcionam os mecanismos da “arte liberal de governar”. Não que em tal período Foucault tenha, por exemplo, reaproximado-se do Partido Comunista Francês, muito pelo contrário. Entretanto, ao analisar o Neoliberalismo, as inter-relações entre economia, política, sociedade e indivíduo, Foucault se aproxima, ao menos quanto ao objeto, de muitas áreas alheias a

⁶⁹ DONZELOT, Jacques. Michel Foucault and liberal intelligence. Em: *Economy and Society*, Volume 37 N. 1, February 2008, p. 116. Tradução minha. Muito embora, continua Donzelot, esses estudos que versam sobre as relações éticas do si consigo tenham seu interesse, não parecem de maneira alguma se sobreporem em importância ou preeminência ao assunto tratado em 1978 e 1979 acerca do Neoliberalismo.

⁷⁰ FONSECA, Márcio Alves da. Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. Em: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 156. Grifos meus.

⁷¹ Cf. o sítio na Internet do Centro Michel Foucault: <<http://michel-foucault-archives.org/?A-propos-du-centre-Michel-Foucault>>.

seus tradicionais e já bem constituídos campos de estudo, tal qual a loucura, a prisão ou a sexualidade, para citar apenas alguns.

Antes de prosseguirmos, mostra-se necessário realizar algumas ressalvas iniciais, uma vez que os livros que formam a base dessa dissertação não são exatamente livros, mas sim cursos. Imediatamente há aí uma implicação de ordem pragmática: os cursos não foram concebidos como livros, mas sim como aulas e, apesar de apresentarem-se, até certo ponto, de modo coerente e coeso, ainda assim, são aulas e não capítulos de um livro projetado, revisado e, somente então, publicado. Como afirma Keith Tribe, acerca de *Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica*, afirmação esta que poderia facilmente ser estendido à totalidade dos cursos, “esses dois livros registram o que Foucault disse em certo dia e em certo horário, e não o que ele, após subsequente reflexão, poderia ter desejado dizer”⁷². Logo, muitas vezes alguns conceitos sofrem mutações, são abandonados, citados apenas uma vez e esquecidos, retomados com sentido diverso – em suma, todos os tipos de transgressões teóricas advindas de alguém como Foucault, sempre contestou a ideia de um autor como uma instância unívoca, coesa e que seria sempre linear e progressiva em sua pesquisa⁷³.

Ainda nesse sentido, podemos entender os cursos como espécies de “laboratórios de experimentação” teórica e analítica. Ou seja, uma vez que não se tratava de um livro oficial, é possível que Foucault tenha aproveitado a oportunidade para se aventurar em novas hipóteses e campos de análise, sem tantos cuidados próprios à publicação de um livro – o que implica certo vaguear que, muitas vezes, leva a meandros, caminhos sem saída, desvios, retornos.

Thomas Biebricher⁷⁴ enfatizou a dificuldade de lidar com a maioria dos conceitos aqui em questão. As noções de “biopolítica”, “biopoder” e “governamentalidade”, para citar os exemplos mais notórios, são frequentemente transformadas entre seus diferentes usos. Sequer entrando no mérito da questão dos estudos de governamentalidade após a morte de Foucault – que utilizam tais termos, como coloca Biebricher, como se pudessem “abarcara tudo”⁷⁵ –, do capítulo final do primeiro volume d’A *História da Sexualidade*, passando pelos cursos *Em defesa da sociedade*, *Segurança, Território, População*, e chegando ao curso *Nascimento da biopolítica*, encontramos, nas próprias formulações de Foucault, distintas mutações que acompanham esses conceitos. Sendo assim, definir tais

⁷² TRIBE, Keith. The political economy of modernity: Foucault’s *Collège de France* lectures of 1978 and 1979. Em: *Economy and Society*, vol. 38, n. 4, 2009, p. 682.

⁷³ Cf. FOUCAULT, Michel. (1969) *O que é um autor*. S. l.: Passagens, 1997. Como o próprio pensador afirma em uma de suas aulas: “Se vocês quiserem e reservando-me o direito de fazer mudanças – porque, como vocês sabem, sou como o lagostim, ando de lado [...]”. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 107.

⁷⁴ BIEBRICHER, Thomas. The biopolitics of ordoliberalism. Em: *Foucault Studies*, No. 12, October 2011, pp. 171-191.

⁷⁵ Cf. BIEBRICHER, Thomas. The biopolitics of ordoliberalism. Em: *Foucault Studies*, No. 12, October 2011, p. 173.

conceitos de modo a estabelecer um campo semântico preciso e delimitado ao qual eles se referem mostra-se tarefa quase inexecutável.

Sigo, assim, aquilo que afirma Roberto Machado, em *Por uma genealogia do poder*:

É que, para ele [Foucault], toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos que clarificam os dados – organizando-os, explicitando suas interrelações, desenvolvendo implicações – mas que, em seguida, são revistos, reformulados, substituídos a partir de novo material trabalhado.⁷⁶

Dito isso, explícito desde já que minha intenção não é encarar Foucault como um autor liberto das regras heterônomas e coercitivas da Academia e, para usar um termo do qual Foucault, para dizer o mínimo, desconfiaria, “pós-moderno”⁷⁷. Creio que, para compreender esses cursos de Foucault – para não dizer sua experiência filosófica como um todo –, devemos nos posicionar na metade do caminho, entre o gênio transgressor e o *scholar par excellence*. Focalizando demasiadamente apenas um dos lados, perdemos de vista importantes aspectos do outro: se pensarmos apenas no lado transgressor, esquecemos as infindáveis horas de trabalho minucioso de análise de documentos em bibliotecas e arquivos, por exemplo; ao contrário, se insistirmos demais no scholar, como entender seu engajamento político e suas inúmeras inovações teóricas, metodológicas e de estilo?

Sendo assim, ao invés de rotular essas, se quisermos, “inconsistências” teóricas de seus conceitos como falhas, podemos tentar enxergar nelas uma ampliação do escopo analítico ao qual se pretendem. Em outras palavras, podemos ver, nessas ondulações e flutuações conceituais, momentos diferentes de uma pesquisa que, olhando para um objeto

⁷⁶ MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. Em: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. XI.

⁷⁷ Entre os inúmeros momentos nos quais Foucault declara seu mal-estar e desconforto em relação à etiqueta, muitas vezes atribuída a ele, de “pós-moderno”, conferir: FOUCAULT, Michel. (1983) *Structuralisme et poststructuralisme*; entretien avec G. Raulet. Em: *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, pp. 1250-1276.

complexo, ilumina a cada momento um aspecto diferente desse objeto. Juntando os cacos, poderíamos assim configurar uma ideia aproximada desse objeto como um todo⁷⁸.

LOCUS METODOLÓGICO-TEÓRICO DOS CURSOS

A obra de Foucault é dividida por muitos comentadores em três fases distintas⁷⁹. Segundo Davidson,

Três grandes domínios de análise podem ser encontrados na obra de Foucault como um todo: uma análise dos sistemas de conhecimento, das modalidades de poder e da relação do si consigo. Em cada um desses domínios, Foucault emprega formas muito específicas de análise, as quais ele chamou, respectivamente, arqueologia, genealogia e ética.⁸⁰

A primeira fase seria, assim, a *Arqueologia do saber*, que englobaria, *grosso modo*, as obras *História da loucura* (1961), *Nascimento da clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966) e *Arqueologia do saber* (1969). A segunda fase seria a Genealogia do Poder (cujas obras mais marcantes incluem *Vigiar e Punir*, de 1975 e o primeiro volume de *A História da Sexualidade*, de 1976) e a última, a Ética (que contém, principalmente, os dois últimos volumes de *A História da Sexualidade*, ambos de 1984)⁸¹.

As obras aqui propostas como objeto principal de estudo se situam, logo, em um período cronológico de transição, entre a Genealogia e a Ética. No entanto, o que gostaria de ressaltar são as características mais salientes que aproximam esses cursos não da última fase da produção de Foucault, mas sim das duas primeiras, em especial da genealógica. É inegável a contribuição de seus estudos que buscam realizar uma genealogia do

⁷⁸ É importante frisar que, para Foucault, não se trata de um “todo” harmônico ou sintético e nem se assume que esse “todo” é de fato atingido.

⁷⁹ Cf., por exemplo: DAVIDSON, Arnold. *Archeology, Genealogy, Ethics*. Em: HOY, David Couzens (ed.). *Foucault: a critical reader*. Oxford: Blackwell, 1986, pp. 221-233. Ou: SMART, Barry. *Introductory Essay: The government of conduct – Foucault on Rationality, Power and Subjectivity*. Em: SMART, Barry (ed.). *Michel Foucault critical assessments (volume IV)*. London; New York: Routledge, 1994, pp. 3-15.

⁸⁰ DAVIDSON, Arnold. *Archeology, Genealogy, Ethics*. Em: HOY, David Couzens. (ed.). *Foucault: a critical reader*. Oxford: Blackwell, 1986, p. 221. Tradução minha.

⁸¹ Compreendo que tal divisão, por vezes, pode parecer um tanto quanto arbitrária, afinal, como já afirmei e como veremos em detalhe à frente, muitos temas na obra de Foucault aparecem, desaparecem e reaparecem modificados, analisados por novos ângulos, em meio a outros objetivos. No entanto, como é uma divisão que se tornou, por assim dizer, “canônica”, recorro a ela para melhor delimitar meu tema.

poder, tal como *Vigiar e Punir* (1975) ou *A História da sexualidade I – a vontade de saber* (1976) para os cursos oferecidos no Collège de

France no período de 1975 a 1979 – muito embora a aproximação de sua última fase possa ser decisiva para ajudar na compreensão dessa inflexão final de sua experiência filosófica.

Embora, como mostram Ewald e Fontana, o conteúdo dos cursos seja sempre original, de modo que “[...] eles não repetem os livros publicados”, isto é, os cursos “[...] têm seu estatuto próprio”⁸², seria inimaginável supor que se trate de exercícios teóricos completamente apartados da pesquisa corrente do filósofo francês. Ou seja, é possível afirmar que sua análise do Neoliberalismo não se distancia em absoluto daquilo que marcou sua fase genealógica, assim como também traz elementos de sua fase arqueológica.

É igualmente possível defender que Foucault estaria, ao menos desde a série de conferências intituladas *A verdade e as formas jurídicas* (1973) e de *Vigiar e Punir* (1975), interessado em esquadrihar as relações de poder presentes e atuantes em sua época, em suas inúmeras facetas e modos de aparição e funcionamento. Como afirma o próprio filósofo em 1978, “porque, afinal, se a questão do poder se coloca, não é absolutamente porque a tenhamos colocado. Ela se colocou, ela nos foi posta. Ela nos foi posta, é claro, por nossa atualidade, mas também por nosso passado, um passado tão recente que mal parece ter terminado”⁸³. Isto é, ao menos desde os anos 70 do século XX, Foucault se viu obrigado, para entender e poder criticar seu presente histórico, a cada nova obra e a cada novo curso, a voltar-se para um aspecto diferente de sua contemporaneidade, o que o permitia enxergar diferentes aspectos das relações, mecanismos e dispositivos de poder⁸⁴ operantes, em suas múltiplas e móveis “lógicas estratégicas”⁸⁵.

Assim, tendo a experiência do Grupo de Informações sobre as Prisões (G.I.P.)⁸⁶ como guia empírico e de atuação política, em *Vigiar e Punir* (1975), o objetivo é analisar as mutações existentes nas tecnologias de poder, do poder soberano às disciplinas, das multidões perigosas ao assujeitamento moderno, da (constante) “falência” da prisão a

⁸² EWALD, François; FONTANA, Alessandro. Nota. Em: FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. XV.

⁸³ FOUCAULT, Michel. (1978) A filosofia analítica da política. Em: *Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 38. Grifos meus.

⁸⁴ É sempre muito difícil falar em “o poder” em Foucault, afinal, seria totalmente avesso e contrário ao método genealógico erigir um universal, “o poder”, a partir do qual irradiam suas formas concretas de aplicação. Daí porque não há em Foucault, uma teoria do poder, mas sim uma “analítica” do poder, um exame de como, concretamente, determinadas práticas e relações acabam por produzir jogos de poder. Pode-se afirmar que este é um traço comum a grande parte da produção de Foucault, a tentativa de não partir de Universais e, a partir deles, esclarecer suas formas concretas e específicas, mas, ao contrário, supor, de início, a inexistência desses Universais.

⁸⁵ O termo é do próprio Foucault. Cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 58 e seguintes.

⁸⁶ Cf. ALVAREZ, Marcos César. Punição, poder e resistências: a experiência do *Groupe d’Information sur les Prisons* e a análise crítica da prisão. Em: ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard; SCAVONE, Lucila (Orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: Editora da UNESP, v. 01, 2006, pp. 45-60.

gestão das ilegalidades, tudo isso ocorrendo com a formação e os apoios recíprocos de um campo correlato de saber – as próprias Ciências Humanas.

Já em *A vontade de saber* (1976), tendo, de um lado, como alvo teórico, o freudo-marxismo⁸⁷ (em especial Herbert Marcuse⁸⁸) e o marxismo existencialista⁸⁹, e, de outro, como alvo político, os movimentos nascidos no bojo das revoltas de 1968, tratou-se de analisar como atrelamos inexoravelmente a verdade de nosso eu a um dispositivo de sexualidade e como uma explosão discursiva acerca de nossa sexualidade parece ser ofuscada por nosso desejo de afirmar que ela é a todo tempo negada. De modo que [...]

o ponto importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas. Que caminhos lhe permitem atingir as formas raras ou quase imperceptíveis do desejo, de que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano – tudo isso com efeitos que podem ser de recusa, bloqueio, desqualificação mas, também, de incitação, de intensificação, em suma, as ‘técnicas polimorfos do poder’.⁹⁰

Não se trata de afirmar que as obras de Foucault seguem uma trajetória linear e que cada livro escrito seria uma espécie de continuação do anterior, mas tampouco se trata de afirmar uma multiplicidade e dispersão completas do conjunto das obras de Foucault, segundo as quais cada uma seria definitiva e inexoravelmente independente das outras obras anteriores ou posteriores. Seguindo Colin Gordon, “as evidências de uma forte continuidade desde *Histoire de la folie* até o final da produção de Foucault geralmente têm recebido pouca atenção crítica”⁹¹. Isto é,

Uma possível linha de continuidade é a presença de “uma epistemologia institucional que correlaciona a possibilidade de desenvolvimentos particulares em sistemas de pensamento aos meios de observação e registro viabilizados por mecanismos e locais institucionais especiais” (Gordon, 1990, p. 12), uma linha que se estende de *Histoire de la folie* até *Vigiar e*

⁸⁷ Corrente de pensamento que, a partir de 1920, lançou-se a conjugar a teoria marxista com a psicanálise, em especial a obra de Freud. Podemos citar como os mais conhecidos exemplos dessa corrente Herbert Marcuse, Wilhelm Reich e Erich Fromm. Cf. ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

⁸⁸ Herbert Marcuse (1898-1979), filósofo berlinense e integrante da chamada Escola de Frankfurt. Formulou sua teoria a respeito da sociedade industrial desenvolvida conjugando teoria social marxista e psicanálise freudiana. Tornou-se uma das principais referências intelectuais dos levantes de Maio de 68. Cf. WIGGERSHAUS, Rolf. (1986) *A escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

⁸⁹ Corrente teórica principalmente francesa que buscou conjugar marxismo e existencialismo, encontrando na figura de Jean-Paul Sartre (1905-1980) seu maior expositor.

⁹⁰ FOUCAULT, Michel. (1976) *História da sexualidade I – a vontade de saber*. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1988, p. 18.

⁹¹ GORDON, Colin apud SMART, Barry. Introductory Essay: The government of conduct – Foucault on Rationality, Power and Subjectivity. Em: SMART, Barry (ed.). *Michel oucault critical assessments (volume IV)*. London; New York: Routledge, 1994, p. 5.

Punir. Outra é a “interconexão de questões de racionalidade governamental e questões da organização social da subjetividade: a ligação... entre a macrofísica e a microfísica do poder” (Gordon, 1990, p. 11).

Em suma, evidência de continuidade pode ser encontrada na preocupação geral com as formas de racionalidade, com as relações de poder e com a constituição de formas de subjetividade, todas presentes, embora com distintos graus de explicitação, ao longo de toda a obra de Foucault.⁹²

Nesse sentido, Foucault manteria muitas preocupações comuns ao longo de suas obras e “fases”, não sendo diferente em relação ao tema do Neoliberalismo. Poderíamos, então, entender esses cursos no Collège de France, também como tentativas de Foucault de, por um lado, responder a algumas das críticas que muitos endereçaram a suas obras anteriores, como as já citadas *Vigiar e Punir* (1975) ou *A História da sexualidade I – a vontade de saber* (1976) e, por outro, aprofundar seu diagnóstico do presente, adicionando camadas analíticas a ele e propondo pontos de inflexão teórica e conceitual.

A questão da “governamentalidade” apareceria, assim, como uma maneira de responder justamente a algumas dessas críticas⁹³ - como, por exemplo, a crítica da ausência de uma perspectiva macro em suas análises, ou a ausência das práticas do Estado em suas obras, ou ainda o diminuto papel legado à autonomia e liberdade individual, entre outras -, e realização, então, finalmente, de uma espécie de “teoria do Estado”, embora não se trate propriamente de uma teoria do Estado, mas sim de uma teoria da arte de governar, do tipo de raciocínio e ações ou do sistema de pensamento e práticas envolvido no exercício de um governo⁹⁴. Novamente segundo Gordon:

Esta concepção de uma história de racionalidades de governo tem complexas correlações e precedentes nas histórias locais de práticas normalizadoras investigadas nos livros anteriores de Foucault. O *hôpital général* estudado em *História da Loucura*, as instituições de internamento do ancien régime,

⁹² SMART, Barry. Introductory Essay: The government of conduct – Foucault on Rationality, Power and Subjectivity. Em: SMART, Barry (ed.). *Michel Foucault critical assessments (volume IV)*. London; New York: Routledge, 1994, p. 5. Tradução minha.

⁹³ Cf., por exemplo, FOUCAULT, Michel. (1978) Precisoões sobre o Poder. Respostas a Certas Críticas. Em: Ditos e Escritos IV. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 270-280; GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, pp. 1-51.

⁹⁴ Foucault cunha o neologismo “governamentalidade” na aula de 1º de fevereiro de 1978 do curso do Collège de France intitulado Segurança, Território, População. Em linhas gerais, trata-se de uma arte de governar, de conduzir a conduta dos indivíduos, utilizando táticas e técnicas muito específicas de governo e se apoiando em saberes determinados, tendo como ponto de aplicação a população e, como parâmetro de inteligibilidade, a Economia Política. Retornarei a seu significado mais detidamente à frente. Para uma definição precisa por Foucault, cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 143-4.

são o instrumento de uma arte policial de governo. O panóptico de Bentham, examinado em *Vigiar e Punir*, é um teorema liberal da segurança política.⁹⁵

Isto posto, é claro que seria igualmente falso defender que Foucault faria nada mais que uma espécie de repetição exaustiva de um esquema geral metodológico, que é aplicado ora à sexualidade, ora à delinquência, ora à loucura. Fica claro ao leitor atento que sempre existem inovações teóricas, de conteúdo e, segundo alguns, metodológicas⁹⁶, e isso não é diferente em *Nascimento da Biopolítica* (1978-79)⁹⁷.

Podemos, logo, começar a relativizar essa divisão canônica da obra do filósofo em três fases distintas e sucessivas. Como afirmam Paul Rabinow e Huber Dreyfus, “*não há pré e pós-arqueologia ou genealogia em Foucault*. Contudo, o peso e a concepção destas abordagens mudaram no decorrer de seu trabalho”⁹⁸. Ou, segundo Davidson:

Mas a genealogia menos desloca a arqueologia do que alarga o tipo de análise almejada. É uma questão, como coloca Foucault em seus últimos escritos, de diferentes eixos cuja ‘importância relativa... não é sempre a mesma para todas as formas de experiência’. Esses eixos de análise são complementares, e não contraditórios. [...] No entanto, seria um erro pensar que Foucault abandonou seu método arqueológico; e, de um ponto de vista epistemológico, foi de fato bom que ele jamais o deixou de lado, uma vez que o nível arqueológico é um nível distinto e indispensável de análise, cujo abandono resultaria inevitavelmente em distorção.⁹⁹

Em outras palavras, não é que a análise epistêmica, tão presente em sua fase Arqueológica, tenha desaparecido, mas é complementada, complexificada e resignificada pela genealogia, fase na qual entra em jogo essa relação entre solo epistêmico e, por assim dizer, “realidade efetiva”. Não fortuitamente, a própria noção de “discurso” para Foucault foge à definição corriqueira de algo ideado e contraposto à realidade objetiva. Discurso é, em si, já a própria realidade. Aliás, nada seria mais avesso ao método e à teoria foucaultiana do que considerar o discurso como “mero” discurso, como simples forma exterior e estranha a qualquer tipo de prática concreta ou sem qualquer relação com a realidade – os discursos são em si já realidade, ou seja, trata-se de um par em que os termos poder e saber se apoiam e se influenciam reciprocamente, negam-se e se reforçam

⁹⁵ GORDON, Colin. The soul of the citizen: Max Weber and Michel Foucault on rationality and government. Em: SMART, Barry (ed.). *Michel Foucault critical assessments (volume IV)*. London; New York: Routledge, 1994, p. 432. Tradução minha.

⁹⁶ Cf., por exemplo, COLLIER, Stephen. Topologies of Power: Foucault's Analysis of Political Government beyond 'Governmentality'. Em: *Theory, Culture, Society*, Vol. 26, 2009, pp. 78-108.

⁹⁷ Talvez seja o caso de admitir que não exista, propriamente dito, um método em Foucault. Sou grato ao professor Marcos Nalli por tal “provocação” teórica.

⁹⁸ RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. (1983) *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 116. Grifos dos autores

⁹⁹ DAVIDSON, Arnold. Archeology, Genealogy, Ethics. Em: HOY, David Couzens (ed.). *Foucault: a critical reader*. Oxford: Blackwell, 1986, p. 227. Tradução minha.

estrategicamente, movendo-se incessantemente (verdadeiros mecanismos que criam, de fato, realidades, práticas e consequências efetivas). Nas palavras do filósofo, “o discurso, [...] esse fato é ele mesmo uma força. O discurso é, no que diz respeito à relação de forças, não somente uma superfície de inscrição, mas um operador”¹⁰⁰.

Assim, trata-se de ver como o sistema de regras que governa determinado solo epistêmico ou campo de saber imbrica-se intimamente com práticas políticas e sociais específicas e determinadas. Deixemos o próprio filósofo afirmar. Em *Nascimento da biopolítica*, lemos:

Tratar-se-ia da genealogia de regimes veridicionais, isto é, da análise da constituição de certo direito da verdade a partir de uma situação de direito, com a relação direito/verdade encontrando sua manifestação privilegiada no discurso, o discurso em que se formula o direito e em que se formula o que pode ser verdadeiro ou falso.¹⁰¹

Em outras palavras, há um acoplamento histórico entre, de um lado, instituições, práticas sociais, relações políticas e, de outro, regras discursivas e solo epistêmico que formam um regime veridicional, o qual, por sua vez, conforma o presente histórico. Collier é outro comentador da obra de Foucault que enfatiza essa determinação recíproca entre saber e poder, sua emergência no início da produção arqueológica do autor, assim como a nova ênfase que ela ganha nos cursos do final dos anos 70 do século passado:

É sabido que a análise de Foucault do poder sempre foi envolta em sua análise do pensamento. O conceito de saber-poder tornou essa relação terminologicamente explícita, mas ela sempre foi crucial em seu trabalho. Nesta seção eu vou mostrar como as aulas de 1978-9 colocam nova ênfase no pensamento como uma resposta ativa a problemas historicamente situados e como um guia chave na formulação de novas topologias do poder.¹⁰²

Entre uma história das ideias, tipicamente filosófica, e uma história das instituições, tipicamente sociológica, Foucault escolhe analisar não cada uma em separado, mas sim as inúmeras relações e os incontáveis pontos de contato que ligam instituições e saberes, agentes e verdade (e falsidade) de certas proposições. Em uma entrevista em 1980, Foucault deixa claro seu propósito: “Eu me interesso pela racionalização da gestão do indivíduo. Meu trabalho não tem como objetivo uma história das instituições ou uma

¹⁰⁰ FOUCAULT, Michel. (1976) *Le discours ne doit pas être pris comme...* Em: *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 124. Tradução minha.

¹⁰¹ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 49.

¹⁰² COLLIER, Stephen. *Topologies of Power: Foucault's Analysis of Political Government beyond 'Governmentality'*. Em: *Theory, Culture, Society*, Vol. 26, 2009, p. 93. Tradução minha. Grifos meus.

história das ideias, mas a história de certa racionalização tal qual ela opera nas instituições e na conduta das pessoas”¹⁰³.

Como podemos notar pelo próprio título da cadeira criada para Foucault (“História dos sistemas de pensamento”), nesses cursos, o filósofo parece aprofundar sua tese de determinação recíproca entre a formação de um campo de saber e suas práticas de poder correlatas. A antiga cadeira detida por Hyppolite, *História do pensamento filosófico*, parecia, assim, incapaz de dar conta dessas determinações discursivas. A atenção de Foucault recaí sobre ambos os polos dessa relação, principalmente quando eles parecem se reforçar mutuamente, como podemos ver na passagem abaixo:

É mais ou menos como se eu lhes dissesse: não quis fazer a história do planeta Terra em termos de astrofísica, quis fazer a história do prisma reflexivo que permitiu, a partir de um certo momento, pensar que a Terra era um planeta. É mais ou menos a mesma coisa, mas com uma diferença. É que, quando se faz simplesmente a história das ciências, quando se faz simplesmente a história da maneira como se aprendeu, constitui um saber tal que a Terra aparece nele como um planeta em relação ao Sol, quando se faz uma história assim, é evidente que se faz a história de uma série totalmente autônoma e independente, que não tem nada a ver com a evolução do próprio cosmo. O fato de que, a partir de um certo momento, se soube que a Terra é um planeta não influi em nada sobre a posição da Terra no cosmo, é óbvio, ao passo que o aparecimento do Estado como no horizonte de uma prática refletida, no fim do século XVI e início do século XVII, teve uma importância capital na história do Estado e na maneira como efetivamente se cristalizaram as instituições do Estado.¹⁰⁴

Notamos, nesses cursos, que Foucault busca mostrar como, a partir do momento em que determinado objeto histórico entra na prática refletida de determinados agentes históricos, esse objeto passa a ter pleno funcionamento e a ter efeitos de verdade, muito embora ele não existisse objetivamente antes disso. Tiziana Terranova explica o trecho acima e nosso ponto:

Como Foucault ensinou, o encontro entre uma forma de conhecimento e um fenômeno social não tem as mesmas implicações que seu encontro com um fenômeno físico. Uma mudança no paradigma científico, tal qual a revolução copernicana, não afetou o movimento dos planetas, mas o que a

¹⁰³ FOUCAULT, Michel. (1980) Foucault étudie la raison d'État. Em: *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 857.

¹⁰⁴ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 368.

economia política diz a respeito da produção social afetará o que a produção social vai se tornar.¹⁰⁵

O filósofo francês busca, nos cursos em questão, mobilizar a noção de “regime de verificação” para explicar e desenvolver sua ideia de discurso, enquanto formação de um campo de saber que cria realidades previamente inexistentes. Segundo Gordon,

Foucault não está dizendo, nem aqui e nem em qualquer outro lugar, que não há realidade sem ser a do discurso. Mas ele está, aqui como em outros lugares, insistindo na necessidade de certo tipo de nominalismo histórico; economia e sociedade, os objetos modernos do governo, são entidades cuja própria inteligibilidade depende de maneiras de codificar e articular o real que havia tido de ser inventado.¹⁰⁶

O próprio Foucault nos explica: “Afim de contas, foi esse mesmo problema que eu me coloquei, a propósito da loucura, a propósito da doença, a propósito da delinquência e a propósito da sexualidade”¹⁰⁷, assim como do governo liberal. Ou seja, não se trata de ver como a razão “descobre” e “ilumina” objetos que já existiam e que antes estavam na escuridão, mas sim como esses objetos são engendrados por uma série de interferências que, uma vez inseridas em um regime de verdade, dão vida a coisas que não existiam. Em outras palavras, não estamos tratando de uma ilusão – afinal, há uma série de práticas que atuam e interferem de fato no real –, mas, ao mesmo tempo, não se trata tampouco de fenômenos que já existiam e que estariam apenas aguardando o saber científico para serem descobertos.

O objeto de todos esses empreendimentos concernentes à loucura, à doença, à delinquência, à sexualidade e àquilo de que lhes falo agora [a governamentalidade neoliberal] é mostrar como o par “série de práticas/regime de verdade” forma um dispositivo de saber-poder que marca

¹⁰⁵ TERRANOVA, Tiziana. Another Life: The Nature of Political Economy in Foucault’s Genealogy of Biopolitics. Em: *Theory, Culture & Society*, vol. 26, 2009, p. 253.

¹⁰⁶ GORDON, Colin. The soul of the citizen: Max Weber and Michel Foucault on rationality and government. Em: SMART, Barry (ed.). *Michel Foucault: critical assessments (volume IV)*. London; New York: Routledge, 1994, p. 431. Tradução minha.

¹⁰⁷ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 26. Devemos entender tal afirmação com a devida ressalva de que não se trata, *ipsis litteris*, do mesmo esquema metodológico, mas sim do mesmo e multifacetado “problema”.

efetivamente no real o que não existe e submete-o legitimamente à demarcação do verdadeiro e do falso¹⁰⁸.

Especificamente em relação ao objeto aqui proposto, Foucault afirma:

Inicialmente, é possível analisar a racionalidade política, tal como se pode analisar qualquer racionalidade científica. Por certo essa racionalidade política se articula a outras formas de racionalidade. Seu desenvolvimento é amplamente tributário dos processos econômicos, sociais, culturais e técnicos. Ela sempre se encarna nas instituições e nas estratégias e tem sua especificidade própria. Sendo a racionalidade política a matriz de um grande número de postulados, de evidências de vários tipos, de instituições e de idéias que consideramos adquiridas, é duplamente importante, de um ponto de vista teórico e prático, prosseguir essa crítica histórica, essa análise histórica de nossa racionalidade política [...].¹⁰⁹

Se tentássemos acusar a teoria foucaultiana de “idealista” por analisar o pensamento neoliberal sem, por assim dizer, “contrastá-lo” com as práticas efetivas que o acompanharam realmente, isso seria, de saída, um caminho equivocado. Evidentemente existem “descaminhos” e “descompassos” entre, de um lado, as teorias e projetos neoliberais e, de outro, suas respectivas práticas concretas aplicadas. O fazer histórico é sempre repleto de eventos inesperados, resistências e desvios. Mas apontar essas incongruências, como busco mostrar, não é o ponto de Foucault. O ponto dele é que, no neologismo “governamentalidade”, como assevera Lemke, “a ligação semântica entre governo (*gouverner*) e modos de pensamento (*mentalité*)” indica que não é possível estudar as tecnologias de poder sem uma análise da racionalidade política que as sustenta¹¹⁰. Não é em outro sentido que Foucault perscruta o par prático-teórico que envolve o Neoliberalismo com vistas a compreender a formação de um novo jogo que todos temos jogado há algumas décadas no Ocidente.

¹⁰⁸ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 27.

¹⁰⁹ FOUCAULT, Michel. (1982) A tecnologia política dos indivíduos. Em: *Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, pp. 316-7.

¹¹⁰ LEMKE, Thomas. ‘The birth of bio-politics’: Michel Foucault’s lecture at the *Collège de France* on neo-liberal governmentality. Em: *Economy and Society*, Volume 30, N. 2, January 2001, p. 197. Tradução minha.

CAPÍTULO 2 – A GENEALOGIA DO LIBERALISMO

Este capítulo tem por objetivo realizar uma retomada inicial de como Foucault introduz o neoliberalismo em sua agenda de estudos. Para tal, mostra-se necessário dar um passo atrás e analisar o percurso dos anos anteriores, principalmente de 1977 e 1978, mas também de 1975 e 1976, para que possamos, somente então, retomar em detalhe o curso *Nascimento da Biopolítica*. Mostra-se necessário, assim, esclarecer os conceitos de “poder disciplinar”, “biopoder”, “governamentalidade”, “poder pastoral”, “Razão de Estado”, “Estado de Polícia”, “população”, entre outros, assim como as múltiplas relações entre “poder disciplinar”, “poder soberano”, “biopoder” e “neoliberalismo”, uma vez que elas formam o quadro no qual Foucault insere sua análise do Liberalismo.

Evidentemente, tal retomada dos cursos e livros anteriores nos interessa apenas na medida em que se entrelaça e se relaciona com a temática do Neoliberalismo e é com vistas a esse fim, de esclarecer e melhor compreender o diagnóstico da governamentalidade neoliberal, que ela será realizada. Para organizar de maneira profícua o material, o capítulo será dividido em duas partes. A primeira contém o percurso de Foucault até sua análise do Liberalismo do século XVIII, passando por outras obras anteriores, como *As palavras e as coisas* e *Vigiar e Punir*, por exemplo, assim como os dois cursos que antecedem *Nascimento da Biopolítica*. Na segunda parte, veremos como Foucault analisa o trajeto, não sem desvios e descontinuidades, entre esse Liberalismo clássico do século XVIII e o Neoliberalismo, já no século XX.

PODER SOBERANO, DISCIPLINAS E BIOPODER

Em *Vigiar e Punir*, publicado em 1975, Foucault lança as bases de uma crítica às teorias e concepções de poder que, segundo o filósofo, da psicanálise freudiana à crítica marxista, passando pelas concepções contratualistas e da teoria política em geral, teriam se limitado a analisar as relações de poder em nossa sociedade de modo estritamente estatal, negativo, de um ponto de vista excessivamente macroestrutural, anacrônico, centralizado e, conseqüentemente, limitado.

Como esse é um dos livros de maior sucesso da experiência intelectual de Foucault como um todo, mostra-se desnecessário, aqui, retomar, ponto a ponto, os detalhes do argumento. É interessante, todavia, enfatizar como a análise do arquipélago carcerário proposta por Foucault em 1975 é permeada por uma tentativa de fundar

um novo tipo de analítica crítica das relações políticas que leve em consideração a dispersão e a capilaridade delas por toda a sociedade, além de enfatizar a dimensão positiva e produtiva desse poder. Em outras palavras, trata-se de uma crítica que se espalha para além de uma concepção eminentemente jurídica, negativa, soberana, e estatal do Poder, com “p” maiúsculo. Assim, a sociedade disciplinar mostra-se como um conjunto de técnicas, dispositivos e mecanismos dispersos entre si (como a prisão, a escola, o exército, o hospital), que tem certos objetivos e meios comuns de lidar eficazmente e minuciosamente com a vida de cada indivíduo em particular. Estamos falando aqui da tentativa de fundação de um novo tipo de olhar analítico sobre as relações de poder nas sociedades ocidentais contemporâneas a Foucault.

Segundo o filósofo de Poitiers, retomando o argumento de *Vigiar e Punir*, no século XVII e XVIII, inicia-se o surgimento de uma série de tecnologias disciplinares centrada nos corpos dos indivíduos, em sua disposição espacial, em sua vigilância e visibilidade, o que remete a sua teoria de uma tecnologia de poder que deseja tornar-se cada vez menos oneroso e mais econômico politicamente, fugindo de seus pesados contratemplos e excessivas demonstrações de força, ou seja, um mecanismo de poder que busca mais eficiência política e econômica, quando comparado ao poder soberano que o precedeu e regeu os séculos anteriores e que foi alvo de uma série de críticas, protestos e de contestações advindas de sua ininterrupta demonstração de fausto e força, de sua incapacidade de gerir e organizar as multidões perigosas, de sua ausência de controle sobre o conjunto dos súditos e sobre cada indivíduo e de sua ingerência quanto à boa acumulação de homens e de capitais.

Nas falhas e lacunas desse poder, emerge aquilo que Foucault cunhou como “poder disciplinar”, uma tecnologia política de controle minucioso e permanente, que tem o modelo do panóptico de Bentham como paradigma para suas relações de poder como um todo. A cidade disciplinar é assim constituída por inúmeras “instituições de sequestro”, como a escola, o hospital, o exército e a fábrica que, em sua arquitetura, concepção e dispositivos, parecem partilhar os mesmos instrumentos e objetivos, a saber, a criação de sujeitos e “assujeitamento” dos indivíduos, de seu nascimento à sua morte.

No fim do século XVIII, no entanto, uma nova tecnologia nasce, não suplantando essa disciplinar, mas apoiando-se nela, apesar de ser uma tecnologia que opera em outra escala e que utiliza distintos instrumentos em seu funcionamento. Em linhas gerais, no curso de 1975-6, Em Defesa da Sociedade, o filósofo se propõe realizar uma genealogia daquilo que denomina “biopoder”. O curso, assim, começa a analisar aquilo que *Vigiar e Punir*, em seus últimos momentos, apenas anuncia e aquilo que a última parte de *A vontade de saber* inicia a teorizar.

De acordo com Foucault, os dispositivos disciplinares miram, por assim dizer, o corpo humano, a individualização, os processos de subjetivação e sujeição. Essa nova tecnologia, entrando em cena cronologicamente após a técnica disciplinar, atua não no corpo individual, mas, de um ponto de vista abrangente, no homem enquanto espécie;

ou seja, não se trata de uma “anátoma-política” disciplinar do corpo humano individual, como lemos no livro sobre as prisões, mas de uma “biopolítica” da espécie humana como um todo¹¹¹. Como afirmei, tal noção é explorada em detalhe nesse curso, mas está também anunciada e presente em muitas considerações do próprio *Vigiar e Punir* (1975) ou de *História da Sexualidade I* (1976), por exemplo¹¹².

Entra em cena, então, de acordo com Foucault, um elemento novo, que não é exatamente nem o indivíduo e seu corpo, e nem a sociedade, se entendida enquanto mero contrato de indivíduos, mas sim a “população”,

[...] corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. [...] A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...].¹¹³

Na análise foucaultiana, em termos biopolíticos, os processos que começam a ser estratégicos para a concepção e administração dessa população são aqueles que envolvem análises estatísticas demográficas, isto é, taxas de natalidade, de longevidade, de fecundidade, de mortalidade, as doenças endêmicas, entre outros. São criadas, assim, não só grandes instituições assistenciais que buscam dar conta desse novo fenômeno, mas também uma rede muito mais sutil, econômica e racional, de seguridade, de poupança individual, de aposentadoria, em meio a outros mecanismos que buscam esquadrihar, classificar e organizar a população.

Ambas as tecnologias do poder – disciplina e biopolítica – são tecnologias, como vimos, que sucedem¹¹⁴ um poder soberano que, em épocas de explosão demográfica, de industrialização, de problemas quanto ao mercado de trabalho, de sujeição dos cidadãos aos novos paradigmas de trabalho, entre inúmeros outros fenômenos que marcam as viradas dos séculos XVIII e XIX, mostrava-se demasiado lacunar, deixando

¹¹¹ Para uma análise detalhada das relações entre poder disciplinar e biopolítica, cf. POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *Lua Nova*, no. 63, São Paulo, 2004.

¹¹² Para uma explicação de como o tema da biopolítica já está presente nessas obras, cf. REVEL, Judith. Nas origens do biopolítico: de *Vigiar e Punir* ao pensamento da atualidade. Em: GONDRA, José; KOHAN, Walter (orgs.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

¹¹³ FOUCAULT, Michel. (1997) *Em Defesa da Sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 292-3.

¹¹⁴ Embora historicamente surjam depois do poder soberano, tais tecnologias de poder não o suplantam e nem o eliminam ou extinguem, muitas vezes convivendo com ele, acoplado-se estrategicamente a ele ou até incorporando-o. Em suma, o ponto principal é que não encontramos na teoria de Foucault uma história linear e progressiva dos eventos. Como afirma Foucault, “de sorte que as coisas não devem de forma nenhuma ser compreendidas como a substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade de disciplina, e mais tarde de uma sociedade de disciplina por uma sociedade, digamos, de governo” (FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 142-3).

escapar inúmeros detalhes, seja quanto ao indivíduo ou quanto à multidão, essenciais para a boa acumulação dos homens e dos capitais e para a gestão populacional.

Desse modo, segundo o filósofo francês, uma vez que essas duas tecnologias atuam em níveis diferentes, elas podem coexistir sem se excluírem. De um lado, há um controle estrito sobre o detalhe, sobre o corpo, cada família e cada indivíduo, um controle policial tipicamente disciplinar. De outro lado, e conjuntamente, programas de seguro saúde, seguro velhice, regras de higiene que garantem longevidade ótima, pressões sobre a sexualidade, relações familiares e conjugais em longo prazo, características tipicamente biopolíticas.

Ou seja, explica Foucault, não estamos tratando de mera extensão do controle disciplinar, mas sim de um cruzamento do poder disciplinar com a biopolítica. É um tipo de poder que lida de maneira global e incessante com a vida, seja no polo do corpo de cada um, seja, holisticamente, no da população: “biopoder”, portanto, cunha o filósofo.

Retomando a análise do poder soberano, Foucault argumenta que um de seus atributos fundamentais é o direito de vida e morte. Em suma, ele é um direito exercido assimetricamente pelo soberano, pendendo sempre para o lado da morte, ou seja, é através do controle sobre a morte dos súditos que o soberano controla a vida deles: é um direito de fazer morrer e deixar viver (e não um direito de fazer morrer e fazer viver e nem tampouco deixar viver e deixar morrer).

O biopoder do século XVIII, no entanto, introduz um novo poder, intimamente relacionado com a problemática geral na qual surge o Liberalismo, que, como já firmamos, não substitui a lógica soberana, mas a complementa, invertendo-a: é o direito de fazer viver e deixar morrer.

Segundo Fontana e Bertani¹¹⁵, *Em defesa da sociedade (1975-1976)* é uma espécie de ponto de inflexão na obra de Foucault, no qual ele apresenta um balanço do poder disciplinar e indica análises novas do biopoder (note-se, o curso foi ministrado em meio aos lançamentos de *Vigiar e Punir*, de 1975 e *A Vontade de Saber*, de 1976).

Foucault parecia, assim, começar a complexificar seu diagnóstico do arquipélago carcerário, adicionando a ele novas dimensões constituintes de sua realidade. Ao concentrar-se na produção e gestão do indivíduo, do “sujeito assujeitado” em si, a teoria do poder disciplinar parece carecer de uma análise do ponto de vista da gestão populacional, que a ideia de biopoder busca alcançar.

Veremos isso com mais detalhe novamente à frente. Por ora, devemos afirmar que sem dúvida o Liberalismo do século XVIII e o Neoliberalismo do século XX se valeram de técnicas, preceitos e de um raciocínio geral biopolítico ao se encarregar das vidas individuais e populacionais a partir do modelo do *Homo oeconomicus*. A noção de população como novo problema biológico-político e o advento da estatística para medir, prever e, assim, gerir essa população, são características centrais do Liberalismo.

¹¹⁵ FONTANA, Alessandro e BERTANI, Mauro. Situação do curso. Em: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade (curso dado no Collège de France (1975-1976))*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 329-351.

A ideia de um poder que busca encarregar-se continuamente do controle e administração da vida de cada indivíduo também é extremamente cara ao Liberalismo. O Neoliberalismo mostra-se, nesse sentido, como uma razão política imediatamente próxima e afeita ao cálculo biopolítico.

PODER PASTORAL E RAZÃO DE ESTADO

Para explicar como se dá a *Herkunft*¹¹⁶ do Liberalismo no século XVIII para Foucault, temos de entender como o filósofo analisa tal fenômeno. Segundo o autor, não se trata de uma ideologia utópica, nunca atingida¹¹⁷. Ao contrário, é o momento no qual, conforme apontado no capítulo anterior, o problema do Liberalismo enquanto cálculo de governo passa a fazer parte de um prisma reflexivo, um campo de problematização que conjuga certo saber e certo poder de maneira muito específica, e passa a ditar a verdade (e o erro) das práticas estatais, que é a chave para a compreensão do Liberalismo.

Para analisar o problema desta maneira, temos de inserir a questão do Liberalismo nas mudanças capitais pelas quais passavam o mundo Ocidental no momento de seu aparecimento. Assim, para refazer os traços de Foucault, devemos voltar ao século XIII, para que possamos inserir essa história no quadro geral daquilo que Foucault denomina “arte de governar” ou “governamentalidade”, isto é, repor o Liberalismo em um quadro mais amplo da tecnologia geral de poder¹¹⁸ que teria permitido seu surgimento e funcionamento. Devemos, então, retornar ao curso Segurança, Território, População (1977-78)¹¹⁹.

Para dar conta desse tema, o filósofo inicia o caminho perscrutando os sentidos que a palavra “governo” toma ao longo dos séculos e nota que, muito antes de o termo adotar o significado político mais estrito que acabou adquirindo a partir do século XVI (isto é, os representantes ocasionalmente eleitos para preencher a máquina política estatal

¹¹⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. (1971) Nietzsche, a genealogia e a história. Em: *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pp. 15-37.

¹¹⁷ Ao contrário do que parecem crer alguns comentadores da obra de Foucault. Cf. LAGASNERIE, Geoffroy de. Neoliberalismo, uma utopia. Os motivos do fascínio de Michel Foucault pela doutrina. Em: Folha de São Paulo, Caderno Ilustríssima, Edição de 26/05/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/109440-neoliberalismo-uma-utopia.shtml>>.

¹¹⁸ Grosso modo, o autor utiliza o termo “tecnologia de poder” para fazer referência ao conjunto de práticas, mecanismos, cálculos e raciocínios que formam determinado quadro de relações políticas, tais como o poder soberano, as disciplinas, o liberalismo, entre outros.

¹¹⁹ Retomo, aqui, o argumento geral presente em Segurança, Território, População. O objetivo, como adiantei acima, não é esgotá-lo, mas sim utilizá-lo na medida em que ele auxilia a compreensão da genealogia do Liberalismo no próprio raciocínio do filósofo de Poitiers.

e seus aparelhos), ele não se referia ao Estado, na verdade sequer se referia a uma estrutura política. O filósofo afirma, assim, que o objeto e alvo do governo eram sempre pessoas:

Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades.¹²⁰

Devemos procurar a proveniência dessa ideia, segundo Foucault, naquilo que ele denomina “poder pastoral”, no poder exercido pelo pastor sobre seu rebanho. Grosso modo, “poder pastoral” é um termo cunhado pelo pensador francês para designar uma tecnologia de poder que remonta ao Oriente pré-Cristão (relativo a egípcios, assírios, mesopotâmios e, principalmente, hebreus) e que depois, através dos inúmeros mecanismos implantados pela Igreja Católica, se difunde no mundo cristão, buscando uma maneira refletida de conduzir a conduta dos homens, sejam estes homens tomados em seu conjunto (daí a metáfora do rebanho, a reunião de cada e de todas as ovelhas), seja individualmente (isto é, cada ovelha em sua singularidade):

Esse poder é de origem religiosa, aquele que pretende conduzir e dirigir os homens ao longo de toda a sua vida e em cada uma das circunstâncias dessa vida, um poder que consiste em querer controlar a vida dos homens em seus detalhes e desenvolvimento, do nascimento à sua morte, e isso para lhes impor uma certa maneira de se comportar, com a finalidade de garantir a sua salvação. É o que poderíamos chamar de poder pastoral.¹²¹

Foucault assinala o que seriam as características fundamentais desse poder pastoral: em primeiro lugar, ele não se realiza sobre um território fixo (tal como ocorreria com o poder soberano, que deve lidar basicamente com as questões referentes a seu reino ou o Estado moderno, com seu princípio de soberania e legitimidade apenas sobre seu país), mas sobre um rebanho, e um rebanho em incessante movimento, uma multiplicidade em movimento; em segundo lugar, trata-se de um poder benfazejo, isto é, de um tipo de raciocínio político que tem como objetivo e sentido único de existência a ideia da salvação do rebanho (é claro que os outros tipos de poder já conhecidos, afirma Foucault, também se caracterizavam por esse traço, mas este era mais um traço entre tantos outros, como juntar riquezas, destruir inimigos, coletar impostos, entre outros; já o poder pastoral não tem outra razão de existência senão fazer o Bem); a terceira característica marcante dele seria o fato de o poder pastoral ser um poder que se preocupa com a totalidade do

¹²⁰ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 164.

¹²¹ FOUCAULT, Michel. (1978) A filosofia analítica da política. Em: *Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, pp. 51-2.

rebanho, mas sempre olhando para cada uma das ovelhas individualmente – sacrifício de um pelo todo e do todo por um, *Ommes et singulatim*.

Ora, mas qual seria a importância de retornar ao Oriente pré-cristão para analisar esse poder, quando estamos analisando a ideia de governo dos homens e quando o objetivo é entender, em primeiro lugar, o Liberalismo do século XVIII? Foucault nos explica que

[...] o pastorado no cristianismo deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e empurrá-los passo a passo, uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente ao longo de toda a vida deles e a cada passo de sua existência. E isso, creio – em todo o caso no que diz respeito ao que seria o pano de fundo histórico dessa governamentalidade que eu gostaria de falar –, parece-me que se trata de um fenômeno importante, decisivo e sem dúvida único na história das sociedades e das civilizações.¹²²

Já aí podemos notar os inúmeros paralelos que podem ser estabelecidos entre o poder pastoral e o biopoder – os dois polos de atuação, individual e global; o fato de se contraporem aos preceitos soberanos de poder; a noção de encarregar-se da e preocupar-se com a vida de todos e de cada.

Em outras palavras, Foucault está chamando atenção para o fato de que o poder pastoral prelude, no campo religioso (embora os preceitos religiosos extrapolassem largamente a esfera estrita da fé e se espriassem para a conduta do indivíduo como um todo), aquilo que o Estado e inúmeras outras instituições, a partir da governamentalidade liberal e com objetivos biopolíticos em vista, passam a realizar séculos mais tarde – e que se viu “bloqueado” pela racionalidade política denominada por Foucault de “Razão de Estado” nos séculos XVI, XVII e XVIII¹²³. Em outras palavras, o poder pastoral parece fornecer pistas sobre a proveniência de um cálculo político que se propõe lidar, conduzir, organizar e administrar a vida dos homens eficaz e continuamente, ao contrário de um poder soberano que deixaria inúmeras lacunas e interstícios em branco quanto a esses quesitos.

[...] o poder pastoral – e essa é uma de suas características fundamentais [...] – só se encarrega das almas dos indivíduos na medida em que essa condução também implica uma intervenção, e uma intervenção

¹²² FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 218-9.

¹²³ Retomarei esse “bloqueio” à frente.

permanente na condução cotidiana, na gestão das vidas, mas também nos bens, nas riquezas, nas coisas.¹²⁴

Em Nascimento da Biopolítica, podemos buscar traços do propósito de se retornar ao poder pastoral para entender o Liberalismo posterior, e suas características em comum:

[...] porventura tem muito sentido dizer, ou perguntar-se, se uma monarquia administrativa, como, por exemplo, a da França nos séculos XVII e XVIII, com todas as suas enormes maquinarias pesadas, lentas, pouco flexíveis, com os privilégios estatutários que era obrigada a reconhecer, com o arbítrio das decisões deixadas a uns e outros, como todas as lacunas do seus instrumentos –, porventura tem sentido dizer que essa monarquia administrativa dava maior ou menor liberdade do que um regime, digamos, liberal, mas se atribui como tarefa encarregar-se continuamente, eficazmente dos indivíduos, do seu bem-estar, da sua saúde, do seu trabalho, da sua maneira de ser, da sua maneira de conduzir-se, até mesmo da sua maneira de morrer, etc.¹²⁵

Foucault enfatiza, assim, que este tipo de relação de poder, que tem como método e objetivo o governo dos homens e a condução de suas condutas, não teria sido ainda “superada” em sua época, sendo constituinte importante, logo, não apenas do Liberalismo clássico, como também do Neoliberalismo no século XX: “o pastorado ainda não passou pelo processo de revolução profunda que o teria aposentado definitivamente da história”¹²⁶, afirma Foucault.

Assim como o filósofo já havia realizado em *Vigiar e Punir* (1975) a respeito da “passagem” do poder soberano às disciplinas (e destas ao biopoder), podemos construir uma série analítica para entender como o filósofo constrói sua teoria do Liberalismo. A série aqui proposta se iniciaria com aquilo que destaquei nos últimos parágrafos e que Foucault denominou “poder pastoral”.

Foucault explica, então, como se realizou a passagem da antiga pastoral das almas ao governo político dos homens. Tal transformação situa-se no contexto dos séculos XV e XVI, cujos eventos incluem aquilo que se costuma agrupar sobre a rubrica de “Reforma” Protestante.

O pensador francês não deixa de enfatizar que é justamente nesse momento que eclode uma série de grandes lutas sociais, às quais as estruturas feudais mostram-se incapazes de responder; surgem novas relações econômicas e políticas que não podiam ser contidas pelos marcos e parâmetros feudais; as grandes cidades começam a mostrar

¹²⁴ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 203-4.

¹²⁵ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France* (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 85.

¹²⁶ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 199.

crescimento, concentração e opulência; desaparecem, aos poucos, os dois grandes polos de soberania histórico-religiosa que comandavam o Ocidente até então – o Império e a Igreja; entre outros fenômenos.

Segundo a interpretação presente em *Segurança, Território, População* (1977-78), a Reforma ou a Contra-Reforma não teriam sido, de fato, um rompimento em relação ao quadro geral do poder pastoral, mas sim uma busca por tomar a frente desse processo, fazendo o papel do pastor do rebanho, comandando essa relação de poder. Em ambos os casos, Igreja Católica e religiões protestantes, todas tentavam agregar elementos daquilo que Foucault denomina “revoltas de conduta” presentes nesse momento, referentes aos fenômenos citados no parágrafo acima, para organizá-los e reintegrá-los no interior de um pastorado religioso.

Em suma, embora essa possa parecer uma noção demasiado abstrata e abrangente para ser utilizada como princípio analítico e explicativo para Foucault, o pensador está chamando a atenção para os momentos que precedem e desembocam à frente na emergência do capitalismo. O ponto aqui seria justamente deixar esse termo genérico que, segundo o filósofo, nada diria, e descer ao nível da explicação concreta: afinal, o que significa dizer que o capitalismo está nascendo? Caso possamos inverter esse universal, “O Capitalismo”, e, ao contrário de fazer derivar dele as práticas sociais e econômicas e políticas correlatas, entender como estas contribuem para o nascimento do que depois vem a ser o sistema capitalista, podemos afirmar que se trata, sim, do momento de sua proveniência.

O filósofo não poderia deixar de pontuar como se trata de um momento crucial para a aparição do Estado moderno, mas afirma que a ideia não é ver no decorrer do XVI um desaparecimento do pastorado ou mera transferência de suas funções para o âmbito restrito do Estado. Ao contrário, o que se observa é um fenômeno muito mais complexo, de acordo com o qual, de um lado, há uma intensificação do pastorado religioso – tanto a Reforma quanto a Contra-Reforma propiciaram uma penetração na vida cotidiana e um poder performativo e intervencionista nunca antes visto na história do pastorado (em termos de higiene pessoal, de educação das crianças, de conduta individual, da vida familiar, entre outros aspectos) – e, de outro, há um desenvolvimento da condução dos homens que extrapola a autoridade eclesiástica – a pergunta passa a ser: como se conduzir? Como conduzir a família? Como conduzir os filhos? Essa questão reaparece, nesse sentido, no domínio público, no domínio político: o soberano passa a receber uma série de tarefas que antes não lhe cabiam e que concernem justamente ao problema da condução.

Não houve portanto passagem do pastorado religioso a outras formas de conduta, de condução, de direção. Houve na verdade intensificação, multiplicação, proliferação geral dessa questão e dessas técnicas de conduta.

Com o século XVI, entramos na era das condutas, na era das direções, na era dos governos.¹²⁷

Nota-se que, segundo Foucault, o ponto crucial neste pensamento é: como transpor, para o plano do Estado, o bom governo da família, que era a unidade de observação e análise do poder pastoral até então? Ou seja, a meta essencial do governo é a questão de como introduzir a economia no seio do exercício político. Não é fortuito, de acordo com o raciocínio foucaultiano, que alguém como Jean-Jacques Rousseau tenha afirmado que a palavra “economia” se origina do bom governo da casa. Tratar-se-ia, logo, de transferi-la ao plano da família maior, a saber, do Estado. Também passam longe de serem fortuitas as afirmações de alguém como François Quesnay, que descreve um bom governo como um governo econômico.

Governar um Estado será portanto aplicar a economia, uma economia no nível de todo o Estado, isto é, [exercer] em relação aos habitantes, às riquezas, à conduta de todos e de cada um uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta do que a do pai de família sobre a casa e seus bens.¹²⁸

Foucault está tentando mostrar como, por uma série de mecanismos históricos, o Estado e diversas outras instituições sociais, séculos adiante, se verão permeadas pelas questões que, antes, eram próprias do governo pastoral, da conduta religiosa, que são transplantadas para o plano político e público e, nesse movimento, ganham novas feições, novos dispositivos e novas finalidades. Dessa maneira, “se o pastorado perdeu, em sua forma estritamente religiosa, o essencial de seus poderes, ele encontrou no Estado um novo suporte e um princípio de transformação”¹²⁹, séculos à frente, afirma o filósofo.

A análise de Foucault, no entanto, mostra um caminho histórico inesperado que não liga diretamente os termos “poder pastoral” e “Estado moderno”. Pelo contrário, no momento em que o Estado moderno, tal qual o conhecemos, nasce, ele estava implicado em um contexto de indeterminação e de questionamento acerca do tipo de relação política e de racionalidade de governo que seria instaurada e

¹²⁷ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 309.

¹²⁸ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 126-7.

¹²⁹ 129 FOUCAULT, Michel. (1978) A filosofia analítica da política. Em: *Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 55.

que guiaria as vidas e condutas dos homens em suas relações sociais, econômicas e políticas. Nas palavras do autor:

Procurei mostrar um pouco a vocês como se realizou na Europa o que poderíamos chamar de avanço de uma “razão governamental”. Não quero dizer com isso que essa arte de governar os homens, de que procurei indicar a vocês alguns traços ao falar da prática pastoral, tornou-se, por um processo de simples transporte, transferência, traslado, um dos atributos do poder soberano. Não é que o rei se tornou pastor, se tornou pastor dos corpos e das vidas, mais ou menos como o outro pastor, o pastor espiritual, era o pastor das almas e das sobrevidas. O que veio à luz – é o que procurei lhes mostrar – foi uma arte absolutamente específica de governar, uma arte que tinha sua própria razão, sua própria racionalidade, sua própria ratio.¹³⁰

Nesse contexto, o ponto fundamental no qual Foucault se detém é o seguinte: de acordo com que racionalidade, que cálculo, que tipo de pensamento será possível governar os homens no âmbito da soberania? Em outras palavras: como se imbricam, aí, poder soberano e razão governamental? Ou ainda: por contraste com a razão pastoral, como se define a razão governamental do Estado (afinal, não se trata de um domínio da Igreja ou do pastorado religioso e sequer do âmbito privado, mas sim do soberano político)? Como assevera Gordon,

A reflexão sobre Razão de Estado foi, argumenta Foucault, a primeira forma moderna de pensamento político a postular a racionalidade de governo como algo específico, intrínseco e autonomamente próprio ao Estado; Razão de Estado é par excellence uma razão diferente e distinta à ordenação geral divina e natural do cosmos.¹³¹

O rei definitivamente não é, por assim dizer, um pastor secular – ele é, ao contrário, segundo Foucault, uma espécie de antípoda político do último. O poder soberano, por muitos e muitos séculos, foi o responsável por interromper o tipo de raciocínio pastoral, que apenas reencontra seu lugar na política com o Liberalismo no século XVIII.

Em outras palavras, explica Foucault, a arte de governo provinda da racionalidade pastoral “[...] não pôde adquirir sua amplitude e sua consistência antes do século XVIII. Ela ficou, de certo modo, bastante encerrada no interior das formas da monarquia administrativa”¹³², prisioneira delas, ou ainda, bloqueada por elas. Bloqueada por

¹³⁰ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 383.

¹³¹ GORDON, Colin. The soul of the citizen: Max Weber and Michel Foucault on rationality and government. Em: SMART, Barry (ed.). *Michel Foucault critical assessments (volume IV)*. London; New York: Routledge, 1994, p. 431. Tradução minha.

¹³² FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 134.

uma série de motivos: em primeiro lugar, motivos históricos ligados às crises do século XVII (Guerra dos Trinta Anos, crises de subsistência, revoltas rurais e urbanas, crise financeira, entre outros); mas também motivos de estruturas institucionais e de racionalidade de governo, dado que o exercício, o pensamento e as práticas de soberania ainda eram o padrão no século XVII.

Assim, é exatamente na época em que toda a reflexão em torno da economia e da razão governamental desaparece que se desenvolve um tema bem diferente, a saber, o da soberania e de sua especificidade em relação ao pai, ao pastor, à natureza e a Deus. Aí se encontra o bloqueio ao qual me referi. É como se, entre a condução de conduta pastoral e a condução de conduta política, segundo Foucault, existisse um *intermezzo* concretizado na ideia e na prática da Razão de Estado, das Monarquias administrativas e do poder soberano.

Passaríamos, então, ao segundo termo da série, a supracitada “Razão de Estado”. Trata-se, segundo os termos do próprio Foucault, da “desgovernamentalização do cosmo”¹³³, isto é, da interrupção do cálculo pastoral e das incipientes teorizações acerca da razão governamental.

Segundo Foucault, nos séculos XVI e XVII, principalmente em torno do Tratado de Vestfália (1648), há toda uma disputa em torno da ideia de Razão de Estado. O Tratado é considerado hoje um dos momentos inaugurais das relações internacionais, uma vez que nele se estabeleceram muitos dos marcos da diplomacia moderna, entre os mais importantes: o reconhecimento das unidades políticas como Estados; o princípio de equilíbrio externo entre os Estados (isto é, nenhum Estado deveria ter forças o suficiente para dominar os outros); o princípio de soberania de cada Estado sobre seu território; entre outros¹³⁴.

Devemos lembrar que a Paz de Vestfália ocorre ao fim da Guerra dos Trinta Anos. Segundo Henrique Carneiro, “durante séculos, a pior guerra da Europa sempre foi lembrada como tendo sido a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)”¹³⁵. Não se trata, logo, de evento menor na história da Europa e do mundo, de modo que os tratados que se seguiram a ela estariam impactados por suas consequências e buscavam fornecer soluções a seus impasses.

De acordo com Foucault, entre os participantes dos tratados de Vestfália, existem aqueles que defendem que a Razão de Estado sempre existiu como característica intrínseca aos principados, ducados e outras unidades políticas até então e aqueles que, no campo oposto, afirmam se tratar de uma novidade histórica, até então inédita. Na época de sua descoberta, narra Foucault, a Razão de Estado provocou um escândalo tão grande

¹³³ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 316.

¹³⁴ Cf. CARNEIRO, Henrique. A Guerra dos trinta anos. Em: MAGNOLI, Demetrio (org.). *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 163-187.

¹³⁵ CARNEIRO, Henrique. A Guerra dos trinta anos. Em: MAGNOLI, Demetrio (org.). *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 162.

quanto as descobertas de Galileu. Igreja católica de um lado, protestantes de outro, Papas e cardeais, todos protestavam contra a Razão de Estado, que foi chamada muitas vezes de “razão do Diabo”, afinal, buscava justamente interromper todo o longo caminho percorrido pelo poder pastoral e deslocar a importância que a Igreja e as religiões haviam obtido como condutoras das condutas até então. Do outro lado, políticos hereges, como Richelieu e Mazarin¹³⁶ na França, por exemplo, todos se tornaram os inimigos imediatos dos representantes do pastorado.

O “descobrimento” da Razão de Estado se traduz, de acordo com Foucault, no século XVI, pela preocupação com a *res pública*. Para o pensador francês, do lado objetivo, Razão de Estado é, então, exatamente o que é necessário e suficiente para que a República conserve sua integridade, nas quatro acepções que o “estado” tinha à época: em primeiro lugar, estado é um domínio; em segundo, um conjunto de instituições; em terceiro, uma condição de vida; em quarto e último, algo estático, imóvel, que se opõe ao movimento, ou, se quisermos, à mudança¹³⁷. Do lado subjetivo, trata-se da arte, do cuidado, da preocupação constante com os meios necessários para obter a integridade, a tranquilidade e a paz da República, para conservar, ampliar e manter a felicidade do Estado. Já aí podemos notar como há uma contraposição entre poder pastoral e biopoder, de um lado, e Razão de Estado e poder soberano, de outro.

Uma característica deveras importante que Foucault enfatiza é que “[...] nada nessa definição de Razão de Estado se refere à outra coisa senão o próprio Estado. [...] nenhuma referência a uma ordem natural, a uma ordem do mundo, a leis fundamentais da natureza, nem mesmo a uma ordem divina”¹³⁸. Isto é, o ponto mais importante a se notar, de acordo com Foucault, nessa Razão de Estado, é o fato de não haver nada como uma finalidade anterior, exterior ou ulterior ao Estado. Em outros termos, “O fim da Razão de Estado é o próprio Estado”¹³⁹. O Estado é, assim, o fim de toda e qualquer ação dessa arte de governar – manutenção, fortalecimento, integridade, crescimento e constituição do Estado são sempre suas finalidades.

Quero dizer que o Estado é, essencialmente e antes de mais nada, a ideia reguladora dessa forma de pensamento, dessa forma de reflexão, dessa forma de cálculo, dessa forma de intervenção que se chama política. A

¹³⁶ Armand Jean du Plessis (1585-1642), Cardeal de Richelieu, foi duque e político francês, um dos primeiros da grande linhagem de absolutistas franceses. Jules de Mazarin (1602-1661), conhecido como Cardeal Mazarino, foi seu sucessor no cargo de primeiro-ministro francês, cargo que ocupou até sua morte.

¹³⁷ Cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 342-3.

¹³⁸ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 344.

¹³⁹ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 345.

política como *máthesis*, como forma racional da arte de governar. [...] O Estado é que comanda a razão governamental [...].¹⁴⁰

Mas não devemos nos equivocar: Foucault propõe que situemos a emergência do Estado como objeto político fundamental, no interior da história mais geral da governamentalidade. Nesse tracejado genealógico que vai do século XIII até a época em questão, o Estado não teria sido senão uma das alternativas e possibilidades quanto às distintas e igualmente possíveis formas de governamentalidade, quanto às artes de governo dos homens e das coisas. Como afirmam O'Malley, Rose e Valverde, “claramente, então, ao invés de conceber o estado como origem do governo, tinha de se perguntar uma questão diferente: como se poderia lidar com a governamentalização do estado?”¹⁴¹.

O filósofo se protege, assim, das críticas direcionadas a ele, segundo as quais ele estaria desenvolvendo uma ontologia do poder e, ainda por cima, fazendo o Estado derivar deste. Foucault afirma que quem faz a história interna e circular do Estado é que faz isso. Afinal, dentre as inúmeras alternativas possíveis no fazer histórico,

E se o Estado não fosse mais do que uma maneira de governar? E se o Estado não fosse mais do que uma maneira de governamentalidade? [...] Mas o Estado nada mais é que uma peripécia do governo, e não o governo que é instrumento do Estado. Ou, em todo caso, o Estado é uma peripécia da governamentalidade.¹⁴²

Foucault chama ainda a atenção para o fato de que, nessa Razão de Estado, muito embora a ideia de “população” esteja esboçada, ela nunca está de fato presente. Embora na finalidade do Estado, na ideia da obediência e de legitimidade, sempre esteja implícita a população, ela ainda não havia entrado no prisma reflexivo que vai marcar sua constituição como problema biológico e político. É um dos traços da Razão de Estado na época: a riqueza é sempre do Estado e nunca da população – em outros termos, como já vimos, a Razão de Estado é sempre auto-referente e não admite outra realidade à qual prestar contas ou que lhe forneça mecanismos, cálculos ou racionalidades externas.

Seguindo o curso, de meados do XVII até o XVIII, ocorre uma série de mudanças em torno das quais a noção central de população vai ser elaborada.

É a população, portanto, muito mais que o poder do soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. Ela aparece como

¹⁴⁰ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 385.

¹⁴¹ O'MALLEY, Pat; ROSE, Nikolas; VALVERDE, Mariana. *Governmentality. Annual Review of Law and Social Science*, Volume 2, 2006, p. 87. Tradução minha.

¹⁴² FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 331.

consciente, diante do governo, do que ela quer e também inconsciente do que a fazem fazer.¹⁴³

Em torno da população se constitui uma série de saberes, não só sobre ela, mas também sobre seus fenômenos adjacentes, circulantes e correlatos, de modo que a arte de governo da população é indissociável da intervenção também nesses campos. Aqui, o espaço “puro” e “ideal” da soberania e da Razão de Estado começa a ser borrado pela aparição do fenômeno da população, que é, em si, correlato a uma racionalidade nova de governo, que não a estatal e soberana. Donzelot afirm¹⁴⁴, nesse sentido, que a Razão de Estado utiliza como modelo e unidade de análise e intervenção a família, o bom pai que lidera e conduz – daí todas as metáforas existentes entre o soberano político e o pai de família que passam a ser tecidas –, ao passo que a racionalidade governamental trabalha com a noção de população, que se caracteriza, de acordo com Grenier e Orléan,

[...] fundamentalmente por regularidades que se pode chamar de naturais. Elas são de dois tipos. De início, como descobrem com admiração os estatísticos do século XVIII, existem constantes, proporções estáveis ou prováveis nas variáveis características da população (número de mortes, número de doenças, regularidade de acidentes...). Em seguida, existe uma invariante comportamental que confere à população em seu conjunto um único motor de ação, o desejo, ou, dito em linguagem econômica, a busca do interesse individual que, se se deixa correr, produz o interesse geral da população.¹⁴⁵

A noção de população traz à tona, assim, os objetivos, propósitos e mecanismos biopolíticos que elencamos acima. E essa noção vai ser elaborada por intermédio de um aparelho instalado para fazer a Razão de Estado funcionar, a saber, a polícia. Em uma entrevista de 1982, Foucault esclarece aquilo que entende por “polícia”, que diverge sensivelmente da instituição que hoje conhecemos por tal:

Nos séculos XVII e XVIII, a “polícia” designava um programa de racionalidade governamental. Pode-se defini-la como o projeto de criar um sistema de regulamentação da conduta geral dos indivíduos onde tudo

¹⁴³ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 140.

¹⁴⁴ Cf. DONZELOT, Jacques. Michel Foucault and liberal intelligence. *Economy and Society*, Volume 37, Number 1, February 2008, p. 119 e seguintes.

¹⁴⁵ GRENIER, Jean-Yves; ORLEAN, André. Michel Foucault, l'économie politique et le libéralisme. Em: *Annales. Histoire, sciences sociales*, No. 5, 2007, p. 1160. Tradução minha.

será controlado, ao ponto que as coisas se manteriam por si mesmas, sem que uma intervenção fosse necessária.¹⁴⁶

Em tal quadro instaurado pela Razão de Estado, do ponto de vista exterior, cada Estado constituído se chocava com outros Estados, cada um com seu direito de soberania sobre seu território. De acordo com Foucault, o suporte real àquilo que se chamava “ampliação” ou “expansão” do Estado é justamente o fato de que os Estados estão em um espaço de concorrência externa. De um ponto de vista teórico, a concorrência entre os Estados é uma consequência quase que inelutável da Razão de Estado que propõe o Estado como único princípio e fim possível e para os quais importa sempre se fortalecer e expandir.

Na perspectiva interior, não obstante, passa a existir um “Estado de polícia”, cujo objetivo é penetrar no mais fino grão do corpo social, cujo objeto são as ilimitadas e virtualmente infinitas dimensões do fenômeno populacional que ele busca localizar, definir, classificar e organizar. Internamente aos Estados, de acordo com o filósofo, temos o *Polizeistaat*. E em que consiste esse Estado de polícia? Trata-se de investir e de conduzir as atividades dos homens enquanto sujeitos que possuem uma “ocupação” e que, por meio dessa ocupação, propiciem e contribuam para o desenvolvimento das forças do Estado:

O que caracteriza um Estado de polícia é que aquilo que lhe interessa é o que os homens fazem, sua atividade, sua “ocupação”. O objetivo da polícia é, portanto, o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado. A meu ver, estamos aqui no âmago do que vai constituir a organização do que os alemães chamam de Estado de polícia, e os franceses, sem chamá-lo assim, de fato instauraram. [...]É a atividade do homem como elemento constitutivo da força do Estado.¹⁴⁷

À polícia cabe, segundo o filósofo, uma infinidade de objetos e instrumentos, todos relacionados à criação de utilidade pública da ocupação dos homens. Daí porque seu primeiro objeto é exatamente o número de homens do Estado, disponíveis e necessários para, levando em consideração o território e as riquezas, fazer crescer as forças do Estado do modo mais rápido e seguro possível. A tese de que a força de um Estado depende diretamente da quantidade de habitantes foi repetida à exaustão nos séculos XVII e XVIII, até que os fisiocratas dirijam suas críticas a ela (a saber, de que a

¹⁴⁶ FOUCAULT, Michel. (1982) *Espace, savoir et pouvoir*. Em: *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 1091. Tradução minha.

¹⁴⁷ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 433.

grandeza, força e riqueza de um Estado dependem muito mais de seus recursos naturais do que da disponibilidade de seus habitantes).

Nesse sentido, a polícia se incumbe de inúmeras esferas da vida dos homens: as necessidades vitais mais materiais (comida, roupas, calefação, etc.); a saúde (a qual não cabe controlar apenas em momentos de epidemia – como no caso da peste – ou de afastar os contagiosos – como no caso da lepra¹⁴⁸ –, mas sim de se ocupar com seus assuntos cotidianamente); a própria atividade dos homens (ou seja, colocá-los para trabalhar, não permitir o ócio, zelar para que os ofícios necessários para o crescimento do Estado sejam sempre realizados, regulamentação dos ofícios); a circulação (das mercadorias – estradas, portos, ruas, pontes –, mas também de pessoas – “vagabundos” não podem se movimentar à vontade, operários qualificados têm de permanecer em certos locais, multidões perigosas não podem se formar).

De maneira geral, no fundo, o que a polícia vai ter de regular e que constitui seu objeto fundamental são todas as formas, digamos, de coexistência dos homens uns em relação aos outros. [...] Os teóricos do século XVIII dirão: no fundo, é da sociedade que a polícia se ocupa. [...] A coexistência e a comunicação dos homens uns com os outros - é, afinal de contas, esse o domínio que deve abranger essa *Politzeiwissenschaft* e essa instituição da polícia de que fala a gente do século XVII e do século XVIII.¹⁴⁹

A polícia se insere, desse modo, na transição para um novo sistema social, econômico e, de acordo com Foucault, antropológico, instaurado no fim do século XVI e início do século XVII em que a vida, e um pouco mais do que isso, tomam o palco central. Ou seja, é tarefa da polícia cuidar para que os homens vivam, subsistam, e um pouco além, isto é, que tenham uma ocupação produtiva e eficiente do ponto de vista das forças do Estado. Sistema cujo problema central não é mais “[...] comandado pelo problema imediato de não morrer e sobreviver, mas que vai ser comandado agora pelo problema de viver e fazer um pouco melhor que viver, pois bem, é aí que a polícia se insere [...]”¹⁵⁰.

A vida dos indivíduos, de simples vida, passa a ser preciosa para o Estado. É claro que o soberano já sabia que sua força dependia do número de seus habitantes, mas estamos falando aqui de um tipo de investimento da vida totalmente diferente e que faz com que a polícia tenha de ser capaz de articular força do Estado, de um lado, e felicidade dos indivíduos, de outro. Em outras palavras, é necessário tornar a felicidade

¹⁴⁸ No Capítulo 3 de *Vigiar e Punir*, Foucault cria, para explicar o panoptismo, dois esquemas diferentes, embora não antagônicos: o da peste, modelo compacto do dispositivo disciplinar e o da lepra, modelo da exclusão binária.

¹⁴⁹ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 437-8.

¹⁵⁰ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 438.

individual utilidade do Estado, força dele. Está aí, segundo o pensador, a articulação específica da polícia:

De modo geral, eu diria que o poder feudal era constituído pelas relações entre sujeitos jurídicos, uma vez que eles estavam presos a relações jurídicas pelo fato de seu nascimento, de sua classe ou de seu engajamento pessoal, ao passo que, com esse novo Estado de polícia, o governo passa a se ocupar dos indivíduos em função de seu status jurídico, certamente, mas também como homens, seres que vivem, trabalham e comerciam.¹⁵¹

Com as mudanças em curso no século XVIII, o *Polizeistaat* se vê invadido pela questão da população. Assim,

podemos dizer que, desde então, no fim do século XVIII a população se torna o verdadeiro objeto da polícia; ou, em outras palavras, o Estado deve antes de tudo cuidar dos homens como população. Ele exerce seu poder sobre os seres vivos como seres viventes, e sua política é, em consequência, necessariamente uma biopolítica.¹⁵²

Aí começam a imbricar-se poder pastoral, “Razão de Estado”, “Ciência da Polícia”, “população” e “biopolítica”. As fronteiras soberanas e estatais do “fazer morrer e deixar viver” passam a ser invadidas pelas estratégias biopolíticas do “fazer viver e deixar morrer”, dos súditos à população. A polícia, assim, parece ser uma figura mista, entre a “pura” soberania e o “puro” biopoder, entre a “pura” Razão de Estado e o “puro” governo político dos homens. Nesse sentido, afirma Gordon:

Como vimos, Foucault vê a conjunção moderna da *raison d'état* e da Ciência da Polícia como momentos originais tanto em sentido epistemológico quanto ético. Ela constitui a atividade do governo como uma arte com sua própria, distinta e irreduzível forma de racionalidade; e ela dá ao exercício da soberania a forma prática de um pastorado político, um governo de todos e de cada um, com os propósitos de segurança secular e prosperidade.¹⁵³

Dessa maneira se passou ao desbloqueio da arte de governar que, como afirmamos acima, viu-se prisioneira da Razão de Estado, de acordo com Foucault. Com a

¹⁵¹ FOUCAULT, Michel. (1982) A tecnologia política dos indivíduos. Em: *Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, pp. 311-2.

¹⁵² FOUCAULT, Michel. (1982) A tecnologia política dos indivíduos. Em: *Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 316.

¹⁵³ GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 14. Tradução minha.

emergência da população¹⁵⁴, o nascimento da Ciência da Polícia e por uma série de outros motivos, (como, por exemplo, a expansão demográfica do século XVIII, ligada à abundância monetária e ao aumento da produção agrícola; o desenvolvimento da ciência do governo, que permite passar do plano jurídico do soberano ao plano econômico da população; emergência da estatística, como fator técnico essencial, podendo atuar fora dos limites estreitos da soberania; entre outros), chegamos ao terceiro termo da série da racionalidade de poder, que se iniciou com o poder pastoral e passou à Razão de Estado. A saber, o Liberalismo.

Temos de enfatizar que, segundo Foucault, essa nova razão de governar não é a *Aufhebung*¹⁵⁵ da Razão de Estado, ao contrário, é uma maneira de modificá-la internamente para poder mantê-la, completá-la e aperfeiçoá-la. É um ponto de inflexão dentro da própria da Razão de Estado. O que, por si só, nos lembra que a série “poder pastoral – Razão de Estado – Liberalismo” construída até aqui tem fins didáticos mais rudimentares e deve ser entendida mais ou menos, em sua estrutura e funcionamento, como aquela desenhada pelo próprio Foucault em *Vigiar e Punir*, “poder soberano – poder disciplinar – biopoder”. Afinal, como já salientamos, não temos uma sucessão linear e progressiva dessas racionalidades e tecnologias de poder. Tarefa difícil, embora interessante e necessária, é realizar uma análise de como se relacionam essas duas séries, que devem ser entendidas como relativamente autônomas, não redutíveis uma à outra, mas com inúmeras interpenetrações e relações entre si¹⁵⁶.

Todas essas inovações, de acordo com o filósofo francês, não foram apenas assunto de teoria política. Desde o século XVI, e mais ainda no XVII, elas estão correlacionadas a esforços de racionalizar o exercício do poder. Ou seja, não se trata de “mera” ideia de filósofos, mas também de práticas muito concretas. O mercantilismo e o cameralismo, por exemplo, embora ainda ligados e restritos aos parâmetros gerais da Razão de Estado, foram as primeiras tentativas de racionalizar política e economicamente o exercício de poder. Como afirma Gordon, “cameralismo é, em outras palavras, a primeira racionalidade moderna de governo explícita e sistemática”¹⁵⁷, embora, como ressalva Burchell, “Foucault nota que a formulação mercantilista da *raison d'état*

¹⁵⁴ Burchell afirma que “a especificação do fenômeno da população como um problema político de governo é, Foucault sugere, importante condição para tornar possível o isolamento político de processos econômicos”. BURCHELL, Graham. *Civil society and the “system of natural liberty”*. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 126. Tradução minha. Em outras palavras, com o nascimento da população, entramos em uma colocação do problema que é tipicamente governamental e liberal, e não mais estatal, pastoral ou mercantil.

¹⁵⁵ O termo é utilizado pelo próprio autor. Cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 39.

¹⁵⁶ Tarefa difícil, embora interessante e necessária, é realizar a análise de como se relacionam essas duas séries, que devem ser entendidas como relativamente autônomas, não redutíveis uma à outra, mas com inúmeras interpenetrações e relações entre si.

¹⁵⁷ GORDON, Colin. *The soul of the citizen: Max Weber and Michel Foucault on rationality and government*. Em: SMART, Barry (ed.). *Michel Foucault critical assessments (volume IV)*. London; New York: Routledge, 1994, p. 431. Tradução minha.

foi articulada dentro das e se manteve subordinada às estruturas institucionais e conceituais da soberania”¹⁵⁸. Assim, o mercantilismo aparece como uma figura dúbia, que busca racionalizar o exercício do poder político, mas que está ligada umbilicalmente aos instrumentos e cálculos soberanos.

Vimos acima como Foucault recorre a um *modus operandi* típico do poder pastoral, uma tecnologia de poder que se forma no Oriente Pré-Cristão por volta do século XIII, para entender aquilo que julga ser um dos aspectos mais importantes do Liberalismo e, mais ainda, do Neoliberalismo posterior. Trata-se do momento inaugural dessa “condução de conduta” da qual se encarrega o Estado moderno (e certamente também o contemporâneo) e diversas outras instituições sociais não imediatamente ligadas a ele.

Nesse sentido, o poder pastoral é a matriz histórica que pela primeira vez propôs dirigir a conduta dos homens, a ser a condutora de suas vidas, a colocar a vida individual e coletiva (em todas as suas esferas constituintes) no centro de suas preocupações e atenções.

No entanto, não fosse a Razão de Estado capaz de instituir o funcionamento e a racionalidade política envolvida no surgimento do Estado, nada disso teria sido matéria política, no sentido estatal e governamental do termo. Além da Razão de Estado propiciar a fundação de uma lógica própria e autônoma para a arte política de governar, o Estado é capaz de fornecer o suporte jurídico, institucional e político para permitir a passagem de uma razão restrita ao âmbito da família (ou, no máximo, da comunidade) para um cálculo populacional.

Desde o século XX, com o apoio (fundamental) da ciência da Estatística e com o nascimento da população como problema biológico-político, o biopoder passa a ser a tecnologia de poder fundamental, conjugando, de um lado, características marcantes do poder pastoral (o encarregar-se contínua e eficazmente das vidas individuais, a busca pelo bem-estar dos cidadãos, o fato de se dirigir a cada indivíduo em particular e à sociedade como um todo, entre outros) e, de outro, da Razão de Estado e da Ciência da Polícia (o quadro jurídico-institucional, a polícia enquanto instituição responsável pelo bem-estar dos indivíduos, a regulamentação dos fluxos de pessoas e mercadorias, o controle infinitesimal das atividades de cada um, entre outros).

Ou, como mostra Mitchell Dean,

Um conceito posterior, Poder pastoral, meramente reitera a estrutura característica ‘bipolar’ da forma moderna, com a única nuance adicional que o cuidado com o bem-estar da população é compatível [akin] com uma ética secular de salvação. Um conceito mais à frente, ‘governamentalidade’ tenta mostrar como essa forma moderna de poder veio a ser integrada

¹⁵⁸ BURCHELL, Graham. Civil society and the “system of natural liberty”. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 124. Tradução minha.

ao Estado, o exercício de poder sobre a população sendo aqui ligado à formação da Economia Política, de técnicas militares e diplomáticas e da Ciência da Polícia do século XVIII.¹⁵⁹

Entre outros pontos, Dean está afirmando que poder pastoral e governamentalidade compartilham uma característica fundamental: *omnes et singulatim*, isto é, o fato de que, de maneira “bipolar” (nos termos de Dean), lidam com e se encarregam da conduta dos homens tanto do ponto de vista individual quanto populacional; a diferença, sublinha o autor, é que, ao contrário da forma religiosa pré-cristã, a governamentalidade insere tal mecanismo de funcionamento e racionalidade políticos no interior da forma estatal, conferindo-lhe novos instrumentos e novos objetivos.

Na mesma trilha, Graham Burchell afirma que “[...] o Liberalismo nascente [é] uma forma de razão governamental que programa um realinhamento prático da forma totalizadora, legal e política do poder estatal com as práticas de uma individualizante forma pastoral de governo”¹⁶⁰. Por meio de um arranjo inédito, marcado pela confluência de elementos pastorais e estatais, assim como a adição de mecanismos e artes de governar próprios e contrapostos em larga medida à própria Razão de Estado, o Liberalismo se forma enquanto governamentalidade, tendo sempre em vista a “condução de conduta” acima citada, o entrar em cena da vida como agenda política central – não é por outro motivo que Foucault afirma que seria incapaz realizar a genealogia do biopoder sem se reportar ao Liberalismo e, como veremos à frente, mais ainda ao Neoliberalismo.

EM BUSCA DO INSTRUMENTO ANALÍTICO: GOVERNAMENTALIDADE

Segundo Foucault, o objetivo inicial do curso de 1979, *Nascimento da Biopolítica*, era, na esteira do curso anterior (Segurança, Território, População, de 1977-78), fazer uma análise daquilo que o filósofo chamou de biopolítica, tendo como ponto de apoio e núcleo central a população. No resumo do curso, realizado ao final das aulas, Foucault afirma:

O tema escolhido era, portanto, a “biopolítica”: eu entendia por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto

¹⁵⁹ DEAN, Mitchell. oucault’s obsession with western modernity. Em: SMART, Barry (ed.). *Michel oucault critical assessments (volume IV)*. London; New York: Routledge, 1994, p. 295. Tradução minha.

¹⁶⁰ BURCHELL, Graham. Civil society and the “system of natural liberty”. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 143. Tradução minha.

de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... [...].¹⁶¹

No entanto, como podemos ver na passagem a seguir, argumenta o filósofo:

Parece-me, contudo, que a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão de verdade – antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental –, e, por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o Liberalismo [...]. Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado Liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica.¹⁶²

Assim, embora na primeira aula Foucault afirme que tratará apenas durante alguns encontros da questão do Liberalismo, para poder, então, voltar ao que havia sido planejado, o curso todo acaba por tematizar tanto o Liberalismo clássico, quanto as vertentes neoliberais mais recentes aos anos em que ministra as aulas. O que deveria ser intróito ao quadro geral da biopolítica, que, por sua vez, havia sido pensada como o assunto central a ser discutido, passa a ser o foco da análise.

Como vimos anteriormente, tal andamento “inesperado” tem relação com o fato de ser um curso exploratório, repleto de idas e vindas, aquilo que chamei de “laboratório de experimentação”.

Não obstante, talvez esse “desvio” em especial não tenha sido totalmente fortuito, afinal, os temas tratados no curso referentes à arte neoliberal de governar passam a ganhar crescente importância no cenário mundial justamente nessa época. Gordon afirma que, quando “[...] a crescente influência do pensamento político neoliberal, da Alemanha de Helmut Schmidt à França de Giscard e Barre e à Grã-Bretanha de Callaghan e Healey, haviam começado a apresentar um desafio às ortodoxias pós-guerra do pensamento governamental”¹⁶³, Foucault, atento para as questões de sua época, volta-se para compreender esse aspecto cada vez mais constituinte dela.

Este, embora crucial, é, não obstante, um motivo externo para essa inflexão no curso de Foucault. Um motivo imanente à própria obra tem de levar em consideração como a categoria de governamentalidade é já uma crítica ao princípio de soberania, um deslocamento da importância do Estado como fenômeno político – ao menos tal como foi visto até então por grande parte da teoria política contemporânea a Foucault

¹⁶¹ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 431.

¹⁶² FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 30.

¹⁶³ GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 6.

– e uma tentativa de dar conta das múltiplas e polimórficas relações de poder presentes em sua sociedade.

Uma vez que a noção de soberania, como Foucault já havia demonstrado em *Vigiar e Punir* (1975), não seria capaz de, sozinha, explicar as relações de poder e saber instituídas em sua sociedade, a própria noção de poder disciplinar já mostrava ser insatisfatória frente ao *laissez-faire* neoliberal que começava a dar sinais de hegemonia política e econômica na época dos cursos. É possível, nesse sentido, afirmar que Foucault estava tentando formular uma nova noção para essas relações de poder, uma noção que pudesse acaambarcar a complexidade da recente situação dos países ocidentais. Para tal, lançou mão da ideia de governamentalidade e buscou compreender a proveniência da condução de conduta contemporânea, isto é, as relações de governo instauradas em sua sociedade. A problemática central estruturada por Foucault seria, assim, a de perscrutar quem nos governa (e como nos governamos), por que meios, com que fins, através de que cálculos.

Já no curso *Em defesa da sociedade* a questão começa a ganhar contornos a partir da reflexão incipiente da substituição da soberania, passando pela disciplina, até o princípio da biopolítica; em *Segurança, Território, População*, há uma nítida contraposição entre o princípio de soberania e o poder pastoral; e com *Nascimento da biopolítica*, chegamos à leitura do Liberalismo e do Neoliberalismo como artes de governar que partem, sem dúvida, de um quadro estatal, mas que não são propriamente ditas um regime do Estado. O fato que parece ter levado Foucault a mudar de perspectiva é a introdução de uma nova ideia para pensar as relações de poder, sejam as disciplinares, seja a biopolítica, que é a noção de governo, ou melhor, de governamentalidade. Nesse sentido, como argumenta Gordon,

Foucault aplicou essa perspectiva de análise [do governo] em três ou quatro distintos domínios históricos: o tema, na Filosofia grega e mais genericamente na antiguidade e nos primórdios do Cristianismo, da natureza do governo, e a ideia do governo como uma forma de ‘poder pastoral’; doutrinas do governo nos primórdios da Europa moderna associadas à ideia da Razão de Estado e ao estado policial; o início do Liberalismo no século XVIII considerado como uma concepção da arte de governo; e, por último, formas de pensamento neoliberal no pós-guerra na Alemanha, nos Estados Unidos e na França, consideradas como maneiras de repensar a racionalidade de governo.¹⁶⁴

Tateando nas possíveis aplicações da ideia de “governo”, Foucault utiliza tal conceito de modo abrangente, do “poder pastoral” do oriente pré-Cristão, ao Neoliberalismo alemão e estadunidense, passando pelas noções de “razão de Estado” e do

¹⁶⁴ GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 3.

Liberalismo do século XVIII. Thomas Lemke, comentando a teoria de governo de Foucault, afirma que o pensador francês descobre que, considerando seus diversos usos,

Governo era um termo discutido não apenas em tratados políticos, mas também em textos filosóficos, religiosos, médicos e pedagógicos. Em adição à gerência [management] pelo Estado e à administração, “governo” também significava problemas de auto-controle, guia para a família e para crianças, manutenção [management] da casa, direção da alma, etc. Por esta razão, Foucault define o governo como conduta, ou, mais precisamente, como “condução da conduta” e, logo, um termo que abrange do “governo de si” ao “governo dos outros”.¹⁶⁵

Foucault estaria, nesse sentido, tentando encontrar um aparato conceitual capaz de conjugar as múltiplas e diversas relações de poder que atravessam sua sociedade. Seria possível afirmar que, antes mesmo da publicação de *Vigiar e punir* ou dos cursos aqui em questão, na série de cinco conferências realizadas por Foucault na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre 21 e 25 de maio de 1973, publicadas posteriormente com o título de *A verdade e as formas jurídicas*¹⁶⁶, o filósofo já procurava formular conceitos e teorias para estes problemas.

Nesses encontros, Foucault realiza um longo percurso para, apoiado em Nietzsche e sua ideia da proveniência mesquinha e infame do conhecimento, criticar a noção de que verdade e poder seriam termos eminentemente antitéticos. Nesse sentido, fazer uma história interna da ciência, em termos de sua constante progressão e aperfeiçoamento parece ter menos alcance analítico e político, para Foucault, do que uma história do conhecimento que mostre como a formação de domínios do saber é intimamente relacionada a relações de força e a relações políticas na sociedade. É possível conceber uma ideia materialista (embora “materialista” tenha um sentido muito particular aqui) de que o conhecimento tem uma proveniência nas tramas do mundo social e, como tal, está enredado nas relações políticas nele presentes.

Não visio aqui explanar o argumento de todas as conferências. O que interessa neste caso é como e com que propósito Foucault realiza esse longo percurso, que remonta ao mito de Édipo, ao antigo direito germânico e às formas medievais do inquérito, para finalmente chegar ao que, de modo incipiente no léxico do autor, mostrava-se como a “sociedade disciplinar” no século XIX. E o propósito é justamente criticar as concepções que apartassem as ideias de poder e de saber, através do questionamento das concepções soberanas de saber e de poder, ou melhor, das teorias que considerassem que as relações entre saber e poder seriam, em pleno século XX, ainda relações basicamente soberanas, centralizadas e jurídicas. A própria ideia de *lettres-de-cachet* – as

¹⁶⁵ LEMKE, Thomas. ‘The birth of bio-politics’: Michel Foucault’s lecture at the *Collège de France* on neo-liberal governmentality. Em: *Economy and Society*, Volume 30, N. 2, January 2001, p. 191. Tradução minha.

¹⁶⁶ Agradeço ao professor Marcos Nalli pelo apontamento nessa direção.

famosas cartas enviadas às mais altas autoridades do poder real pedindo punição aos mais insignificantes atos e aos mais infames dos homens – mostram como o poder e seu campo correlato de saber nem sempre partem de cima, da ordem régia, das cortes reais, mas inúmeras vezes capilarizam-se, como coloca o autor em *Vigiar e Punir*, até o mais fino grão social.

Em uma dessas conferências, destaco o seguinte trecho:

Parece-me que, quando interrogamos de perto estas instituições de sequestro encontramos sempre, qualquer que seja seu ponto de inserção, seu ponto de aplicação particular, um tipo de invólucro geral, um grande mecanismo de transformação: como fazer do tempo e do corpo dos homens, da vida dos homens, algo que seja força produtiva. É este conjunto de mecanismo que é assegurado pelo sequestro.¹⁶⁷

Nele, Foucault parece já tentar relacionar conceitos que apenas depois foram forjados, como poder disciplinar, biopoder, Estado de polícia, entre outros. Com a noção de governo, ou, mais precisamente, de governamentalidade, todos eles parecem se encaixar, ora harmônica, ora agonisticamente.

Ao mesmo tempo, Foucault busca aprofundar seu diagnóstico do presente, mostrando como o modelo da sociedade disciplinar não é suficiente – muito embora, por vezes, preciso – para abarcar as relações de poder em funcionamento. O próprio filósofo nos daria pistas dessa inflexão em sua obra. Entre outros momentos, em uma visita, em 1980 – isto é, um ano após terminar o curso *Nascimento da biopolítica* – à Universidade de Dartmouth, nos EUA, Foucault afirma:

Quando eu estava estudando asilos, prisões e assim por diante, eu insisti, creio, demais nas técnicas de dominação. O que nós podemos chamar de disciplina é algo realmente importante nesse tipo de instituições, mas é apenas um aspecto da arte de governar pessoas em nossa sociedade.¹⁶⁸

Em outra entrevista (cujo título em si já mostra o cunho desse diagnóstico), desta vez no Japão, Foucault continua a discorrer sobre a “crise da sociedade disciplinar”:

Eu examinei como a disciplina se desenvolveu, como ela se alterou de acordo com o desenvolvimento da sociedade industrial e o aumento da população. A disciplina, que era sim eficaz para manter o poder, perdeu uma parte de sua eficácia. Nos países industriais, as disciplinas entram em crise. [...] Nos últimos anos, a sociedade mudou, e os indivíduos também; eles são cada vez mais diversos, diferentes e independentes. Há cada vez mais categorias de pessoas que não são mais constrangidas [astreints] pela disciplina, de maneira que nós somos obrigados a pensar o desenvolvimento

¹⁶⁷ FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005, p. 122.

¹⁶⁸ FOUCAULT, Michel. About the Beginning of the Hermeneutics of the Self: Two Lectures at Dartmouth. Em: *Political Theory*, Vol. 21, No. 2, May 1993, p. 204.

de uma sociedade sem disciplina. A classe dirigente é sempre impregnada da técnica antiga. Mas é evidente que no futuro nós devemos nos separar da sociedade de disciplina de hoje.¹⁶⁹

O conceito de “governamentalidade” enquanto condução da conduta parece ser, nesse sentido, mais flexível e apropriado para lidar com uma tecnologia de poder que se caracteriza mais por um jogo estratégico e aberto do que por um regime fechado. De acordo com Lemke,

Foucault acabou por reconhecer o aspecto inadequado ou, ao menos, limitado de suas análises que, na primeira metade dos anos setenta, se orientavam na direção [vers] da disciplina como técnica dominante de poder. Desde a metade dos anos setenta – isto é, precisamente desde o momento no qual as primeiras falhas evidentes apareceram no modelo fordista de regulação –, nós podemos observar um distanciamento crescente em relação ao modelo disciplinar, que passa a parecer a Foucault como uma forma de poder singularmente “pouco econômica” e “arcaica”. Esta “autocrítica” teórica se completa por uma nova problemática central em torno do conceito de governo.¹⁷⁰

É necessário explicitar que o conceito de governamentalidade, ou de governo, personifica, em si, o percurso exploratório dos cursos que afirmamos acima – o que, por si, já dificulta, e, ao mesmo tempo, enriquece sua análise. A própria noção de conceito, se tomada em um sentido positivista do termo, parece não poder ser aplicada ao neologismo criado por Foucault, uma vez que seu significado se altera frequentemente durante seus diversos usos: ora se refere exclusivamente à experiência neoliberal, ora parece abarcar diversos tipos de tecnologias políticas – desde o pastorado pré-Cristão, até Neoliberalismo do fim do século XX, passando pela Razão de Estado dos séculos XV-XVIII, pelo Estado de polícia, pelas disciplinas, entre outras –, ora se estende inclusive a uma relação ética do si consigo. Burchell, por exemplo, assevera, nesta direção, que não está “[...] convencido que Foucault é sempre estritamente consistente em seu uso das palavras governo e governamentalidade”¹⁷¹. Para fins do propósito e objetivo de minha dissertação, muito mais do que uma história da análise de todas as tecnologias de poder já empreendidas pelo filósofo, ou dos termos da chamada terceira fase de Foucault (das técnicas de si), embora isto sempre esteja em jogo, entendo a governamentalidade como o conjunto de técnicas, saberes, mecanismos, cálculos e

¹⁶⁹ FOUCAULT, Michel. (1978) *La société disciplinaire en crise*. Em: *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, pp. 552-3. Tradução minha.

¹⁷⁰ LEMKE, Thomas. “Marx sans guillemets”: Foucault, la gouvernementalité et la critique du néolibéralisme. Em: *Actuel Marx*, 2004/2 n° 36, pp. 17-8. Tradução minha.

¹⁷¹ BURCHELL, Graham. Liberal government and techniques of the self. Em: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas. Introduction. Em: *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 35, nota 3. Tradução minha.

instituições voltados para a condução de conduta populacional e individual, principalmente no que tange à experiência neoliberal de meados e fins do século XX.

Ao tentar estabelecer uma ponte analítica entre os conceitos de biopolítica e governamentalidade, Foucault se vê obrigado a lidar com a questão do Liberalismo como arte de governo no qual esse panorama se imbricava e se condensava, de modo a tomar ares de uma racionalidade política hegemônica. No capítulo seguinte, entenderemos como, no século XVIII, o Liberalismo se constituiu como razão governamental autônoma, capaz de propor deslocamentos e alternativas às questões relativas à Razão de Estado, com seu funcionamento tipicamente soberano.

CAPÍTULO 3 – O LIBERALISMO CLÁSSICO

Pudemos, até agora, ver como Foucault desenvolve ideias anteriores, como, por exemplo, a de “poder disciplinar” ou “poder soberano”, propondo inflexões a elas, principalmente através das noções de “biopoder” e “governamentalidade”, que o permitiram, por sua vez, por meio de um recuo ao “poder pastoral” e à “Razão de Estado”, compreender mudanças capitais na economia de poder até o século XVIII. Veremos agora como Foucault analisa o Liberalismo clássico e sua relação com a Economia Política.

Adentrando já propriamente no curso *Nascimento da Biopolítica*, Foucault desenvolve o argumento de que, em meados do século XVIII, surge uma razão governamental moderna, marcada por um princípio de limitação da arte de governar que não mais é exterior a ela, mas, ao contrário, intrínseca ao seu funcionamento.

Segundo Foucault, nos quadros do poder soberano, o único limite capaz de tentar interromper o funcionamento estatal é algo externo a ele, a saber, o direito – é o direito que está sempre atento aos abusos do rei ou dos monarcas, é o direito que busca frear seus ímpetos, é o direito que tenta, de fora da Razão de Estado, ser uma espécie de contrapeso jurídico ao poder soberano.

De acordo com o filósofo, a única limitação possível à Razão de Estado e seu correlato interno, o Estado de Polícia, era o direito, nos séculos XVI e XVII. O direito funcionava como espécie de freio exterior ao exercício dessa tecnologia política: sempre que o Estado extrapolava suas funções, exagerava em seus mecanismos ou cruzava a fronteira da legalidade, o direito era acionado como única medida capaz de equacionar tais questões. Daí surgirem todas as teorias relativas a um contrato original, a um pacto entre os cidadãos que não pode ser violado pelo Estado. O sujeito de direito era aquele capaz de impedir o poder soberano de ultrapassar seus limites. Nos termos do autor:

Numa palavra, digamos que o princípio de direito, seja ele histórica ou teoricamente definido, pouco importa, o princípio de direito punha outrora em face do soberano e do que ele podia fazer certo limite: não ultrapassarás esta linha, não desconsiderarás este direito, não violarás esta liberdade fundamental.¹⁷²

Com o advento dessa razão governamental moderna, essa limitação não mais é exterior, não precisa frear o governo “de fora”, a partir de uma esfera distinta da vida social, mas sim, imanentemente, apresentar-se como o meio mais adequado de o governo atingir seus objetivos. Assim, ela não marca nos súditos aquilo que é permitido

¹⁷² FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 17.

fazer e aquilo que é exigido que se faça, ou seja, não marca uma esfera de liberdade e outra de submissão requerida, mas marca, em seu próprio exercício, aquilo que deve ser feito (e quais os melhores meios para atingi-lo) e aquilo que não deve ser feito, em termos da arte de governar.

Nesse sentido, ela não constitui mais uma regulamentação de direito, mas sim de fato, isto é, não pauta as fronteiras do legítimo e ilegítimo, mas sim do governo hábil e inábil, do adequado e inadequado. Além disso, seguindo a mesma linha, não regulamenta apenas situações excepcionais ou circunstanciais, oferecendo, por exemplo, conselhos de prudência ao príncipe, mas segue uma cartilha de princípios que são válidos a todos e em quaisquer circunstâncias.

De acordo com o filósofo francês, toda a questão em torno da qual gira essa nova razão é: em face das consequências econômicas e políticas das incontáveis e excessivas demonstrações de pompa e força do poder soberano, como proceder para não governar demais? Com ela, o princípio geral que se segue é: um governo nunca sabe como governar apenas o suficiente. Em outras palavras, aquilo que se objeta a partir dessa limitação não são mais exatamente os abusos do soberano, mas sim algo ligeira e decisivamente distinto: o excesso de governo. Trata-se de propor e por em prática um governo “frugal”. A frugalidade torna-se desde o século XVIII, até os dias em que Foucault escreve (nestes mais do que nunca, segundo o filósofo) a questão central do governo.

O argumento de Foucault narra uma racionalização e um processo de tornar coerente uma série de práticas que, no passado, encontravam-se dispersas e, por assim dizer, “desorganizadas” (tarifas aduaneiras, impostos internos, regulamentação do mercado e da produção, por exemplo). Com isso, pode-se julgá-las em termos de serem boas ou ruins, eficazes ou falhas, hábeis ou inábeis, em função de proposições que serão submetidas à demarcação do verdadeiro e do falso. Um novo jogo de saber e poder é instaurado, com novas regras e novas linhas demarcatórias:

Quero dizer que esse momento que procuro indicar atualmente, que esse momento é marcado pela articulação, numa série de práticas, de um certo tipo de discurso que, de um lado, o constitui como um conjunto ligado

por um vínculo inteligível e, de outro lado, legisla e pode legislar sobre essas práticas em termos de verdadeiro ou falso.¹⁷³

Tal transformação se situa em meados do século XVIII, com a invenção de um instrumento intelectual próprio para tal: nada mais e nada menos que a Economia Política.

FOUCAULT LEITOR DA ECONOMIA POLÍTICA

O tema da Economia Política não aparece na experiência intelectual de Foucault pela primeira vez somente na segunda metade dos anos 70 do século XX, sendo, na verdade, recorrente na obra do filósofo. Ainda em meio à sua produção arqueológica, em *As palavras e as coisas* (publicada originalmente em 1966), o filósofo francês teceu uma série de considerações acerca de seu surgimento na *epistémê* moderna. Voltar a esse momento, passando não apenas por sua análise da Economia Política em si, mas de outros temas igualmente paralelos nos dois instantes de sua obra – como o mercantilismo, o utilitarismo, a fisiocracia, entre outros –, com intuito de compreender sua contribuição e comparar os diferentes caminhos percorridos pelo filósofo no ínterim de 1966 até o final dos anos 70 que separa as duas aparições desses temas, pode ser de grande valia para a compreensão da economia interna da obra de Foucault e de sua análise.

Retomo, a seguir, brevemente, o argumento geral da obra de 1966. O objetivo, novamente, não é esgotar os meandros da discussão foucaultiana ali presente, mas sim situar o debate para que possamos compreender seus termos e proposições básicas. O livro em si, nesse sentido, será analisado com vistas exclusivas a contribuir para o debate central desta dissertação, não tencionando ser objeto de qualquer tipo de comentário mais profundo ou exegético quanto ao seu conteúdo como um todo.

Nesse sentido, apenas a título de introdução ao tema, mostra-se necessário, mesmo que provisoriamente, definir o que Foucault compreende por “*epistémê*”. Segundo Amariglio,

Foucault usa o termo *episteme* para designar o sistema ou fundação que constitui as “regras de formação” de todos os enunciados existentes, não importa quão diversos, que são feitos no curso do discurso (científico ou não) em um dado momento histórico. A *episteme* age como um horizonte

¹⁷³ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 25.

interdiscursivo, situando todos os discursos historicamente determinados, diferentes e dispersos, em um campo espacial comum.¹⁷⁴

De acordo com Foucault, o pensamento clássico operou uma mutação fundamental em relação ao Renascimento. Trata-se da passagem entre duas distintas *epistémês*, daquilo que Foucault denomina registro da “similitude” para o paradigma da “representação”. Assim, enquanto no Renascimento, até o século XVI, as operações discursivas giravam em torno da problemática da semelhança (as palavras deveriam ter alguma característica que se assemelharia, de uma maneira ou de outra, à coisa representada em si), no pensamento clássico, datado por Foucault entre os séculos XVII e XVIII, uma série de profundas mudanças, guiadas pela problemática da representação, da relação dos signos entre si, entra em cena, o que é verificável no nascimento de três saberes distintos, mas profundamente ligados entre si por essa mesma questão: a análise das riquezas, a gramática geral e a história natural.

Até o século XVI, assim, de acordo com Foucault, o pensamento econômico estaria limitado à questão dos preços e da substância monetária. Os questionamentos que se levava a cabo então eram, como vimos, da ordem da similitude – o que, no campo econômico, se traduzia, basicamente, pela questão da relação imediata da quantidade de ouro contida na moeda (seu peso) e seu valor nominal. Uma moeda só seria, assim, confiável, estável e aceita caso seu valor nominal fosse idêntico à massa metálica nela contida. Em outras palavras, “ouro e prata podem servir como a substância apropriada para o dinheiro, eles podem desempenhar seu papel como representação do preço, pois eles carregam a ‘marca real’ de seu poder representacional dentro deles mesmos”¹⁷⁵.

Nesse sentido, não poderia haver flutuação de preços ou do valor da moeda em si, sem que fosse observada uma variação em seu próprio peso, uma vez que a similitude organizava tal relação. Essa identidade entre valor nominal e quantidade de ouro, afirma Foucault, seria garantida, em última instância, pela providência divina. Deus seria o fiador final da moeda.

Tal identidade começa a ser problematizada no momento em que a questão do preço da moeda em si passa a ser discutida: como entender o fato de que, com a afluência de metais advindos das conquistas no Novo Mundo, necessita-se de mais ouro para comprar a mesma quantidade de outra mercadoria? Em outras palavras, a moeda tem, ela mesma, um preço, que varia de acordo com a oferta e a demanda, não de outras mercadorias com as quais ela se relaciona, mas dela própria: quanto mais moeda chegava à Europa, logo maior a oferta de moeda, o preço da moeda caía, sem que houvesse uma

¹⁷⁴ AMARIGLIO, Jack. The body, economic discourse, and power: an economist’s introduction to Foucault. Em: *History of Political Economy*, Vol. 20, no. 4, Inverno de 1988, pp. 586-7. Grifos no original. Tradução minha.

¹⁷⁵ AMARIGLIO, Jack. The body, economic discourse, and power: an economist’s introduction to Foucault. Em: *History of Political Economy*, Vol. 20, no. 4, Inverno de 1988, pp. 589. Grifos no original. Tradução minha.

queda concomitante em seu peso. Como manter, nesse quadro, uma identidade entre quantidade de ouro contida na moeda e seu valor nominal? Se a quantidade de ouro não se alterava substancialmente, não deveria haver qualquer tipo de variação no valor nominal da moeda, para o pensamento renascentista.

Foucault mostra como as diversas reviravoltas que foram agrupadas sob a rubrica de “mercantilismo” no século XVII figuram como uma espécie de rompimento e de novidade epistêmica em relação às análises econômicas anteriores. Enquanto o Renascimento analisava a moeda e em termos de seu valor intrínseco (ou seja, a moeda deveria ser valiosa por se assemelhar ou guardar uma relação imediata com o ouro contido nela), o mercantilismo, depois de inúmeras disputas e controvérsias quanto ao real papel da moeda, mantém o valor enquanto função intrínseca, mas o faz repousar sobre sua função de troca, isto é, sua capacidade de substituir aquilo que tem preço, de representar as riquezas (justamente aí está o paralelo com a gramática geral e com a história natural em torno da noção de representação).

Assim, para os mercantilistas, “é por ser moeda que o ouro é precioso. Não o inverso”¹⁷⁶, isto é, a moeda recebe seu valor de sua pura função de signo. As riquezas não mais provêm de uma propriedade divina ou natural, mas sim da estimativa de seu valor, uma propriedade eminentemente humana. Trata-se, portanto, de uma “ficção”, embora muito objetiva, uma vez que a moeda passa ser vista como memória distante daquilo que representa, e não mais como uma contiguidade imediata entre quantidade de ouro e valor. O ouro e a prata são utilizados como moeda, segundo os mercantilistas, não por terem valor em si, mas por outras qualidades, que não são, por sua vez, completamente fortuitas (mas por serem simples e convencionalmente úteis: são duros, imperecíveis, podem ser fracionados, são facilmente transportados, etc.).

A troca e a circulação, conseqüentemente, passam a ganhar cada vez mais atenção e a serem analisadas enquanto fenômenos complexos. A questão do valor das mercadorias se coloca nos mesmos termos, afinal, na *epistémê* clássica, trata-se de questionar a ideia de que algo possui um valor intrínseco e natural. Amariglio comenta como, segundo Foucault, na *epistémê* clássica,

a troca é a grande tabela de equivalências, análoga àquelas tabelas taxonômicas da história natural, que permite à riqueza se representar e se ordenar em relações de igualdade e desigualdade, de identidades e diferenças. Assim, é basicamente no processo de troca, e não antes dele, que o valor é constituído.¹⁷⁷

A escola fisiocrata (com François Quesnay e seu *Tableau Économique*, entre outros) considerava o valor de algo característico da coisa em si, ligado a necessidades

¹⁷⁶ FOUCAULT, Michel. (1966) As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 241.

¹⁷⁷ AMARIGLIO, Jack. The body, economic discourse, and power: an economist's introduction to Foucault. Em: *History of Political Economy*, Vol. 20, no. 4, Inverno de 1988, p. 593. Grifos no original. Tradução minha.

humanas em geral e produzido pela terra, como único agente capaz de criar bens. Quando esses bens são abundantes o suficiente para que excedam o consumo individual, eles geram excedentes que podem ser, somente então, trocados, de acordo com a necessidade de cada um. O comércio não produziria, assim, bem algum; ele meramente trocaria coisas de valor igual. A indústria, igualmente, não seria capaz de criar valor, uma vez que se constitui, no pensamento fisiocrático, como um jogo de soma zero: tudo aquilo que é acrescido em um produto manufaturado, é, por outro lado, subtraído na forma de salários e custos de produção. Existe, assim, para os fisiocratas, apenas um verdadeiro produtor de bens existente: a Natureza. Esta teria uma fonte virtualmente inesgotável de bens, que, ao entrarem no circuito das trocas humanas, tornam-se, somente então, valores. Assim, seguindo Foucault, existiria, para essa escola, uma realidade anterior àquela da troca, que caracteriza os bens fornecidos espontaneamente pela natureza. Mesmo assim, no entanto, esse valor não provém do Homem e nem de seu trabalho.

A chamada escola da “teoria psicológica” ou utilitarista (com membros como Étienne Bonnot de Condillac¹⁷⁸, Ferdinando Galiani¹⁷⁹, Destutt de Tracy¹⁸⁰ e Jean-Joseph-Louis Graslin¹⁸¹) – retomada pelos marginalistas e pelos neoliberais séculos depois –, por sua vez, inaugura a noção de que o valor de uma coisa só existe em sua troca com outra, sendo sempre relacional e, logo, dependente de circunstâncias subjetivas. Para tal, situam sua análise, segundo Foucault, no lado oposto da troca, isto é, não daquilo que é dado, mas sim daquilo que é recebido. De acordo com tal escola, quando produzo alguma coisa, planejo a utilidade que tal coisa terá para meu consumo e dessa utilidade provém o valor dessa coisa. Esse valor seria, assim, ao mesmo tempo, absoluto – pois se refere a cada coisa individualmente – e relativo – pois depende dos desejos e necessidades de cada homem em cada situação. Assim, segundo tal escola, a troca, por si só, criaria

¹⁷⁸ Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) foi um filósofo, epistemólogo e economista francês, responsável por estabelecer a teoria de que o valor nasce sempre da utilidade da coisa. Cf. “Étienne Bonnot de Condillac”. *Encyclopædia Britannica Online Academic Edition*. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/131486/Etienne-Bonnot-de-Condillac>>. Acesso em 21/05/2013 às 00h25.

¹⁷⁹ Ferdinando Galiani (1728-1787), economista italiano, desenvolveu uma teoria do valor assentada nas noções de utilidade e de escassez que é considerada como precursora das ideias de utilidade marginal. Cf. “Ferdinando Galiani”. *Encyclopædia Britannica Online Academic Edition*. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/223975/Ferdinando-Galiani>>. Acesso em 21/05/2013 às 00h40.

¹⁸⁰ Destutt de Tracy (1754-1836), ou Antoine-Louis-Claude, foi um filósofo francês, que ficou famoso por cunhar o termo “ideologia” na ciência das ideias, das sensações e das percepções. Desenvolveu também uma teoria econômica baseada nas ações humanas e nas trocas. Cf. “Antoine-Louis-Claude, Comte Destutt de Tracy”. *Encyclopædia Britannica Online Academic Edition*. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/159424/Antoine-Louis-Claude-Comte-Destutt-de-Tracy>>. Acesso em 20/05/2013 às 22h45.

¹⁸¹ Jean-Joseph-Louis Graslin (1727-1790), economista francês, cuja principal obra, Ensaio analítico sobre a riqueza e o imposto, se opõe à teoria fisiocrata de que somente a agricultura seria produtora de riquezas. Cf. ORAIN, Arnaud. *Jean-Joseph-Louis Graslin, 1727-1790: le temps des Lumières à Nantes*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008.

valores, ao partir de coisas que seriam, para seu proprietário, de utilidade menor ou até nula e conferir utilidade a essas coisas para outrem.

Foucault, não obstante, enfatiza que, embora atualmente possamos criar uma dicotomia entre essas duas escolas, que teriam fundado a divisão posterior entre Economia Política e Marginalismo, existem planos comuns muito importantes a ambas, que as situam no mesmo solo da problemática da representação:

Vê-se que os elementos teóricos são os mesmos nos fisiocratas e nos seus adversários. O corpo das proposições fundamentais lhes é comum: toda riqueza nasce da terra; o valor das coisas está ligado à troca; a moeda vale como a representação das riquezas em circulação; a circulação deve ser tão simples e completa quanto possível. Esses elementos teóricos, porém, são dispostos pelos fisiocratas e pelos “utilitaristas” numa ordem que é inversa; e, em consequência desse jogo das disposições, o que para uns tem papel positivo torna-se negativo para os outros.¹⁸²

Nesse giro da similitude à representação, ao contrário da história natural e da gramática geral, o saber clássico acerca das riquezas, enraizado e encarnado em instituições e práticas sociais determinadas, tinha um “índice de viscosidade histórica”¹⁸³ muito maior e, justamente em virtude disso, levou muito mais tempo para levar a cabo tais mudanças capitais, contendo, na verdade, diversas contradições, hesitações e momentos epistêmicos mistos, se analisado a posteriori. Entre o acúmulo de metal, as teorias sobre o papel da agricultura, a importância da indústria e a centralidade do comércio,

não definiu ele a moeda na sua pura função de signo, enquanto requeria sua acumulação como uma mercadoria? Não reconheceu a importância das flutuações quantitativas do numerário e desprezou a sua ação sobre os preços? Não foi protecionista, fundando, no entanto, sobre a troca o fundamento das riquezas?¹⁸⁴

Não obstante ainda esteja atrelada a problemáticas manchadas pela ideia de similitude, há uma consequência muito importante da introdução da problemática da representação na discussão da moeda. A concepção da moeda enquanto signo introduz um elemento temporal que, nas análises renascentistas precedentes, era completamente ausente. Assim nasce todo um tipo de cálculos que envolvem a circulação da moeda, a velocidade dessa circulação, seus distintos ciclos, o número de mãos pelas quais ela passa, que se tornam característicos do poder representativo da moeda, em oposição à concepção de seu valor intrínseco. “Quaisquer que tenham sido suas determinações e

¹⁸² FOUCAULT, Michel. (1966) *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 276.

¹⁸³ O termo é de Foucault. Cf. FOUCAULT, Michel. (1966) *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 248.

¹⁸⁴ FOUCAULT, Michel. (1966) *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 243.

consequências econômicas”, afirma Foucault, “o mercantilismo, se interrogado ao nível da *epistémê*, parece como o lento, o longo esforço para colocar a reflexão sobre os preços e a moeda na linha reta da análise das representações”¹⁸⁵.

Podemos aqui já traçar um paralelo interessante entre sua análise do mercantilismo em 1966 e em 1979. À primeira vista, um elemento comum logo se faz presente: em ambos os momentos, o mercantilismo se mostra como um momento de transição. Em *As palavras e as coisas*, o mercantilismo se situa já na *epistémê* clássica (postulando o valor da moeda na sua característica representacional de puro signo), no entanto, como vimos na citação acima, contendo diversos elementos da *epistémê* renascentista ligados à questão do valor intrínseco da moeda. Já em *Nascimento da Biopolítica*, ele aparece como uma figura heterogênea, marcada tanto por cálculos propriamente liberais, como por instituições, mecanismos e instrumentos tipicamente soberanos e estatais. Desse modo, o mercantilismo parece sempre se constituir, ao longo do pensamento de Foucault, como um momento de passagem diacrônica, entre uma *epistémê* e outra, entre uma razão governamental e outra, encerrando em si características de ambos os momentos, sem fronteira nítidas e ideais de separação entre eles.

Como elementos de diferenciação entre as duas análises, podemos incluir as distinções provenientes das próprias mutações na análise foucaultiana entre um momento e outro. Em outras palavras, em 1966 interessava ao filósofo realizar uma arqueologia das ciências humanas, mostrando o solo epistêmico no qual elas se ancoravam, sem conferir tanta atenção aos mecanismos discursivos desses saberes (friso ainda novamente, que “discurso”, para Foucault, não é imediatamente redutível à noção comumente empregada de “mera teoria”). Nas palavras do filósofo, “sem dúvida, a análise das riquezas não se constitui segundo os mesmos meandros nem ao mesmo ritmo que a gramática geral ou que a história natural. É que a reflexão sobre a moeda, o comércio e as trocas está ligada a uma prática e a instituições”¹⁸⁶. Essa ligação, contudo, muito embora admitida e reconhecida pelo filósofo, não parece ser o foco principal de Foucault em 1966. Chama a atenção quão escassas são as linhas dedicadas a analisar essa interpenetração entre o campo de saber da análise das riquezas e o campo de poder das práticas e instituições correlatas. A bem dizer, essa ideia de campos de poder e de saber correlatos ainda não havia sido, dessa maneira específica, formulada no pensamento de Foucault. Como nos confessa o próprio filósofo, em uma entrevista de 1978,

[*As palavras e as coisas*] era um trabalho de pura comparação entre as práticas heterogêneas. Não havia, logo, lugar, por exemplo, para a caracterização da relação que poderia existir entre o nascimento da análise da riqueza e o desenvolvimento do capitalismo. O problema não era saber como havia nascido a Economia Política, mas sim encontrar os pontos comuns que

¹⁸⁵ FOUCAULT, Michel. (1966) *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 247-8.

¹⁸⁶ FOUCAULT, Michel. (1966) *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 230.

existem entre diversas práticas discursivas: uma análise comparativa dos procedimentos internos ao discurso científico.¹⁸⁷

Ao passo que, em 1979, com outros objetos e objetivos em mente, as práticas discursivas ganham o centro do palco, e o mercantilismo é analisado não em relação ao paralelismo arqueológico existente entre ele e outros saberes, mas sim enquanto par de saber e poder capaz de introduzir alterações significativas no cálculo estratégico das artes de governar. Em outras palavras, na segunda metade dos anos 70, Foucault analisa não somente uma identidade arqueológica epistêmica entre distintos saberes, mas de que modo pares de saber-poder são capazes de criar realidades que se enraízam em determinadas teorias e práticas sociais concretas, criando regimes veridicionais capazes de conferir e aferir a verdade ou falsidade das proposições, capazes de dar vida a subjetividades específicas e a possibilidades de existência e práticas individuais. Resumindo, Foucault parece efetivamente analisar, em 1979, aquilo que apenas anuncia em 1966, isto é, que “a teoria das riquezas está ligada, de ponta a ponta, a uma política”¹⁸⁸.

Volto a enfatizar que tal inflexão não parte do pressuposto de um abandono da análise da teoria das riquezas para uma análise “pura” de sua instalação prática e pragmática. Ao contrário, como vimos ao longo de todos os capítulos, Foucault jamais deixa de analisar a formação das teorias acerca do Neoliberalismo para compreender sua constituição enquanto racionalidade de governo. A teoria dos neoliberais em momento algum foi tratada como apêndice ou como véu que encobriria as práticas, essas sim reais, de fato existentes. Aí as noções de “campos correlatos de poder e saber” e de “regime de verificação” parecem operar de modo a conjugar ambos os momentos intimamente relacionados dessa complexa relação.

Voltando a *As palavras e as coisas*, Foucault afirma que o século XIX, por outro lado, trouxe consigo uma mutação de fato fundamental, de importância similar àquela do século XVIII: o da busca por desvencilhar-se do problema da representação. No final do século XVIII, temos uma mutação que altera toda a *epistémê* ocidental, fazendo surgir, no lugar da gramática geral, da história natural e da análise das riquezas os saberes instituídos pela Filologia, Biologia e Economia Política, respectivamente.

É importante frisar que tal mudança não se dá por simples substituição imediata de um conjunto de saber pelo outro, mas nos interstícios deixados em branco pelo pensamento clássico. Isso é realizado através de novos métodos e da constituição de novos objetos do conhecimento, mais do que uma marcha inelutável de cada ciência rumo a um progresso interno cada vez mais elevado. Conforme ressalta Foucault, ao invés de queremos enxergar, *a posteriori*, uma linha progressiva científica, segundo a qual é apenas com a instituição da Economia Política que vemos, de fato, a formação de uma ciência

¹⁸⁷ FOUCAULT, Michel. (1978) Entretien avec Michel Foucault. Em: *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 887. Tradução minha.

¹⁸⁸ FOUCAULT, Michel. (1966) *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 284.

autônoma e racional, livre das amarras morais que ainda prendiam os distintos pensamentos econômicos anteriores, devemos enxergar nesses distintos momentos, formações epistêmicas diversas, que regravam e regiam suas constituições.

Assim, ainda no final do século XVIII, Adam Smith teria sido um dos momentos finais daquilo que Foucault denomina “os limites da representação”. Embora se diga usualmente que Smith criou a Economia Política ao introduzir em seu seio a noção de “trabalho” como criador de valor e de riqueza e ao criar as noções de “valor em uso” e “valor em troca” para lidar, respectivamente, com as necessidades dos homens e com a quantidade de trabalho contida na produção de um bem, é fato que o trabalho já vinha sido analisado enquanto importante fator econômico desde fisiocratas como Quesnay, Anne-Robert-Jacques Turgot ou Richard Cantillon.

A despeito disso, é possível afirmar que Smith marca sim o início de um momento de ruptura importante, na medida em que postula a centralidade do trabalho como unidade e medida imutável de riqueza. É claro que, na obra de Smith, as necessidades individuais e a troca continuam a ser o motor da economia, aquilo que move sua própria existência. Não obstante, a medida que estabelece as igualdades e as diferenças das mercadorias na troca passa a ser, com Smith, uma medida absoluta, a saber, tempo de trabalho: “Se para a experiência dos homens – ao nível do que se vai incessantemente chamar de psicologia – o que eles trocam é o que lhes é ‘indispensável, cômodo ou agradável’, para o economista, o que circula sob a forma de coisas é trabalho”¹⁸⁹. Dessa maneira, Smith desloca toda a discussão que conferia à necessidade, à troca e à utilidade a medida última do valor de uma coisa e, nesse movimento, ultrapassa o jogo das representações, o jogo das trocas e da aparência econômica para se aprofundar em sua produção real, isto é, justamente o trabalho. Ivan Domingues sintetiza a posição de Foucault a respeito de Smith:

Em verdade, essa revolução teórica não se explica propriamente pela descoberta de novos objetos – o trabalho, o capital, o lucro –, que de resto podem ser encontrados em outros autores (Quesnay, Turgot), mas antes, como diria Foucault, pela nova disposição da Episteme, cuja axiomática se encontra mais próxima das *Regulae Philosophandi* de Newton do que das *Regulae Ingenii* de Descartes.¹⁹⁰

Contudo, não importa quão inovadoras sejam estas proposições, as riquezas, para Smith, continuariam a ser representações que se relacionam entre si nas trocas – eis porque Smith não é senão um primeiro momento de mutação da *epistémê* clássica –, mesmo que sejam representações que devem se reportar a uma outra série exterior, fixa e

¹⁸⁹ FOUCAULT, Michel. (1966) As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 308.

¹⁹⁰ DOMINGUES, Ivan. *O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas*. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 236. Mostra-se necessário ressaltar que o próprio Domingues, páginas à frente, relativizará a similitude de Smith com o método e as proposições newtonianas, afirmando tratar-se de uma relação de convergências e divergências.

absoluta, a série povoada pelo trabalho. Daí porque os preços de mercado de certo produto podem até oscilar em determinados momentos, mas eventualmente se ajustarão em torno de um ponto fixo, seu preço real, que está ligado às horas de produção desse produto. Smith aparece, em Foucault, como uma figura mista, situado entre o analista das riquezas e o economista político: ao ultrapassar o limite da representação e descobrir o trabalho por trás, mostra-se um homem da *epistémê* moderna; mas, ao manter a relação representacional da troca entre valor e esse trabalho, Smith continua se valendo do paradigma clássico.

Ricardo, segundo o argumento de Foucault, teria dado um passo além e de fato instaurado uma nova relação com a representação que não mais consiste em apenas derivar a série de representações do preço da série de produção do valor, mas sim em questionar os limites e a própria legitimidade das representações. É claro que, como vimos, não foi Ricardo o responsável – assim como tampouco havia sido Smith – por introduzir o fator “trabalho” na análise econômica. Mas se já uma alteração significativa entre os fisiocratas e Smith, há outro degrau que separa Smith de Ricardo, degrau este que jaz na própria concepção do trabalho.

Ainda para Smith, o trabalho poderia servir de medida geral a todas as mercadorias apenas porque seria o que há em comum entre elas, e o valor continuaria a ser signo e a representar essa quantidade de trabalho. Dessa maneira, encontramos um problema que está ligado ainda à primazia da representação em sua análise: “toda mercadoria representava certo trabalho, e todo trabalho podia representar certa quantidade de mercadoria”¹⁹¹, afirma Foucault a respeito de Smith.

Já em Ricardo, essa identidade é desfeita e o trabalho é analisado enquanto medida geral de valor, por ser sua fonte. Ou seja, não é porque, como em Smith, existem unidades idênticas de trabalho em todas as mercadorias que o trabalho entra como fator importante na análise, mas sim porque não há outro *locus* produtor de valor senão o trabalho – o que, segundo Ricardo, é imediatamente verificável no fato de que, quanto mais trabalho é necessário para produzir uma mercadoria, mais cara ela é, ao passo que os salários podem aumentar ou diminuir e isso em nada impactará no valor da mercadoria. Nas palavras de Foucault, “o valor deixou de ser signo, tornou-se um produto”¹⁹². Assim,

Enquanto no pensamento clássico o comércio e a troca servem de base insuperável para a análise das riquezas (e isso mesmo ainda em Adam Smith, para quem a divisão do trabalho é comandada pelos critérios da permuta),

¹⁹¹ FOUCAULT, Michel. (1966) As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 348.

¹⁹² FOUCAULT, Michel. (1966) As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 349.

desde Ricardo, a possibilidade da troca está assentada no trabalho; e a teoria da produção, doravante, deverá sempre preceder a da circulação.¹⁹³

Segundo Foucault, entramos aí em um domínio novo do pensamento econômico. Enquanto no século XVIII, as análises eram sempre circulares e de superfície, atentando para as relações entre a quantidade de moeda e a quantidade de mercadorias, ou a quantidade de ouro e prata e a quantidade de moedas para explicar as flutuações de preços, Ricardo inaugura um campo profundo, além da superfície, que tem suas próprias leis e dinâmica, a saber, o campo da produção. Salários, capital, rendimentos, lucros, divisão do trabalho, estes serão os novos termos em que a análise se apoiará desde então. Em suma, como nos mostra Amariglio,

[...] as teorias modernas do valor, desde Ricardo (e não Smith, segundo Foucault), buscam conceber o valor como uma relação de profundidade. Valor e preço são tratados como reflexões de superfície e, logo, representações da força de vida essencial que subjaz àquela superfície e que pré-existe às representações às quais ela faz nascer.¹⁹⁴

Essa nova concepção, de acordo com Foucault, introduz mais uma vez uma nova ideia de tempo. Ao invés de um quadro fixo e estático, típico dos saberes da *epistémê* clássica, no qual as representações se relacionam entre si, Ricardo, ao dissociar formação e representação, articula a economia e a história em um tempo contínuo, em um tempo em série no qual o valor de uma mercadoria é explicado não por sua equivalência concomitante a outro signo, dada na troca, mas por sua produção anterior – e isso em uma cadeia de tempo virtualmente infinita. Ao invés de equivalências e diferenças simultâneas, produções sucessivas.

Foucault comenta como há ainda outra novidade aberta por Ricardo, referente à relação entre necessidade e raridade. Para Ricardo, a natureza não mais proveria uma situação de abundância de bens, mercadorias e valores idílica, na qual o homem nasce apenas trocando aquilo que já lhe foi dado de antemão, como queriam os fisiocratas ou até parte dos mercantilistas. O homem teria, ao contrário, de produzir esses valores e bens o tempo todo para sua subsistência e troca. Assim, mostra Foucault, o *Homo oeconomicus* de Ricardo é um ser que tem de se haver o tempo todo não com uma abundância de riquezas e valores produzidos pela natureza, como postulava o pensamento clássico, mas sim com sua carência fundamental, com sua finitude. Nas palavras de Domingues:

Solidária desta inflexão, uma nova antropologia se instala, a antropologia do homo oeconomicus, onde a ideia de falta é relativizada e há um remédio para a mesma: o trabalho. Filho de Pobreza, a exemplo do homem platônico, o

¹⁹³ FOUCAULT, Michel. (1966) As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 350.

¹⁹⁴ AMARIGLIO, Jack. The body, economic discourse, and power: an economist's introduction to Foucault. Em: *History of Political Economy*, Vol. 20, no. 4, Inverno de 1988, p. 586. Grifos no original. Tradução minha.

homo oeconomicus é um ser de carência e de desejo, definido pela falta; filho de Recurso, é um ser de artifício e de invenção que, pelo trabalho, procura remediar a falta, infinita, e a escassez da natureza (finita).¹⁹⁵

Segundo Foucault, há, em Ricardo, uma antropologia da finitude, uma origem do homem que tende à situação de carência que deve ser o tempo todo compensada pela produção e suprida pelo trabalho: “o *Homo oeconomicus* não é aquele que se representa suas próprias necessidades bem como os objetos capazes de as saciar; é aquele que passa, usa e perde sua vida escapando da iminência da morte”¹⁹⁶, afirma o filósofo francês a respeito de Ricardo.

Retornamos, aqui, à concepção do tempo introduzida por Ricardo. A História como fluxo, como vimos acima, esbarra aqui na Antropologia da finitude, que é estática e fixa por definição. Aquela passa a ser, assim, uma eterna tentativa de contornar e compensar essa situação de carência e de iminência do fim. Porém, como a natureza humana é inescapável, para Ricardo, essa tentativa é sempre vã e fadada ao fracasso, até que chegue o fatídico dia em que história e antropologia se superponham e a humanidade nada poderá fazer quanto à sua finitude.

Por outro lado, Foucault afirma que existe ainda, é claro, a solução fornecida por Marx para, praticamente, o mesmo impasse. Segundo Marx, essa natureza humana seria personificada por uma classe, a classe de trabalhadores, que viveria na pele a situação de carência e de finitude. Desse modo, caberia a ela reverter o caminho que a História tomou até então e livrar a humanidade toda de sua constante antropológica. Todavia, no fim, julga Foucault, são apenas duas maneiras opostas de problematizar a mesma relação entre Antropologia e História em uma mesma *epistémê*.

Voltemos às comparações entre os dois momentos de análise foucaultiana, agora em torno da Economia Política.

No meio da década de 60 do século passado, Foucault confere à Economia Política um papel desbravador em termos da instauração da *epistémê* moderna. Não mais o jogo das representações entre si, da relação do signo com outro signo será o central da análise econômica, como o era na *epistémê* clássica, mas sim a relação entre, de um lado, o signo, visível enquanto fenômeno da circulação (ou, em outras palavras, o preço) e, de outro, o valor, elemento central produzido como que por trás das cortinas da circulação, na esfera da produção, pelo trabalho.

Quase quinze anos mais tarde, a Economia Política volta a ser uma novidade dorsal para um novo registro – desta vez não uma *epistémê* nova, mas uma arte de governar nova, a arte liberal de governar, contraposta à Razão de Estado dos séculos precedentes – embora, como veremos, tenha nascido em seu bojo e seja imanente a seu funcionamento. A Economia Política é o cálculo interno que fornece a medida para que as ações

¹⁹⁵ DOMINGUES, Ivan. *O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas*. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 232.

¹⁹⁶ FOUCAULT, Michel. (1966) *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 353.

do governo possam ser julgadas em termos de verdadeiras ou falsas, úteis ou inúteis, hábeis ou inábeis, instaurando um novo regime de verdade, radicalmente distinto da problemática legal colocada pelo direito frente ao poder soberano, embora, como salienta Foucault, ambos cumprissem funções de certo modo análogas – de frear os mecanismos de poder – por caminhos e raciocínios completamente distintos.

Entre ambos os momentos, novamente, uma semelhança: a Economia Política, como não poderia deixar de ser, é constituinte dorsal do mundo moderno, seja enquanto saber de uma *epistémê* que tenta se desvencilhar do véu mistificador da problemática imposta pela representação, seja enquanto racionalidade interna de um poder incipiente que busca na economia o cálculo para as ações governamentais. Se é possível afirmar que, nas vésperas dos anos 80 do século XX, Foucault enfatiza a importância desse saber e de suas práticas correlatas e a centralidade de seus cálculos e raciocínios como guias para a atuação governamental, é igualmente possível mostrar que essa tese não é concebida apenas então. Desde a metade dos anos 60 Foucault já reconhece como o mundo moderno é constituído, entre outros elementos, pela constituição da Economia Política. É claro que esse tema será trabalhado de maneira muito distinta entre 1966 e 1979, revelando de fato o caráter (até certo ponto) eventual e exploratório dos cursos e obras de Foucault. De todo modo, o tema em si aparece em ambos os momentos como elemento indiscutível na emergência do mundo moderno.

UMA NOVA RAZÃO GOVERNAMENTAL

Foucault nos mostra, em 1978, como Rousseau define a expressão “Economia Política” na Enciclopédia: “a Economia Política é uma espécie de reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes numa sociedade”¹⁹⁷. Nesse momento, em que a Economia Política passa a servir como guia, cálculo e raciocínio para a organização das relações políticas, entramos, de acordo com Foucault, na era de um novo regime de verdade, decisivamente distinto daquele que marcou a relação entre direito, poder soberano e Razão de Estado.

Gordon afirma, assim como Donzelot¹⁹⁸, sobre a relação entre economia e Liberalismo que, para Foucault,

A ideia de um “governo econômico” tem [...] um duplo sentido para o Liberalismo: o sentido de um governo informado pelos preceitos da Economia Política, mas também o sentido de um governo que economiza

¹⁹⁷ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 19.

¹⁹⁸ Cf. DONZELOT, Jacques. Michel Foucault and liberal intelligence. *Economy and Society*, Volume 37, Number 1, February 2008, p. 2. Tradução minha.

seus próprios custos: um maior esforço técnico voltado para conseguir mais através de um exercício menor de força e autoridade.¹⁹⁹

Em outras palavras, a racionalidade governamental liberal busca, no poder da economia, uma limitação e reorganização da economia do poder.

Ora, afirma Foucault, mas essa nova racionalidade na arte de governar, esse governo frugal ao qual nos referimos é justamente aquilo que se denomina *Liberalismo*, originalmente ligado à expressão *laissez-nous faire* (deixai-nos fazer)²⁰⁰. Trata-se, a partir de então, não de punir os excessos soberanos, mas de se perguntar, em outro viés, como não governar excessivamente – ou, como se convencionou chamar, como obter um governo mínimo.

De início, no entanto, a Economia Política, de acordo com Foucault, propõe-se objetivos muito similares àqueles da Razão do Estado e do Estado de Polícia, que o mercantilismo havia almejado: enriquecer o Estado, somar suas forças, concorrência externa, equilíbrio europeu, ajuste da população e dos meios de subsistência²⁰¹. Conforme apontado anteriormente, não devemos proceder aqui, assim como no resto da obra de Foucault, como se estivéssemos frente a uma evolução progressiva dos acontecimentos. Por isso Foucault salienta que o Liberalismo não é, de modo algum, a completa negação da Razão de Estado, mas antes, em suas palavras, “[...] o ponto de inflexão [...] na curva do seu desenvolvimento”²⁰². A Economia Política, assim, não se desenvolve fora e contra o Estado, mas dentro dele e em sua própria lógica. Afinal, ela se propõe justamente enriquecer o Estado, administrando a população de um lado e mantendo a concorrência entre os Estados de outro. Ainda assim, é inegável que, apoiada em uma nova ideia da economia do poder, tal Razão traz consigo inflexões capitais.

Justamente em virtude desse imbróglcio governamental, de existência mútua de uma tecnologia política centrada na ideia do soberano e baseada na noção de sujeitos de direito, de um lado, e de uma arte de governo fundamentada na economia e nos interesses individuais, de outro lado, nasce uma teoria e uma prática governamental que busca

¹⁹⁹ GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 24. Tradução minha.

²⁰⁰ Embora não seja consenso, a origem da expressão é creditada a Jean-Baptiste Colbert. O responsável pelas finanças de Luis XIV teria perguntado a alguns comerciantes e industriais o que o Estado poderia fazer para ajudá-los e teria recebido a famigerada resposta: “laissez-nous faire”. Conferir o verbete “laissez-faire”. Em: *Encyclopædia Britannica Online Academic Edition*. 2013. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/328028/laissez-faire>>.

²⁰¹ Foucault chega a citar, em notas de rodapé, sem desenvolver profundamente o tema, os atritos que ocorrem entre a Economia Política e a Razão de Estado, uma vez que esta se guiava pelo princípio do equilíbrio entre os Estados e aquela funciona muito mais na chave do imperialismo, em consonância com o princípio liberal da livre concorrência entre indivíduos e empresas, entre outras rusgas.

²⁰² FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 40.

unir as duas pontas dessa problemática: a teoria da sociedade civil²⁰³. A sociedade civil tenta conjugar o que parece ser desarmônico por natureza – soberania e economia. Nas palavras de Foucault, “um governo onipresente, um governo a que nada escapa, um governo que obedece às regras do direito, mas um governo que respeita a especificidade da economia, será um governo que administrará a sociedade civil [...]”²⁰⁴.

Gordon comenta a *Tableau Économique* de Quesnay, por exemplo, para mostrar os imbricamentos existentes na nascente Economia Política entre Razão de Estado, soberania, economia e Liberalismo:

Aqui o dirigente está em posição de permitir liberdade de ação aos sujeitos econômicos apenas porque, através do Quadro [Table] o soberano ainda pode saber o que está ocorrendo na economia, e como. Há aí, nos termos de Foucault, uma relação de adequação entre o conhecimento soberano e a liberdade de seus súditos, uma espécie de superposição transparente do político e do econômico.²⁰⁵

No entanto, como adiantei acima, a Economia Política apresenta também especificidades que apontam para mudanças capitais inegáveis, que fogem à mera inflexão interior da Razão de Estado. Apenas no final do curso em questão Foucault desenvolve parte dos atritos entre Liberalismo e Razão de Estado. É possível, contudo, afirmar que o filósofo, por meio de análises de textos clássicos da economia Política – como *A riqueza das nações* (de 1776), de Adam Smith, por exemplo – está mostrando os pontos de atrito e de ruptura entre a tecnologia política soberana e a racionalidade de governo liberal.

Segundo sua análise, a Economia Política busca negar não só a necessidade, como também e principalmente a própria possibilidade da intervenção soberana onipotente na sociedade como um todo, mas especialmente no campo econômico. Se retomarmos o conceito clássico de “mão invisível”, analisa Foucault, o que está em jogo é mostrar como apenas por meio da busca egoísta do interesse individual é que o “bem comum” é atingido:

A economia, por conseguinte, a economia entendida como prática, mas entendida também como tipo de intervenção do governo, como forma de ação de Estado ou do soberano, pois bem, a economia não pode deixar de ter a vista curta, e, se houvesse um soberano que pretendesse ter vista longa, o olhar global e totalizante, esse soberano nunca enxergaria mais que quimeras.

²⁰³ Para analisar essas teorias, Foucault usa como exemplo paradigmático o texto *An essay on the history of civil society*, do filósofo escocês Adam Ferguson, embora também cite textos de John Locke, Thomas Hobbes, Montesquieu e de Adam Smith. Cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 403-418.

²⁰⁴ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 403.

²⁰⁵ GORDON, Colin. *Governmental rationality: an introduction*. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 15. Tradução minha.

A Economia Política denuncia, no meado do século XVIII, o paralogismo da totalização política do processo econômico.²⁰⁶

Como vimos, enquanto em *As palavras e as coisas* o saber econômico do século XVIII se propõe ultrapassar as representações e as relações dos signos entre si (questionando inclusive sua legitimidade) para de fato aprofundar-se na realidade material dos processos econômicos, isto é, grosso modo, escapar à mera circulação de preços e analisar a produção de valores, em *Nascimento da biopolítica* a Economia Política parece negar ao soberano justamente a capacidade – ou sequer a possibilidade – de se conhecer a realidade efetiva dos processos econômicos. Em 1966, ela aparece como saber capaz de atingir o conhecimento verdadeiro da economia; em 1978 e 1979, ela parece como “disciplina atea”²⁰⁷, que nega ao rei essa possibilidade.

Nesse ponto se insere uma importante intersecção entre o Liberalismo e a Economia Política, a saber, o fato de que ambas se contrapõem a um poder soberano, com suas excessivas demonstrações de fausto, pompa e força, mas também com sua tentativa incessante (e fracassada) de ditar as regras da vida social, econômica e política. Haveria, segundo Foucault, um abismo intransponível entre a ideia de sujeitos de interesses (no plural) e sujeito soberano (no singular):

O Liberalismo, em sua consistência moderna, começou quando, precisamente, foi formulada essa incompatibilidade essencial entre, por um lado, a multiplicidade não-totalizável dos sujeitos de interesse, dos econômicos e, por outro lado, a unidade totalizante do soberano jurídico.²⁰⁸

Burchell aponta, na mesma direção, os atritos entre os sujeitos do direito soberano e os sujeitos de interesse econômico recém-nascidos: “O sujeito legal de direitos diz ao soberano: ‘você não pode fazer isto, você não tem o direito’. O sujeito econômico de interesse diz: ‘você não deve poder fazer isso porque você não sabe e não pode saber o que está fazendo’. [...] O poder soberano é ameaçado de destronamento”²⁰⁹.

Ao contrário do que faz o direito na Razão de Estado soberana, a racionalidade liberal não mais julga o comportamento do Estado ou do príncipe em si a partir de direitos fundamentais e inalienáveis, mas, partindo de uma realidade previamente existente e que tem um comportamento “natural” (o qual convém deixar o mais livre possível), julga as ações do governo quanto à sua eficácia. Eis um exemplo desse novo cálculo: uma

²⁰⁶ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 382.

²⁰⁷ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 383.

²⁰⁸ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 384.

²⁰⁹ BURCHELL, Graham. Civil society and the “system of natural liberty”. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 137. Tradução minha.

vez que é algo natural que todos se deslocam para os locais nos quais são pagos os salários mais altos, como deve proceder determinado governo se deseja manter certo equilíbrio distributivo na população de um país? Isso é um cálculo definitivamente novo, afirma Foucault.

Analisemos bem: a Economia Política busca atentar aos excessos de governo porque há uma natureza a ser respeitada e preservada da ação governamental; existem processos econômicos, políticos e sociais que são “naturais”, tem um movimento próprio, autônomo. Além de naturais, esses processos, na argumentação do filósofo, não são inteiramente cognoscíveis por sua própria natureza – eis porque intervir neles não leva senão ao erro.

De acordo com Foucault, o locus de fato formador de verdade na teoria e prática liberal é o mercado. Este é o local privilegiado no qual a natureza flui e que convém deixar mais livre possível. O preço, por exemplo, guardaria em si um movimento natural, tão complexo que qualquer ação governamental não faria senão desvirtuá-lo. Livre, ao contrário, por si só, ele alcança certa relação adequada entre oferta e demanda. A teoria dos preços formada pelos fisiocratas e pelos economistas políticos do século XVIII tem importância fundamental, para Foucault, no sentido de demonstrar e criar, em um novo par de saber-poder, o fato de que o mercado revela uma verdade e que o governo deve ser julgado de acordo com o padrão de veracidade fornecido por esse mercado. O mercado é a chave analítica e prática capaz de relacionar verdade e governo. “O mercado deve dizer a verdade, deve dizer a verdade em relação à prática governamental”²¹⁰, afirma o filósofo.

Deixemos claro, para evitar equívocos quanto à interpretação desta passagem e da obra de Foucault como um todo. Foucault não está afirmando aqui²¹¹ que, devido ao poder de certas elites ou ao aliciamento de determinadas pessoas que ocupavam posições privilegiadas na escala social, o governo teve de passar a seguir a Economia Política e guiar-se de acordo com seus preceitos. Foucault não nega que isso possa ter de fato ocorrido – afinal, todo universal tem em algum momento uma emergência infame –, mas sua teoria, em si, não realiza esse trabalho. O que podemos depreender dela é que a Economia Política teve um papel capital, que era o de ser um campo de saber correlato e acoplado a um poder nascente, que apontou justamente o mercado como esse locus privilegiado e que se firmou, nesse movimento, em um novo regime de verificação liberal. Foucault se propõe aqui, como havia se proposto alhures, a fazer uma história da inteligibilização de um regime de verdade, das condições múltiplas de possibilidade da formação das regras que ditam a verdade ou falsidade de determinado fenômeno. Para entender e criticar o Liberalismo não se deve, segundo Foucault, mostrar seus erros, acertos

²¹⁰ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 45.

²¹¹ Cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 41-50.

ou a opressão contida neles, mas mostrar sua proveniência, sua determinação. Conforme afirmou Gianotti,

É como se para iniciar um jogo de xadrez fosse antes necessário examinar as relações de poder que esculpem as figuras do rei e da rainha, da torre e do bispo, e assim por diante. [...] Tudo se passa como se cada lance dum jogo de xadrez, que constitui no jogo uma proposição descritiva, estivesse na dependência de relações práticas anteriores que configurassem as peças do jogo; em contraparte, não há relação de poder que não esquadriasse um terreno, preparando assim o solo das proposições descritivas.²¹²

Voltemos ao Liberalismo do século XVIII, de acordo com Foucault. Se, como afirmei acima, o filósofo francês assevera que se trata de uma inflexão na Razão de Estado (e não sua superação ou suspensão definitiva), é claro que algumas questões relativas a essa governamentalidade se manterão, embora modificadas. É o caso do direito. É evidente, mostra Foucault, que seu papel não simplesmente desaparece, mas a questão torna-se justamente definir seu novo papel, uma vez que a Economia Política o desloca. Não seria à toa, nesse sentido, que diversos economistas políticos tenham sido, ao mesmo tempo, teóricos do direito público, e vice-versa: Beccaria²¹³, Adam Smith, Bentham, todos transitavam incessantemente entre esses dois campos, definindo os pontos de interseção e de acoplamento entre eles.

Para essa problemática do lugar do direito na nova governamentalidade liberal, duas soluções, de saída, surgem. A primeira, para Foucault, é a via que desembocou na Revolução Francesa, e parte, basicamente, da teoria de Jean-Jacques Rousseau²¹⁴. Esta solução parte de direitos que seriam inalienáveis ao ser humano e que não poderiam ser

²¹² GIANNOTTI, José Arthur. O tema da ilustração em três registros. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 18, set. 1987, p. 14. Agradeço ao professor Marcos César Alvarez por tal indicação.

²¹³ Cesare Bonesana, marquês de Beccaria (1738-1794), importante jurista e economista político italiano, autor de *Dos delitos e das penas*, entre outras importantes obras.

²¹⁴ Foucault não cita especificamente quais são as obras de Rousseau que se enquadrariam em tal via.

tocados por qualquer governante e define outros direitos como negociáveis, seja em contrato ou individualmente.

Note-se, assim, que essa solução não se distancia tanto, em pleno século XVIII e início do XIX, daquela proposta pelo direito natural do século XVII e relativa à Razão de Estado.

A segunda solução, entretanto, de origem inglesa, parte não dos direitos naturais ou inalienáveis, mas sim da própria prática governamental. Trata-se de analisar a realidade na qual o governo se insere, em termos populacionais, dos bens, das riquezas, da renda, do clima, entre outros inúmeros fatores e

[...] deduzir, a partir daí, em que seria contraditório, ou absurdo, o governo mexer. Melhor ainda, e mais radicalmente, deduzir aquilo em que seria inútil o governo mexer. [...] O limite de competência do governo será definido pelas fronteiras da utilidade de uma intervenção governamental.²¹⁵

Não se deve pensar, nessa interpretação fornecida por Foucault, que essas duas soluções são definitiva e mutuamente excludentes. Existem, na verdade, diversos pontos de contato estratégicos possíveis entre elas. Porém, também é inegável que, entre ambas, há uma prevalência da segunda sobre a primeira para as questões relativas ao direito no século XIX e XX. Nas palavras do filósofo: “Entramos, a partir do início do século XIX, numa era em que o problema da utilidade abrange cada vez mais todos os problemas tradicionais do direito”²¹⁶.

Temos assim, uma razão governamental liberal, que se funda em duas bases: o mercado – com seu jogo de trocas – e o poder e direito públicos – com seu jogo de utilidade. Ambas estão relacionadas entre si pela ideia do interesse. Entre a Razão de Estado, que se guiava pela lógica auto-referenciada do crescimento do próprio Estado, e a Razão do Estado mínimo, entra em cena a questão dos interesses, sejam de indivíduos, de coletividades, de processos. O governo age em nome desses interesses²¹⁷: “O governo vai se exercer agora sobre o que poderíamos chamar de república fenomenal dos interesses”²¹⁸, afirma Foucault.

Interessante notar, mostra o filósofo de Poitiers, como o utilitarismo teve grande papel de encaixe nessa segunda solução, fornecendo robusto esquema interpretativo com inúmeras afinidades eletivas relacionadas à tecnologia de governo liberal. De acordo com

²¹⁵ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 55. Grifo meu.

²¹⁶ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 60.

²¹⁷ Que não devem ser entendidos, aqui, em uma acepção “mesquinha” do termo, como “grupos de interesses” ou “lobbys”. “Interesses” aqui denotam muito mais um novo cálculo político móvel, em oposição à lógica governamental soberana, que age circularmente, apenas em nome e a favor do próprio Estado.

²¹⁸ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 63.

Burchell, Foucault busca nos utilitaristas ingleses e escoceses, notoriamente David Hume e Jeremy Bentham, uma virada radical na interpretação e postulação de um sujeito novo, correlato dessa arte de governar:

Para Foucault, esta definição da escolha e da conduta motivadas pelo interesse representa uma profunda transformação nas teorias ocidentais da subjetividade, com consequências críticas para a maneira pela qual a relação do indivíduo com a ordem política é pensada. A teoria de um sujeito empírico de interesse é vista por ele como tendo significativas implicações para a compreensão da relação entre “interesse” e “direito” – as duas formas de opinião de Hume – e constitui elemento chave no que torna possível uma renovação da razão governamental fora dos quadros tanto da *raison d’etat* quanto dos problemas da soberania.²¹⁹

É possível afirmar que, com a análise de fenômenos como as teorias da sociedade civil, do mercantilismo ou do utilitarismo, Foucault estaria lidando com os momentos nos quais formas mistas de tecnologias políticas, mecanismos de gestão, artes de governar e técnicas de administração se misturam. Para utilizar as comparações com a metodologia weberiana, é como se os tipos ideais “Razão de Estado”, “Liberalismo” ou “soberania” ganhassem cores históricas, marcando momentos nos quais eles se imbricam de fato nas análises e práticas concretas. Na sociedade civil, coabitam sujeitos legais e sujeitos de interesses; no mercantilismo, já encontramos uma busca por uma racionalidade de governo, mas por meio de mecanismos legais e em parâmetros soberanos; no utilitarismo, já vemos teorias do interesse individual que, no entanto, não conseguem ser ampliadas para a sociedade como um todo.

A análise de Foucault se torna, então, interessante do ponto de vista analítico, uma vez que temos aí um imbricamento entre duas das séries explicativas construídas pelo autor. O filósofo, ao analisar o papel do direito no Liberalismo, relaciona o tema que vem desenvolvendo acerca do Liberalismo com sua análise das mudanças da técnica punitiva, apresentada três anos antes em *Vigiar e punir*. Ele retoma as discussões de como o cálculo para determinar as penas, a partir do século XVIII, aparece permeado e atravessado pela discussão justamente dos interesses.

Em *Vigiar e punir*, lemos como a reforma penal proposta pelos juristas no século XVIII nasce em uma dupla função e necessidade: de um lado, contra o superpoder soberano e, de outro, contra o infrapoder das ilegalidades populares.

Se as teorias da reforma da prisão e das técnicas punitivas nascem criticando os suplícios, é por uma necessidade não tanto “humana” de suavização das penas, mas por uma necessidade de controlar com mais eficiência e com menos ônus, não para punir e suprimir todas as ilegalidades de modo indiferenciado, mas para geri-las diferencialmente.

²¹⁹ BURCHELL, Graham. Civil society and the “system of natural liberty”. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 130. Tradução minha.

“‘Humanidade’ é o nome respeitoso dado a essa economia e a seus cálculos minuciosos”²²⁰, afirma Foucault.

E, de acordo como o filósofo, é o Contrato Social que fornece o modelo para essa *Nova Economia* e tecnologia do poder punitivo. Isto é, em um crime, não é somente a figura do soberano que é atacada pelo criminoso, mas a da sociedade como um todo. “O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade”²²¹. Seguindo o *Nascimento da Biopolítica*:

E com isso a punição aparece como devendo ser calculada em função, é claro dos interesses da pessoa lesada, da reparação dos danos, etc. Doravante, porém, a punição deve arraigar-se apenas no jogo dos interesses dos outros, do seu meio, da sociedade, etc. interessa punir? Que interesse há em punir? Que forma a punição deve ter para que seja interessante para a sociedade?²²²

Algumas questões, que talvez não possam ser resolvidas de imediato, logo se colocam: no Liberalismo, então, atuariam mais de uma tecnologia política? As disciplinas seriam parte integrante dessa nova razão governamental? Como se relacionam, aí, Liberalismo, biopolítica e disciplinas? Como afirmei, é tarefa de difícil resolução responder a essas questões, o que, em grande parte, deve-se à própria natureza exploratória e experimental dos cursos, como já aludido acima²²³. Por outro lado, se quisermos apontar na direção de algumas respostas possíveis, devemos levar em consideração as seguintes ideias.

Começando pelo aspecto minimamente mais consensual, fica claro, a esse ponto, que Foucault, como já afirmamos, não busca fazer uma história progressiva e linear das técnicas políticas ou das racionalidades de governo. Sendo assim, como já demonstrei acima, a soberania não é substituída pelas disciplinas e tampouco são essas, por sua vez, substituídas pela biopolítica. Analogamente, o Liberalismo não simplesmente toma o lugar da Razão de Estado, e nem esta foi substituída imediata do poder pastoral. Sendo assim, não parece tão absurdo admitir a possibilidade de coexistência e de acoplamento estratégico de diversas modalidades de tecnologia política em uma mesma época. Nesse sentido, o Neoliberalismo não é uma negação da “sociedade disciplinar” e tampouco da “soberania” (enquanto racionalidade de poder), mas sim uma superposição, ora

²²⁰ FOUCAULT, Michel. (1975) *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997, p. 77.

²²¹ FOUCAULT, Michel. (1975) *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997, p. 76.

²²² FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 63. Grifos meus.

²²³ Cf. item “Os cursos e o ‘outro’ Foucault”.

harmônica, ora conflituosa, embora estratégica, dos mecanismos disciplinares, soberanos e neoliberais de governo.

Em outras palavras, técnicas disciplinares, embora deslocadas pelo Liberalismo, com certeza continuam em pleno funcionamento no âmago dessa razão governamental. Como afirma Collier,

Aquilo com que estamos lidando [...] são padrões de correlação entre diferentes formas de poder, ou, para utilizar um termo que parece frequentemente em Segurança, Território, População, entre diferentes “tecnologias de poder”. Uma tecnologia de poder pode prover normas de guia e um telos orientador. Mas ela não satura todas as relações de poder. Ao invés disso, ela sugere um princípio de configuração que determina como elementos heterogêneos – técnicas, arranjos institucionais, formas matérias e outras tecnologias de poder – são incorporados e recombinaados.²²⁴

Como veremos à frente, o Liberalismo, como seu próprio nome indica, lida primordialmente com a questão da liberdade – o que é algo estranho à técnica disciplinar de poder que, como vimos acima, opera sempre via encarceramento, prisão e sequestro. Isto, não obstante, não é frontalmente contrário à existência das “instituições de sequestro” ou ao “arquipélago carcerário” abordado anos atrás. Essas técnicas e instituições, no entanto, embora continuem existindo, tem seus papéis e lógicas alterados nessa nova razão governamental, de modo que diversos acoplamentos estratégicos entre Liberalismo e poder disciplinar se tornam possíveis.

Podemos ver como a análise da “sociedade disciplinar”, presente em *Vigiar e Punir* (1975), guarda uma relação interessante com os cursos acima citados. Em certa medida, essa análise cede lugar aos mecanismos de segurança, às práticas liberais, ao *modus operandi* do poder pastoral e ao novo *Homo oeconomicus* neoliberal²²⁵. Mesmo assim, esse ceder lugar na teoria foucaultiana não implica em uma substituição completa dos mecanismos disciplinares por aqueles neoliberais de controle da sociedade. Ao contrário, o panoptismo e o arquipélago carcerário, descritos por Foucault nesta obra, estão sempre a postos, prontos para entrar em ação quando necessários ou convenientes. Não há substituição, nem superação, mas ora complementaridade, ora atrito, ora apoio mútuo, ora contradição, e novas configurações são sempre possíveis.

O problema é que, conforme buscamos mostrar, o diagnóstico da “prisão de ferro” panóptica, muito embora ainda por diversas vezes presente, não seria mais capaz, sozinho, de explicar o funcionamento do Liberalismo como um todo, afinal, ele não versa

²²⁴ COLLIER, Stephen. Topologies of Power: Foucault’s Analysis of Political Government beyond ‘Governmentality’. Em: *Theory, Culture, Society*, Vol. 26, 2009, p. 89. Tradução minha.

²²⁵ Todos esses conceitos serão vistos detidamente em capítulo posterior.

sobre a questão dorsal constituinte dessa racionalidade governamental, a saber, a produção, organização e gestão da liberdade. Não é por outro motivo que Foucault afirma que

[...] as tais grandes técnicas disciplinares que se ocupam do comportamento dos indivíduos no dia-a-dia, até em seus mais ínfimos detalhes, são exatamente contemporâneas, em seu desenvolvimento, em sua explosão, em sua disseminação através da sociedade, da era das liberdades. Liberdade econômica, Liberalismo também no sentido que acabo de dizer e técnicas disciplinares: aqui também as duas coisas estão perfeitamente ligadas.²²⁶

Uma vez que o diagnóstico geral de *Vigiar e Punir* (1975) mostrava-se, por si só, incapaz de dar conta do funcionamento dos jogos e relações de poder em uma sociedade na qual o Neoliberalismo cada vez mais se impunha como forma de governo e de pensamento (único) por excelência, tratava-se de complementá-lo e complexificá-lo (como já frisado, e não substituí-lo) pela análise do governamentalidade neoliberal. De acordo com Thomas Lemke,

Não se pode mais apreender o poder unicamente em termos de poder disciplinar, que se concentra nos corpos individuais e que é o objeto e o tólos do adestramento [*dressage*] e da normalização. Fica então claro que, no interior da analítica do poder, ele encontra um obstáculo que o obriga a afinar seus instrumentos analíticos para estudar a relação entre os processos de subjetivação e as formas de dominação.²²⁷

Foucault estaria buscando também instrumentos analíticos capazes de analisar a ligação existente entre poderes que se exercem na esfera micro e relações políticas, econômicas e sociais que se dão em outro nível, em uma escala macro. Como indica Colin Gordon,

Como vimos, a maneira de Foucault lidar com estas questões objetiva estender e complementar a “microfísica do poder”, a qual ele havia praticado em *Vigiar e Punir*, pela adição de uma análise “macrofísica”, cujo foco não está na administração de indivíduos, mas na de populações.²²⁸

Convém destacar na afirmação de Gordon acima a ligação existente entre a análise disciplinar e microfísica, tal qual a praticada em *Vigiar e Punir*, e a analítica “macrofísica” proposta pelos cursos de Foucault da segunda metade dos anos de 1970 – ligação essa

²²⁶ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 91.

²²⁷ LEMKE, Thomas. “Marx sans guillemets”: Foucault, la gouvernementalité et la critique du néolibéralisme. Em: *Actuel Marx*, 2004/2 n° 36, p.17. Tradução minha.

²²⁸ GORDON, Colin. The soul of the citizen: Max Weber and Michel Foucault on rationality and government. Em: SMART, Barry (ed.). *Michel Foucault critical assessments (volume IV)*. London; New York: Routledge, 1994, p. 431. Tradução minha.

que não implica imediatamente um projeto de vida e obra, perseguido linearmente pelo filósofo francês, mas uma inflexão que permite pensar as relações existentes entre as duas dimensões dos jogos de poder.

Além disso, pode-se afirmar que Foucault estaria, há anos, buscando uma solução para a questão das interpenetrações múltiplas entre as disciplinas e a biopolítica. Já no curso *Em defesa da sociedade*, vemos, por exemplo, que os mecanismos implantados pela biopolítica, embora tenham função similar àquela dos mecanismos disciplinares, de maximizar forças e extrair o máximo delas com o mínimo de esforço e visibilidade, trilharam caminhos totalmente diferentes e, assim, podem muito bem coexistir e complementar-se sem se excluírem mutuamente.

Rose mostra como o Neoliberalismo é capaz de acoplar esses dois polos do biopoder:

Os dois polos, aparentemente não liberais, do “poder sobre a vida” que Foucault identifica – as disciplinas do corpo e a biopolítica da população – logo encontram seu lugar dentro da mentalidade liberal de governo, uma vez que o governo torna-se dependente de maneiras de tornar estas condições vitais inteligíveis e aplicáveis para a produção e governo de uma política de cidadãos livres. Aquelos mecanismos e aparelhos que operam de acordo com uma lógica disciplinar, da escola à prisão, buscam produzir as condições subjetivas, as formas de autodomínio, autoregulação e autocontrole necessárias para governar uma nação, agora constituída de cidadãos livres e “civilizados”. Ao mesmo tempo, estratégias biopolíticas – investigações estatísticas, censos, programas para o aumento ou diminuição das taxas de reprodução ou diminuição de doenças e promoção de saúde – buscam tornar inteligíveis os domínios cujas leis o governo liberal deve conhecer e respeitar.²²⁹

No curso seguinte, *Segurança, Território, População*, Foucault também busca analisar essas interpenetrações múltiplas, por meio da noção de “dispositivo de segurança”. Foucault busca responder à seguinte indagação: será que se pode dizer que, em nossa sociedade, a economia geral de poder é dominada por uma “tecnologia de segurança” (e que envolve um cálculo próprio para lidar com o território, com o espaço, com a população, com a punição, com as relações de poder, entre outros aspectos)?

Foucault esboça um esquema para melhor entender a questão: enquanto a disciplina é centrípeta, ou seja, define marcadamente seu espaço, encerra nele, hierarquiza e policia, os mecanismos de segurança são centrífugos, buscam sempre integrar novos elementos, deixar se desenvolverem circuitos cada vez maiores; enquanto a disciplina é infinitesimal, controla os mínimos detalhes e pune os menores desvios, a segurança necessita de *laissez-faire* – não que ela permita tudo, mas certo *laissez-faire* é indispensável

²²⁹ ROSE, Nikolas. *Governing “advanced” liberal democracies*. Em: *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 44. Tradução minha.

ao funcionamento do todo; enquanto os sistemas de legalidade (leia-se, a soberania) concentram-se no proibido e o permitido torna-se aquilo que resta, o negativo; enquanto a disciplina também criva o proibido e o permitido (ou melhor, o proibido e o obrigatório), focando-se naquilo que deve ser feito; a segurança, por sua vez, atua em uma realidade prévia existente, permitindo e até criando (por paradoxal que isso possa parecer) espaços de liberdade, buscando, através do funcionamento de seus mecanismos, frear, impedir ou anular os efeitos dessa realidade.

Em outras palavras, a lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança, sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem por função essencialmente responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule.²³⁰

Nesse sentido, a ideia de “segurança” já era uma tentativa de entender as relações políticas contemporâneas que levaram Foucault a reformular sua teoria disciplinar e, conseqüentemente, o obrigaram a analisar o Liberalismo do século XVIII e o Neoliberalismo dois séculos à frente.

Burchell também destaca o polimorfismo estratégico do Liberalismo, capaz de congrega elementos aparentemente disparatados, dependendo dos objetivos políticos visados:

Os princípios liberais para a racionalização do exercício do poder político delineiam um quadro para uma possível arte de governo que depende de e facilita a proliferação de técnicas para a integração disciplinar de indivíduos em pontos críticos da ordem social. Eles delineiam um espaço para a possível formação de uma tecnologia política taticamente polimórfica para governar as vidas dos indivíduos, o que busca moldar as formas de conduta e performance apropriadas à inserção produtiva (ou exclusão) nos variados circuitos da vida social.²³¹

Desse modo, não é impossível imaginar que, entre a disciplina e o Liberalismo, entre o sequestro e o *laissez-faire*, entre a prisão e o mercado, não há somente antinomia, mas também complementaridade.

Aqui a série proposta no capítulo anterior chega a um fim (temporário, a ser complementado com o Neoliberalismo): poder pastoral – Razão de Estado – Liberalismo. Relembremos, ainda mais uma vez, que não estamos frente a uma história linear, progressiva, teleológica e que os termos dela não são substituídos e tampouco ultrapassados

²³⁰ FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 61.

²³¹ BURCHELL, Graham. Civil society and the “system of natural liberty”. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 142. Tradução minha.

uns pelos outros; em outras palavras, o Liberalismo reativa, transformados, uma série de mecanismos e tecnologias que estavam presentes tanto na pastoral religiosa quanto no Estado administrativo, adicionando a eles uma racionalidade própria de governo; de maneira análoga, busca conjugar elementos disciplinares e biopolíticos, introduzindo uma nova tecnologia política e novas relações de poder.

QUAL LIBERDADE?

Depois de ver como Foucault relaciona o Liberalismo a dois pontos, chamados pelo autor, de pontos de ancoragem, isto é, a ideia do mercado como locus capaz de fornecer um novo regime de verdade e a limitação do cálculo governamental pela noção de utilidade, entramos em um terceiro ponto: “[...] posição da Europa como região de desenvolvimento econômico ilimitado em relação a um mercado mundial”²³².

No cerne do Liberalismo, conforme mostra Foucault, observamos a formação de uma concepção fundamental para sua proveniência e seu funcionamento. Estamos tratando nada menos do que da ideia de uma Europa, Europa unida, Europa, se quisermos, bloco. Com os fisiocratas, mas também com Adam Smith, por exemplo, abandona-se a ideia do equilíbrio europeu, forjada no e pelo Tratado de Vestfália. Através da noção de concorrência, esses teóricos mostraram como a economia, ao contrário do que pensavam os mercantilistas com suas políticas metalistas e monetaristas, não era um jogo de soma zero. Em outros termos, a Economia Política nascente demonstrava como era possível enriquecer conjuntamente por meio da concorrência, com seus jogos inerentes de desigualdade, e do livre mercado, sem causar desequilíbrios bélicos internacionais. Como, exatamente? Ora, responde Foucault: trata-se de estabelecer que, para a Europa enriquecer em bloco, basta criar um mercado com extensões virtualmente ilimitadas, a saber, o resto do mundo:

Quero dizer [...] que talvez seja a primeira vez que a Europa como unidade econômica, como sujeito econômico se apresenta assim ao mundo ou pensa o mundo como podendo e devendo ser seu domínio econômico. [...] O jogo é na Europa, mas o que está em jogo é o mundo.²³³

Nesse sentido, mostra Foucault, temos novamente um novo cálculo em jogo: não é o fortalecimento interno ou a austeridade das instituições de cada Estado que garantem a paz entre os distintos países e o equilíbrio externo de poder, mas sim a ausência de

²³² FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 83.

²³³ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 76-77.

limitação do mercado externo, que não precisaria ser mais ferozmente disputado e estaria acessível a todos.

O quarto e último ponto de ancoragem sobre o qual discorre Foucault é justamente aquele que, não fortuitamente, empresta seu nome à racionalidade governamental liberal, a saber, a questão da liberdade. “[...] creio que podemos empregar a palavra ‘Liberalismo’ na medida em que a liberdade está, mesmo assim, no cerne dessa prática ou dos problemas que são postos a essa prática”²³⁴, afirma o filósofo.

Ora, estaria aí o ativista e militante político, o intelectual engajado (mesmo que especificamente e não universalmente²³⁵), renunciando a seus dias de luta e se rendendo às benesses do capitalismo na Europa central e proclamando a ampla gama de liberdade fornecida pelo capitalismo avançado, o que havia sido tão ferozmente criticado por ele em *Vigiar e punir*, por exemplo? Seguindo as palavras de Geoffroy de Lagasnerie,

por mais perturbadora que soe tal constatação, não deveríamos nos render à evidência de que, às vésperas da morte, o autor de *Vigiar e punir*, personagem não obstante central da esquerda radical do pós-Maio de 68, estava na iminência de dar um passo em falso e descambar para a direita – como, aliás, será o caso de vários discípulos seus na época?²³⁶

O próprio Foucault não tarda em nos mostrar que não se trata disso:

Bom, creio que é preciso nos entender direito. Se falarmos de Liberalismo a propósito dessa nova arte de governar, isso não quer dizer que se está passando de um governo que era autoritário no século XVII e início do século XVIII a um governo que se torna mais tolerante, mais laxista, mais flexível. Não quero dizer que não é isso, mas tampouco quero dizer que é isso.²³⁷

Não fosse a última frase, poderíamos dar-nos por convencidos de que Foucault não acredita que vivamos em um governo com mais liberdade do que outras tecnologias de poder eram capazes de fornecer ou criar. O filósofo estaria, sem a última sentença,

²³⁴ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 85.

²³⁵ Cf. FOUCAULT, Michel. (1976) La fonction politique de l’intellectuel. Em: *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Éditions Gallimard, 2001, pp. 109-114.

²³⁶ LAGASNERIE, Geoffroy de. (2012) A última lição de Michel Foucault. São Paulo: Três estrelas, 2013, pp. 17-8. É importante frisar que, embora algumas semelhanças sejam presentes, a obra de Lagasnerie caminha no sentido contrário ao proposto por esta dissertação. Lagasnerie parece acreditar que as analíticas e os procedimentos metodológicos de Foucault teriam ampla convergência com aquelas dos neoliberais – motivo pelo qual o filósofo francês teria “se fascinado” pelo neoliberalismo e visto neste uma possibilidade de crítica. Consideramos que Foucault, apesar de partilhar de fato alguns preceitos metodológicos com os neoliberais – críticas às teorias totalizantes, negação de uma teoria soberana do poder, entre outros –, debruçou-se sobre tal assunto muito mais por uma questão de empreender uma ontologia do presente.

²³⁷ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 85. Meus grifos.

defendendo a tese de que, ao contrário, estaríamos, em certo sentido, emaranhados e mergulhados em ainda mais mecanismos de repressão, aprisionamento e restrição de liberdade. Contudo, justamente aí Foucault afirma que não quer dizer que não é isso.

Em suma, a última frase parece ser uma incógnita. Tendo em vista, no entanto, a discussão proposta acima, é razoável supor que Foucault está tentando responder à questão, a qual, veremos doravante, será burilada ainda mais a fundo, de como entender uma racionalidade governamental e uma tecnologia política que, ao mesmo tempo, produz, gere e administra a liberdade. Não se trata de afirmar que a liberdade individual no Liberalismo é uma mentira, uma ilusão ou uma tentativa deliberada por parte dos governantes de ludibriar a população, mas não se trata igualmente de afirmar que há uma liberdade totalmente não controlada ou gerida. Como mostra Burchell, “liberdade é, portanto, um requisito técnico do governo de processos naturais da vida social [...]”²³⁸, uma espécie de decorrência lógica e quase natural de uma nova racionalidade governamental.

Uma das razões, mostra Foucault, de não estar afirmando que temos mais ou menos liberdade a partir do Liberalismo, é uma questão que nos remete a seus cuidados metodológicos, já enunciados anteriormente. Não podemos partir de um universal, a Liberdade, postulá-lo de antemão e então verificar como ele se concretizou em diferentes épocas e em distintas tecnologias políticas e racionalidades de governo. É necessário assumir, de saída, que este universal sequer existe e partir já das práticas concretas que lidam com essa produção e controle das liberdades. Qual medida, do contrário, poderia fornecer-nos a escala para mensurar quanto a mais ou a menos há de liberdade? – indagaria o francês.

Nesse sentido, o filósofo mostra como o Liberalismo do século XVIII envolve uma relação complexa com a liberdade. O Liberalismo, tal como Foucault o analisa, traz, em sua lógica imanente, uma relação de produção e de destruição da liberdade. Nas palavras dele:

O Liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre. Com isso, embora esse Liberalismo não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e a organização das condições graças às quais podemos ser livres, vocês veem que se instaura, no cerne dessa prática liberal, uma relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre a produção da liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la.²³⁹

É como se Foucault, sem utilizar o nome e sem admiti-lo, afirmasse que há uma espécie de dialética da liberdade no Liberalismo: quanto mais espaços de liberdade são

²³⁸ BURCHELL, Graham. Civil society and the “system of natural liberty”. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 139. Tradução minha. Grifo no original.

²³⁹ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 87.

produzidos, mais restrições, coerções, regulamentações, controles e obrigações são necessários para criá-los, mantê-los e organizá-los. “Ou seja, aqui o controle não é mais apenas, como no caso do panoptismo, o contrapeso necessário à liberdade. Ele é seu princípio motor”²⁴⁰. Os exemplos disso, cita Foucault, são abundantes. Afinal, para haver liberdade de comércio entre os países, é necessário que toda uma série de instituições, regras e acordos seja criada para evitar o domínio de um só país; para haver liberdade do mercado interno, leis devem evitar a formação de monopólios, trustes e cartéis; para a liberdade no mercado de trabalho, são necessários trabalhadores abundantes, qualificados, em reserva, sem força ou organização política; os campos abertos para intervenção governamental no Liberalismo são inúmeros. “O Liberalismo requer um uso próprio da liberdade”²⁴¹, afirma, nesse sentido, Burchell. Também não é por outro motivo que o filósofo afirma, com todas as contradições que isso possa trazer, que

[...] a liberdade de comportamento no regime liberal [...] está implicada, é convocada, tem-se necessidade dela, vai servir de reguladora, mas para tanto tem de ser produzida e tem de ser organizada. [...] O Liberalismo não é o que aceita a liberdade. O Liberalismo é o que se propõe fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-la com, bem entendido, todo o conjunto de injunções, de problemas de custo que essa fabricação levanta.²⁴²

Barry, Osborne e Rose mostram, nesse sentido, como a liberdade no Liberalismo, para Foucault, não deve ser entendida como algo anárquico, mas sim como algo regulado. Isto é, trata-se de indagar “[...] até que ponto a liberdade se tornou, em nossas ditas ‘sociedades livres’, um recurso, e não meramente um empecilho, para o governo”²⁴³. O que não implica, igualmente, como já ressalvei, considerar essa liberdade uma quimera.

Foucault não enxerga, dessa maneira, como nas análises corriqueiras do Liberalismo, uma contraposição imediata e estanque entre, de um lado, Liberalismo e, de outro, Estado de Bem-Estar Social. Mesmo com diversas e importantes diferenças existentes entre esses dois tipos de relação de poder entre Estado, economia e sociedade, subjaz o mesmo jogo entre produção e destruição da liberdade, entre promoção de liberdades e

²⁴⁰ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 92.

²⁴¹ BURCHELL, Graham. Civil society and the “system of natural liberty”. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 139. Tradução minha.

²⁴² FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 88.

²⁴³ BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas. Introduction. Em: *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 8. Tradução minha.

garantia da segurança, entre quais mecanismos de controle são necessários para produzir mais liberdade e quais ferem liberdades fundamentais.

O exemplo fornecido pelo filósofo não poderia ser mais polêmico: o *Welfare State* de Franklin Delano Roosevelt é tomado como um governo liberal em suas próprias bases. Segundo o filósofo, para preservar aquilo que no cálculo estratégico foram consideradas liberdades fundamentais – de trabalho, de troca, de consumo, de expressão – em uma situação de ameaça do comunismo e de crise econômica e social, é aceita, incentivada e promovida uma ampla gama de intervenções artificiais do governo na economia e na vida cotidiana das pessoas – mas todas realizadas em nome da liberdade²⁴⁴.

A questão tática do cálculo liberal seria o jogo em que a liberdade produzida não esteja organizada de maneira a ferir a segurança do indivíduo ou da coletividade e os expor desprotegidamente aos perigos decorrentes dela. A liberdade de comércio não pode ser tal que não permita a subsistência do trabalhador; o indivíduo não pode ser prejudicado por determinada liberdade coletiva (e vice-versa); a liberdade do mercado não pode ser infringida por uma empresa. Está sempre em questão uma relação móvel, um cabo de guerra entre, de um lado, liberdade e, de outro, segurança e gestão dos perigos:

Podemos dizer que, afinal de contas, o lema do Liberalismo é ‘viver perigosamente’. ‘Viver perigosamente’ significa que os indivíduos são postos perpetuamente em situação de perigo, ou antes, são condicionados a experimentar sua situação, sua vida, seu presente, seu futuro como portadores de perigo. [...] Enfim, por toda a parte vocês veem esse incentivo ao medo do perigo que é de certo modo a condição, o correlato psicológico e cultural interno do Liberalismo. Não há Liberalismo sem cultura do perigo.²⁴⁵

Daí a razão para o filósofo francês afirmar que, entre as décadas de 30 e 60 do século XX, em torno de Keynes, em torno justamente de todas essas intervenções políticas e econômicas, vemos explodir diversas crises da governamentalidade liberal. Trata-se do esgotamento do modelo do Estado de Bem-Estar e de seguridade social, com suas pesadas e rígidas imposições às liberdades consideradas fundamentais e que vão levar

²⁴⁴ Resta a indagação, para nós, de onde estaria, então, a linha demarcatória que separaria essas intervenções governamentais daquelas que serão criticadas pelos neoliberais justamente como supressoras da liberdade, como aquelas praticadas pelos socialistas, comunistas, trabalhistas, fascistas ou nazistas?

²⁴⁵ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 90-91.

justamente às reformulações neoliberais quanto à arte liberal de governar alemãs e estadunidenses ao longo do século.

Não fortuitamente, em uma entrevista de 1980, Foucault compara esse momento de crises do governo no século XX com o fim da Idade Média, no qual estava igualmente em jogo, como vimos acima, uma crise da condução das condutas dos homens e de quem estaria capitaneando esse processo:

Do século XV ao XVI, observou-se toda uma reorganização do governo dos homens, esta ebulição que conduziu o protestantismo, a formação dos grandes Estados nacionais, a constituição das monarquias autoritárias, a distribuição dos territórios sob autoridade das administrações, a Contra-Reforma, o novo modo de presença da Igreja católica no mundo. Tudo isto foi um tipo de grande remanejamento da maneira que se governava os homens, tanto em suas relações individuais quanto sociais, políticas. Parece-me que estamos novamente em uma crise do governo. [...] Nós estamos talvez no início de uma grande crise de reavaliação do problema do governo.²⁴⁶

As questões que sempre se colocam, ao longo do século XX, no debate entre keynesianismo, Neoliberalismo, Estado de Bem-Estar e socialismo são: quanto de liberdade é tolerado para garantir a segurança e quanto de segurança é necessário para manter a liberdade? Ou ainda: quanta liberdade é necessária para manter a segurança e quanta segurança é tolerada para garantir a liberdade? Em termos econômicos, é possível haver controle, direção e planificação ou, ao contrário, a economia é, por sua natureza, uma ciência regicida e uma prática autônoma, passível apenas de administração indireta? Como governar economicamente os indivíduos? A partir de que cálculos e mecanismos pode-se administrar populações inteiras? Estas são as questões com as quais o século XX se deparou.

Neste capítulo, vimos como o Liberalismo nasceu e propôs um novo cálculo governamental em torno da ideia de “excesso de governo”. Apoiada na Economia Política enquanto racionalidade interna e por meio de um rearranjo da relação entre economia e governo, a arte de governo liberal se contrapõe à Razão de Estado e ao alcance do poder soberano, instaurando uma nova maneira de criar, organizar e gerir as liberdades e condutas individuais e populacionais.

Veremos agora, no capítulo seguinte, como o Neoliberalismo do século XX desloca algumas problemáticas desse Liberalismo e eleva outras a dimensões muito mais profundas da vida social.

²⁴⁶ FOUCAULT, Michel. (1978) Entretien avec Michel Foucault. Em: *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 913. Tradução minha.

CAPÍTULO 4 – O NEOLIBERALISMO

A Economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a alma.

Margaret Thatcher²⁴⁷

Depois de analisar a proveniência do Liberalismo no século XVIII e chegar às portas do século XX, com suas crises internas de governamentalidade liberal, Foucault, dando “[...] um pulo de dois séculos [...]”²⁴⁸, finalmente volta suas atenções para o Neoliberalismo, tema este que não abandona a centralidade do curso, iniciando-se na aula de 31 de janeiro de 1979 e se estendendo até a aula final, em quatro de abril do mesmo ano.

Foucault identifica dois pontos históricos que formaram a base do Neoliberalismo contemporâneo e que deixaram uma marca, aparentemente austera, na arte de governar neoliberal, como já adiantei acima. O primeiro deles é o marco austro-germânico, organizado em torno da Escola Austríaca neomarginalista, incluindo notórios nomes do pensamento econômico contemporâneo, como Hayek ou Von Mises, por exemplo. Já o segundo ponto é estadunidense, e se articula na Escola Econômica de Chicago, principalmente após a 2ª Guerra Mundial e o *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt, e, no seu seletivo clube de membros, conta com Milton Friedman, entre outros economistas e juristas que veremos à frente de enorme relevância para as práticas neoliberais contemporâneas.

Além dos marcos austro-alemão e estadunidense, na aula de sete de março de 1979²⁴⁹, Foucault chega a analisar alguns pontos específicos do Neoliberalismo francês, como a crise econômica do início dos anos de 1970 que serviram de impulso à implementação das medidas neoliberais; as políticas econômicas e sociais de Valéry Giscard d’Estaing²⁵⁰; as críticas à Seguridade Social dos anos de 1945 até a década de 70 do mesmo século; entre outros. No entanto, como o Neoliberalismo na França apresenta grande parentesco

²⁴⁷ THATCHER, Margaret. *Interview for Sunday Times*. London: Sunday Times, May 3rd 1981. Tradução minha.

²⁴⁸ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 106.

²⁴⁹ Cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 268-285.

²⁵⁰ Ministro da Economia e das Finanças de Charles De Gaulle e de Georges Pompidou e Presidente da República de 1974 a 1981.

com os outros dois marcos citados e, a bem dizer, a análise não dura mais que vinte páginas, restringir-me-ei aos exemplos alemão e estadunidense.

Esses dois momentos, como veremos à frente, estão atravessados por questões nacionais específicas, problemas de conjuntura local e imbróglis de contextos históricos determinados, que não são ignorados na análise de Foucault – o que em si já condiz com sua postura metodológica de considerar o Evento²⁵¹, o micro, o local, como algo constitutivo e central na pesquisa genealógica.

Não obstante, muitas de suas características elementares podem ser tomadas como uma espécie de modelo para o Neoliberalismo a partir de então. Eis como Foucault abre a aula de sete de fevereiro do mesmo curso, explicitando de que maneira as características básicas do Neoliberalismo alemão não são estrita e exclusivamente um “privilégio” germânico: “Gostaria hoje de tentar terminar o que eu havia começado a lhes dizer a propósito do Neoliberalismo alemão do pós-guerra, esse Neoliberalismo de que somos contemporâneos e no qual estamos de fato implicados”²⁵². Ou ainda, como ele termina a aula de 21 de fevereiro do mesmo ano:

E se eu fiz todas essas análises para vocês não foi simplesmente pelo prazer de fazer um pouco de história contemporânea; foi para tentar lhes mostrar como esse modelo alemão pôde se difundir, por um lado, na política econômica francesa contemporânea e, por outro lado, também num certo número de problemas, de teorias e de utopias liberais, tais como vemos se desenvolver nos Estados Unidos.²⁵³

Com o termo “*ordoliberalismo*”, Foucault faz referência ao grupo de economistas alemães e austríacos que nasce com o economista Walter Eucken (1891-1950), fundador da revista *Ordo* (1936) e da Escola de Friburgo, e no qual se reúnem, além de Eucken, o jurista Franz Böhm (1895-1977), o historiador Alfred Müller-Armack (1901-1978), o economista Wilhelm Röpke (1899-1966) e o já citado Friedrich von Hayek, constituindo um dos mais bem consolidados e mais importantes *fronts* da batalha ideológica neoliberal.

Na realidade, a experiência alemã ordoliberal foi uma espécie de teste para a governamentalidade neoliberal como um todo, foi uma prova da eficácia e da funcionalidade do Neoliberalismo como forma de arte de governar, capaz de fornecer as saídas para

²⁵¹ Foucault utiliza a ideia de “evento” para se contrapor a um tipo de explicação estrutural, ontológico e teleológico, enfatizando o caráter não exatamente fortuito, mas ao menos não necessário dos fenômenos históricos. O propósito é mostrar como não há um desenvolvimento linear e progressivo dos fenômenos históricos ao longo dos séculos, mas sim como eles dependem muito mais de questões, literalmente, eventuais. Sobre isso, conferir, entre outros: FOUCAULT, Michel. (1971) Nietzsche, a genealogia e a história. Em: *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pp. 15-37.

²⁵² FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 139.

²⁵³ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 245-6.

um capitalismo em crise e contestado após os desastres provocados por duas guerras mundiais, após o impasse instaurado pelo advento do nazismo e após o grande desafio imposto pela revolução soviética de 1917, que se espalhava rapidamente para o resto do globo. Tratava-se, assim, de descobrir um arranjo capitalista que pudesse oferecer uma saída para o problema da racionalidade irracional do capitalismo, isto é, para o problema da barbárie que parecia andar lado a lado com o progresso capitalista. Como ressalta Lemke,

se seguirmos a interpretação de Foucault, então os esforços teóricos ordoliberais foram criados para mostrar, com as marcas da experiência do Terceiro *Reich*, que as irracionalidades e disfuncionalidades da sociedade capitalista poderiam ser superadas por ‘invenções’ político-institucionais, uma vez que esses problemas não seriam necessariamente inatos à lógica do capitalismo, mas de uma natureza histórica contingente.²⁵⁴

Os ordoliberais, por assim dizer, desbravaram o caminho – não partindo de uma *tabula rasa*, é claro – para a entrada em vigor dos mecanismos neoliberais a partir de então. Eles foram responsáveis por criar esse arranjo, testá-lo e difundi-lo para o resto do mundo, mostrando como toda aquela irracionalidade das décadas anteriores não seria intrínseca ao movimento autônomo e imanente do capitalismo, mas de um tipo específico e localizado de capitalismo, o capitalismo com excesso de Estado. Como afirma Foucault, “O modelo alemão que se difunde é a *possibilidade* de uma governamentalidade neoliberal”²⁵⁵.

De maneira análoga, coube aos neoliberais estadunidenses aprofundar e radicalizar o modelo neoliberal, seja aquele criado pelos alemães, seja aquele que sempre foi endógeno aos EUA, mostrando como ele poderia funcionar como padrão para os mais distintos campos e áreas da vida social e individual.

Logo, embora a análise de Foucault se concentre, como veremos à frente, no funcionamento do mercado e no modo pelo qual sua lógica é capaz de influenciar diversas outras esferas da vida social e individual, o diagnóstico do filósofo leva em consideração as interpenetrações entre economia e política, sem procurar sobredeterminações nessa relação. Em suma, Foucault buscou mostrar como há um par estratégico, formado pelo poder da economia e pela economia do poder, que buscou resolver, economicamente, os impasses políticos do capitalismo e vice-versa, isto é, buscou soluções políticas para os becos sem saída econômicos colocados à época.

Não pretendo afirmar que Foucault estaria buscando atingir, finalmente, a história de nossa “Época”, a “Época neoliberal”. Como podemos notar no curso como um todo, Foucault evita esse tipo de análise, de nomenclatura de grande alcance e de periodização,

²⁵⁴ LEMKE, Thomas. ‘The birth of bio-politics’: Michel Foucault’s lecture at the *Collège de France* on neo-liberal governmentality. Em: *Economy and Society*, Volume 30, N. 2, January 2001, p. 194. Tradução minha.

²⁵⁵ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 265. Grifos meus.

preferindo um viés nominalista, explicitamente inspirado em Paul Veyne²⁵⁶. Ao contrário, sua empreitada genealógica está sempre focada no presente, em sua possibilidade de formação e em suas correntes naturalizações e esquecimentos de conceitos, de práticas, de relações e de subjetividades, que parecem buscar escamotear sua proveniência “infame”²⁵⁷, para utilizar um termo do próprio autor, e dotar-se de uma aura ontológica, inelutável, inescapável.

No entanto, na contramão de parte da crítica²⁵⁸ que construiu Foucault como um autor preocupado meramente com o local, múltiplo, heterogêneo, acidental, particular e avesso por excelência a qualquer tipo de totalização, e a despeito das eventuais tentativas do próprio autor construir-se como tal, acreditamos ser possível defender que Foucault escapa a essas armadilhas dicotômicas que opõem, sem mais, o local e o global, sem qualquer consideração pela relação entre eles e pelas operações de difusão do micro e do macro. Nas palavras de Foucault, “é de fato verdade que eu coloco os problemas em termos locais, mas eu creio que isso me permite fazer aparecer problemas que são ao menos tão gerais quanto aqueles que habitualmente se considera estatuariamente como tal”²⁵⁹.

Afinal, como podemos depreender das citações anteriores, Foucault não estudou o Neoliberalismo alemão por mero exercício exegético de conhecimento da realidade específica alemã, mas sim porque apenas a própria realidade específica alemã permite entender a proveniência e o funcionamento de determinadas práticas neoliberais como um todo, que guardam ainda estreita relação com essa espécie de “prova de fogo” ordoliberal. Como veremos à frente, a especificidade do Estado alemão, em ruínas após a 2ª Guerra, obrigou os neoliberais a buscarem legitimidade e consenso político para o Estado, em outro local, que não o próprio Estado, a saber, na força da economia. Ora, mas esta não seria uma característica marcante de todo o Ocidente neoliberal? O funcionamento ótimo da economia não garante, na grande maioria dos casos, governabilidade e legitimidade às ações estatais?

O mesmo vale para a experiência norte-americana: o Neoliberalismo nos Estados Unidos tem especificidades únicas e que, justamente por causa disso, nos permitem entender funcionamentos de certos mecanismos neoliberais no mundo todo. A questão do Liberalismo nesse país, sob a qual me debruçarei adiante, nunca foi meramente econômica. Ela sempre penetrou diversas discussões políticas, sociais, individuais e até subjetivas desde a formação das colônias inglesas em território da América do Norte. Nesse sentido,

²⁵⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. Resumo do curso. Em: (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 431-9; FOUCAULT, Michel. Aula de 08 de março de 1978. Em: (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 305-340.

²⁵⁷ FOUCAULT, Michel. A Vida dos Homens Infames. Em: *Ditos e Escritos IV. Estratégia Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 203-222.

²⁵⁸ Cf. o exemplo mais recente: LAGASNERIE, Geoffroy de. Imanência, heterogeneidade, multiplicidade. Em: (2012) *A última lição de Michel Foucault*. São Paulo: Três estrelas, 2013, pp. 92-101.

²⁵⁹ FOUCAULT, Michel. (1978) Entretien avec Michel Foucault. Em: *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 904. Tradução minha.

indago novamente: mas será que é apenas nos EUA que o cálculo econômico penetra até mesmo na construção de uma subjetividade neoliberal? Ou, ao contrário, isso seria um modelo, embora “aplicado” diferencialmente em cada contexto, difundido em todo o globo?

Um procedimento similar já era realidade de pesquisa alguns anos antes, quando da escrita de *Vigiar e Punir*. Quando questionado, em Kyoto, por um interlocutor japonês, em uma entrevista em 1978, se os resultados de sua pesquisa eram restritos à sociedade francesa ou se se pretendiam universais, Foucault responde:

Esta é uma questão importante. O objeto da análise é sempre determinado pelo tempo e pelo espaço, mesmo que se busque lhe dar uma universalidade. Meu objetivo é analisar a técnica de poder que busca constantemente meios novos e meu objeto é uma sociedade submissa à legislação criminal. Esta sociedade difere na França, na Alemanha e na Itália. Há diferença de sistemas. Por outro lado, a organização que confere eficácia ao poder é comum.²⁶⁰

O que busco defender é, portanto, que Foucault jamais buscou estudar o Capitalismo, com “C” maiúsculo, sua história e desenvolvimento do século XVIII até a contemporaneidade. Contudo, também não se restringiu a estudar o funcionamento local e particular do capitalismo alemão dos anos 30 do século XX pelo simples conhecimento específico de tal realidade.

Antes de perscrutar, nessa chave, cada um desses “pontos de ancoragem” separadamente e em detalhe, o filósofo francês não deixa de notar, de saída, semelhanças seminais entre ambos.

A primeira é que ambos se colocam no mesmo lado da batalha intelectual e política contra um inimigo comum, a saber, Keynes, que será o grande adversário a ser combatido teoricamente, de ambos os lados do Atlântico. Foucault chega a citar como Marx é logicamente um dos adversários do Neoliberalismo também em ambos os lados, mas por questões de “esnobismo econômico”²⁶¹, nos termos do autor, não é frontal e diretamente atacado pelos neoliberais. Não é possível precisar ao certo o que Foucault pretende afirmar com isso, mas, se levarmos em consideração o contexto estadunidense e mundial de embate entre as revoluções socialistas por todo o mundo, a ascensão do nazi-fascismo e as tentativas do capitalismo de oferecer soluções a suas crises internas, podemos imaginar que não foi apenas por “esnobismo” que Marx foi ignorado pelos neoliberais.

No entanto, para além dos autores em si, mostra Foucault, os temas teóricos e práticos que vão ser atacados, são basicamente os mesmos: dirigismo econômico, planificação estatal, intervencionismo artificial do Estado, entre outros. Por último, há toda uma

²⁶⁰ FOUCAULT, Michel. (1978) *La société disciplinaire en crise*. Em: *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 552. Tradução minha.

²⁶¹ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 304.

série de pontos de contato que se referem às pessoas e livros em comum que circulavam entre esses dois Departamentos de Economia e gabinetes de Estado, que tornam eles ligados entre si muito intimamente.

Assim como já havia ocorrido inúmeras outras vezes em relação a outras obras de Foucault²⁶², alguns economistas e historiadores do pensamento econômico²⁶³ objetam que o filósofo teria incorrido em diversos erros históricos, lacunas, omissões propositais, confusões terminológicas de conceitos econômicos e exageros com intenção dramática em sua genealogia do Neoliberalismo. No entanto, como o próprio Foucault já havia respondido a diversos de seus críticos, como os que se opunham à interpretação presente na obra *História da Loucura* (para quem o Grande Internamento narrado por Foucault seria uma grande falácia), ou em *Vigiar e Punir* (que alegavam a total falta de conhecimento do funcionamento interno das prisões ou a extrema especificidade da prisão francesa em relação ao resto do mundo, entre outros argumentos), devemos atentar que, apesar de transitar entre diversas áreas do conhecimento, Foucault não é um historiador *stricto sensu*²⁶⁴.

O que, por sua vez, não implica em desprezo pelo conhecimento, descaso analítico ou falta de rigor intelectual. No entanto, quando Foucault busca realizar uma genealogia do discurso neoliberal, certas aproximações, certos afastamentos, certas omissões ou exageros que, aos olhos de um estudioso específico do tema podem parecer simplesmente como erros fatuais, compõem o movimento da formação de um regime de verdade que forma a ontologia de nosso presente²⁶⁵ e, de alguma maneira incômoda e estranhamente

²⁶² Cf., por exemplo, ALFORD, C. Fred. What Would It Matter If Everything Foucault Said about Prison Were Wrong? “Discipline and Punish” after Twenty Years. Em: *Theory and Society*, Vol. 29, No. 1, Fevereiro 2000, pp. 125-146.

²⁶³ Cf., por exemplo, GUALA, Francesco. ‘Review of Michel Foucault’s The Birth of Biopolitics’. Em: *Economics and Philosophy*, no. 22, 2006, pp. 429–39.

²⁶⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. (1979) Foucault étudie la raison d’État. Em: *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Éditions Gallimard, 2001, pp. 801-5.

²⁶⁵ Cf. FOUCAULT, Michel. *Qu’est-ce que les Lumières?* Magazine Littéraire, nº 207, maio 1984, pp. 35-39.

ficcional, parecem acertar em cheio seu coração, ferir de fato o solo de nossa atualidade e mostrar realmente como a ficção está permeada de efeitos de realidade²⁶⁶.

Como a análise do pensador francês se ramifica, focando cada um dos marcos de ancoragem neoliberal em detalhe, seguiremos sua opção metodológica e veremos, primeiro, como ele estuda a experiência alemã, para depois passarmos à estadunidense.

O ORDOLIBERALISMO, OU COMO FUNDAR UM ESTADO A PARTIR DE RUÍNAS

Foucault retorna a 1948, três anos após o término da 2ª Guerra, para uma Europa norteada pelos princípios do Plano Marshall e, mais especificamente, para uma Alemanha ocupada pelas tropas e resoluções dos Aliados. Ludwig Erhard²⁶⁷, então diretor econômico da “Bizona”²⁶⁸, apoiado nas recomendações e conclusões de um Conselho Científico formado por ele e que contava com diversos representantes do que seria posteriormente conhecido como Escola de Friburgo, toma diretrizes no sentido de barrar as intervenções estatais na economia em nome da liberdade dos preços. Ou seja, em meio a uma Europa tomada por diversas medidas e políticas de tipo keynesiano, a Alemanha da Bizona anglo-americana opta por uma via liberal, ou melhor, como veremos em detalhe, neoliberal.

Para introduzirmos de imediato o que Foucault fará apenas algumas aulas à frente, vejamos as pessoas e instituições envolvidas nessa experiência. Além de Erhard, o Conselho Científico era chefiado por um economista, que depois veio a se tornar muito famoso, justamente em virtude de suas proposições neoliberais, chamado Walter Eucken. Eucken foi professor em Tübingen e em Friburgo, onde se opôs veementemente à administração do reitor Martin Heidegger. Foi também um discípulo de Alfred Weber, irmão de Max Weber. Durante todo o período nazista, Eucken atuou política e teoricamente contra as enormes, autoritárias e pesadas intervenções estatais. Em 1948, é ele o responsável por fundar a revista *Ordo*, importante ponto de convergência das ideias e

²⁶⁶ Para uma discussão mais detalhada acerca da polêmica relação entre Foucault e a historiografia, conferir: O'BRIEN, Patricia. A história da cultura de Michel Foucault. Em: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 33-62.

²⁶⁷ Ludwig Erhard (1897-1977), economista, foi deputado da CDU (União Cristão-democrata) e posteriormente ministro da Economia de Konrad Adenauer. Chegou ao posto de chanceler da República Federal da Alemanha entre 1963 e 1966. Cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.132, nota 19.

²⁶⁸ Devemos lembrar que, com o término da Guerra, a Alemanha foi dividida em quatro territórios distintos, cada um administrado por um dos países que tomaram a frente na Guerra, ou seja, Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética. Posteriormente, as zonas estadunidenses e britânicas se uniram, formando a chamada “Bizona”. Cf. FULBROOK, Mary. *A concise history of Germany*. New York: Cambridge University Press, 2004, especialmente pp. 205-219.

teses neoliberais alemãs, e de conjugar, em torno de si e dessa revista, o que veio a ser a Escola de Friburgo, ou, como denomina Foucault, o grupo que reunia os “ordoliberais”.

Além de Eucken e de Erhard, outro importante membro do Conselho foi Franz Böhm, um jurista também de Friburgo, que chegou posteriormente, em 1953, a ser eleito deputado no *Bundestag* por doze anos seguidos. Como Eucken, foi opositor do regime do *Führer*, inclusive tendo se demitido na década de 30 de seu cargo universitário por se opor às medidas antissemitas em curso.

Alfred Müller-Armack, economista e historiador da economia em Münster e em Colônia, havia, de início, aderido ao nacional-socialismo, embora sempre tenha rejeitado sua ideologia racista. No entanto, com o passar dos anos, acabou se afastando do regime totalitário, tendo participado não só do Conselho Científico de Erhard e se tornando seu secretário de Estado, mas sendo membro também da previamente citada Sociedade Mont-Pèlerin, junto com Hayek e von Mises. Ficou notoriamente conhecido por ser um dos redatores do Tratado de Roma, firmado em 1957, um dos marcos iniciais do mercado comum europeu.

Para além desses personagens diretamente envolvidos no Conselho, Foucault cita ainda três inspiradores fundamentais desse Neoliberalismo alemão. O primeiro deles é Wilhelm Röpke, economista antikeynesiano e marginalista que chegou à presidência da Sociedade Mont-Pèlerin e se viu, por motivos óbvios, obrigado a exilar-se, em 1933, em Genebra, onde escreveu importantes obras para essa nova governamentalidade neoliberal. O segundo, que Foucault menciona apenas marginalmente, é Alexander Rüstow, pensador que sucedeu Alfred Weber na cadeira de sociologia econômica em Istambul. De início um socialista radical, Rüstow vai pouco a pouco aderindo às teses de um Liberalismo social incipiente.

Por fim, é claro, Foucault cita Friedrich von Hayek, nascido em 1899, em Viena, onde estudou direito e ciência política e tornou-se aluno de Ludwig von Mises. Hayek foi professor em diversas faculdades e cidades ao redor do mundo, como, além da já citada capital austríaca, Londres (na *London School of Economics*), Chicago (onde lecionou “Ciências Sociais e Morais” e teve importante papel pessoalmente, como difusor do Neoliberalismo para o outro lado do Atlântico) e, enfim, Friburgo. Em 1974, Hayek recebeu o Prêmio Nobel pelo conjunto de sua obra, recebendo especial atenção o livro que desbravou o caminho para o Neoliberalismo, *O Caminho da servidão*, publicado em março de 1944²⁶⁹.

Em 1939, às vésperas da 2ª Guerra, diversas dessas personalidades se reuniram na França em um encontro, chamado de “Colóquio Walter Lippmann”²⁷⁰, e lançaram as bases e princípios gerais do Neoliberalismo alemão. Nele estiveram presentes, por exemplo,

²⁶⁹ Cf. OLIVEIRA, Roberson Campos de; GENNARI, Adilson. Marques. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 323 e seguintes; ANDRADE, Rogério de. Hayek: a contraposição liberal. Em: CARNEIRO, Ricardo (org.). *Os clássicos da economia*. São Paulo: Ática, 1997, pp. 175-183.

²⁷⁰ Walter Lippmann (1889-1974) não foi escolhido à toa para nomear o encontro. Ele foi um jornalista e comentarista política nova-iorquino, ganhador duas vezes do prêmio Pulitzer e notório liberal estadunidense.

além de Walter Lippmann, Röpke, Rüstow, Hayek, von Mises e o secretário-geral do colóquio, Raymond Aron²⁷¹. A partir desse colóquio, forma-se uma comissão permanente, intitulada “Centro internacional de estudos para a renovação do Liberalismo”, cujo título já demonstra o projeto neoliberal gestado em suas fileiras.

Foucault sublinha que os discursos proferidos e os artigos escritos por Erhard e seu grupo à época não se direcionam somente para intervenções econômicas. O que está em jogo é, na verdade, a própria legitimidade do Estado. Afinal, o que havia ocorrido nas últimas décadas, mostra o filósofo, foi nada mais e nada menos que o Estado nazista, que, com suas pesadas diretrizes econômicas, com seu autoritarismo político e seu programa social bárbaro, havia se tornado, nas palavras de Erhard, o “Estado-cupim”, o “Estado anárquico”. A única solução que restava aos teóricos do Conselho Científico e a Erhard, em um momento de tentar achar os culpados por toda a monstruosidade que ocorreu no centro da Europa desenvolvida, era mostrar que esse Estado foi ilegítimo e não falava em nome do povo alemão.

Concomitantemente, e já introduzindo sorrateiramente sua revolução na arte de governar, o que Erhard e seu grupo estão fazendo, é estabelecer que, logicamente, apenas um Estado diametralmente oposto ao nazista, isto é, um Estado que reconheça as liberdades econômicas e individuais, é que seria, nesse sentido, legítimo.

No fundo, conclui Foucault, o que se está buscando é – numa situação de Alemanha ocupada, sem Forças Armadas, com territórios sendo devolvidos a seus países de origem, dividida entre quatro países outrora inimigos – fornecer legitimidade ao Estado alemão. Mas como fazer isso uma vez que foi justamente o Estado alemão aquele cujas diretrizes haviam acabado de causar uma Guerra mundial, criar Auschwitz e estarrecer o mundo com sua capacidade de unir o que havia de mais avançado em termos de progresso científico com o que havia de mais regressivo em termos de morte e destruição?

A resposta oferecida por esses teóricos é a de suprimir esse caráter violento e coercitivo do Estado, limpá-lo dessa marca quase indelével que havia regido suas últimas décadas e fornecer, ao contrário, como sua base e premissa, o avesso da violência – a saber, a liberdade. O Estado será responsável, tão somente, por criar uma estrutura jurídica tal que a liberdade possa ser realizada sem empecilhos (ficará à frente claro como não é qualquer liberdade que será apregoada, mas, de início, basicamente uma liberdade econômica). “Portanto, não coagir, mas simplesmente criar um espaço de liberdade, assegurar uma liberdade e assegurá-la precisamente no domínio econômico”²⁷², afirma Foucault, eis a solução para o impasse alemão.

Com isso, continua o filósofo francês, esses teóricos eram capazes de realizar dois feitos ao mesmo tempo. De um lado, por meio de uma artimanha política, reconstruía-se de certa maneira o Estado alemão em um momento no qual ele era impedido de

²⁷¹ Segundo Foucault, Eucken foi igualmente convidado, mas não teve permissão de deixar a Alemanha.

²⁷² FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 112.

existir em seus quadros tradicionais, por razões evidentes no pós-Guerra. De outro, a Europa ficava tranquilizada, uma vez que o motor que impulsionava tal Estado nascente, em nada se assemelharia ao Terceiro *Reich*, mas teria bases completamente distintas e até antagônicas a ele. “Na ausência de direitos históricos e de legitimidade política, é na liberdade de preços e na tomada de partido pela economia social iniciada por L. Erhard em junho de 1948 que seria necessário buscar os fundamentos do novo Estado alemão”²⁷³, afirmam Grenier e Orléan a respeito do período²⁷⁴. No mesmo sentido, afirma Foucault que “[...] a instituição da liberdade econômica vai ter de, ou, em todo caso, vai poder funcionar, de certo modo, como um sifão, como um gatilho para a formação de uma soberania política”²⁷⁵.

Aí está lançado, segundo a análise foucaultiana, um dos fundamentos da governamentalidade neoliberal alemã, de 1948 até os dias contemporâneos²⁷⁶, isto é, a fundação do Estado na economia. A citação a seguir sintetiza o que Foucault está argumentando e que se trata de um dos elementos mais importantes do Neoliberalismo especificamente alemão, mas que, não esqueçamos, foi analisado por Foucault justamente por ser um dos marcos do Neoliberalismo em nível mundial:

Na verdade, na Alemanha contemporânea, a economia, o desenvolvimento econômico, o crescimento econômico produz soberania, produz soberania política pela instituição e pelo jogo institucional que faz precisamente funcionar essa economia. A economia produz legitimidade para o Estado, que é seu avalista.²⁷⁷

Foucault destaca como existe uma relação imediata e diretamente proporcional entre desenvolvimento econômico e legitimidade política. Em outras palavras, o desempenho econômico passa a ser um decisivo fator no sucesso ou fracasso de um governo em exercício e na sua legitimidade perante os cidadãos; e vice-versa, isto é, o governo hábil será aquele que é capaz de lidar com a economia de modo a capitalizar seus

²⁷³ GRENIER, Jean-Yves; ORLEAN, André. Michel Foucault, l'économie politique et le libéralisme. Em: *Annales. Histoire, sciences sociales*, No. 5, 2007, p. 1172. Tradução minha.

²⁷⁴ Grenier e Orléan desenvolvem interessante argumento de que, se nos reportarmos ao impasse geopolítico no qual se encontrava a Alemanha, dividida e disputada pelos blocos soviético e aliado, a criação do Marco Alemão, em 1948, na Berlim Ocidental, foi de suma importância para a desestabilização da Alemanha comunista e do bloco comunista como um todo, uma vez que se tratava de criar legitimidade e adesão à Alemanha Pós-guerra. Logo, o que estaria em jogo era a contenção do espraiamento do comunismo em nível mundial, o que teria sido deliberadamente realizado pelas potências aliadas, em especial os Estados Unidos. Cf. GRENIER, Jean-Yves; ORLEAN, André. Michel Foucault, l'économie politique et le libéralisme. Em: *Annales. Histoire, sciences sociales*, No. 5, 2007, p. 1173 e seguintes.

²⁷⁵ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 112-3.

²⁷⁶ Se não até hoje, na administração da chanceler Angela Merkel, ao menos até o curso em questão.

²⁷⁷ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 114.

benefícios econômicos em termos políticos. Mas não se trata apenas disso. Foucault vai ainda mais além:

Essa instituição econômica, a liberdade econômica que essa instituição tem por papel, desde o início, assegurar e manter, produz algo mais real, mais concreto, mais imediato ainda, que uma legitimação de direito. Ela produz um consenso permanente, um consenso permanente de todos os que podem aparecer como agentes no interior, dentro desses processos econômicos. Agentes como investidores, agentes como operários, agentes como empresários, agentes como sindicatos. Todos esses parceiros da economia, na medida mesma em que aceitam esse jogo econômico da liberdade, produzem um consenso que é um consenso político.²⁷⁸

Este não é, de fato, um ponto menor no imbricamento entre economia e política, uma vez que a liberdade econômica criada e gerida pelo Neoliberalismo acarreta imediatamente apoio político, governabilidade, consenso dos cidadãos e adesão, no limite, ao *status quo*. Segundo Grenier e Orléan, “Foucault nos diz que é o exercício voluntário desta liberdade instituída que conferirá adesão dos cidadãos. Por quê? Pelo efeito dos benefícios em termos de bem-estar econômico que a prática concorrencial supostamente engendra”²⁷⁹.

Foucault aqui escancara uma das bases lapidares daquilo que analisa como Neoliberalismo contemporâneo. É a economia, com seu jogo livre, que vai embasar o Estado, e não o contrário, embora, é verdade, Foucault ressalte a enorme importância do quadro jurídico-administrativo de liberdade de preços e liberdade concorrencial fornecido pelo Estado para fazê-la funcionar. Mas é fato que, ao funcionar de base, a economia automaticamente cria, em seu bojo, uma situação de jogo na qual todos têm o mesmo estatuto, todos são jogadores que aceitam jogar e concordam com as regras do jogo. Crescimento econômico vai significar, a partir desse momento, consenso e apoio político. Eis um dos pilares que vão servir como medida de avaliação do governo hábil ou inábil a partir daqui: a economia. Dessa maneira, como asseveram O’Malley, Rose e Valverde, “aquelas ciências cinzas e tediosas da economia, administração e contabilidade poderiam ser vistas novamente – como haviam sido por Marx, Weber, Sombart e muitos outros teóricos do capitalismo – como cruciais para a formação e governo de uma economia capitalista”²⁸⁰.

É claro que no meio disso tudo, o que ocorreu foi, de fato, a história. Entre a primeira liberação dos preços em 1948 e a criação do marco alemão no mesmo ano, até que uma liberdade econômica quase irrestrita fosse atingida já em 1953, Foucault mostra

²⁷⁸ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 114-5.

²⁷⁹ GRENIER, Jean-Yves ; ORLEAN, André. Michel Foucault, l’économie politique et le libéralisme. Em: *Annales. Histoire, sciences sociales*, No. 5, 2007, pp. 1172-3. Tradução minha.

²⁸⁰ O’MALLEY, Pat; ROSE, Nikolas; VALVERDE, Mariana. Governmentality. *Annual Review of Law and Social Science*, Volume 2, 2006, p. 95. Tradução minha.

que os trabalhadores e socialistas alemães realizaram greves – inclusive uma greve geral –, os britânicos trabalhistas e keynesianos à época se mostraram desconfiados, a União Soviética denunciava os perigos bélicos que o retorno de um Estado alemão implicava, boa parte da Europa foi relutante, etc. Mas pouco a pouco, a CDU, os sindicatos, os empresários, os trabalhadores e até mesmo o SPD (Partido Socialdemocrata Alemão), que até pouco tempo reafirmara suas inclinações marxistas e socialistas, todos cederam e acabaram por aceitar jogar o jogo concorrencial neoliberal. Isto é, este foi paulatinamente se impondo como se não houvesse outra saída, como se não houvesse alternativa.

No entanto, se a história do Neoliberalismo que Foucault nos conta tem seu início datado em fins do século XIX e início do século XX, por que apenas após a Segunda Guerra Mundial esses teóricos passaram a ganhar notoriedade e suas teorias iniciaram a constar como práticas que começaram a ser de fato instaladas? Foucault nos responde: ora, por nada mais, nada menos do que uma pedra no meio do caminho: o nazismo. Mas sua resposta pode ser, à primeira vista, mal interpretada. É claro que o nazismo, com seu Estado intervencionista, ao mesmo tempo policial, disciplinar, biopolítico e soberano, o paroxismo da junção do controle disciplinar com o poder soberano sobre a morte e com gerência da vida²⁸¹, de um lado, “bloqueou” o desenvolvimento dessas teorias e práticas neoliberais. No entanto, de outro lado, paradoxalmente, foi justamente o nazismo que as viabilizou.

Foucault mostra como existiam quatro temas centrais que funcionavam historicamente como pontos de bloqueio para o Neoliberalismo nascente. Ele não discorre longamente sobre cada um deles, apenas os apresenta de modo breve. O primeiro deles seria o repúdio alemão à ideia de que haveria compatibilidade entre Liberalismo econômico, de um lado, e uma política nacional, de outro. Desde o fracasso da *Zollverein* alemã²⁸², uma União Alfandegária entre os diversos estados germânicos sob direção da Prússia que funcionava desde 1818 – entre outras palavras, uma primeira tentativa de desenvolvimento do jogo liberal na Alemanha – o Liberalismo passou a ser visto com desconfiança, como algo talvez que funcionasse e fosse efetivo em outros países, mas não na Alemanha – isto é, como algo tipicamente britânico, mas certamente não alemão.

O segundo ponto faz referência ao Estado de Otto von Bismarck, que, unindo diversas regiões germânicas e fundando o Império Germânico em 1871, deixou marcas profundas na política e na sociedade alemãs, marcas essas que Foucault chama de “socialismo de Estado”²⁸³, isto é, medidas para unificar a nação alemã por meio de uma

²⁸¹ Para uma breve análise de Foucault sobre o Estado nazista nesses termos, conferir a última aula do curso de 1976-76. FOUCAULT, Michel. (1997) *Em Defesa da Sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 285-315.

²⁸² Cf. BLACKBOURN, David. (1998) *History of Germany 1780-1918 – The long nineteenth century*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008, especialmente p. 70 e seguintes.

²⁸³ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 147.

política externamente protecionista e internamente atenta aos problemas da integração do proletariado à ordem política e econômica.

O terceiro elemento, por sua vez, refere-se à economia de guerra alemã que, a bem dizer, foi a regra durante a maior parte da primeira metade do século XX. Uma economia que, conforme assinala Foucault, como todo esforço de guerra, sempre foi marcada pela planificação, pela centralização e pelo intervencionismo estatal.

Por último, o quarto ponto era o recém-chegado keynesianismo, que também na Alemanha mostrava sua presença em economistas e políticos que viam na política de planejamento estatal uma saída para seu país.

O que o nazismo fez, de acordo com sua análise, foi inserir todos esses pontos estranhos e antagônicos ao Neoliberalismo dentro de um Estado que os tornou coerentes e coesos entre si, isto é, amarrou-os de certa maneira de modo a criar um todo harmônico entre eles, um conjunto estável de elementos aparentemente disparatados e com proveniências completamente distintas, mas que, no Estado nazista, condensaram-se e se cristalizaram. Ao fazê-lo, o nazismo permitiu que os neoliberais mostrassem como o que havia ocorrido na Alemanha na primeira metade do século XX não era de maneira alguma fortuito, mas o mero desenvolvimento lógico desses quatro elementos, que deveriam ser banidos da esfera de qualquer governo no mundo, caso se quisesse, a partir de então, evitar um regime como o nazista.

Não por outro motivo, Foucault fala em um “*coup de force*”, em um “golpe” teórico e especulativo dos neoliberais alemães. Afinal, valendo-se de uma atmosfera mundial de repúdio aos regimes nazi-fascistas, eles puderam, em um só golpe, atrelar toda e qualquer medida intervencionista, algumas das quais datavam do século XVIII, como vimos acima, invariavelmente ao Estado hitlerista. Nas palavras do filósofo:

Eles [os ordoliberais] dizem: o nazismo é uma verdade; ou melhor: o nazismo é o revelador de algo que é simplesmente o sistema de relações necessárias que há entre esses diferentes elementos. [...] Esses quatro elementos, dizem os neoliberais, estão economicamente ligados uns aos outros e vocês não escaparão dos três outros se adotarem um.²⁸⁴

Aproveitando o caminho escancarado pelo nazismo, os ordoliberais partem do mesmo esquema e teoria para dirigir suas críticas não apenas ao regime do *Führer*, mas igualmente aos planos soviéticos, ao *New Deal* estadunidense, ao trabalhismo inglês e a toda e qualquer tentativa de levar a cabo uma economia planificada, keynesiana ou centralizada. Segundo Foucault, a crítica neo e ordoliberal é sempre a mesma: em germe, na planificação, está sempre o nazismo. Intervenção econômica e o fantasma do monstro estatal todo-poderoso e que tudo subjuga e reprime, que uniformiza e massifica a sociedade, ambos passam a ser propagandeados como dois lados da mesma moeda. A solução,

²⁸⁴ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 150.

fornecida por esses teóricos, foi a supracitada: uma vez que todos os defeitos vistos no nazismo não decorrem de nada a não ser do Estado pesado e autoritário, o mercado, liberto, deve vigiá-lo e ser seu guardião interno, sua medida e padrão de julgamento internos.

Nessa questão do mercado, mostra o filósofo, temos já uma diferença muito importante em relação ao Liberalismo do século XVIII – muito embora, como vimos, a Economia Política se propusesse, já no século XVIII, a ser essa racionalidade imanente à prática governamental (contraposta à exterioridade do direito nos séculos anteriores), de modo análogo ao que o mercado realiza no século XX. O ponto de Foucault, no entanto, é que o Liberalismo do século XVIII, em sua concepção e prática do mercado, via e atuava nele como um espaço de liberdade que era direcionado, em última instância, a fazer o próprio Estado enriquecer. Não devemos nos esquecer do próprio título de uma das obras máximas desse período, que escancara a ligação íntima entre o mercado e o Estado: *A riqueza das nações*. No Neoliberalismo alemão, ao contrário, o mercado é que vai ser limite e garantia do Estado. “Porque não há que se iludir”, afirma o filósofo,

[...] o Neoliberalismo atual não é, de maneira nenhuma, como se diz muitas vezes, a ressurgência, a recorrência de velhas formas de economia liberal, formulados nos séculos XVIII e XIX [...]. Na verdade, o que está em questão nesse Neoliberalismo atual, quer se tome a forma alemã que evoco precisamente agora, que se tome a forma americana do anarcoliberalismo, é uma coisa muito mais importante. O que está em questão é saber se, efetivamente, uma economia de mercado pode servir de princípio, de forma e de modelo para um Estado [...].²⁸⁵

Aqui passamos a entender melhor por que Foucault escolhe as experiências alemã e estadunidense como “pontos de ancoragem”, em seus termos, do Neoliberalismo contemporâneo. É que foram justamente esses dois momentos que propuseram e colocaram em prática uma série de deslocamentos e inversões que nos permitem falar em *neo*-Liberalismo, em parte em continuidade e em parte em oposição ao Liberalismo do século XVIII, de modo que, segundo o filósofo, para além de três séculos, há muito mais questões de conteúdo, de programa político e teórico e da relação entre mercado e Estado que separam esses dois momentos.

A primeira mutação consiste no fato de que não mais se trata simplesmente de deixar uma esfera de ação livre, mais precisamente, a economia livre, de deixá-la atuar em seu próprio movimento natural, mas, muito mais do que isso, “trata-se de saber até onde vão poder se estender os poderes de informação políticos e sociais da economia de mercado”²⁸⁶. Aqui a palavra “informação” utilizada por Foucault é importante. Pois a

²⁸⁵ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 159.

²⁸⁶ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 160.

economia vai informar, isto é, mostrar ao Estado seu limite e sua base, mas vai também fornecer sua forma, sua medida, sua razão.

O que nos leva, seguindo as aulas do filósofo, à segunda mutação. Se o mercado, no século XVIII, era o lugar da liberdade e da justiça da troca, ao qual se pedia que o Estado não interviesse, no século XX, o essencial do mercado vai estar não na troca, mas na concorrência. Ou seja, pulamos da equivalência da troca para a desigualdade concorrencial. O que não deixa de mostrar sua filiação liberal, afinal, os teóricos do século XVIII já haviam demonstrado como a concorrência é o coração do jogo econômico.

No entanto, a concorrência, no século XVIII, era um dado natural, um fato produzido naturalmente pelo próprio movimento econômico das trocas e que o Estado deve, no máximo, respeitar. Os ordoliberais, por outro lado, invertem tal proposição. Para os teóricos neoliberais alemães, a concorrência não nasce espontaneamente de algum dado natural prévio, mas, ao contrário, é algo que deve ser sempre almejado, buscado e cujas condições devem ser artificialmente preparadas. Aí não está uma inflexão menor, afirma o filósofo de Poitiers. Pois, se a economia passa a ser a base, o fundamento e a garantia do Estado, e, ao mesmo tempo, se seu jogo concorrencial não é natural, mas deve ser produzido, temos necessariamente um cruzamento especificamente neoliberal entre governamentalidade e economia, uma simbiose entre governo e mercado:

Vai-se ter portanto uma espécie de justaposição total dos mecanismos de mercado indexados à concorrência e da política governamental. O governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. [...] É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado.²⁸⁷

Ou seja, ao mercado, não mais *laissez-faire*, mas, ao contrário, vigilância a atividade permanente do governo – faites-faire! Como vimos, o mercado não é mais uma área que convém deixar intocada, mas o próprio cerne da atividade governamental como um todo. À frente veremos algumas consequências desse novo papel privilegiado e informador do mercado na política, na sociedade e inclusive na subjetividade. Toda a questão do Neoliberalismo então é, segundo o filósofo, conjugar, de um lado, economia de mercado sem *laissez-faire* e, de outro, vigilância estatal sem dirigismo. Aí está algo inédito, que

²⁸⁷ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 165. Grifos meus,

nem o Liberalismo do século XVIII e tampouco o Neoliberalismo americano, como veremos à frente, propuseram.

Tratava-se, assim, para os ordoliberais, de definir o estilo governamental, a natureza e o tipo da ação governamental a ser adotada, o que, em si, será igualmente inédito. Para se opor às medidas tipicamente planificadoras, Foucault mostra como os ordoliberais buscarão criar outros tipos de controle econômico.

Eucken, por exemplo, realizou uma distinção entre “ações reguladoras” e “ações ordenadoras”, ambas praticadas pelo governo. As primeiras teriam como objetivo manter três características que já são, por si, próprias e características do mercado, a saber: a tendência à redução dos custos, a tendência à redução dos lucros empresariais e a tendência provisória de aumento dos lucros em caso de incrementos de produtividade ou de queda dos custos. Logo, uma ação reguladora deve orientar-se, em primeiro lugar, por estabilizar os preços – mas não através de mecanismos e instrumentos tipicamente planificadores, como o tabelamento de preços ou o subsídio a determinado setor industrial, por exemplo, mas sim através do controle da inflação, de abertura de crédito, de redução de impostos, enfim, de uma série de outras medidas, igualmente interventoras – fica claro de saída –, mas de outra natureza. Logo, ao invés do pleno emprego (medida essa que seria tipicamente relacionado ao *Welfare State*), o objetivo primário do governo neoliberal deve ser a estabilidade dos preços, uma vez que é ao jogo do mercado que se deve atentar, com sua necessidade de manter a inflação controlada, os juros dentro de certa margem, a demanda aquecida e o crédito abundante.

As ações ordenadoras, por sua vez, atuam em um nível, nos termos de Foucault, mais “estrutural”, mais “fundamental” do mercado, isto é, em suas “condições de existência” ou, naquilo que os ordoliberais chamam de “moldura”:

População, técnicas, aprendizagem e educação, regime jurídico, disponibilidade dos solos, clima: tudo isso são elementos que, como vocês veem, não são diretamente econômicos, não tocam nos mecanismos específicos de mercado, mas são para Eucken as condições em que será possível fazer a agricultura funcionar como um mercado, a agricultura num mercado.²⁸⁸

Aqui, de acordo com *Nascimento da Biopolítica*, os ordoliberais partem de uma inversão básica de um princípio de intervenção sobre o mercado tipicamente do *Welfare State*. Se até então o cálculo era tomar como naturais esses elementos da moldura (estrutura jurídica, população, educação, clima, etc.) e agir no mercado para atingir o efeito desejado, a partir de agora o cálculo será de outra ordem: uma vez que o mercado é o

²⁸⁸ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 193. Foucault fornece aqui o exemplo da agricultura não fortuitamente, afinal, essa teoria de Eucken foi largamente utilizada pelo político holandês Sicco Leendert Mansholt, que foi um dos responsáveis pela redação dos planos agrícolas do Benelux e do Mercado Comum Europeu.

princípio básico e intocável, como alterar a moldura para fazê-lo funcionar em seu ótimo? – essa vai ser uma das questões centrais do cálculo governamental neoliberal.

O que nos leva à política social neoliberal. Normalmente, nas análises que lemos a respeito do Neoliberalismo, estamos acostumados a entendê-lo como a ausência de uma política social, ou, no mínimo, como a retirada do Estado de áreas de atuação social criadas pelo Estado de bem-estar. Foucault nos mostra aqui como, ao contrário, o Neoliberalismo tem uma política social com objetivos e instrumentos muito claros, mas que passam por essa nova grade interpretativa e prática de racionalidade de governo. Conforme mostra Lemke, a análise de Foucault se mostra deveras importante para ajudar-nos a compreender o *modus operandi* da governamentalidade neoliberal e as práticas políticas ensinadas por ela. Inserindo o Estado neoliberal na chave mais abrangente de *Uma História da Governamentalidade*, Foucault é capaz de demonstrar como a tese da suposta retirada do Estado de áreas sociais, políticas e econômicas é, na verdade, não o fim da política, mas sua transformação profunda:

O que observamos hoje não é uma diminuição ou uma redução da soberania estatal e de sua capacidade de planejamento, mas um deslocamento de técnicas formais de governo para técnicas informais e a aparição de novos atores na cena do governo (por exemplo, ONGs), que indicam transformações fundamentais na condição estatal e uma nova relação entre o Estado e atores da sociedade civil. Isso inclui, de um lado, o deslocamento de formas de práticas que anteriormente eram definidas em termos do Estado nação para níveis supranacionais e, de outro lado, o desenvolvimento de formas de subpolítica “abaixo” da política no sentido tradicional.²⁸⁹

Nesse sentido, se a política social do *Welfare State* caracterizava-se por alguns pontos básicos, como a distribuição relativamente equitativa dos bens de consumo, transferência de renda, criação de empregos, em suma, todos os tipos de mecanismos destinados a corrigir na sociedade os efeitos indesejados da economia de mercado, a política social neoliberal vai operar por outros caminhos. Como nota Gordon, “para os *Ordoliberalen*, o maior problema nesse quadro não eram os efeitos anti-sociais da economia de mercado, mas os efeitos anti-competitivos da sociedade”²⁹⁰, aos quais era necessário sempre estar atento e que se devia corrigir. Afinal, mostra Foucault, a partir do momento em que a concorrência passa a ser o princípio regulador do mercado e do Estado como um todo, não é a igualdade que se deve visar, mas sim a desigualdade, capaz de fazer operar e fluir

²⁸⁹ LEMKE, Thomas. Foucault, Governmentality, and Critique. Em: *Rethinking Marxism*, 2002, Vol. 14, No. 3, p. 60. Tradução minha.

²⁹⁰ GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 42. Tradução minha.

os jogos econômicos concorrenciais. Trocam-se os sinais da ideia de desigualdade: de mal social a operador positivo da economia.

A única distribuição que vai ser admitida pelos ordoliberais, mostra Foucault, é uma transferência marginal de uma mínima parcela dos recursos destinados ao sobre-consumo àqueles que, por qualquer motivo, estejam subconsumindo. Em outras palavras, para dinamizar o jogo concorrencial como um todo, o único limite admitido para intervenção estatal para os ordoliberais é o da exclusão completa, isto é, da impossibilidade total de se jogar o jogo. Acima desse limite mínimo, a desigualdade é peça fundamental para garantir a própria existência da concorrência. Logo, assim como as teorias da reforma das prisões no século XVIII foram menos uma questão de humanização das penas do que de um novo cálculo político de distinta tecnologia de governo, aqui também a exclusão não é algo que mira a humanidade dos indivíduos e seus direitos mínimos inalienáveis, mas sim a própria dinâmica concorrencial do jogo neoliberal. Segundo Donzelot,

“manter todos no jogo aumenta seu dinamismo e é, portanto, uma das dimensões da ‘política da sociedade’. Muito mais do que uma preocupação de caridade, a luta contra exclusão foi, antes de tudo, no nível teórico, uma preocupação econômica enfatizada pelos neoliberais”²⁹¹.

Um dos pontos centrais dessa política social neoliberal, que Foucault analisa e que será posteriormente tema de diversos artigos e teorias a partir do livro do sociólogo alemão Ulrich Beck de 1986, *Sociedade de risco*²⁹², é o da privatização dos riscos. Mais uma vez se contrapondo às políticas de bem-estar, ao nazismo, ao socialismo e até às políticas liberais clássicas, os ordoliberais propõem que os riscos, sejam eles individuais ou sociais, sejam assumidos pelos próprios indivíduos:

Vai-se pedir à sociedade, ou antes, à economia, simplesmente para fazer com que todo indivíduo tenha rendimentos suficientemente elevados de modo que possa [...] se garantir por si mesmo contra os riscos que existem, ou também contra os riscos da existência, ou também contra essa fatalidade da

²⁹¹ DONZELOT, Jacques. Michel Foucault and liberal intelligence. *Economy and Society*, Volume 37, Number 1, February 2008, p. 130. Tradução minha.

²⁹² BECK, Ulrich. (1986) *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.

existência que são a velhice e a morte, a partir do que constitui sua própria reserva privada.²⁹³

Contanto que todos possam jogar minimamente o jogo neoliberal, não cabe ao Estado prover proteção ou segurança aos cidadãos. Eles podem, por si só, lidar com os riscos aos quais estão expostos – eis outra faceta da racionalidade social neoliberal.

Conclui Foucault que, se atentarmos, a política social do Neoliberalismo será, por excelência, o crescimento econômico²⁹⁴. Ele será a pedra de toque capaz de criar, como vimos acima, consenso político e social, união e pacto entre as classes sociais, além de fornecer as bases para um novo tipo de governo dos homens e das coisas.

Para enfatizar, Foucault chama a atenção para a seguinte ideia: o ponto que diferencia o Estado de bem-estar social do Neoliberalismo não é o fato do primeiro recusar-se a realizar uma política social, enquanto que o segundo proporia justamente implementar uma série de medidas sociais e assistenciais. Afinal, como vimos acima, ambos têm um programa e um plano de governo muito claros e definidos. “[...] vocês veem que a intervenção governamental – e isso os neoliberais sempre disseram – não é menos densa, menos frequente, menos ativa, menos contínua do que num outro sistema”²⁹⁵, afirma Foucault. Ou ainda: “[...] no ordoliberalismo, estava implicada a necessidade de uma *Gesellschaftspolitik*, como eles dizem [...] ao mesmo tempo ativo, múltiplo, vigilante e onipresente”²⁹⁶. O ponto que os diferencia, frisa Foucault, é a racionalidade governamental que fundamenta e de fato efetiva tais programas. A arte de governo neoliberal, tal como a temos discutido, dispõe de seus próprios mecanismos, cálculos e instrumentos para colocar em operação seus objetivos.

O ponto neoliberal, quanto a sua política social, conforme vimos, não é remediar na sociedade os efeitos devastadores do mercado, mas, ao contrário, agir na própria sociedade, ter uma política de sociedade, para implementar e deixar agir os mecanismos concorrenciais próprios do mercado. Não fortuitamente, segundo o filósofo francês, os

²⁹³ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 197. Sobre o tema, conferir, por exemplo: O’MALLEY, Pat. Risk and Responsibility. Em: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (eds.). *Foucault and Political Reason. Liberalism, Neo-Liberalism and Rationalities of Government*. London: UCL Press, 1996, pp. 189-207; O’MALLEY, Pat. *Risk, Uncertainty and Government*. London: Cavendish Press/Glasshouse, 2004; O’MALLEY, Pat. (ed.). *Governing Risks*. Aldershot: Ashgate, 2006.

²⁹⁴ Foucault usa o termo “crescimento econômico” mas pode-se entender tal consideração enquanto desempenho econômico, muito mais do que o índice de crescimento em si.

²⁹⁵ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 199.

²⁹⁶ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 221.

neoliberais buscavam nada mais nada menos do que um projeto de sociedade, um governo da sociedade:

“Aliás, foi Müller-Armack que deu à política de Erhard o nome significativo de *Gesellschaftspolitik*. É uma política de sociedade. As palavras, afinal, querem dizer o que dizem, e a trajetória das palavras indica de fato os processos que elas podem indicar”²⁹⁷.

Foucault deixa claro, ao analisar o ordoliberalismo desse modo, que não teríamos uma espécie de retorno a uma sociedade da troca. Como vimos até aqui, muito mais do que a troca de equivalentes, é a concorrência que Foucault assevera ser o mote central do Neoliberalismo alemão. Não fortuitamente, por diversas vezes Foucault critica as análises que, segundo ele, vão de Werner Sombart a Herbert Marcuse e Guy Debord, passando por Marx, outros membros da Escola de Frankfurt, pelos situacionistas, entre outros, e que não seriam capazes de analisar profunda e criticamente de fato o Neoliberalismo²⁹⁸. Tal atitude crítica do filósofo está relacionada a sua concepção de como entender as relações de poder em geral, e as neoliberais especificamente, como algo negativo ou somente aniquilador de uma experiência ou um estado prévio. Lagasnerie²⁹⁹, por outro lado, propõe que o movimento de Foucault, ao criticar o neoliberalismo, não deixa de ser idêntico ao espírito de Marx, quando este afirmava que não se tratava de empreender uma crítica pré-capitalista do capitalismo, uma reafirmação romântica dos valores e da comunidade pré-capitalistas, mas sim de compreender concomitante e contraditoriamente, a estática e a dinâmica próprias do capitalismo. Nesse sentido, Foucault propõe-se a realizar os mesmos modos de problematização a respeito do Neoliberalismo e compreender o que ele propõe, o que ele produz de novo, seus limites e alcances singulares.

Segundo Foucault, existe, de fato, no Neoliberalismo, a postulação de um “homo oeconomicus”, assim como tal termo havia sido criado no fim do século XVIII ou início do século XIX³⁰⁰, mas, desta vez, este não será pautado pelas ideias de troca e de consu-

²⁹⁷ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 200.

²⁹⁸ Cf., por exemplo, as notas de 41 a 46 da aula de sete de fevereiro e a nota 56 da aula de catorze de fevereiro. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 176-7 e pp. 216-7. Foucault admite que esse tipo de crítica à sociedade de massa, de consumo e do espetáculo tinha de fato aplicação, mas seria bem mais adequada para analisar o Estado de Bem-estar social dos anos 20 aos anos 60 do século XX. A bem dizer, é possível afirmar que a análise de Foucault desses autores é, no mínimo, apressada, sendo utilizada muito mais como espécie de marcador de posição e diferença intelectual e que não pode ser tomada ao pé da letra. O próprio Foucault, diversas vezes depois, vai afirmar sua proximidade à crítica realizada pela Escola de Frankfurt. Conferir, por exemplo: FOUCAULT, Michel. (1982) *A tecnologia política dos indivíduos*. Em: *Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, pp. 301-318. Interessante, talvez, seria notar como as análises empreendidas por Foucault e por Marcuse, para tomar um exemplo, embora em certos pontos totalmente diversas entre si, não são, de maneira alguma, mutuamente excludentes, havendo diversos pontos possíveis de contato entre elas – mas esse não é objeto da presente dissertação.

²⁹⁹ Cf. LAGASNERIE, Geoffroy de. (2012) *A última lição de Michel Foucault*. São Paulo: Três estrelas, 2013, pp. 32-5.

³⁰⁰ Há um debate acerca da origem do termo. Ora ele é atribuído a Vilfredo Pareto (1848-1923), ora a John Stuart Mill (1806-1873), ora ainda a outros autores menos conhecidos. Cf. PERSKY, Joseph. *Retrospectives: The Ethology of Homo Economicus*. *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 9, No. 2, Primavera

mo, e sim, por um lado, pela já debatida dinâmica concorrencial e, de outro, pela “forma-empresa” que será, como afirma Gordon, “[...] um estilo de conduta impregnante, difundido”. “A forma-empresa” continua Gordon, passa “por todo o tecido social como seu princípio generalizado de funcionamento”³⁰¹.

A “forma-empresa”, segundo Foucault, é nada mais do que uma consequência quase lógica dos fundamentos neoliberais: na medida em que o mercado passa a embasar e fornecer legitimidade ao Estado; que o ritmo econômico é capaz de fornecer consenso ou atrito político; que é o jogo concorrencial da desigualdade que guia as políticas sociais do Estado; em suma, na medida em que há uma simbiose entre governo, sociedade e mercado, uma decorrência imediata é a de que forma-se um padrão de sociabilidade e de formação subjetiva que se coloca como modelo para os indivíduos, isto é, justamente a forma-empresa. Como mostra McNay, “um dos aspectos mais interessantes da discussão de Foucault sobre o ordo e o Neoliberalismo é que a generalização da forma empresa é concebida de maneira tão exaustiva que não era confinada a instituições sociais, mas pretendia incluir o próprio ser individual”³⁰². Seguindo tal modelo, todos passam a portar-se como empresas guiadas pelo raciocínio mercadológico das perdas, lucros e investimentos; todos passam a concorrer entre si até mesmo fora do local de trabalho ou de questões relativas às carreiras de cada um; todos passam a conferir crescente atenção às ideias de inovação, empreendedorismo e *marketing* pessoal, entre outros termos próprios ao mundo corporativo; as instituições estatais e públicas passam a ser guiadas por objetivos e métodos outrora confinados ao mundo dos negócios; em suma: tudo passa a tomar a forma da empresa capitalista neoliberal. Veremos à frente, com o exemplo do Neoliberalismo americano, como essa forma-empresa se aprofunda e multiplica ainda mais como medida de análise e como unidade de agência no capitalismo neoliberal, mas convém enfatizar que há uma disseminação e difusão de um modelo que nasce na e é próprio à

de 1995, pp. 221-231. Leda Paulani afirma que o conceito é de Mill, embora o termo em si não tenha sido cunhado por ele. Cf. PAULANI, Leda Maria. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 45 e seguintes.

³⁰¹ GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 42. Tradução minha.

³⁰² MCNAY, Lois. Self as Enterprise: Dilemmas of Control and Resistance in Foucault's The Birth of Biopolitics. Em: *Theory, Culture & Society*, 26 (6), 2009, pp. 60-1. Tradução minha.

empresa, mas que extravasa seu âmbito restrito a passa a ser próprio ao comportamento de todo e qualquer indivíduo inserido em tal sociedade³⁰³.

Notamos, assim, como na *Gesellschaftspolitik* ordoliberal, está em jogo, igualmente, para utilizar os termos de Rüstow, uma *Vitalpolitik*³⁰⁴, isto é, uma política da vida. E esta vida tem, para os neoliberais, uma forma precisa, a supracitada forma-empresa. No Neoliberalismo, mostra Foucault,

Na verdade, não se trata, como vocês veem, de constituir uma trama social em que o indivíduo estaria em contato direto com a natureza, mas de constituir uma trama social na qual as unidades de base teriam precisamente a forma da empresa [...]. É essa multiplicação da forma “empresa” no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa, o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade.³⁰⁵

Podemos agora de fato entender por que Foucault havia dito que “só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado Liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica”³⁰⁶. Afinal, já no Liberalismo clássico, mas principalmente no Neoliberalismo, a vida é investida politicamente e incluída no cálculo da racionalidade governamental como variável a ser controlada, gerida, administrada, seja no polo individual, seja no polo populacional. De acordo com o filósofo,

Tratava-se portanto de testar essa noção de governamentalidade e tratava-se, em segundo lugar, de ver como essa grade da governamentalidade [...] também pode valer quando se trata de abordar fenômenos de outra escala,

³⁰³ Para uma discussão aprofundada sobre o tema da “forma-empresa”, cf.: MCNAY, Lois. Self as Enterprise: Dilemmas of Control and Resistance in Foucault’s The Birth of Biopolitics. Em: *Theory, Culture & Society*, 26 (6), 2009, pp. 55–77. PETERS, Michael. Education, Enterprise Culture and the Entrepreneurial Self: A Foucauldian Perspective. Em: *Journal of Educational Enquiry*, Vol. 2, No. 2, 2001, pp. 58-71. López-Ruiz, Osvaldo. “Ethos empresarial: el ‘capital humano’ como valor social”. Em: *Estudios Sociológicos*, vol. XXV, n. 74, maio-agosto 2007, pp. 399-425.

³⁰⁴ Cf. nota 62, aula de 14 de fevereiro de 1979. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 218.

³⁰⁵ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 203.

³⁰⁶ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 30.

como por exemplo uma política econômica, como a gestão de todo um corpo social, etc.³⁰⁷

Veremos à frente como os neoliberais estadunidenses levaram tal raciocínio a um nível ainda mais profundo.

Como não poderia deixar de ser, Foucault analisa o ordoliberalismo ainda segundo outro aspecto: o Direito. Afinal, o filósofo de Poitiers sempre se mostrou interessado nas relações recíprocas que se estabelecem entre campos de saber e de poder correlatos, especialmente quanto ao Direito. Em *Nascimento da Biopolítica*, lemos que, retomando os anais do supracitado Colóquio Walter Lippmann, é possível afirmar que o ordoliberalismo introduz importantes inovações na esfera legal, justamente adaptações ao modelo empresarial e concorrencial da política de sociedade neoliberal, e suas mutações em relação ao Liberalismo do século XVIII.

A primeira dessas inovações diz respeito à proposição, já discutida acima, de que, segundo Foucault, para os neoliberais alemães, a existência do mercado e da concorrência não são em si naturais, devendo ser, portanto, artificialmente criadas. E criadas legalmente pelo Estado. De saída, comenta Foucault, já podemos notar que a relação entre direito e economia não é sobredeterminada pelo segundo termo, mas quase o inverso: “o jurídico informa o econômico, econômico esse que não seria o que é sem o jurídico”³⁰⁸. Nesse sentido, temos uma ordem econômico-jurídica, de interpenetração mútua entre essas esferas³⁰⁹:

O que é o sistema? Pois bem, é um conjunto complexo que compreende processos econômicos cuja análise propriamente econômica decorre, de fato, de uma teoria pura e de uma formalização que pode ser, por exemplo, a formalização dos mecanismos de concorrência, mas esses processos econômicos só existem realmente na história na medida em que uma moldura institucional e regras positivas lhe proporcionaram suas condições de possibilidade.³¹⁰

Foucault, embora nunca tenha declarado explicitamente seguir determinadas orientações ou precauções metodológicas de cunho weberiano, parece, nesse ponto, como em alguns outros, estar seguindo Weber em sua teoria de multicausalidade entre

³⁰⁷ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 258.

³⁰⁸ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 225.

³⁰⁹ Foucault, nesse ponto, abre um parêntese, afirmando que os ordoliberais se situam muito mais próximos de uma metodologia e teoria weberianas ao nível das “relações de produção” do que de certo marxismo economicista e mecanicista, que insistia na primazia das forças de produção.

³¹⁰ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 226.

as esferas, por exemplo como lemos em *A Ética protestante e o “ espírito” do capitalismo*³¹¹, obra na qual o sociólogo alemão busca, entre outros objetivos, refutar algumas interpretações marxistas mecanicistas de sobredeterminação econômica na formação e gênese do capitalismo (a questão da acumulação primitiva de capitais), apontando, para tal, outra explicação possível, que seria a das inúmeras afinidades eletivas existentes entre o espírito ascético de cunho protestante, e o nascimento do capitalismo enquanto modo de produção. Vejamos como Foucault busca tematizar essa questão da relação complexa entre quadro jurídico-institucional e economia, e que muitas vezes se parece, por exemplo, com os conceitos weberianos de “individualidade histórica” ou de “afinidades eletivas”:

É necessário considerar que, historicamente, está se lidando com uma figura, uma figura singular, em que os processos econômicos e a moldura institucional se chamaram mutuamente, se apoiaram mutuamente, se modificaram mutuamente, se modelaram numa reciprocidade incessante. Afinal, o capitalismo não foi um processo vindo de baixo que subverteu, por exemplo, o direito de primogenitura. Na verdade, só se pode compreender a figura histórica do capitalismo levando-se em conta o papel efetivamente desempenhado, por exemplo, pelo direito de primogenitura em sua formação e em sua gênese.³¹²

Na verdade, até pensar em algo, da perspectiva foucaultiana, tão abstrato quanto “o capitalismo”, seria, já de antemão, um procedimento a ser evitado, uma vez que se trataria de um universal postulado *a priori*. Os ordoliberais, mostra Foucault, viram-se

³¹¹ WEBER, Max. (1920) *A Ética Protestante e o “ espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

³¹² FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 226-7. Embora não seja o foco desta pesquisa, é importante observar que diversas pesquisas têm aproximado Weber e Foucault quanto a muitos pontos de convergência de suas pesquisas e análises (Cf., por exemplo: O’NEILL, John. *The Disciplinary Society: From Weber to Foucault*. Em: *The British Journal of Sociology*, Vol. 37, No. 1 (Março 1986), pp. 42-60; OWEN, David. *Maturity and Modernity: Nietzsche, Weber, Foucault and the Ambivalence of Reason*. Londres: Routledge, 1994; SZAKOLCZAI, Arpad. *Max Weber and Michel Foucault: Parallel Life-Works*. Londres: Routledge, 1998; FONSECA, Márcio Alves da. *Max Weber, Michel Foucault e a história*. Em: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, pp. 239-252). Reconheço como legítima e interessante grande parte dessas aproximações. Uma, no entanto, me parece descabida e deve ser desde já assinalada. Foucault jamais, ao que me parece, afirmaria, assim como Weber explicitamente o faz em *Ciência e Política: Duas Vocações* (WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo, Editora Cultrix, 2004), que a Ciência e a Política são duas áreas, se não antagônicas, ao menos radicalmente distintas e animadas por espíritos e ethos completamente apartados – as famigeradas éticas, de um lado, da convicção, de outro, da responsabilidade. Salvo engano, Foucault, ao longo de grande parte de sua obra, para não dizer sua totalidade, se esforçou para mostrar, ao contrário, os inúmeros pontos de contato, de afinidade e de interpenetração entre determinados campos de saber e de poder correlatos e reciprocamente determinados. É possível, é claro, afirmar que Weber estaria trabalhando com tipos ideais de Ciência e de Política, e que, na individualidade histórica, estes tipos teriam suas fronteiras borradas. Não obstante, mesmo se insistirmos nesse aspecto da metodologia weberiana, creio que, ainda assim, Foucault discordaria de tal proposição, afirmando, por exemplo, que a formação de domínios do saber deveria ser estudada a partir de relações de força e de relações políticas na sociedade e não partindo de modelos ideais do que é a Ciência (com letras maiúscula).

às voltas com esse mesmo problema, afinal, tinham de provar, como vimos acima, que as irracionalidades que resultaram no nazismo, no fascismo ou até no Estado de Bem-estar não eram próprias do sistema capitalista em si, mas de determinadas conjunções, de determinadas formas capitalistas historicamente determinadas e localizadas. Daí o porquê, afirma Foucault, de tanta atenção de economistas como Leon Walras, Alfred Marshall ou Johann Wicksell³¹³ voltada para os problemas da concorrência e do direito – tratava-se de testar (e provar) que era possível existir uma forma determinada de capitalismo não contraditória, que não levasse necessariamente a irracionalidades, que não seria immanentemente bárbara. Em suma, como afirma Foucault, era necessário “[...] inventar um novo capitalismo”³¹⁴.

E esse novo capitalismo, continua o filósofo, deveria unir o mínimo de intervencionismo econômico com o máximo de intervencionismo jurídico, para formar a moldura necessária para o funcionamento dos mecanismos do mercado. Os ordoliberalis buscam, então, na tradição alemã do *Rechtstaat* e inglesa da *Rule of Law* a teoria do direito que poderia fornecer saídas para suas proposições.

Foucault mostra como essa teoria do Estado de Direito remonta ao século XVIII e XIX e realizava uma contraposição em dois *fronts*: de um lado, opunha-se ao despotismo soberano, propondo que qualquer ato do Estado deve estar prescrito na e atender à forma da lei; de outro, opunha-se ao Estado de polícia, ao estabelecer uma descontinuidade entre as disposições legais (que ficariam confinadas ao espaço do soberano) e as medidas administrativas (legadas à atuação restrita da polícia). Esse foi o recurso para se afastar do Estado hitlerista, mas também do trabalhismo inglês e dos planos rooseveltianos estadunidenses. Desse modo, essa teoria poderia fornecer conveniente saída para o problema da relação entre lei, Estado e economia, uma vez que sua emergência está ligada às restrições

³¹³ Marie-Esprit Leon Walras (1834-1910) nasceu na Normandia e foi detentor da cátedra de Economia Política da Universidade de Lausanne (na Suíça) de 1870 a 1892. Walras foi responsável por assentar a economia no desejo de maximização da utilidade e por demonstrar matematicamente a situação de equilíbrio geral entre oferta e demanda. É tido como um dos principais representantes da Escola Marginalista. Alfred Marshall (1842-1924) foi um economista e matemático inglês que lecionou economia em Cambridge e cuja principal obra é *Princípios de Economia*, de 1890. É considerado um dos fundadores da Microeconomia e da Escola Neoclássica. Johan Gustaf Knut Wicksell (1851-1926) foi um economista sueco que desenvolveu as teorias marginalistas e walrasianas. Cf. notas 12, 13 e 14 da aula de 21 de fevereiro de 1979. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 249-250; OLIVEIRA, Roberson Campos de; GENNARI, Adilson Marques. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Saraiva, 2009.

³¹⁴ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 230.

do poder soberano e disciplinar, deixando espaço para, na sua leitura neoliberal, ser aliada da livre atuação da economia.

Mas como, exatamente funciona esse acoplamento entre Neoliberalismo e Estado de direito? Foucault afirma:

Ora, o que quer dizer aplicar o princípio do Estado de direito na ordem econômica? Creio que quer dizer, grosso modo, que não poderá haver intervenções legais do Estado na ordem econômica a não ser que essas intervenções legais adquiram a forma, e adquiram somente a forma, da introdução de princípios formais.³¹⁵

Princípios formais, no limite, querem dizer o contrário da planificação. Se nesta o Estado aparece como o grande tomador de decisões econômicas que pode controlar a maioria dos processos econômicos e que, por conseguinte, deve ter plena consciência desses processos em curso (nas palavras de Foucault, “o sujeito universal de saber na ordem da economia”³¹⁶), no Neoliberalismo, o Estado não poderá fornecer fins determinados aos processos econômicos (como aumento da renda de certa classe, diminuição da desigualdade social ou aumento do consumo de certo bem, por exemplo), mas apenas fornecer limites formais a decisões que devem permanecer no nível individual. Ou seja, trata-se de eliminar a possibilidade de existência desse sujeito estatal economicamente onisciente. Afinal, mostra Foucault, de acordo com os neoliberais, seria impossível conhecer a totalidade dos processos econômicos que perpassam cada indivíduo e a população como um todo. Assim, “a economia é um jogo e a instituição jurídica que emoldura a economia deve ser pensada como regra de jogo”³¹⁷. A economia neoliberal corta, assim, a cabeça do rei econômico.

Juntando duas das pontas centrais que vimos acerca do Neoliberalismo até aqui, a saber, a de que as unidades do jogo econômico são empresas – empresas aqui entendidas não apenas como companhias produtoras de determinado produto, mas, conforme vimos acima, como determinada maneira de se portar, ser e agir e como modelo de vida formado a partir do campo econômico –, e não indivíduos, e a de que a lei não tem por função senão prescrever regras formais flexíveis para o andamento do jogo, afirma Foucault que o poder judiciário apresenta novo papel na governamentalidade neoliberal. Esse papel é justamente o de arbitrar os diversos tipos de atritos que surgem entre as

³¹⁵ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 236.

³¹⁶ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 237.

³¹⁷ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 238.

unidades do jogo, isto é, entre as empresas – que incluem, em seu bojo, os conflitos entre indivíduos-empresa.

Vimos como, para os ordoliberais, é por meio de uma política de sociedade que podemos impedir que surjam, no capitalismo neoliberal, tendências e processos que se choquem com a lógica concorrencial de funcionamento de mercado. Em outras palavras, é administrando a sociedade, dispondo politicamente da vida individual e populacional que se poderá evitar fenômenos de centralização, planificação e intervenção, em suma, fenômenos como o nazismo, como o comunismo soviético, como o fascismo, como o *Welfare State*, que, de uma maneira ou de outra, acabariam por suprimir liberdade fundamentais. Para manter o jogo econômico em que os sujeitos dos processos são empresas, em que o Estado fornece a moldura legal e institucional formal para o bom andamento do jogo, e em que a economia fornece a própria base de fundação e legitimidade do Estado, mostra-se necessário, de acordo com os neoliberais alemães, administrar a sociedade. O “*omnes*” próprio do biopoder entrelaça-se aqui com o Neoliberalismo alemão. A forma empresa fornece o padrão para a conduta de cada indivíduo: “*singulativim*”.

O ANARCOCAPITALISMO, OU “VOCÊ S/A”

Conforme afirmei acima, Foucault identifica vários pontos de contato que aproximam essas duas experiências neoliberais, europeia e americana, e que as unem principalmente em torno de um inimigo comum. O momento estadunidense, assim como o alemão, é o do pós-segunda Guerra e trata-se, para os neoliberais, de introduzir as medidas teóricas e práticas para promover uma transformação no cálculo governamental em atividade então, em suma, o New Deal, a política econômica e social keynesiana, os planos de guerra, o intervencionismo estatal, em suma, o Estado de Bem-estar. No entanto, como veremos à frente, existem também, aponta o filósofo, importantes diferenças entre as duas experiências.

Começando novamente pelas pessoas e instituições envolvidas no Neoliberalismo do lado americano do Atlântico, Foucault destaca Henry Calvert Simons (1899-1946) como uma espécie de pai fundador da arte neoliberal de governar estadunidense. Simons foi um importante economista, pioneiro da Escola de Chicago e autor de diversos artigos e livros que influenciaram economistas como Milton Friedman, além de fornecerem a base para diversas políticas econômicas adotadas nos Estados Unidos desde o fim do New Deal. Em plena época da Grande Depressão, ele escreveu um de seus artigos mais conhecidos, intitulado “Um programa positivo para o *laissez-faire*”, no qual defendia a

livre ação da empresa privada no âmbito econômico como melhor medida para a política monetária.

Hayek, apesar de austríaco, é outro importante personagem que contribuiu para a formação do discurso neoliberal na América. Antes de voltar de seu exílio para a Alemanha, Hayek viajou e ensinou economia justamente na Inglaterra (em Londres) e nos Estados Unidos, como afirmado anteriormente, justamente na Universidade de Chicago. Com sua atuação profissional, pôde contribuir com o estabelecimento da teoria neoliberal como hegemônica no campo das ciências econômicas, tendo participado de ambos os momentos de emergência da experiência neoliberal mundial.

Outro importante membro dessa Escola foi Jacob Mincer (1922-2006), um economista polonês que, como muitos outros à época, emigrou para os EUA e lecionou também na Universidade de Chicago, embora seu local principal de trabalho tenha sido a Universidade de Columbia, cuja sede se encontra na cidade de Nova Iorque. É de sua autoria a expressão “capital humano” que, como veremos à frente, é um dos pontos centrais de todo o discurso neoliberal estadunidense. Embora nunca tenha ganhado um Prêmio Nobel, foi nomeado para tal condecoração diversas vezes, e é, além disso, considerado um dos pais da moderna teoria econômica do trabalho³¹⁸.

Theodore Schultz (1902-1980) foi outro economista de destaque que lecionou em Chicago por quase três décadas até 1974, também um dos criadores da teoria do capital humano, presidente da Associação Americana de Economia em 1960 e ganhador do Prêmio Nobel de 1979, por sua contribuição na área do papel da Agricultura na Economia, mas principalmente por analisar as relações existentes entre, de um lado, a educação da população e os recursos humanos e, de outro, o desempenho econômico nacional. Para ele, muito mais do que a mera quantidade de capital fixo disponível em um país, o que faria de fato sua economia se desenvolver seria a quantidade de investimentos em recursos e capital humano³¹⁹.

Foucault sublinha ainda a importância de Gary Becker, nascido em 1930 e vivo até hoje, como outro membro do seleto grupo de ganhadores de Prêmios Nobel, o que em si demonstra a força e a vitalidade do discurso neoliberal ao redor do mundo. Seu prêmio foi recebido em 1992 por suas pesquisas na área de microeconomia e de comportamento humano. Além de ser detentor do título de Prêmio Nobel, lecionou em Columbia e em Chicago e ocupou vagas administrativas na Universidade de Stanford. Não somente contribuiu com a teoria do capital humano, como também ficou conhecido por espaiar

³¹⁸ Cf. <<http://www.columbia.edu/cu/news/06/09/mincer.html>>; WELCH, Finis. “Mincer, Jacob (1922–2006).” Em: DURLAUF, Steven; BLUME, Lawrence. *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Palgrave Macmillan, 2008. Disponível em: <http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008_M000414> doi:10.1057/9780230226203.1101>.

³¹⁹ OLIVEIRA, Roberson Campos de; GENNARI, Adilson Marques. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Saraiva, 2009, pp. 263-4.

a análise econômica para campos não considerados tradicionalmente econômicos, como a vida familiar, o preconceito racial, a punição legal, a imigração, entre outros³²⁰.

Como podemos notar, o ponto que une a enorme maioria desses personagens é a Universidade de Chicago, mais precisamente, aquilo que conhecemos hoje como a “Escola de Chicago de Economia”, embora seus membros se encontrem não só no Departamento de Economia, mas também de Direito, de Administração, entre outros. A Escola de Chicago foi importante fortaleza do golpe neoliberal nos Estados Unidos, abrigando diversos estudos orientados teoricamente por tal viés, cuja gama de assuntos abrange desde análises propriamente econômicas, até áreas mais distantes, como a Sociologia, o Direito ou a Psicologia, por exemplo.

Entre seus membros mais notórios está o já citado economista nova-iorquino Milton Friedman (1912-2006). Ganhador do Premio Nobel de Economia em 1976, conselheiro de três presidentes americanos (Richard Nixon, Gerald Ford e Ronald Reagan) – além do ditador chileno Augusto Pinochet –, suas ideias monetaristas, defensoras da liberdade econômica, influenciaram e embasaram inúmeras políticas econômicas e sociais desde então, não apenas nos EUA, como também na América Latina, na Europa, na Ásia, e no mundo neoliberal como um todo. O título de sua principal obra, *Capitalismo e liberdade*, de 1962, já explicita o viés de sua teoria³²¹.

Segundo Foucault, o Liberalismo nos EUA tem um estatuto muito especial, que o torna distinto de seu correlato europeu. Enquanto na Europa o que permeou a maioria do século XIX, chegando até o século XX, foram questões relativas à Nação, ao Estado e sua Razão ou ao Estado de direito, nos EUA, ao contrário, desde a escravidão, passando pela Guerra de Secessão, pela questão da relação dos estados com o governo federal, do protecionismo econômico, do episódio conhecido como *Boston Tea Party*, entre diversos outros aspectos, o debate sempre girou em torno do Liberalismo.

Isso não é fato menor, afirma Foucault, uma vez que, nos Estados Unidos, qualquer tipo de intervenção estatal sempre foi vista como algo estranho, como algo tipicamente, se não anti, ao menos não americano; algo que contradiz os princípios básicos da formação do país, de sua tradição e de seus cidadãos. Não é um fato de difícil explicação, nesse sentido, que o Estado de Bem-estar tenha sofrido críticas não só à direita, como também à esquerda nos Estados Unidos, ao contrário da Europa. É a “fobia do

³²⁰ Cf. <http://home.uchicago.edu/~gbecker/biography/biography_2.html>; MULLIGAN, C. B. “Becker, Gary S. (born 1930)”. Em: DURLAUF, Steven; BLUME, Lawrence. *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Palgrave Macmillan, 2008. Disponível em: <http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008_B000301> doi:10.1057/9780230226203.0114>.

³²¹ Cf. OLIVEIRA, Roberson Campos de; GENNARI, Adilson Marques. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Saraiva, 2009, pp. 326-330.

Estado”³²², de raízes liberais, que sempre esteve em jogo nesse país. Assim, não fortuitamente Foucault afirma que,

[...] o Liberalismo americano não é – como é na França destes dias, como ainda era na Alemanha no imediato pós-guerra – simplesmente uma opção econômica e política formada e formulada pelos governantes ou no meio governamental. O Liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar.³²³

Aqui devemos atentar para as palavras utilizadas por Foucault. Pois “maneira de ser e de pensar” não são termos ocasionais na obra do autor e nos remetem imediatamente a um dos problemas centrais de toda sua produção genealógica, para não dizer sua obra como um todo: a constituição do sujeito, a formação daquilo que somos, as relações de saber e poder que criam um tipo específico de indivíduo. Nesse sentido, é possível afirmar que Foucault está aqui perscrutando a formação do sujeito neoliberal.

Barry, Osborne e Rose, justamente em razão disso, falam em dois elementos centrais do Neoliberalismo para Foucault: *techné* e *ethos*³²⁴. Em outras palavras, existem técnicas e mecanismos políticos, econômicos e sociais próprios da arte neoliberal de governo, que, por sua vez, formam e dão vida a um sujeito neoliberal, com seu ethos próprio.

Em outras palavras, se de *Vigiar e punir* extraímos a constituição do delinquente, se em *História da Loucura* lemos a formação do louco, assim como n’A História da exualidade I entendemos o nascimento do sujeito da sexualidade, aqui também entendemos a constituição de um sujeito muito específico – o *Homo oeconomicus* neoliberal. Não nos enganemos: Foucault está tratando aqui da formação de uma subjetividade neoliberal. É nesse sentido que autores como Pierre Dardot e Christian Laval podem fazer afirmações do tipo: “aquilo que está em jogo não é mais e nem menos que a *forma de nossa existência*”³²⁵.

É importante ressaltar que o que Foucault está analisando aqui é a constituição discursiva de um sujeito novo. “Discurso” aqui, como salientado acima, não é palavra fortuita, mas sim carregada de conteúdo conceitual. Isto é, Foucault está partindo da teoria dos neoliberais, não por mero exercício de exegese teórica ou de erudição intelectual, mas sim porque essas teorias, por meio de inúmeras vias e

³²² Cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 103-106.

³²³ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 301. Grifos meus.

³²⁴ Cf. BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas. Introduction. Em: *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 10.

³²⁵ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde – Essai sur le société néolibérale*. Paris: La Découverte/Poche, 2009, p. 5. Grifos no original. Tradução minha.

mecanismos, “deram vida” a algo que não existia e que passa a ter efeitos e constituição reais. Como afirmou o próprio filósofo,

Trata-se de demonstrar por que interferências toda uma série de práticas – a partir do momento em que são coordenadas a um regime de verdade –, por que interferências essa série de práticas pôde fazer que o que não existe [...] se tornasse porém uma coisa [...]. Não é uma ilusão, já que foi precisamente um conjunto de práticas, e de práticas reais, que estabeleceu isso e, por isso, o marca imperiosamente no real.³²⁶

Isto é, através de determinados caminhos e instrumentos – que são, é importante observar, históricos, abertos, fruto de disputa e embate políticos –, é como se o *Homo oeconomicus* neoliberal não estivesse apenas nas páginas dos livros de seus teóricos, mas de fato atuasse no mundo. A teoria neoliberal deixa de ser, assim, “mera” teoria e, como mostrei acima, não por outro motivo é analisada por Foucault. “Para resumir”, afirma Lemke,

a força conceitual do conceito de governamentalidade consiste no fato de que ela explica o Neoliberalismo não apenas como uma ideologia retórica, como uma realidade político-econômica ou como um anti-humanismo prático, mas acima de tudo como um projeto político que almeja criar uma realidade social que ele sugere já existir³²⁷

Para diferenciar o Neoliberalismo americano e demonstrar como ele leva o raciocínio de multiplicação da forma empresa por todo o tecido social a outro patamar, Foucault tece alguns comentários a respeito da *Gesellschaftspolitik* e da *Vitalpolitik* ordoliberais que são decorrências de sua análise do Neoliberalismo alemão. Segundo essa releitura de Foucault, embora os ordoliberais buscassem de fato administrar a sociedade tendo em vista a proteção, manutenção e multiplicação dos mecanismos do mercado, eles ainda estariam preocupados, por outro lado, com os efeitos desintegradores e alienantes que isso poderia causar na vida individual, familiar e social. Daí justamente porque eles propoariam uma política social que poderia “remediar” a mínima parte desses efeitos, isto é, a ideia explicada anteriormente de que há um limite mínimo a se preservar para que todos possam ao menos jogar o jogo concorrencial. O Neoliberalismo americano, por sua vez, apresentaria uma “radicalidade bem mais rigorosa ou bem mais complexa e exaustiva. No Neoliberalismo americano, trata-se de fato e sempre de

³²⁶ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 26-7.

³²⁷ LEMKE, Thomas. Foucault, Governmentality, and Critique. Em: *Rethinking Marxism*, 2002, Vol. 14, No. 3, p. 62. Tradução minha.

generalizar a forma econômica do mercado”³²⁸. Assim, enquanto o ordoliberalismo consideraria que a ordem do mercado é

[...] tão frágil que precisa ser sustentada, arranjada, “ordenada” por uma política interna e vigilante de intervenções sociais (que implicam auxílios aos desempregados, cobertura das necessidades de saúde, polícia habitacional, etc.), esse Neoliberalismo americano procura, em vez disso, ampliar a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a campos não exclusivamente ou não primordialmente econômicos.³²⁹

Ou, nos termos de Lemke, “enquanto os ordoliberais na Alemanha ocidental buscavam a ideia de governar a sociedade em nome da economia, os neoliberais estadunidenses tentavam redefinir a esfera social como uma forma do domínio econômico”³³⁰. Eis porque, não fortuitamente, Foucault cunha o termo “anarcocapitalismo” para se referir à experiência neoliberal estadunidense. Não deve haver limite possível capaz de impedir o raciocínio e o cálculo econômico do mercado de atingir e de informar qualquer esfera da vida social, estatal, populacional ou individual. Como afirma Burchell,

O governo deve trabalhar para o jogo da competição do mercado e como uma espécie de empresa em si, e novos modelos de ação ou sistemas práticos quasi-empresariais e mercadológicos devem ser inventados para a conduta dos indivíduos, grupos e instituições dentro das áreas até então vistas como exteriores ou até antagônicas ao econômico.³³¹

Foucault parte de dois temas centrais do Neoliberalismo estadunidense para provar seu ponto. O primeiro deles é a teoria do “capital humano”, que no seu próprio nome já escancara o nascimento do sujeito neoliberal. Segundo o filósofo, partindo de uma crítica generalizada à teoria econômica clássica (de Adam Smith até David Ricardo), os neoliberais estadunidenses chamam a atenção para um fator essencial que teria sido, segundo eles, desde sempre, “escamoteado” na teoria econômica: o homem. Enquanto as análises clássicas se focaram muito mais em elementos como fatores de produção, capital fixo, componentes agrícolas, renda da terra, elas deixaram de lado o aspecto humano da economia. Assim, o comportamento humano, muito mais do que capital, matéria-prima

³²⁸ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 333.

³²⁹ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 438-9.

³³⁰ LEMKE, Thomas. ‘The birth of bio-politics’: Michel Foucault’s lecture at the *Collège de France* on neo-liberal governmentality. Em: *Economy and Society*, Volume 30, N. 2, January 2001, p. 197. Tradução minha.

³³¹ BURCHELL, Graham. Liberal government and techniques of the self. Em: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas. Introduction. Em: *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 27. Tradução minha.

ou taxas de inversão, é que se tornará, segundo o filósofo francês, o centro da análise econômica – não é fortuito, como podemos depreender aqui, que as análises desses economistas se proponham, então, a ir além da esfera restrita da economia para abranger campos da Psicologia e da Sociologia, por exemplo. Nas palavras de Foucault:

Vocês veem que essa definição de economia lhe propõe como tarefa, não a análise de um mecanismo relacional entre coisas ou processos [...]; ela lhe dá por tarefa a análise de um comportamento humano e da racionalidade interna desse comportamento humano. O que a análise deve tentar esclarecer é qual cálculo, que aliás pode ser despropositado, pode ser cego, que pode ser insuficiente, mas qual cálculo fez que, dados certos recursos raros, um indivíduo ou indivíduos tenham decidido atribuí-los a este fim e não àquele.³³²

O golpe teórico mais uma vez proferido pelos neoliberais, não só americanos, mas também alemães (como prova o próprio título da obra de Von Mises “*Human action*”³³³), para conseguir estender o raciocínio próprio do mercado e da economia para todas essas áreas não imediatamente econômicas, foi, assevera o filósofo francês, identificar, superpor, igualar o comportamento econômico a qualquer comportamento racional – o qual, diga-se de passagem, é idêntico à definição de ação racional weberiana:

Age de maneira racional referente a fins quem orienta sua ação de acordo com fins, meios e consequências secundárias, ponderando racionalmente tanto os meios em relação aos fins, quanto os fins em relação às consequências secundárias, como finalmente também os diferentes fins possíveis entre si: isto é, quem não age nem de modo afetivo (e particularmente não-emocional) nem de modo tradicional.³³⁴

Está completa a formação da subjetividade neoliberal: ser um sujeito econômico é tão somente ser um sujeito racional, que escolhe os melhores meios para atingir determinado fim.

Há inclusive aqueles, como Gary Becker, que chegam a afirmar que a análise econômica possui um escopo tão amplo – virtualmente ilimitado – que poderia ser aplicada até mesmo às escolhas irracionais, uma vez que, respondendo aos estímulos de seu ambiente, não seriam completamente aleatórias. Dilts mostra que, em um artigo de 1962,

³³² FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 306-7.

³³³ Cf. a nota 11 da aula de 31 de janeiro de 1979. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 130-1.

³³⁴ Cf. WEBER, Max. (1921) *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie*. Tübingen: Mohr-Siebeck, 2002, p. 13. Tradução minha.

“Becker insiste que a análise econômica não requer uma ‘racionalidade de fato’, e é perfeitamente consistente com uma ampla gama de comportamentos irracionais”³³⁵.

“A economia torna-se, assim, uma ‘abordagem’ capaz, em princípio, de lidar com a totalidade do comportamento humano, e, conseqüentemente, de visar um método coerente e puramente econômico de programar a totalidade da ação governamental”³³⁶, afirma Gordon. Se analisarmos com cautela a possível carga romântica e moralizante da afirmação de Dilts, ela não deixa de conter um momento de verdade:

Os analistas neoliberais olham para o mundo e não veem firmas, produtores, famílias, consumidores, pais, mães, criminosos, imigrantes, nativos, adultos, crianças ou qualquer outra categoria “fixa” da subjetividade humana. Eles veem capital humano heterogêneo, distinto em seus atributos específicos, habilidades, aptidões naturais, capacidades. Eles veem empresários de si. Eles veem *homini oeconomici*, agentes reativos à realidade de custos e lucros ligada às atividades, cada um dos quais é produtor de satisfação. Eles veem os indivíduos eminentemente governáveis.³³⁷

Assim, o *Homo oeconomicus* neoliberal é simplesmente aquele que responde de modo racional – e, logo, até certo ponto³³⁸, previsível – a determinados estímulos – a semelhança com as técnicas e teorias comportamentais e behavioristas, como a de Burrhus Skinner³³⁹, por exemplo, não é aleatória, afirma Foucault, uma vez que, entre elas, uma série de paralelos podem ser traçados: o sujeito neoliberal seria aquele que, respondendo a estímulos de seu ambiente, altera seu comportamento e seus objetivos, embora mantenha sempre o mesmo cálculo entre meios e fins.

Aí notamos uma distinção fundamental em relação ao agente econômico do século XVIII, o agente econômico do Liberalismo clássico. Este, afirma o filósofo, era alguém cuja ação, em nome de seu próprio interesse, conjugada invisivelmente com a ação dos outros, que também buscavam seu interesse próprio, cabia deixar intocada, o mais

³³⁵ DILTS, Andrew. From ‘Entrepreneur of the Self’ to ‘Care of the Self’: Neo-liberal Governmentality and Foucault’s Ethics. Em: *Foucault Studies*, No. 12, October 2011, p. 138. Tradução minha.

³³⁶ GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 43. Tradução minha.

³³⁷ DILTS, Andrew. From ‘Entrepreneur of the Self’ to ‘Care of the Self’: Neo-liberal Governmentality and Foucault’s Ethics. Em: *Foucault Studies*, No. 12, October 2011, p. 138. Tradução minha.

³³⁸ Até certo ponto, pois, como afirmamos acima e como nos ensina Weber, o cálculo pode sempre ser equivocado e resultar em um paradoxo das conseqüências. Em outras palavras, embora o sujeito neoliberal funcione segundo um padrão de conduta, um de seus mais importantes atributos constitutivos é a relativa liberdade de ação individual.

³³⁹ Cf. nota 8 da aula de 28/03/1979. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 390-1.

livre possível – em suma, *laissez-faire*. Já o sujeito neoliberal é aquele que é “[...] eminentemente governável”³⁴⁰. Como sublinha Lemke,

enquanto na concepção liberal o *Homo oeconomicus* forma um limite externo e o núcleo inviolável da ação do governo, no pensamento neoliberal da Escola de Chicago, ele se torna um ser comportamentalmente manipulável e o correlato de uma governamentalidade que sistematicamente altera a variável ‘ambiente’ e pode esperar que os indivíduos sejam caracterizados pela ‘escolha racional’.³⁴¹

Foucault mostra que, para realizar tais transformações neoliberais, a Ciência Econômica, alicerçada na ideia de que não poderia mais esconder o fator humano em suas análises, realiza uma espécie de giro copernicano *sui generis*: não vê mais o trabalhador, unidade básica da análise econômica até então, como objeto das políticas estatais e das análises teóricas, mas como sujeito, como agente econômico, com uma racionalidade própria, com recursos próprios, com cálculos estratégicos próprios. Segundo Dilts, na Economia Política clássica, “o trabalho nunca é concebido, defendem os neoliberais, do ponto de vista do trabalhador em si, como uma *escolha* subjetiva”³⁴². Assim, por exemplo, o trabalhador deixa de ser um mero fator (entre outros) de produção, ou alguém espoliado, explorado em nome de sua mais-valia para se tornar um sujeito econômico capaz de agenciar sua renda específica, de optar entre diversos fins e meios distintos para empregar suas habilidades e dotado de um capital próprio único, a saber, justamente o capital humano. Nesse sentido, Foucault destaca que “não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo”³⁴³.

Voltamos aqui a um ponto nodal que já havia aparecido na análise de Foucault acerca do ordoliberalismo: as unidades de análise da teoria neoliberal – e, logo, da prática neoliberal –, são empresas. Assim, tendo a empresa como padrão, o sujeito que nasce com o Neoliberalismo, não poderia ser o mesmo sujeito do Liberalismo clássico, sujeito

³⁴⁰ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 369. À frente, Foucault revê, de certa maneira, tal proposição, afirmando que, na verdade, se atentarmos bem, com o empirismo inglês, ainda no século XVII e principalmente com a teoria da utilidade e do interesse propostas por David Hume, justamente no século XVIII, na noção de “sujeito de interesse” encontramos a grade de proveniência do *homo oeconomicus* neoliberal, que não é redutível ao sujeito legal, ao sujeito de direito. Cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 369 e seguintes; e a página 69 e seguintes do capítulo 2 desta dissertação.

³⁴¹ LEMKE, Thomas. ‘The birth of bio-politics’: Michel Foucault’s lecture at the *Collège de France* on neo-liberal governmentality. Em: *Economy and Society*, Volume 30, N. 2, January 2001, p. 201. Tradução minha.

³⁴² DILTS, Andrew. From ‘Entrepreneur of the Self’ to ‘Care of the Self’: Neo-liberal Governmentality and Foucault’s Ethics. Em: *Foucault Studies*, No. 12, October 2011, p. 135. Tradução minha. Grifos no original.

³⁴³ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 310.

da troca, sujeito da teoria da utilidade. “O *Homo oeconomicus* neoliberal é um empresário, e um empresário de si mesmo”³⁴⁴, afirma Foucault. Propondo um jogo de palavras com os trocadilhos econômicos tipicamente neoliberais da oferta e da demanda, Lemke mostra como

o Neoliberalismo encoraja os indivíduos a dar às suas vidas uma forma empresarial específica. Ele responde à grande ‘demanda’ por escopo individual para determinação e autonomia desejada através da ‘oferta’ aos indivíduos e coletividades da possibilidade de participar ativamente na solução de assuntos específicos, os quais, até então, haviam sido de domínio de agências estatais especificamente licenciadas [*empowered*] para lidar com tais tarefas³⁴⁵, sem se esquecer de que, o outro lado da moeda desse aumento de participação, de capacidade de escolha e de liberdade individual é a responsabilização igualmente individual: o indivíduo torna-se responsável por seu sucesso – ou fracasso.

Seguindo a trilha de análise neoliberal, Foucault afirma que, ao teorizar sobre o capital humano, esses teóricos levam em consideração justamente o lado “humano” desse capital, isto é, não escapam de suas análises os atributos e características pessoais, sejam elas inatas ou adquiridas ao longo da vida de cada um, que valorizam, encarecem ou depreciam, sucateiam esse capital. Compreendemos, assim, como essas teorias aplicam “análises econômicas a campos e a áreas que são totalmente novos”³⁴⁶, estendendo o escopo e a profundidade da aplicação neoliberal. “Nesse caso”, mostra Dilts, “atividades empresariais e investimentos tornam-se as práticas mais importantes do eu neoliberal. E literalmente não há limites para o que pode ser considerado agora como uma forma de atividade empresarial”³⁴⁷.

Os atributos inatos, afirma Foucault, relacionam-se com nosso aparelho genético e com a capacidade de possuir recursos raros já programados em nosso nascimento e, portanto, como dita a lei da oferta e da demanda, valorizados. Foucault mostra, ainda em tom de ficção científica – mas daquelas capazes de fornecer uma verdade sobre nosso mundo que, por vezes, apenas a ficção poderia alcançar –, como essa questão entra no

³⁴⁴ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 311.

³⁴⁵ LEMKE, Thomas. ‘The birth of bio-politics’: Michel Foucault’s lecture at the *Collège de France* on neo-liberal governmentality. Em: *Economy and Society*, Volume 30, N. 2, January 2001, p. 202. Tradução minha.

³⁴⁶ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 312.

³⁴⁷ DILTS, Andrew. From ‘Entrepreneur of the Self’ to ‘Care of the Self’: Neo-liberal Governmentality and Foucault’s Ethics. Em: *Foucault Studies*, No. 12, October 2011, p. 137. Tradução minha.

cálculo estratégico e econômico dos agentes racionais e maximizadores de lucros, dos empresários de si mesmo:

E, se vocês quiserem ter um filho cujo capital humano [...] seja elevado, fica claro que será necessário, da parte de vocês, todo um investimento, isto é, ter trabalhado suficientemente, ter renda suficiente, ter uma condição social que lhes permitirá tomar por cônjuge, ou por co-produtor desse futuro capital humano, alguém cujo capital também seja importante.³⁴⁸

No entanto, analisa Foucault, embora os atributos herdados e inatos sejam levados em consideração pelo Neoliberalismo estadunidense, são os atributos adquiridos ao longo da vida – como a educação, a formação profissional, os inúmeros cursos realizados, o aprendizado de línguas, os diversos diplomas ostentados, as horas gastas com o cuidado pessoal, com a higiene, com exercícios físicos, com a saúde, a dieta, os espetáculos culturais assistidos, as possibilidades de intercâmbio cultural e profissional, as migrações, até mesmo os estímulos recebidos por uma criança de seus pais – que ganham centralidade e passam a ser interpretados como investimentos de empreendimento individual de suma importância. Nas palavras do filósofo:

[...] os neoliberais observam que, na verdade, o que se deve chamar de investimento educacional, em todo caso os elementos que entram na constituição de um capital humano, são muito mais amplos, muito mais numerosos do que o simples aprendizado escolar ou que o simples aprendizado profissional. [...] Ou seja, o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano.³⁴⁹

Para provar seu ponto de como não há esfera livre desse cálculo econômico, Foucault relata um tipo de pesquisa de fato levado a cabo pelos anarcocapitalistas estadunidenses, a saber, um estudo que relaciona científica e matematicamente a relação direta entre o número de horas que uma mãe ou um pai passa com seu filho e a futura competência que esse capital humano poderá desempenhar no futuro. Não seria fortuito, assim, de acordo com o filósofo francês, que todas as políticas econômicas, sociais, culturais e educacionais se guiassem pela questão do incremento do capital humano de sua população.

Com o espraiamento ininterrupto da análise e da lógica econômicas para campos extra-econômicos, as relações propriamente mercantis se aprofundam de tal maneira que o desempenho na economia passa a ser, inclusive, voltado contra o próprio Estado, funcionando, como vimos acima com a Economia Política, como padrão de crítica da ação

³⁴⁸ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 314.

³⁴⁹ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 315.

governamental. Ou seja, trata-se de vigiar, não na forma estritamente política ou legal os abusos do poder soberano, mas de aferir na forma econômica os erros e acertos do governo neoliberal. “A forma geral do mercado”, afirma o filósofo, “se torna um instrumento, uma ferramenta de discriminação no debate com a administração. [...] O mercado [...] é uma espécie de tribunal econômico permanente em face do governo”³⁵⁰. Foucault cita o exemplo, nos EUA, de uma instituição denominada *American Enterprise Institute for Public Policy Research*, criada em 1943 e atuante até hoje, que é uma espécie de *think tank* que reúne diversos especialistas de inúmeras áreas do saber para julgar as ações governamentais, sejam elas políticas educacionais, populacionais, culturais, raciais, da saúde pública, etc. Não fortuitamente, seu lema é “Liberdade. Oportunidade. Empresa”³⁵¹. Em suma, o mercado passa a *Vigiar e Punir* o Estado.

Como não poderia deixar de ser, dado o recorrente interesse do filósofo por esse assunto, Foucault analisa esse espraiamento das análises mercantis para inúmeras outras áreas não econômicas, através do exemplo, fornecido pelos próprios neoliberais, da teoria neoliberal acerca da criminalidade, da penalidade e da justiça penal.

Foucault já havia analisado em *Vigiar e Punir* como a reforma da prisão no século XVIII era menos uma questão de humanização das penas do que de racionalização, já em termos econômicos, da punição, isto é, uma tentativa de diminuir os custos econômicos e políticos da punição com o máximo de eficiência e de resultado. A lei foi o instrumento encontrado por esses teóricos reformistas como a solução mais econômica para indexar crimes e suas respectivas penas.

No século XIX, no entanto, nasce e se desenvolve toda uma antropologia, sociologia e psicologia não do crime em si, de sua pena e seus custos econômicos, mas sim em torno do criminoso, do indivíduo que comete o crime, de sua história de vida, suas relações familiares, seus possíveis “descaminhos” psíquicos e sociais, de sorte que a questão econômica é deixada de lado por boa parte desse século. Destarte, o caminho neoliberal no século XX, de teóricos neoliberais como Gary Becker, por exemplo, será o de reinserir o crime e a punição no jogo dos cálculos econômicos, retornando, de certo modo, a autores como Cesare Beccaria ou Jeremy Bentham, negando, contudo, todas as suas análises do enquadramento da utilidade penal em uma estrutura jurídica – em outras palavras, não lei, mas lei econômica.

Da mesma maneira como havia feito na análise econômica do trabalhador, colocando-se em seu ponto de vista, o primeiro passo da teoria neoliberal do crime é situar-se do lado do criminoso para definir o que seria o crime. E, de acordo com Foucault, do

³⁵⁰ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 339.

³⁵¹ Cf. o sítio na internet do Instituto: <<http://www.aei.org/>>. Tradução minha do lema “Freedom. Opportunity. Enterprise”. Navegando pelo sítio, não é difícil encontrar artigos, hoje, no início da segunda administração de Barack Obama, criticando o suposto keynesianismo legado desde Roosevelt até seu governo. Conferir, por exemplo, o artigo de janeiro de 2013 “16 tons of keynesian economics”, cujo título é, em si, revelador: <<http://www.american.com/archive/2013/january/16-tons-of-keynesian-economics>>.

lado da pessoa infratora, embora essa definição possa parecer a princípio tautológica, crime é “toda ação que faz um indivíduo correr o risco de ser condenado a uma pena”³⁵². A primeira consequência desse giro é o de que o criminoso não mais vai ser analisado e interrogado a partir de características morais, antropológicas ou sociológicas – o criminoso é simplesmente alguém que, fazendo o cálculo do *trade-off* entre possíveis ganhos com o crime e possíveis punições a ele atreladas, decide fazer uma aposta. Segundo Lemke, “na opinião dos neoliberais, um criminoso não é uma pessoa deficiente ou um degenerado biologicamente, mas uma pessoa como outra qualquer. O criminoso é um indivíduo econômico racional que investe, espera certo lucro e arrisca ter uma perda”³⁵³. Isso é uma espécie de consequência lógica ao espraiamento do raciocínio econômico e utilitário a todas as esferas sociais: não pode haver mais um ser ou uma ação completamente irracionais.

Logo, afirma Foucault, a punição não tem de objetivar recuperar o infrator, fornecer-lhe uma segunda chance, reparar os danos causados por ele à sociedade ou qualquer outro objetivo mais “nobre”. Trata-se, segundo o filósofo, de criar uma série de medidas, chamada pelos neoliberais estadunidenses de “enforços da lei”³⁵⁴ e que envolvem, entre outros aspectos, a competência da polícia, a eficácia das acusações judiciais, a rapidez dos juízes, a qualidade da punição.

Por outro lado, a própria existência desse tipo de ação da lei é, em si, muito dispendiosa, de modo que é necessário encontrar uma equação que permita atingir um ótimo entre quantidade de crime e custo do esforço. Em outras palavras, a teoria neoliberal propõe oferecer, como contraponto à oportunidade do crime, uma demanda negativa. Nas palavras do filósofo:

Logo, uma política penal não vai ter por objetivo, ou por alvo, o que era o objetivo e o alvo de todos os reformadores do século XVIII, quando eles criavam seu sistema de legalidade universal, a saber, o desaparecimento total

³⁵² FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 344.

³⁵³ LEMKE, Thomas. ‘The birth of bio-politics’: Michel Foucault’s lecture at the *Collège de France* on neo-liberal governmentality. Em: *Economy and Society*, Volume 30, N. 2, January 2001, p. 199. Tradução minha.

³⁵⁴ A tradução aproximada do original “enforcement of law” é do próprio Foucault. Cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 348.

do crime. [...] A política penal [neoliberal] tem por princípio regulador uma simples intervenção no mercado do crime.³⁵⁵

Isto é, erradicar de uma vez por todas a própria existência de crimes na sociedade, antigo sonho da sociedade disciplinar, deixa de estar no horizonte do cálculo neoliberal. O que importa é atingir o ponto ótimo na relação entre oferta e demanda do crime:

Por conseguinte, a boa política penal não tem em vista, de forma alguma, uma extinção do crime, mas sim um equilíbrio entre curvas de oferta de crime e de demanda negativa. [...] A sociedade não tem a menor necessidade de obedecer a um sistema disciplinar exaustivo. Uma sociedade vai bem com certa taxa de ilegalidade e iria muito mal se quisesse reduzir indefinidamente essa taxa de ilegalidade.³⁵⁶

Foucault mostra como o a análise neoliberal do problema do tráfico e do consumo de drogas é paradigmática de todo seu pensamento criminal e punitivo. Até a década de 1970, segundo Foucault, as políticas de combate ao tráfico de drogas se guiavam pelo princípio de desmantelamento dos locais de refino e de distribuição, o que envolvia grandes operações investigativas e policiais, todas executadas com elevados orçamentos e a altos custos que, no fim das contas, eram incapazes de eliminar todos os pontos de produção e de venda de drogas, o que, por sua vez, colaborava para a criação de monopólios e oligopólios de grandes cartéis e notórios traficantes – sem mencionar os custos políticos dessas megaoperações.

A partir dos anos de 1970, notamos uma transformação capital nessas medidas. Partindo de um raciocínio politicamente neoliberal, o que se buscará fazer é, em primeiro lugar, uma análise e classificação do mercado da droga. Este funcionaria com dois tipos de compradores. O primeiro tipo é o iniciante, o não viciado. Trata-se de um tipo cuja demanda é elástica, isto é, um tipo para o qual baixos preços parecem atraentes para se iniciar no consumo da droga, mas para quem altos preços podem desencorajar ou até inibir o consumo. Existe, no entanto, um segundo tipo, o viciado. Sua demanda é, como podemos imaginar, inelástica – uma vez que é viciado, fará de tudo, inclusive cometer crimes e pagar preços elevadíssimos para adquirir a droga. Ora, logo, a política da lei deve fazer com que o preço de mercado da droga para o primeiro tipo, os não viciados, seja muito alto, de modo que estes optem por não consumi-la. Do outro lado,

³⁵⁵ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 349-350.

³⁵⁶ FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 350.

é necessário zelar para que o preço da droga para os viciados seja o mais baixo possível, para que estes não precisem cometer crimes para a compra e consumo dela.

Como mostra O'Malley, se o modelo de análise é aquele do indivíduo racional, maximizador de lucros e que escolhe entre fins alternativos, os tipos de ações tomadas pelo governo quanto aos criminosos deixam de ser do tipo “terapêutico”, com atenção aos problemas sociais que poderiam levar ao crime, ou de atuar por correção dos desvios individuais, como tipicamente se via, respectivamente, no *Welfare* e nas técnicas disciplinares: “se os indivíduos são feitores de escolhas racionais e responsáveis por suas ações, então intervenção terapêutica torna-se ou equivocada (uma vez que não há nada de “errado” com eles) ou uma interferência injustificável, próxima a uma lavagem cerebral”³⁵⁷.

Em outras palavras, a maneira biopolítica de encarregar-se da condução das condutas sofre uma mutação, sem deixar de organizar, de alguma maneira, as vidas individuais e populacionais. Se a sociedade disciplinar propõe a erradicação do crime, o estudo psico e antropológico da vida do criminoso e sua correção para reinserção na sociedade, a racionalidade neoliberal de governo admite que criminosos, por uma razão ou por outra, sempre irão existir e que se trataria, então, de gerir e administrar melhor tal quadro, levando em consideração o ônus e os custos de sua detenção, os perigos e prejuízos que eles representam para a sociedade, entre outros fatores. É possível afirmar, nesse sentido, que, inseridos na governamentalidade neoliberal, estaríamos igualmente inseridos em um tipo de raciocínio biopolítico, o qual, no entanto, sofre uma guinada em seus métodos, instrumentos, cálculos, mecanismos e objetivos, quando comparado ao cálculo de gestão tipicamente disciplinar.

Aqui vemos como o diagnóstico de Foucault acerca da governamentalidade neoliberal ora se aproxima e ora se afasta de sua teoria do arquipélago carcerário e da sociedade disciplinar, descritos em *Vigiar e Punir*. Fica claro, novamente, que os dois tipos de cálculo podem coexistir em uma mesma sociedade: o terapêutico, tipicamente disciplinar, e o economicamente racional, tipicamente neoliberal: “[...] na visão neoliberal de indivíduos responsáveis e racionais, as duas tecnologias [disciplinar e econômica] são sistematicamente relacionadas entre si de uma maneira mutuamente de apoio – embora as contradições inerentes a esse amálgama devam ser cuidadosamente geridas”³⁵⁸, assevera O'Malley.

Entretanto, para além disso, se em *Vigiar e punir* já podemos encontrar traços de um cálculo econômico, racional e estratégico na formulação das teorias penais e criminais em vigor desde os reformistas do século XVIII, e se a própria noção foucaultiana de “gestão das ilegalidades” parece assemelhar-se fortemente a um cálculo neoliberal que não busca extinguir o crime, mas apenas administrá-lo em seu ponto ótimo, Foucault

³⁵⁷ O'MALLEY, Pat. Risk and responsibility. Em: *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 198. Tradução minha.

³⁵⁸ O'MALLEY, Pat. Risk and responsibility. Em: *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 198. Tradução minha.

não havia introduzido em 1975 um tema que será de suma importância na sociedade neoliberal – o da produção e gestão da liberdade.

Como mostra Gordon, O que Foucault acha mais fascinante e perturbador na história da prática governamental Ocidental e suas racionalidades é a ideia de um tipo de poder que toma a liberdade em si e a “alma do cidadão”, a vida e a conduta da vida do sujeito eticamente livre, de alguma maneira, como objeto correlato de sua própria capacidade persuasiva.³⁵⁹

O que busco mostrar é que a férrea prisão, muito embora seja presente em diversos mecanismos da sociedade neoliberal, não esgota as práticas e mecanismos dessa racionalidade governamental, que funciona, como vimos, através da liberdade individual. A liberdade, não fortuitamente presente no próprio nome Neoliberalismo, é central para a compreensão dessa tecnologia e racionalidade de poder e governo. Como afirma Senellart, está em jogo uma “liberdade garantida, sem dúvida, mas também produzida por essa arte, que para alcançar seus fins necessita suscitá-la, mantê-la e enquadrá-la permanentemente”³⁶⁰.

Lemke parece notar igualmente como “as formas de governo neoliberais incluem não apenas intervenção direta por meio de poderosos e especializados aparelhos de estado, mas também desenvolvem caracteristicamente técnicas indiretas para liderar e controlar indivíduos sem, ao mesmo tempo, serem responsáveis por eles”³⁶¹.

Em suma, o *homo penalis* não é imediatamente superposto ao *Homo oeconomicus*, embora existam, é verdade, diversos pontos de contato entre eles. A razão governamental neoliberal não atua enquadrando, uniformizando, identificando e hierarquizando os indivíduos, mas sim intervindo naquilo que Foucault chama de “tecnologia ambiental”³⁶², isto é, em todos os fatores que circundam esse indivíduo, sejam eles naturais, sociais, políticos ou econômicos. Em outras palavras, ela atua não nos jogadores, mas nas regras do jogo, e permite ao indivíduo um quadro relativamente flexível para jogar. Nos termos de Gordon, “torna-se a ambição do Neoliberalismo implicar o cidadão individual, como jogador e parceiro, nesse jogo do mercado”³⁶³.

Tal inflexão, tanto no *modus operandi* das distintas tecnologias de poder quanto no pensamento do filósofo francês, envolve questionamentos radicais acerca da ontologia de nosso presente e da constituição ética dos sujeitos que nele vivem. Dessa maneira, se,

³⁵⁹ GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 5. Tradução minha.

³⁶⁰ SENELLART, Michel. Situação do curso. Em: FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 441-6.

³⁶¹ LEMKE, Thomas. ‘The birth of bio-politics’: Michel Foucault’s lecture at the *Collège de France* on neo-liberal governmentality. Em: *Economy and Society*, Volume 30, N. 2, January 2001, p. 202. Tradução minha.

³⁶² Cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 354-6.

³⁶³ GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 36. Tradução minha.

por um lado, o diagnóstico exasperante de um poder panóptico que tudo vê, hierarquiza, classifica e controla é suspenso, por outro lado, o diagnóstico do Neoliberalismo, com todos os espaços de liberdade criados por ele, não deixa de inquietar, talvez em um nível ainda mais profundo: e se a liberdade em si for, ao mesmo tempo, um mecanismo de gerenciamento populacional e de técnica individual? Nos termos do filósofo, e se a liberdade não for senão um correlato de uma técnica de governo? E se formos governáveis tão somente na medida em que, e justamente porque, governamos a nós mesmos?³⁶⁴ neoliberal, que conjugam as duas dimensões do governo, o de si e dos outros. Como sugere Dilts, “nas aulas de 1979, Foucault já estava indo na direção de uma análise da subjetividade que veio plenamente apenas nos últimos anos de sua vida”. Com essas questões, não pretendemos afirmar (assim como Foucault também não o fazia³⁶⁵) que o velho poder soberano ou o cálculo da Razão de Estado, ou ainda que as tecnologias próprias do arquipélago disciplinar poderiam nos livrar dessas mazelas, ou sequer que éramos mais (ou menos) livres no século XVII, XVIII ou XIX. Aponto-as pois, se de fato queremos, nas trilhas de Foucault, perscrutar as racionalidades de governo, os dispositivos de poder e as tecnologias políticas que cruzam nossas subjetividades, dão forma a nosso solo histórico e conduzem nossas condutas, devemos enfrentar tais inquietações.

³⁶⁴ Lemke e Dilts desenvolvem o interessante argumento de que, a partir desse ponto de vista, poderíamos ler a “ruptura” da terceira fase de produção intelectual de Foucault, a “Ética”, menos como um distanciamento de suas concepções de poder anteriores e mais como uma consequência de suas teorizações acerca da governamentalidade

³⁶⁵ Cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 85 e seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

UMA FLECHA NO CORAÇÃO DO PRESENTE

É possível que esta história do Neoliberalismo, tal como ela é contada por Foucault, levante dúvidas e suspeitas. Podem-se questionar os métodos, os materiais analisados por Foucault e até mesmo sua escrita particular da história desse importante período do Ocidente. No entanto, como indica Gordon, “não importa como se analise estas escolas do pensamento neoliberal e a extensão de sua influência, existem inúmeros sinais de que uma racionalidade de governo neoliberal está começando a ter importante papel na vida de diversas sociedades ocidentais”³⁶⁶ desde o fim dos anos de 1970.

Assim, podemos ler os cursos de Foucault como uma empreitada teórica que busca atingir uma ontologia do presente, levando em conta a complexidade de sua realidade efetiva. Como afirma Foucault, em uma célebre passagem na qual ele retoma e amplia o texto de Kant sobre o Esclarecimento,

A ontologia crítica de nós mesmos tem de ser considerada certamente não como uma teoria, uma doutrina e sequer como um corpo permanente de conhecimento que está em acumulação; ela tem de ser considerada como uma atitude, um ethos, uma vida filosófica na qual a crítica daquilo que somos é, ao mesmo tempo, a análise histórica dos limites que nos são impostos e um experimento com a possibilidade de irmos além deles.³⁶⁷

Em outras palavras, trata-se de analisar criticamente nosso presente, sempre atento aos limites impostos a nós, assim como as possibilidades abertas, não

³⁶⁶ GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 44. Tradução minha.

³⁶⁷ FOUCAULT, Michel. (1984) What is Enlightenment? Em: RABINOW, Paul (ed.). *The Foucault reader*. New York: Pantheon Books, 1984, p. 50. Tradução minha.

contempladas por tais imposições, sejam elas negativas ou positivas, sejam elas heterônomas ou autoimpostas.

[...] eu tenho buscado enfatizar que o fio que pode nos ligar ao Esclarecimento [Enlightenment] não é a fidelidade a elementos doutrinários, mas sim a permanente reativação de uma atitude – isto é, de um ethos filosófico que poderia ser descrito como a crítica permanente de nossa era histórica.³⁶⁸

Foucault almeja atingir, embora isto sempre envolva um caráter provisório à teoria e muitos riscos analíticos, esse ethos filosófico de crítica permanente de nossa época histórica. A crítica volta-se, assim, à constituição discursiva e política de nosso presente. Logo, quando Foucault parece recuar demasiadamente na história (como quando busca a proveniência da ideia de governo dos homens no Oriente pré-cristão) ou realizar digressões aparentemente sem saída, devemos lembrar que, tal como ele a entende, “a tarefa da filosofia consiste em diagnosticar o presente, isto é, colocar a questão de nossa própria identidade e aquela de nossos tempos”³⁶⁹:

Este é, a meu ver, o campo da reflexão histórica sobre nós mesmos. Kant, Fichte, Hegel, Nietzsche, Max Weber, Husserl, Heidegger e a Escola de Frankfurt tentaram responder a essa questão. Inscrevendo-me nessa tradição, meu objetivo é trazer respostas muito parciais e provisórias a essa questão através da história do pensamento ou, mais precisamente, através da análise histórica das relações entre nossas reflexões e nossas práticas na sociedade ocidental.³⁷⁰

O genealogista se mostra como aquele capaz de traçar e explicitar os jogos de saber e poder que nos constituem, que nos atravessam e formam. A crítica do presente é capaz de mostrar as escolhas históricas políticas específicas que moldaram as regras e possibilidades de formação de um regime de verdade capaz de relacionar determinados discursos e determinadas práticas, de modo a estruturar as escolhas possíveis nesse campo e informar quanto à verdade ou falsidade das proposições permitidas. Como afirma Burchell, trata-se de “virar o presente do avesso”³⁷¹, mostrando sua (frequentemente deveras

³⁶⁸ FOUCAULT, Michel. (1984) What is Enlightenment? Em: RABINOW, Paul (ed.). *The Foucault reader*. New York: Pantheon Books, 1984, p. 42. Grifos meus. Tradução minha.

³⁶⁹ DEKENS, Olivier. *Qu'est-ce que les Lumières? Michel Foucault*. Paris: Bréal, 2004, p. 36. Grifos no original. Tradução minha.

³⁷⁰ FOUCAULT, Michel. (1982) A tecnologia política dos indivíduos. Em: *Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 301. Veremos como essa relação entre reflexões e práticas mostra-se de suma importância nos cursos e está relacionado com o título supracitado de sua cadeira, História dos Sistemas de Pensamento.

³⁷¹ BURCHELL, Graham. Liberal government and techniques of the self. Em: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas. Introduction. Em: *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, pp. 30-1.

recente) invenção. Em outras palavras, a genealogia mostra que não temos o direito de desdenhar do presente e que devemos apontar os limites atuais do necessário.

Não é em outro sentido que Foucault se volta para o Neoliberalismo como objeto prioritário de estudo: qual a proveniência desse jogo de saber e poder que aceitamos, em determinado momento, jogar em nossa sociedade e quais as consequências desse jogo para os jogadores que nele tomam parte? Sigo aquilo que Dean afirma, nesse sentido: “uma história do presente, então, seria radicalmente incompleta sem uma análise da maneira pela qual os sujeitos são demandados a exercer certas ‘práticas de liberdade’ como um componente necessário de práticas de governo”³⁷², isto é, sem uma análise própria do Neoliberalismo.

Michel Foucault morreu em 1984. Logo, não testemunhou boa parte da década de 80 e nem a década de 90 do século XX, período que entrou para a posteridade como as décadas neoliberais por excelência. Apenas em suas incipientes medidas e por breves meses pôde ver a ascensão de Margaret Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América, duas personagens e dois países que se tornaram clássicos na história do Neoliberalismo. Foucault não estava mais presente quando a Europa (ou, ao menos, parte dela) decidiu unir-se e formar um bloco econômico único³⁷³, e muito menos quando a financeirização da economia atingiu patamares nunca dantes vistos³⁷⁴. Também já havia falecido quando do fim da União Soviética, da reunificação da Alemanha e apenas de relance viu Deng Xiaoping começar uma transformação de proporções gigantescas que alçaram a China ao posto de segunda maior economia mundial no início do século XXI³⁷⁵.

É de se imaginar que o público de seus cursos no *Collège de France* talvez se mostrasse espantado e surpreso com todas as reflexões acerca do Neoliberalismo, de suas implicações individuais, populacionais, de seus cálculos sociais próprios, de sua penetração na subjetividade, de sua maneira de tornar cada um de nós uma empresa, de sua

³⁷² DEAN, Mitchell. Foucault, government and the enfolding of authority. Em: *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 223. Tradução minha.

³⁷³ As reuniões e tratados referentes à criação de um espaço comum de circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro datam desde 1948, mas a União Europeia foi criada, de fato, apenas em 1994. Cf. NEAL, Larry; BARBEZAT, Daniel. *The economics of the European Union and the economies of Europe*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1998; BACHMANN, Veit; SIDAWAY, James. “Zivilmacht Europa”: a critical geopolitics of the European Union as a Global Power. Em: *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, vol. 34, N. 1, Janeiro de 2009, pp. 94-109.

³⁷⁴ Segundo alguns autores, as dimensões tomadas pelo sistema de crédito e pelo setor financeiro da economia caracterizam uma nova configuração contemporânea da economia capitalista. Cf. HARVEY, David. (2010) *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011; CHESNAIS, François. (1994) *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

³⁷⁵ Cf. HARVEY, David. Neoliberalismo “com características chinesas”. Em: (2005) *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, pp. 131-163.

racionalidade política e econômica e seu *modus operandi*, quando ainda não era comum sequer ouvir falar no termo “Neoliberalismo”.

Justamente em virtude disso, sua análise do Neoliberalismo toma ares incrivelmente provocantes, quando notamos que suas reflexões, para tomar de empréstimo as palavras de Jürgen Habermas, atingem como “uma flecha o coração do presente”³⁷⁶.

Se Habermas podia usar tal expressão para se referir a Foucault e seus estudos em meados da década de 80 do século XX, não podemos deixar de notar a contínua atualidade de tais reflexões. O que afirma Urs Marti, nesse sentido, é preciso:

Pode-se discutir se suas [de Foucault] interpretações a respeito das teorias ordo e neoliberais são justas, mas é indiscutível que elas, escritas há três décadas, nos primórdios da política neoliberal, ainda hoje são dignas de leitura e podem contribuir para o esclarecimento de um projeto que declara como télos humano a capacidade do mercado e da concorrência.³⁷⁷

Da crise econômica de 2008, com seus efeitos devastadores nos anos seguintes pela maioria dos países centrais do capitalismo, à recente onda de estatizações de empresas privadas realizadas por governantes de países da América Latina, passando por toda a discussão política pela qual passa a Europa (com seus planos de austeridade, leis de imigração, a posição central ocupada pela Alemanha, entre outros elementos), pela emergência dos BRICS³⁷⁸, pela chamada flexibilização do mundo do trabalho, pelo advento da China como posto virtual de maior mercado e maior reserva de mão-de-obra mundial, pela situação incerta que alguns analistas chamam de “pós-Consenso de Washington”³⁷⁹, outros de “sociedade do risco”³⁸⁰, outros ainda de uma “nova razão mundial”³⁸¹ ou do

³⁷⁶ HABERMAS, Jürgen. (1984) Mit dem Pfeil ins Herz der Gegenwart - Zu Foucaults Vorlesungen über Kants Was ist Aufklärung. Em: HABERMAS, Jürgen. Die neue Unübersichtlichkeit – Kleine Politische Schriften V. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1985, pp. 126-131.

³⁷⁷ MARTI, Urs. Kapitalistische Macht und neoliberales Regieren. PROKLA - Zeitschrift für kritische Sozialwissenschaft. Heft 151, 38. Jahrgang, Nr. 2, p. 294.

³⁷⁸ Em 2001, o economista inglês James O’Neil escreveu um relatório que apontava o Brasil, a Rússia, a Índia e a China como países que se tornariam os motores da globalização econômica: o “Building Better Global Economic RICS”. Este famoso relatório lançou a sigla BRIC, derivada da primeira letra de cada país, que se tornou BRICS, posteriormente, com a adesão da África do Sul. James O’Neil é membro da Goldman Sachs e este relatório foi publicado no Paper de número 66, da revista Global Economics em 30 de novembro de 2001. Em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/topics/brics/brics-reports-pdfs/build-better-brics.pdf>>.

³⁷⁹ Cf. RODRIK, Dani. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? Em: *Journal of Economic Literature*, XLIV, December 2006, pp. 969-983.

³⁸⁰ BECK, Ulrich. (1986) *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.

³⁸¹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde – Essai sur le société néolibérale*. Paris: La Découverte/Poche, 2009.

“novo espírito do capitalismo”³⁸², entre inúmeros outros fenômenos e diagnósticos, a reflexão de Foucault parece estar sempre presente. Como afirma Donzelot:

[...] ao invés de um embolorado odor do passado, o que rapidamente me chamou a atenção foi a impressionante atualidade de sua análise do Liberalismo mais de um quarto de século depois de ter sido formulada. Ali estava uma maneira de mostrar maravilhosamente bem como o poder da economia se assenta em uma economia do poder, ambos situados na emergência do Liberalismo no final do século XVIII, assim como na do Neoliberalismo entre 1930 e 1950.³⁸³

Embora não seja possível analisar cada um desses fenômenos históricos supracitados em detalhe, creio que a teoria de Foucault nos permite construir um arcabouço teórico e fornece uma base analítica muito profícua para que possamos compreendê-los.

Seguindo tal consideração, a ideia que se põe é perguntar: ora, mas será que poderíamos, já no início da segunda década dos anos 2000, ainda tomar as lições de Foucault como uma ontologia crítica do nosso presente?

É claro que devemos admitir, de saída, que o mundo no qual vivemos certamente não é o mesmo no qual Foucault estava inserido. Como vimos, para ficarmos apenas no ponto de vista macro-estrutural, eventos de suma importância explicitam nossa distância em relação à realidade de Foucault.

No entanto, algumas semelhanças e continuidades parecem ainda se fazer presentes, de modo que o diagnóstico neoliberal proposto por Foucault, não se mostra, de modo algum, completamente perdido ou “datado”. A seguir, aponto alguns possíveis caminhos que permitam interpretar o presente a partir das contribuições de Foucault. Não pretendo que eles sejam exaustivos, mas sim que possam apontar em direções possíveis de análise e de problematização.

A primeira mirada se volta aos Estados Unidos da América na segunda metade dos anos 2000. Desde 2006, uma estatística mostrava-se alarmante: o número de despejos familiares em áreas de baixa renda de grandes cidades como, por exemplo, Detroit³⁸⁴. Na realidade, desde meados da década de 1990 a população pobre estava sujeita à elevada especulação imobiliária e aos empréstimos bancários e às hipotecas conhecidos como

³⁸² BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. (1999) *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

³⁸³ DONZELOT, Jacques. Michel Foucault and liberal intelligence. *Economy and Society*, Volume 37, Number 1, February 2008, p. 2. Tradução minha. Grifos meus.

³⁸⁴ Apresento aqui uma breve contextualização histórica da crise, seguindo o argumento presente em HARVEY, David. (2010) *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. Harvey, no entanto, oferece uma explicação muito mais detalhada, minuciosa e “estrutural” da crise.

“subprime”³⁸⁵. À época, não estava claro, mas tratava-se do primeiro sinal de fumaça da crise imobiliária e financeira que viria a explodir dois anos depois.

Em 2007, os despejos se alastraram para cidades e subúrbios mais nobres dos EUA, como os arredores da Flórida e da Califórnia. Até o fim do mesmo ano, mais de dois milhões de americanos já haviam perdido suas casas e outros quatro milhões corriam o mesmo risco. Era cada vez mais comum encontrar bairros inteiros abandonados, casa com madeiras nas portas e janelas e ruas e avenidas, outrora movimentadas, completamente vazias.

No dia 15 de setembro de 2008, o banco de investimentos Lehman Brothers não suportou e desabou. A ele seguiram inúmeros outros bancos (como o Goldman Sachs), instituições de crédito (como as famosas Fannie Mae e Freddie Mac), enormes seguradoras (como a AIG), sem contar investidores, empresas e corporações de ramos tradicionais e produtivos da economia (a General Motors foi outro conhecido exemplo). Até o Outono do mesmo ano, a crise não ficou restrita ao território estadunidense e se espalhou por boa parte do mundo, da Noruega à Flórida, da China à Venezuela, passando pela Rússia, Japão, Espanha, Grécia, Portugal, Irlanda, Tailândia e inúmeros outros países, levando a falências, quedas repentinas e sensíveis das taxas de exportação, diminuição abrupta dos crescimentos econômicos nacionais, demissões em massa, despejos familiares, recessão nacional e aumento considerado da pobreza.

Quando a crise financeira de 2008 eclodiu nos Estados Unidos como um todo (e de lá para o mundo), no episódio que ficou conhecido como a maior recessão mundial desde a crise de 1929³⁸⁶, muitos defensores do Neoliberalismo e da livre fluidez dos capitais e dos mercados sem intervenção ou distúrbio estatal não se julgaram cínicos ao pedir ao Estado que financiasse (o que pareceu ser) a única alternativa para o derretimento do sistema financeiro como um todo. Com teorias e slogans do tipo “too big to fail”, o Congresso americano, o secretário do Tesouro Henry Paulson e o então presidente republicano George W. Bush aprovaram uma série de resgates às seguradoras, bancos e

³⁸⁵ Subprime é, basicamente, um tipo de empréstimo de alto risco, ofertado por bancos a pessoas de baixa renda ou com histórico considerado “duvidoso”. Conferir a sucinta porém esclarecedora explicação oferecida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): O QUE É? SUBPRIME. Em: *Desafios do desenvolvimento*. São Paulo, Ano 5, Edição 45, Julho de 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2156:catid=28&Itemid=23>.

³⁸⁶ Conforme anunciou o próprio FMI ainda em abril de 2008. Cf. <<http://www.guardian.co.uk/business/2008/apr/10/useconomy.subprimecrisis>>.

grandes empresas e corporações que, de imediato, somavam a quantia de mais de 700 bilhões de dólares³⁸⁷.

Do outro lado do Oceano, o FMI e diversos órgãos da União Europeia criaram os famigerados pacotes de austeridade, obrigando muitos Estados nacionais a cortarem drasticamente gastos públicos, diminuïrem sensivelmente seus orçamentos e a se submeterem a severas imposições econômicas, políticas e sociais³⁸⁸.

Não foram poucas as vozes discordantes que, acusando (inclusive moralmente) os irresponsáveis especuladores de *Wall street*, apontavam para uma mutação fundamental na relação entre Estado, economia, indivíduo e liberdade no coração do bastião neoliberal do mundo Ocidental, os Estados Unidos da América, algo que feria frontalmente os valores nos quais se assentava o país e sua longínqua história. Os conservadores não tardaram em organizar sua contraofensiva, clamando por uma volta ao espírito que havia outrora animado a constituição da Nação, pela diminuição dos impostos, pelo fim das propostas de reforma do programa de saúde pública, enfim, pelo governo mínimo e pela fobia de Estado³⁸⁹.

Nas urnas, grande parte do país mostrou sua insatisfação em relação à crise e às medidas tomadas pelo governo (assim como à Guerra do Iraque, entre outros tópicos da agenda política estadunidense) ao eleger, em 04 de novembro de 2008, o candidato democrata Barack Obama. Tal opção foi confirmada quatro anos mais tarde, quando Obama foi reeleito para o segundo mandato, de 2013 a 2016. Nas ruas, o movimento conhecido como *Occupy Wall Street*, com o mote “nós somos os 99%” – em oposição ao 1% branco, rico, masculino, não imigrante e investidor e/ou colaborador do sistema financeiro –, foi o estopim da revolta contra a ofensiva dos operadores da Bolsa de Valores à massiva maioria dos Estados Unidos.

Uma grande polêmica parecia estar aí instaurada, dividindo a opinião pública e a nação americana como um todo – polêmica essa que atraiu os olhares e a atenção de todo o mundo, como não poderia deixar de ser. Não obstante, a velocidade com que se retornou ao “*business as usual*” parecia explicitar como, além e aquém das discordâncias entre Partido Democrata e Partido Republicano, entre *Wall street* e *Main Street*, entre

³⁸⁷ Conforme anunciou o próprio FMI ainda em abril de 2008. Cf. <<http://www.guardian.co.uk/business/2008/apr/10/useconomy.subprimecrisis>>. Em julho de 2011, uma matéria publicada no New York Times afirmava que o total de dinheiro já gasto pelo governo americano com a ajuda ao sistema financeiro como um todo chegava na casa de 2,5 trilhões de dólares, além de ter comprometido, para os próximos anos, uma quantia que ultrapassava a soma de 12 trilhões. Cf. <http://www.nytimes.com/interactive/2009/02/04/business/20090205-bailout-totals-graphic.html?_r=0>.

³⁸⁸ Cf. ALLEN, Katie; TRAYNOR, Ian. *Austerity Europe: who faces the cuts?* Em: The Guardian, 11 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/business/2010/jun/11/europe-deficit-crisis-austerity-budgets>>.

³⁸⁹ A política republicana Sarah Palin e o Movimento conhecido como “Tea Party” parecem ser o ápice dessa contraofensiva. Cf. O’HARA, John. *A New American Tea Party: The Counterrevolution Against Bailouts, Handouts, Reckless Spending, and More Taxes*. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, 2010.

George W. Bush e Barack Obama, um solo comum parecia embasar ambos os lados da controvérsia e tudo figurava estranhamente similar.

Quando notamos quão rapidamente a crise pareceu “superada” (muitas vezes sendo datada como a crise de 2007-2009), novamente, em pleno século XXI, ainda não parecia haver alternativa possível à mentalidade neoliberal de governo. Um estudo feito pelo *Deutsche Bank* em junho de 2011 – cujo título, “Home, sweet home?”, é em si revelador – a respeito da retomada das atividades bancárias internacionais após a crise parece concluir com maestria:

De maneira geral, o prospecto é muito mais promissor que há dois anos. Atividades internacionais entre os bancos e entre bancos e clientes sofreram um severo golpe durante a crise, mas agora estão se recuperando. No entanto, riscos permanecem [...]. Ainda assim, não há caminho de volta para os bancos e eles podem e devem, como outras indústrias antes deles, continuar no sentido de se tornarem um setor verdadeiramente global e internacional.³⁹⁰

Foucault pode aí fornecer pistas para compreender tal situação. Ao matizar a oposição estanque entre Estado de Bem-estar, de um lado, e Neoliberalismo, de outro, o filósofo pode contribuir a compreender como o Neoliberalismo jamais significou a retirada completa do Estado da cena econômica ou social, nem mesmo no anarcocapitalismo estadunidense.

Desse modo, ao financiar grande parte das empresas que haviam sido protagonistas na instauração da crise, o Estado não necessariamente teria alterado completamente as coordenadas basilares da relação entre Estado e economia no Neoliberalismo. O fato pode ter causado estranheza nos Estados Unidos, uma vez que esse mecanismo tenha sido teorizado em sua emergência do outro lado do Atlântico, mas como vimos acima, o ordoliberalismo propôs, desde o início, que o Estado deveria governar para o mercado, isto é, partindo da concepção de que os processos e fluxos econômicos concorrenciais não são naturais, caberia ao Estado, mesmo que artificialmente, criar os espaços nos quais as operações e relações econômicas livres possam se estabelecer. O que ocorreu em 2008 pode, dessa maneira, ser interpretado como um momento crítico no qual a economia mostrava sinais de fragilidade e de incapacidade de manter sua liberdade de fluxo e o Estado, por meio de uma “ação reguladora” que visava conferir estabilidade aos preços, credibilidade

³⁹⁰ SCHILDBACH, Jan. Home, sweet home? International banking after the crisis. Em: *Deutsche Bank Research*. Frankfurt am Main, Junho de 2011, p. 21. Disponível em: <http://www.dbresearch.com/PROD/DBR_INTERNET_EN-PROD/PROD000000000274061.PDF>. Tradução minha. Grifos meus.

às ações e estabilidade à economia, interveio justamente para permitir e incentivar essa fluidez do jogo econômico. Lembremos novamente da supracitada afirmação de Gordon:

“para os Ordoliberalen, o maior problema nesse quadro não eram os efeitos anti-sociais da economia de mercado, mas os efeitos anti-competitivos da sociedade”³⁹¹.

Não basta, logo, partir de um fato como a intervenção do Estado na crise de 2008 para qualificar tal ação como liberal, planificadora ou neoliberal, sem se atentar para a natureza, o método, os mecanismos e, mais importante, a racionalidade que forneceram o quadro e o impulso para tal ação. Como nos mostrou Foucault, essa crise não seria muito mais, dessa maneira, uma crise *interna* ao liberalismo como um todo do que uma crise do neoliberalismo em si?

Eis aí um momento de verdade no cinismo dos especuladores de *Wall street*: ao requisitar, aceitar e celebrar o *bailout* do Congresso, no fundo eles apenas atestavam que o Estado, ao menos desde sua forma neoliberal, nunca funcionou contra o mercado ou à parte da economia, mas explicitavam que o Estado neoliberal se formou e se acoplou constantemente a eles³⁹². Nas palavras de Dardot e Laval, “não somente o Estado jamais desapareceu, não somente ele se colocou mais do que nunca ao serviço das empresas, mas ele mesmo se transformou em um governo de tipo empresarial”³⁹³.

No Brasil, embora muitas e profícuas tenham sido as tentativas de compreensão das dimensões políticas, sócias e econômicas do recente fenômeno conhecido como “lulismo”³⁹⁴, raras tem sido as análises que levem em consideração as contribuições de Foucault para tal. Podemos tecer alguns breves comentários nesse sentido, para introduzir, ainda que muito incipientemente, alguns novos elementos nesse debate.

Em 2002, após dois mandatos seguidos de Fernando Henrique Cardoso (que, por sua vez, foi antecedido pelas gestões de Fernando Collor de Mello – de 1990 até o impedimento de 1992 – e de Itamar Franco – de 1992 a 1995) do Partido da Social Democracia Brasileira, Luiz Inácio Lula da Silva, um líder sindical de origem pobre e nordestina foi eleito presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores. Grande

³⁹¹ GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 42. Tradução minha.

³⁹² Cf., por exemplo, o pequeno compêndio realizado por David Harvey de ajudas estatais e empresas. Note-se que o período englobado restringe-se apenas aos anos de 1973-2009, isto é, ao auge Neoliberalismo, concentra-se largamente nos EUA e inclui apenas as principais ajudas. HARVEY, David. Apêndice 1 – Principais crises e ajudas estatais a empresas, 1973-2009. Em: (2010) *O enigma do capital: e as crises d capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, pp. 225-6.

³⁹³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde – Essai sur le société néolibérale*. Paris: La Découverte/Poche, 2009, p. 12. Tradução minha.

³⁹⁴ Cf., entre outros: SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012; PAULANI, Leda Maria. *Brasil eliver ervido inanceira e stado de merg ncia con mico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

parte da esquerda e da ala progressista nacional festejou o que parecia ser o ponto final dos anos neoliberais e do suposto início de um Estado preocupado em redimir às enormes desigualdades e problemas sociais em nosso país. “No Brasil, décadas de luta contra a desigualdade e por uma sociedade alternativa à capitalista desaguaram na incontestável vitória de Lula da Silva em 2002”³⁹⁵, afirma Ruy Braga. No entanto, como o próprio autor mostra, a análise do “lulismo” mostra-se mais complexa do que aparenta.

Em primeiro lugar, parece suficientemente claro que tal fenômeno, muito embora nomeado a partir da experiência presidencial de Lula de 2003 a 2011, pode, em larga medida ser estendido, ao governo de Dilma Rousseff e à administração nacional como um todo, para além dos oito anos de mandato de Lula ou sequer ser restrito ao âmbito do PT. Daí porque André Singer fala de um fenômeno perene, que extrapola governantes ocasionais, o qual, não fortuitamente, o cientista político denomina “lulismo”³⁹⁶. Prova ocasional, embora sintomática disso, foi a recente onda de pânico na população, principalmente no Nordeste do país, mas também em Estados do Sudeste, causada pela notícia (ou o boato) de que o principal programa econômico de auxílio à população carente, o famigerado Programa Bolsa Família, seria suspenso dentro de poucos dias. O pânico levou a, em apenas um fim de semana, 920 mil saques dos beneficiários do Programa, totalizando uma quantia de 152 milhões de reais³⁹⁷. O governo da presidente Dilma Rousseff se viu obrigado a imediatamente desmentir os boatos, para prevenir que revoltas maiores eclodissem³⁹⁸. Como os especialistas apontam, o Programa Bolsa Família, um dos mais importantes trunfos eleitorais, políticos e sociais do governo do PT, muito dificilmente poderá ser alterado, que dirá suspenso, ao menos no futuro imediato, não importa qual sigla ocupe a cadeira presidencial.

Se, por um lado, tal instrumento, assim como boa parte do programa de governo petista, se mostra explicitamente como uma medida de um governo considerado tipicamente como um Estado de Bem-estar Social, promovendo um concerto entre as classes, trazendo os conflitos sociais para dentro do bojo do Estado³⁹⁹, instaurando um projeto para o país como um todo e diminuindo a desigualdade social⁴⁰⁰, ele também tem ou-

³⁹⁵ BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 24.

³⁹⁶ Cf. SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

³⁹⁷ Cf. ROVAI, Renato. *Boataria do Bolsa Família foi orquestrada, criminosa e via telemarketing*. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blogdorovai/2013/05/25/boataria-do-bolsa-familia-foi-orquestrada-criminosa-e-via-telemarketing>>. Se o boato surgiu do próprio governo, da oposição ou de empresas privadas, não nos é, aqui, relevante. Importante parece ser o caos gerado por um simples boato, o que, em si, demonstra a magnitude que tal Programa toma para grande parte da população brasileira.

³⁹⁸ Cf. a notícia do Portal G1: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/05/governo-federal-desmente-boato-sobre-suspensao-do-bolsa-familia.html>>. Acesso em 25/05/2013 às 10h45.

³⁹⁹ Cf. VIANNA, Luiz Werneck. *O Estado Novo do PT*. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>>. Acesso em 25/05/2013 às 11h20.

⁴⁰⁰ Cf. SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 129 e seguintes.

tra faceta que devemos levar em consideração. Note-se que em momento algum pretendemos afirmar que tais resultados e consequências dos programas sociais e de transferência de renda propostos pelo “lulismo” sejam quimeras que mascaram a real situação subjacente. A ideia é ver, ao contrário, como justamente essa “máscara” pode ser compreendida sob outro ângulo possível.

Nesta trilha, algumas inquietações se fazem logo presentes. A primeira delas diz respeito justamente aos programas de transferência de renda (notadamente o Programa Bolsa Família), à enorme expansão do acesso ao crédito (ao microcrédito e ao crédito consignado), mesmo por aqueles cuja renda é baixíssima (ou “bancarização de pessoas de baixíssima renda”, na feliz expressão de Singer⁴⁰¹), à reforma da previdência pública (algo que nem mesmo FHC foi capaz de realizar, conforme alerta Leda Paulani) e à política ⁴⁰²econômica ortodoxa seguida como um mantra científico durante todo o fenômeno do “lulismo”.

Se, por um lado, estas medidas permitem, como afirma Singer, combater “[...] a pobreza (monetária) absoluta, aquela que impede a pessoa de sequer se alimentar”⁴⁰³, ao incluírem virtualmente a totalidade da população brasileira na esfera do consumo, não realizariam elas, por outro lado, parte do programa neoliberal à risca? Isto é, não constituiriam elas um mecanismo que obedece a um preceito tipicamente ordoliberal de que deve haver um limite mínimo abaixo do qual o jogo neoliberal se mostra inviável? Paulani nos lembra como a própria ideia de “renda mínima” foi criada por ninguém mais, ninguém menos do que Milton Friedman⁴⁰⁴.

Não importa como se analise o quadro econômico, político e social brasileiro, algo parece ser inquestionável: uma enorme parcela da população, outrora excluída tanto dos cálculos eleitorais quanto das ações de governo, passou a jogar o jogo da economia. Em outras palavras, a atenção conferida ao “subproletariado”, àqueles que se encontram abaixo da linha da pobreza ou até da linha da miséria não seria um sinal de que o “lulismo” busca universalizar o jogo econômico? Retomando outra citação de Gordon, já acima vista, “torna-se a ambição do Neoliberalismo implicar o cidadão individual, como jogador e parceiro, nesse jogo do mercado”⁴⁰⁵. Poderemos, nessa trilha, entender melhor algo que o próprio André Singer identificou, a saber, de que o PT, após a virada do lulismo, desloca o corte entre direita e esquerda, presente na primeira “alma” do partido desde

⁴⁰¹ SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 67.

⁴⁰² Cf. PAULANI, Leda Maria. O Brasil como plataforma de valorização financeira internacional. Em: *rasil eliver evid o inanceira e stado de merg ncia con mico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, pp. 35-51.

⁴⁰³ SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 133

⁴⁰⁴ PAULANI, Leda Maria. *rasil eliver evid o inanceira e stado de merg ncia con mico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, p. 71.

⁴⁰⁵ GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. Em: GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 36. Tradução minha.

sua fundação no Colégio Sion em São Paulo, para um corte entre ricos e pobres, ou até mesmo entre incluídos e excluídos⁴⁰⁶.

Nesse sentido, embora não acreditemos que o aspecto humanitário, benevolente e assistencial que anima estas medidas seja falso, devemos atentar para o fato de que eles levam a uma importante e exponencial dinamização da economia de modo geral, para além das eventuais melhorias em termos de qualidade de vida da população assistida por tais programas.

Poderíamos assim entender esse fenômeno como uma difusão e penetração da forma empresa na sociedade brasileira inédita em nosso país: a condição de empreendedorismo pessoal e a subjetividade do *Homo oeconomicus*, com seu poder enformador, sua conduta racional e com sua ética empresarial proliferam de maneira acelerada entre nós⁴⁰⁷.

Enquanto grande parte do mundo Ocidental assistia a suas economias entrarem em colapso, o “lulismo” foi relativamente eficaz em sua capacidade de conter os efeitos negativos da crise em nossa economia. Não fortuitamente, as administrações Lula e Dilma bateram índices recordes de popularidade⁴⁰⁸ sugerindo que o desempenho econômico continua a produzir legitimidade, governabilidade e consenso político. Resta a dúvida: caso a economia brasileira passe a dar sinais de falência, o que ocorrerá com o “lulismo”?

Tais considerações podem fornecer pistas para se nuançar os diagnósticos que identificam no “lulismo” um governo que se guie por preceitos e racionalidades próprias ao Estado de Bem-estar sem considerar os efeitos, as características, os raciocínios e métodos neoliberais presentes nele.

Seriam estas provas de que, seja Bush ou Obama, Fernando Henrique Cardoso ou Lula, estaríamos ainda encurralados, sem uma alternativa ao neoliberalismo? Com tal indagação, não visamos desconsiderar importantes e sensíveis distinções e nuances entre tais políticos, suas ideologias e seus planos de governo, mas o próprio fato de utilizarmos indiscriminadamente, seja para Bush, Lula, Obama ou Fernando Henrique Cardoso, o termo “administração” para se referir a seus mandatos e atuações ocupando os aparelhos de Estado não indicaria a existência, mesmo que complexa, de uma racionalidade de governo e de um cálculo político comum? Não seria possível defender a existência

⁴⁰⁶ SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, especialmente p. 32 e seguintes.

⁴⁰⁷ Cf. LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. *O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004; EMPREENDEDORISMO: a revolução do novo Brasil. Em: *Revista de economia e relações internacionais*. São Paulo, volume 1, número 2, janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.fiap.br/revista_faap/rel_internacionais/empreendedorismo.htm>; TREMEL, Daniel. Brasileiro está entre os mais empreendedores do mundo. Em: Folha de São Paulo, Caderno “Mercado”, Edição de 14 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1214283-brasileiro-esta-entre-os-mais-empreendedores-do-mundo.shtml>>.

⁴⁰⁸ Cf. TALAMONE, R. S. *Popularidade de Lula está ligada a variáveis econômicas*. Agência USP, 08 de setembro de 2009. Disponível em <<http://www.usp.br/agen/?p=2400>>; MARQUEZ, M. *Popularidade de Dilma é maior que de Lula e FHC no primeiro mandato*. R7 Notícias, 26 de setembro de 2012. Disponível em <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/popularidade-de-dilma-e-maior-que-de-lula-e-fhc-em-primeiro-mandato-20120926.html>>.

de uma mesma arte de governar, de uma mesma governamentalidade neoliberal ligando tais “administrações”?

É claro que, conforme afirmamos acima, apenas estudos detalhados desses fenômenos poderiam analisar em minúcia estas questões, comprovar ou refutar hipóteses, fornecer dados e compará-los, mas apontar problematizações como essas, sugerir linhas de raciocínio e indicar possíveis caminhos de pesquisa parecem ser uma das proeminentes tarefas de nossa crítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFORD, C. Fred. What Would It Matter If Everything Foucault Said about Prison Were Wrong? “Discipline and Punish” after Twenty Years. Em: *Theory and Society*, Vol. 29, No. 1, Fevereiro 2000, pp. 125-146.

ALLEN, Katie; TRAYNOR, Ian. Austerity Europe: who faces the cuts? Em: *The Guardian*, 11 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/business/2010/jun/11/europe-deficit-crisis-austerity-budgets>>. Acesso em 17/07/2013 às 13h30.

ALVAREZ, Marcos César. Punição, poder e resistências: a experiência do Groupe d’Information sur les Prisons e a análise crítica da prisão. Em: ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard; SCAVONE, Lucila (Orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: Editora da UNESP, v. 01, 2006, pp. 45-60.

AMARIGLIO, Jack. The body, economic discourse, and power: an economist’s introduction to Foucault. Em: *History of Political Economy*, Vol. 20, no. 4, Winter 1988, pp. 583-613.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. Em: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Rogério de. Hayek: a contraposição liberal. Em: CARNEIRO, Ricardo (org.). *Os clássicos da economia*. São Paulo: Ática, 1997, pp. 175-183.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. (1994) *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Chaos and Governance in the modern World System*. Minneapolis: Minnesota University Press, 1999.

BACHMANN, Veit; SIDAWAY, James. “Zivilmacht Europa”: a critical geopolitics of the European Union as a Global Power. Em: *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, vol. 34, N. 1, Janeiro de 2009, pp. 94-109.

BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas. *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

BECK, Ulrich. (1986) *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.

BELLAMY, Richard. (1992) *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BIEBRICHER, Thomas. The biopolitics of ordoliberalism. Em: *Foucault Studies*, No. 12, October 2011, pp. 171-191.

BLACKBOURN, David. (1998) *History of Germany 1780-1918 – The long nineteenth century*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

BOBBIO, Norberto. (1985) *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BOETTKE, Peter J. Austrian School of Economics. Em: *The Concise Encyclopedia of Economics*. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/AustrianSchoolofEconomics.html>>.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. (1999) *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

- BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- BURCHELL, Graham. Liberal government and techniques of the self. Em: *Economy and Society*, Volume 22, N. 3, August 1993, pp. 267-282.
- BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter. The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- CAHILL, Damien. Neoliberalism, crisis and the socially embedded economy. Political Economy Department, University of Sydney, 2011.
- CAMPBELL, John L.; PEDERSEN, Ove (eds.). The rise of Neoliberalism and institutional analysis. New Jersey: Princeton University Press, 2001.
- CARNEIRO, Henrique. A Guerra dos trinta anos. Em: MAGNOLI, Demetrio (org.). História das guerras. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 163-187.
- CHESNAIS, François. (1994) A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____ (org.). (1996) A mundialização financeira. São Paulo: Xamã. 1998.
- COGGIOLA, Osvaldo. As grandes depressões (1837-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009.
- COLLIER, Stephen J. Topologies of Power: Foucault's Analysis of Political Government beyond 'Governmentality'. Em: *Theory, Culture, Society*, Vol. 26, 2009, pp. 78-108.
- DAHRENDORF, Ralf. O Liberalismo e a Europa: entrevista a Vincenzo Ferrari. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. La nouvelle raison du monde – Essai sur le société néolibérale. Paris: La Découverte/Poche, 2009.
- DAVIDSON, Arnold. Archeology, Genealogy, Ethics. Em: HOY, David Couzens. (ed.). Foucault: a critical reader. Oxford: Blackwell, 1986, p. 221-233.
- DEAN, Mitchell. Foucault's obsession with western modernity. Em: SMART, Barry (ed.). Michel Foucault critical assessments (volume IV). London; New York: Routledge, 1994, pp. 285-299.
- DEKENS, Olivier. Qu'est-ce que les Lumières? Michel Foucault. Paris: Bréal, 2004.
- DILTS, Andrew. From 'Entrepreneur of the Self' to 'Care of the Self': Neo-liberal Governmentality and Foucault's Ethics. Em: *Foucault Studies*, No. 12, October 2011, pp. 130-146.
- DIXIT, Avinash. Lawlessness and Economics: alternative modes of governance. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- DOMINGUES, Ivan. O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- DONZELOT, Jacques. Michel Foucault and liberal intelligence. Em: *Economy and Society*, Volume 37, Number 1, February 2008, pp. 115-134.
- EMPREENDEDORISMO: a revolução do novo Brasil. Em: *Revista de economia e relações internacionais*. São Paulo, volume 1, número 2, janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/empreendedorismo.htm>. Acesso em 01/07/2013 às 11h.

EWALD, François; FONTANA, Alessandro. Nota. Em: FOUCAULT, Michel. (2004) Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. XIII-XVIII.

FIORI, José Luis. Os moedeiros falsos. Petrópolis: Vozes, 1997.

FONSECA, Márcio Alves da. Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. Em: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp 155-163.

_____. Max Weber, Michel Foucault e a história. Em: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). Para uma vida não-fascista. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, pp. 239-252.

FONTANA, Alessandro; BERTANI, Mauro. Situação do curso. Em: FOUCAULT, Michel. (1997) Em defesa da sociedade (curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 327-351.

FOUCAULT, Michel. L'Anthropologie de Kant. Thèse complémentaire, 2 Vol. Dactylographiés. Paris: Sorbonne, 1961.

_____. (1971) Nietzsche, a genealogia e a história. Em: Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pp. 15-37.

_____. Qu'est-ce que les Lumières? Magazine Littéraire, nº 207, maio 1984, pp. 35-39.

_____. (1984) What is Enlightenment? Em: RABINOW, Paul (ed.). The Foucault reader. New York: Pantheon Books, 1984, pp. 33-50.

_____. (1976) História da sexualidade I – a vontade de saber. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1988.

_____. Résumé des Cours (1970-1982). Paris: Julliard, 1989.

_____. About the Beginning of the Hermeneutics of the Self: Two Lectures at Dartmouth. Em: Political Theory, Vol. 21, No. 2, May 1993, pp. 198-227.

_____. (1969) O que é um autor. S. l.: Passagens, 1997.

_____. (1975) Vigiar e punir. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

_____. (1978) Entretien avec Michel Foucault. Em: Dits et écrits II, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, pp. 860-914.

_____. (1982) Espace, savoir et pouvoir. Em: Dits et écrits II, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, pp. 1089-1104.

_____. (1979) Foucault étudie la raison d'État. Em: Dits et écrits II, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, pp. 801-5.

_____. (1980) Foucault étudie la raison d'État. Em: Dits et écrits II, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, pp. 856-860.

_____. (1976) La fonction politique de l'intellectuel. Em: Dits et écrits II, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, pp. 109-114.

_____. (1978) La société disciplinaire en crise. Em: Dits et écrits II, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, pp. 552-534.

- _____. (1976) *Le discours ne doit pas être pris comme...* Em: *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, pp. 123-4.
- _____. (1982) *Le sujet et le pouvoir*. Em: *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, pp. 1041-1062.
- _____. (1983) *Structuralisme et poststructuralisme; entretien avec G. Raulet*. Em: *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard, 2001, pp. 1250-1276.
- _____. (1966) *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. (1997) *Em Defesa da Sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. (1978) *A filosofia analítica da política*. Em: *Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, pp. 37-55.
- _____. (1982) *A tecnologia política dos indivíduos*. Em: *Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, pp. 301-318.
- _____. *Ditos e Escritos I. Problematização do Sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. (1978) *Precisões sobre o Poder. Respostas a Certas Críticas*. Em: *Ditos e Escritos IV. Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 270-280.
- _____. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FULBROOK, Mary. *A concise history of Germany*. New York: Cambridge University Press, 2004.
- GIANNOTTI, José Arthur. *O tema da ilustração em três registros*. Em: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 18, set. 1987.
- GIDDENS, Anthony. (1994) *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- GORDON, Colin. *The soul of the citizen: Max Weber and Michel Foucault on rationality and government*. Em: SMART, Barry (ed.). *Michel Foucault critical assessments (volume IV)*. London; New York: Routledge, 1994, pp. 427-448.
- GRENIER, Jean-Yves; ORLEAN, André. *Michel Foucault, l'économie politique et le libéralisme*. Em: *Annales. Histoire, sciences sociales*, No. 5, 2007, pp. 1155-1182.
- GUALA, Francesco. 'Review of Michel Foucault's *The Birth of Biopolitics*'. Em: *Economics and Philosophy*, no. 22, 2006, pp. 429-39.
- HABERMAS, Jürgen. (1984) *Mit dem Pfeil ins Herz der Gegenwart - Zu Foucaults Vorlesungen über Kants Was ist Aufklärung*. Em: HABERMAS, Jürgen. *Die neue Unübersichtlichkeit – Kleine Politische Schriften V*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1985, pp. 126-131.
- HARVEY, David. (1989) *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola. 2005.

- _____. (2003) O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. (2005) O Neoliberalismo – história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- _____. (2005) A brief history of neoliberalism. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009.
- _____. (2010) O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- HOBBSBAWM, Eric. (1994) A era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KANT, Immanuel. (1798) Anthropologie du point de vue pragmatique. Vrin: Bibliothèque des Textes Philosophiques, 2008.
- KLEIN, Naomi. (2007) A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- LAGASNERIE, Geoffroy de. (2012) A última lição de Michel Foucault. São Paulo: Três estrelas, 2013.
- _____. Neoliberalismo, uma utopia. Os motivos do fascínio de Michel Foucault pela doutrina. Em: Folha de São Paulo, Caderno “Ilustríssima”, Edição de 26/05/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/illustrissima/109440-neoliberalismo-uma-utopia.shtml>>. Acesso em 28/05/2013 às 17h25.
- LAPYDA, Ilan. A “financeirização” no capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- LEMKE, Thomas. ‘The birth of bio-politics’: Michel Foucault’s lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. Em: Economy and Society, Volume 30, N. 2, January 2001, pp. 190-207.
- _____. “Marx sans guillemets”: Foucault, la gouvernementalité et la critique du néolibéralisme. Em: Actuel Marx, 2004/2, n° 36, pp. 13-26.
- _____. Foucault, Governmentality, and Critique. Em: Rethinking Marxism, 2002, Vol. 14, No. 3, pp. 49-64.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- _____. “Ethos empresarial: el ‘capital humano’ como valor social”. Em: Estudios Sociológicos, vol. XXV, n. 74, maio-agosto 2007, pp. 399-425.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. Em: FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pp. VII-XXIII.
- MARQUEZ, Marina. Popularidade de Dilma é maior que de Lula e FHC no primeiro mandato. R7 Notícias, 26 de setembro de 2012. Disponível em <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/popularidade-de-dilma-e-maior-que-de-lula-e-fhc-em-primeiro-mandato-20120926.html>>. Acesso em 26/06/2013 às 23h45.
- MARTI, Urs. Kapitalistische Macht und neoliberales Regieren. Em: PROKLA - Zeitschrift für kritische Sozialwissenschaft. Berlin, Heft 151, 38. Jahrgang, Nr. 2, pp. 289-305.
- MCCARNEY, Patricia; STREN, Richard. Governance on the ground: innovation and discontinuities in the cities of the developing world. Princeton: Woodrow Wilson Center Press, 2003.
- MCNAY, Lois. Self as Enterprise: Dilemmas of Control and Resistance in Foucault’s The Birth of Biopolitics. Em: Theory, Culture & Society, 26 (6), 2009, pp. 55–77.

MELLO, Luiz Gonzaga Belluzzo de. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. Em: *Economia e Sociedade*. Campinas, n. 4, 1995, pp. 11-20.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. *Governing the Present: Administering Economic, Social and Personal Life*. Cambridge: Polity Press, 2008.

MULLIGAN, Casey B. “Becker, Gary S. (born 1930)”. Em: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Palgrave Macmillan, 2008. Disponível em: <http://w.dictionarofeconomics.com/article?id=pde2008_B000301> doi:10.1057/9780230226203.0114>. Acesso em 05/04/2013 às 22h30.

NEAL, Larry; BARBEZAT, Daniel. *The economics of the European Union and the economies of Europe*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1998.

NELSON, Edward; NIKOLOV, Kalin. Monetary policy and stagflation in the UK. Disponível em: <<http://www.bankofengland.co.uk/publications/Documents/workingpapers/wp155.pdf>>. Acesso em 17/05/2013 às 21h40.

O QUE É? SUBPRIME. Em: *Desafios do desenvolvimento*. São Paulo, Ano 5, Edição 45, Julho de 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2156:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 09/07/2013 às 15h.

O'BRIEN, Patricia. A história da cultura de Michel Foucault. Em: HUNT, Lynn. (1989) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 33-62.

O'HARA, John. *A New American Tea Party: The Counterrevolution Against Bailouts, Handouts, Reckless Spending, and More Taxes*. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, 2010.

OLIVEIRA, Roberson Campos de; GENNARI, Adilson Marques. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Saraiva, 2009.

O'MALLEY, Pat. Risk and Responsibility. Em: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (eds.). *Foucault and Political Reason. Liberalism, Neo-Liberalism and Rationalities of Government*. London: UCL Press, 1996, pp. 189-207.

_____. *Risk, Uncertainty and Government*. London: Cavendish Press/Glasshouse, 2004.

_____. (ed.). *Governing Risks*. Aldershot: Ashgate, 2006.

O'MALLEY, Pat; ROSE, Nikolas; and VALVERDE, Mariana. Governmentality. Em: *Annual Review of Law and Social Science*, Volume 2, 2006, pp. 83-104.

O'MALLEY, Pat; WEIR, Lorna; SHEARING, Clifford. Governmentality, criticism, politics. Em: *Economy and Society*, Vol. 26, No. 4, 1997, pp. 501-517.

O'NEIL, James. Building Better Global Economic BRICS. Em: *Global Economics*, nº 66, 30 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/topics/brics/brics-reports-pdfs/build-better-brics.pdf>>.

O'NEILL, John. The Disciplinary Society: From Weber to Foucault. Em: *The British Journal of Sociology*, Vol. 37, No. 1 (Março 1986), pp. 42-60.

ORAIN, Arnaud. *Jean-Joseph-Louis Graslin, 1727-1790: le temps des Lumières à Nantes*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008.

OWEN, David. *Maturity and Modernity: Nietzsche, Weber, Foucault and the Ambivalence of Reason*. Londres: Routledge, 1997.

PALMA, José Gabriel. The revenge of the market on the rentiers. Why neo-liberal reports on the end of history turned out to be premature. Em: Cambridge Journal of Economics, no. 33, 2009, pp. 829-869.

PAULANI, Leda Maria. Modernidade e discurso econômico. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Brasil e o mercado financeiro e o estado de emergência com o micro. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. Em: Estudos Avançados, São Paulo, v. 23, n. 66, 2009, pp. 25-39. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200003&lng=en&nrm=iso>.

PERSKY, Joseph. Retrospectives: The Ethology of Homo Economicus. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 9, No. 2, Primavera de 1995, pp. 221-231.

PETERS, Michael. Education, Enterprise Culture and the Entrepreneurial Self: A Foucauldian Perspective. Em: Journal of Educational Enquiry, Vol. 2, No. 2, 2001, pp. 58-71.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. Em: Lua Nova, No. 63, São Paulo, 2004.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. Microeconomia Reducionista e Microeconomia Sistemática. Em: Nova Economia (UFMG), v. 16, pp. 303-322, 2006.

_____. Uma apresentação dialética da genealogia do Neoliberalismo de Foucault. Disponível em: <<http://eleuterioprado.wordpress.com/economia-politica/>>.

PRADO FILHO, Kleber. Uma História da Governamentalidade. Rio de Janeiro: Insular e Achiamé, 2006.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. (1983) Michel Foucault. Uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

REVEL, Judith. Nas origens do biopolítico: de Vigiar e Punir ao pensamento da atualidade. Em: GONDRA, José; KOHAN, Walter (orgs.). Foucault 80 anos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

RODRIK, Dani. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? Em: Journal of Economic Literature, XLIV, December 2006, pp. 969-983.

ROSE, Nikolas. Government and control. Em: GARLAND, David; SPARKS, Richard (eds.). Criminology and social theory. New York: Oxford University Press, 2000.

ROUANET, Sérgio Paulo. Teoria crítica e psicanálise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

ROVAI, Renato. Boataria do Bolsa Família foi orquestrada, criminosa e via telemarketing. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blogdorovai/2013/05/25/boataria-do-bolsa-familia-foi-orquestrada-criminosa-e-via-telemarketing>>.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-Neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SCHILDBACH, Jan. Home, sweet home? International banking after the crisis. Em: Deutsche Bank Research. Frankfurt am Main, Junho de 2011. Disponível em: <http://www.dbresearch.com/PROD/DBR_INTERNET_EN-PROD/PROD000000000274061.PDF>. Acesso em 31/05/2013 às 16h15.

SENEILLART, Michel. Situação do curso. Em: FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 441-6.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SMART, Barry. Introductory Essay: The government of conduct – Foucault on Rationality, Power and Subjectivity. Em: SMART, Barry (ed.). Michel Foucault: critical assessments (volume IV). London; New York: Routledge, 1994, pp. 3-15.

SOROS, George. The Crisis of Global Capitalism: open society endangered. New York: Public Affairs, 1998.

SZAKOLCZAI, Arpad. Max Weber and Michel Foucault: Parallel Life-Works. Londres: Routledge, 1998.

TALAMONE, Rosemeire Soares. Popularidade de Lula está ligada a variáveis econômicas. Agência USP, 08 de setembro de 2009. Disponível em <<http://www.usp.br/agen/?p=2400>>. Acesso em 26/06/2013 às 23h30.

TERRANOVA, Tiziana. Another Life: The Nature of Political Economy in Foucault's Genealogy of Biopolitics. Em: Theory, Culture & Society, vol. 26, 2009, p. 234-262.

THATCHER, Margaret. Interview for Sunday Times. London: Sunday Times, May 3rd 1981.

TOURAINÉ, Alain. Como sair do Liberalismo? Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

TREMEL, Daniel. Brasileiro está entre os mais empreendedores do mundo. Em: Folha de São Paulo, Caderno "Mercado", Edição de 14 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1214283-brasileiro-esta-entre-os-mais-empreendedores-do-mundo.shtml>>. Acesso em 01/07/2013 às 11h.

TRIBE, Keith. The political economy of modernity: Foucault's Collège de France lectures of 1978 and 1979. Em: Economy and Society, vol. 38, n. 4, 2009, pp. 679-698.

VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo do PT. Disponível em <<http://www.aceasa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>>. Acesso em 25/05/2013 às 11h20.

WEBER, Max. (1920) A Ética Protestante e o " espírito" do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. (1921) Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie. Tübingen: Mohr-Siebeck, 2002.

_____. Ciência e Política: Duas Vocações. São Paulo, Editora Cultrix, 2004.

WELCH, Finis. "Mincer, Jacob (1922–2006)". Em: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. The New Palgrave Dictionary of Economics. Palgrave Macmillan, 2008. Disponível em: <http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008_M000414> doi:10.1057/9780230226203.1101>. Acesso em 05/04/2013 às 22h00.

WIGGERSHAUS, Rolf. (1986) A escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

SITES DA INTERNET

<<http://www.aei.org/>>. Acesso em 23/01/2013 às 18h30.

“Antoine-Louis-Claude, Comte Destutt de Tracy”. Encyclopædia Britannica Online Academic Edition. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/159424/Antoine-Louis-Claude-Comte-Destutt-de-Tracy>>. Acesso em 20/05/2013 às 22h45.

<<http://www.columbia.edu/cu/news/06/09/mincer.html>>. Acesso em 05/04/2013 às 21h00.

“Étienne Bonnot de Condillac”. Encyclopædia Britannica Online Academic Edition. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/131486/Etienne-Bonnot-de-Condillac>>. Acesso em 21/05/2013 às 00h25.

“Ferdinando Galiani”. Encyclopædia Britannica Online Academic Edition. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/223975/Ferdinando-Galiani>>. Acesso em 21/05/2013 às 00h40.

<<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/05/governo-federal-desmente-boato-sobre-suspensao-do-bolsa-familia.html>>. Acesso em 25/05/2013 às 10h45.

<<http://www.guardian.co.uk/business/2008/apr/10/useconomy.subprimecrisis>>. Acesso em 31/05/2013 às 14h45.

<http://home.uchicago.edu/~gbecker/biography/biography_2.html>. Acesso em 05/04/2013 às 21h30.

“Laissez-faire”. Encyclopædia Britannica Online Academic Edition. 2013. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/328028/laissez-faire>>. Acesso em 05/04/2013 às 20h00.

<<http://michel-foucault-archives.org/?A-propos-du-centre-Michel-Foucault>>. Acesso em 28/05/2013 às 10h20.

<<http://www.montpelerin.org/montpelerin/home.html>>. Acesso em 17/05/2013 às 21h20.

<http://www.nytimes.com/interactive/2009/02/04/business/20090205-bailout-totals-graphic.html?_r=0>. Acesso em 31/05/2013 às 15h00.